

Historiografia das Cidades Historiography of the Cities

Coord.

Hélia Silva

Tiago Borges Lourenço

Raquel Seixas

Ficha Técnica

EDIÇÃO

Universidade NOVA de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas
Instituto de História da Arte /
IN2PAST – Laboratório Associado para
a Investigação e Inovação em
Património, Artes, Sustentabilidade
e Território

Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal da Cultura
Departamento de Património Cultural
Gabinete de Estudos Olisiponenses

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Hélia Silva
Tiago Borges Lourenço
Raquel Seixas

REVISÃO DE TEXTOS

Edite Martins Alberto (coord.)
Inês de Magalhães Martins

TEXTOS

Ana Cristina Leite (Gabinete
de Estudos Olisiponenses / Câmara
Municipal de Lisboa)
Ana Rita Gonçalves (Centre for
Innovation in Territory, Urbanism
and Architecture (CiTUA) / IST-UL)
Elisabete Gama (Gabinete de Estudos
Olisiponenses / Câmara Municipal
de Lisboa)
Eunice Relvas (História, Territórios
e Comunidades / Pólo NOVA FCSH
do Centro de Ecologia Funcional
/ FCTUC)
Hugo Martin (École Nationale
Supérieure de Création Industrielle)
João Paulo da Costa Amado (Instituto
de História Contemporânea / NOVA
FCSH)
João Vieira Caldas (Centre for
Innovation in Territory, Urbanism
and Architecture (CiTUA) / IST-UL)
Liliana Castilho (Centro de
Investigação Transdisciplinar
Cultura, Espaço e Memória / FLUP)
Margarida Elias (IHA-NOVA FCSH
/ IN2PAST)

Maria Helena Barreiros
Mário Nascimento (Museu de Lisboa
/ EGEAC)
Marta Páscoa (Fundação Casa
de Bragança)
Maximino Barreto Frota Júnior
(Faculdade de Arquitetura
da Universidade do Porto)
Laura Martins Guia
Quim Solias Huélamo (State University
of New York at Stony Brook)
Raquel Henriques da Silva (Instituto
de História da Arte da Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas
da Universidade NOVA de Lisboa)
Raquel Seixas (IHA-NOVA FCSH
/ IN2PAST)
Rui Manuel Mesquita Mendes (IHA-NOVA
FCSH / IN2PAST)
Sávio Tadeu Guimarães (Centro de
Ensino Unificado de Brasília)
Tiago Borges Lourenço (IHA-NOVA FCSH
/ IN2PAST)
Verena Gebhard (Bibliothek des
Kunsthistorischen Instituts
in Florenz)

DESIGN GRÁFICO

Tomás Gouveia

ISBN

978-989-35191-5-8

Lisboa, junho 2025

Este livro foi desenvolvido no âmbito do projeto *Olisipógrafos. Os Cronistas de Lisboa*, financiado pela Câmara Municipal de Lisboa e coordenado pela professora Raquel Henriques da Silva, do Instituto de História da Arte, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

Os textos são da exclusiva responsabilidade dos autores.

Os textos e imagens desta publicação não podem ser reproduzidos por qualquer processo digital, mecânico ou fotográfico, sem o prévio conhecimento e autorização dos respetivos autores.

Índice

Introdução Introduction RAQUEL HENRIQUES DA SILVA	6
HISTÓRIA E MITO NA ORIGEM DAS CIDADES HISTORY AND MYTH IN THE ORIGINS OF CITIES	
Foundational theories of Barcelona and Seville: an analysis of antiquities in Rafael Cervera and Rodrigo Caro (1633-1634) Teorias fundacionais de Barcelona e Sevilha: uma análise das antiguidades em Rafael Cervera e Rodrigo Caro (1633-1634) QUIM SOLIAS HUÉLAMO	19
Brasília, velhos mitos sob um discurso de modernidade Brasília, old myths under a discourse of modernity SÁVIO TADEU GUIMARÃES	36
CRONISTAS E HISTORIADORES DAS CIDADES CHRONICLERS AND HISTORIANS OF CITIES	
Floods and fights in medieval Florence. The culture of urban memory in Giovanni Villani's illustrated <i>Nuova Cronica</i> Inundações e lutas na Florença medieval. A cultura da memória urbana na <i>Nuova Cronica</i> ilustrada de Giovanni Villani VERENA GEBHARD	58
“Memórias (...) que se tivesse caminho para se imprimir e fazer à sua Pátria esse benefício”: O Mestre-Escola André Ferreira e o elogio do memorialista e historiador local (séculos XVI, XVII e XVIII) “Memoirs (...) that, if they had a way to be printed, would benefit their Homeland”: The <i>Mestre-Escola</i> André Ferreira and the praise of the memoirist and local historian (16th, 17th, and 18th centuries) RUI MANUEL MESQUITA MENDES	74

- Os cronistas da cidade de Viseu no século XVII: poesia e prosa** 115
 The chroniclers of the city of Viseu in the 17th Century: poetry and prose
 LILIANA CASTILHO
- A História como base para a reivindicação política – o caso de Beja** 127
 History as a way to regain importance – the case of Beja
 MARTA PÁSCOA
- Mapas Escritos: Traçar uma geografia urbana de Lisboa a partir dos textos dos seus visitantes estrangeiros (meados do séc. XVIII – início do séc. XX)** 140
 Written Maps: Tracing an urban geography of Lisbon through the texts of its foreign visitors (mid-18th century – early 20th century)
 JOÃO PAULO DA COSTA AMADO
- Ainda a vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas Artes: cronologia, tipologia e o seu “seguimento” para nascente** 159
 Still the view of Lisbon from the National Academy of Fine Arts: chronology, typology, and its continuation towards the east
 MARIA HELENA BARREIROS / LAURA MARTINS GUIA
- Olisipografia. Em torno de um conceito** 178
 Reframing the concept of *Olisipography* (Lisbon Studies)
 TIAGO BORGES LOURENÇO / RAQUEL SEIXAS
- Júlio de Castilho, olisipógrafo e *flâneur* da cidade em transformação** 212
 Júlio de Castilho, *olysipographer* (Lisbon studies researcher) and *flâneur* of the city under transformation
 MÁRIO NASCIMENTO
- Gomes de Brito (1843-1923): Figura multifacetada na história de Lisboa** 230
 Gomes de Brito (1843-1923): Multi-layered figure in the history of Lisbon
 MARGARIDA ELIAS

- A importância da “Colecção Castilho” para a Orlisipografia** 249
The importance of “Colecção Castilho” for *Orlisipography* (Lisbon Studies)
EUNICE RELVAS
- Verbetes de Augusto Vieira da Silva. Um arquivo sobre Iconografia de Lisboa na coleção do GEO** 267
Verbetes by Augusto Vieira da Silva.
A file on Lisbon Iconography on the GEO collection
ANA CRISTINA LEITE / ELISABETE GAMA
- PENSAR A CIDADE**
THINKING THE CITY
- A Orlisipografia e o estereótipo de palácio urbano “seiscentista”** 286
Orlisipography (Lisbon Studies) and the stereotype of the 17th century urban palace
ANA RITA GONÇALVES / JOÃO VIEIRA CALDAS
- The awakening of a city: reuse and citation in architecture** 302
O despertar de uma cidade: reutilização e citação na arquitetura
HUGO MARTIN
- Tratando de arquitetura: Fortaleza de José** 326
Treating architecture: Fortaleza of José
MAXIMINO BARRETO FROTA JÚNIOR

Introdução

Introduction

RAQUEL HENRIQUES DA SILVA

Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

“Jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre elas”.

Italo Calvino, *Cidades invisíveis* 1990

O Congresso Internacional *Historiografia das Cidades* foi promovido pelo projeto *Olisipógrafos. Os cronistas de Lisboa*, uma parceria entre o Instituto de História da Arte da FCSH-NOVA e a Câmara Municipal de Lisboa (com o apoio da Biblioteca Nacional de Portugal e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo), decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 20 e 21 de setembro de 2023.

Foram dois os seus objectivos maiores: contribuir para divulgar o trabalho realizado por alguns olisipógrafos em prol do estudo da história de Lisboa (objectivo de todo o projecto); enriquecer, através de uma metodologia de comparabilidade, a Olisipografia com a história de outras cidades. Estes dois objectivos confluem na convicção de que as cidades históricas são catalisadores da história, da arte e da cultura, na linha ensaística de Walter Benjamin nos seus estudos sobre o Paris do século XIX. Quem estuda as cidades foi e continua a ser uma espécie de *flâneur* (como o definiu Baudelaire) apaixonado pelas memórias palimpsésticas que constantemente afloram na experiência de percorrer as ruas e de se perder, numa espécie de devaneio poético. Essa atitude algo sonambular é susceptível de ser escrita, mas determina que a escrita sobre as cidades é quase sempre um condensador de discursos fragmentados.

O livro que agora se publica reúne a maioria das comunicações que foram apresentadas no congresso, a que se juntaram outras que haviam sido submetidas, mas cujos autores não puderam deslocar-se a Lisboa. Foram distribuídas por três secções: “História e mito na origem das cidades”, “Cronistas e historiadores das cidades” e “Pensar a cidade”. Na sua totalidade, são estudos que enriquecem a Olisipografia e a contextualizam em dinâmicas idênticas noutras cidades, predominantemente portuguesas, mas também estrangeiras. Enquanto coordenadora do Projecto, agradeço o contributo de todos e, muito especialmente, à Hélia Silva, que foi a sua alma e o corpo operativo.

Passo então a apresentar cada um dos estudos:

Quim Solias Huélmo, “Teorias fundacionais de Barcelona e Sevilha: uma análise das antiguidades em Rafael Cervera e Rodrigo Caro (1633-1634)”.

O artigo centra-se na leitura e análise de dois importantes textos fundacionais. Os autores, Rafael Cervera e Rodrigo Caro, confrontam a origem mítica das duas cidades, tradicionalmente atribuída ao herói grego Hércules, valorizando uma origem mais remota: Tubal, filho de Noé. Este ponto de partida permite-lhes propor que Barcelona e Sevilha são de fundação ibérica, muito anterior à chegada dos povos colonizadores do mediterrâneo oriental: Fenícios, Gregos e Romanos. Trata-se de uma reivindicação localista que contribuiu, numa dimensão mítica, para fundamentar muitos dos pressupostos das culturas nacionalistas e românticas do século XIX.

Sávio Tadeu Guimarães, “Brasília, velhos mitos sob um discurso de modernidade”.

O artigo centra-se na cidade de Brasília, projectada em 1957, inaugurada em 1960 e integrante da lista de Património da Humanidade desde 1987. O autor considera que, apesar da sua modernidade – que, por princípio, a ausenta de memória –, a cidade possui uma dimensão “mítica” e “utópica”. Considera também que, na mesma linha da sua consagração patrimonial, as artisticidades da nova capital do Brasil são componentes da sua afirmação, especialmente o plano de Lúcio Costa e as arquitecturas modernistas que o concretizaram. Finalmente, alerta para a urgência de pensar Brasília não só nesta perspectiva consagradora, mas tendo em conta “o território compreendido pelo Distrito Federal em mais de trinta regiões administrativas”.

Verena Gebhard, “Inundações e lutas na Florença medieval. A cultura da memória urbana na *Nueva Cronica* ilustrada de Giovanni Villani”.

Utilizando uma das mais antigas histórias da cidade, da autoria de Giovanni Villani, a autora aborda uma curiosa história da Florença tardo-medieval, centrada numa “misteriosa estátua de Marte” a que o destino da cidade estava ligado: as suas deslocações motivavam graves perturbações políticas e militares, até que, em 1333, no decurso de uma grande inundação, desapareceu definitivamente.

Escrita a partir de 1300, a *Nuova Cronica* teve grande sucesso, manifesto nas mais de 100 cópias que existiram do manuscrito. Utilizando importantes conceitos tomados de historiador alemão Gunther Lottes (“módulos de memória” e “títulos de memória”), a autora salienta quanto a mítica estátua de Marte, que determinava os ciclos da história da cidade, se articula com o mais importante edifício religioso de Florença cujas exactas origens eram então desconhecidas. Na versão sobrevivente da *Nuova Cronica*, as pequenas ilustrações que a documentam representam o templo pré-cristão, coroado com o deus Marte montado a cavalo. Não sendo claro, o momento em que a estátua equestre é desalojada e reinstalada junto de um dos pilares da ponte sobre o Arno, ele simboliza, numa eficaz dimensão mítica, a refundição cristã de Florença que reabsorvera o seu passado pagão.

Rui Mesquita Mendes, “*Memórias (...) que se tivesse caminho para se imprimir e fazer à sua Pátria esse benefício: O Mestre-Escola André Ferreira e o elogio do memorialista e historiador local (séculos XVI, XVII e XVIII)*”.

A partir do exemplo de André Ferreira (f. 1633), mestre-escola da Colegiada da Alcáçova de Santarém que escreveu as inéditas e perdidas *Memórias da Vila de Monte mor*, Rui M. Mendes reflecte sobre a importância do memorialismo local e regional, elaborado entre os séculos XVI e XVIII e que continua a ser uma fonte relevante da história local. A resenha bibliográfica elaborada é bastante exaustiva e documentada, percorrendo todo o território nacional, com destaque para as principais cidades do reino e, entre estas, Lisboa. A par de uma produção civilista

relevante, o autor aborda também os legados das “crônicas eclesiásticas” e, finalmente, as obras de “âmbito histórico nacional” (“corografias” e “descrições do Reino”), concluindo sobre a pujança de um domínio pluridisciplinar em que confluem a Geografia e a História, e nesta, os enfoques míticos e religiosos, arqueológicos, políticos e bibliográficos. No século XVIII, a fundação da Academia Real da História que, seguindo modelos estrangeiros, nomeadamente franceses, promove “os primeiros inquéritos às paróquias, vilas, comarcas e dioceses do país” com a finalidade de escrever “uma História de Portugal”, onde a bibliografia antes elencada de certa modo frutifica. No final do século, a recém-criada Academia de Ciências de Lisboa alarga o âmbito historiográfico das memórias locais e regionais com a dimensão geográfica e económica que é própria do Iluminismo.

Liliana Castilho, “Os cronistas da cidade de Viseu no século XVII: poesia e prosa”.

A autora divulga e analisa duas importantes obras memorialistas da cidade de Viseu, publicadas em 1630 e em 1638. De acordo com os modelos epocais, nacionais e internacionais, elas têm grande relevância histórica, mas são, simultaneamente, interessantes peças literárias: *Diálogos Moraes e Políticos. Fundação da Cidade de Viseu....*, de Manoel Botelho Ribeiro Pereira, organizada sob a forma de “diálogo entre duas personagens”; e *Descrição da cidade de Viseu: suas antiguidades e cousas notáveis...* de João Pavia, que “assume a forma de um poema épico de inspiração nacional”. A análise circunstanciada das obras e da sua fortuna crítica permite exemplificar a relevância destes textos fundadores para a investigação contemporânea, histórica, artística e literária, exemplificando também a consistência cultural das elites regionais, concretamente na cidade de Viseu.

Marta Páscoa, “A História como base para a reivindicação política – o caso de Beja”.

Tendo sido uma importante colônia romana, com a designação de *Pax Iulia*, Beja viu a sua dignidade cívica diminuída no decurso das épocas medieval e moderna, integrada e dependente do poderoso arcebispado de Évora. Essa menorização de estatuto contribuiu para que diversos cronistas tivessem considerado

que *Pax Iulia* não era a portuguesa Beja mas a espanhola Badajoz. A autora analisa estes confrontos, elucidando quanto a história local foi, neste caso, um instrumento de reivindicação política que adquiriu dimensão nacional no período da União Ibérica. Depois, nos séculos XVII e XVIII, os cronistas e memorialistas de Beja continuaram a fundamentar no prestigiado passado romano, a reivindicação da restauração do bispado de Beja, finalmente obtida em 1770.

João Paulo da Costa Amado, “Mapas escritos: traçar uma geografia urbana de Lisboa a partir dos textos dos seus visitantes estrangeiros”.

Tendo como campo de estudo as principais obras escritas por estrangeiros sobre Lisboa desde o século XVIII até 1910, o autor propõe uma metodologia sistemática para o seu mapeamento e análise, distinguindo à partida as “várias formas de chegar a Lisboa”. Sendo que a maioria dos viajantes chegavam por mar e, no percurso final, pelo Tejo, a vista de Lisboa, de fora e ao longe, é invariavelmente muito positiva, fortalecendo componentes fundamentais da sua imagem, activos até hoje: cidade marítima, debruçada sobre um rio que parece um mar e tendo nessa geografia peculiar a sua mais funda razão de ser.

Como segundo tópico de mapeamento, o autor enumera os principais “pontos de interesse visitados por estrangeiros” e, logo depois, a bibliografia consultada por cada um deles, tratada com grande sistematicidade, constituindo um *corpus* de grande utilidade para os numerosos estudiosos, especialmente nacionais, de Lisboa.

Maria Helena Barreiros; Laura Martins Guia, “Ainda a vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas Artes: cronologia, tipologia e o seu «seguimento» para nascente”.

Centrada numa das mais importantes vistas de Lisboa, datável de 1767 a 1769, as autoras atualizam o seu estudo e propõem “uma hipótese de reconstituição da totalidade da *Vista* que é omissa da “parte correspondente a Lisboa central e oriental”. A análise empreendida da *Vista* é rigorosa e sistemática, permitindo

filiá-la na tipologia “perfis urbanos” proposta por Lucia Nuti, mas também confirmar as propostas de Augusto Vieira da Silva que, em 1929, pela primeira vez estudou e divulgou esta extraordinária obra.

Um dos aspectos mais interessantes deste artigo foi a localização do “ponto na margem sul do Tejo de onde a *Vista* foi desenhada” a partir de bibliografia internacional sobre “modelação digital do terreno” e “definição de «alinhamentos planimétricos»”. A partir desta localização, as autoras propõem o “«seguimento» da panorama para leste”, recorrendo a outras fontes que permitem evocar a cidade setecentista, sob a materialidade da cidade atual.

Tiago Borges Lourenço; Raquel Seixas, “Olisipografia. Em torno de um conceito”.

Os autores analisam a emergência da “Olisipografia” como conceito integrador dos estudos sobre Lisboa. Partindo da etimologia (de *Olisipo*, nome romano de Lisboa) definem a sua origem erudita nos meios humanistas lisboetas do século XVI, embora de uso extremamente restrito.

A investigação sistemática e analítica realizada permite afirmar com segurança que “a plena adopção do termo e a sua aplicação aos estudos de Lisboa coincidiram com os primeiros anos da República”, ou seja, depois de 1910, ganhando reconhecimento na década de 1930, aplicado aos estudos sobre Lisboa de Gustavo Matos Sequeira e de Augusto Vieira da Silva, discípulos e continuadores da obra *Lisboa Antiga* de Júlio de Castilho e depois ampliado aos “seus mais ilustres pares”. Na primeira fase do Estado Novo (institucionalizado pela Constituição de 1933 que proíbe os partidos políticos e restringe profundamente o exercício da democracia) a Olisipografia consagra-se através de Luís Pastor de Macedo, celebrando Lisboa como «capital do Império» colonial português, através de exposições, organização dos serviços culturais da Câmara Municipal de Lisboa e estimulando (nomeadamente através do Prémio Júlio de Castilho) a investigação e escrita sobre a cidade.

Depois de caracterizar a cultura em que a Olisipografia emerge e é consagrada, os autores analisam a resistência dos meios académicos (através da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) à Olisipografia como área de estudos históricos pelo seu empirismo, carácter literário e enfoque no «anedótico». No entanto,

a partir da tese de doutoramento de José-Augusto França, realizada, em 1962, na Sorbonne Université – intitulada *Une Ville des Lumières de Pombal* – eles defendem uma espécie de “cientificidade” para a Olisipografia, sem perda do seu carácter de história social, política e biográfica, assente no gosto apaixonado pela história e carácter da cidade. Depois da arqueóloga e criadora do Museu de Lisboa, Irisalva Moita, foi José Sarmiento de Matos que melhor assumiu a reivindicação da Olisipografia, defendendo que “Lisboa é uma cidade especial. Sem que se saiba ao certo como nem porquê, a sua história personalizada criou um género próprio para a contar, com bem reivindicada autonomia no seio da historiografia portuguesa”. É essa “autonomia” – rigorosa, mas literária, histórica, mas de recorte antropológico – que Tiago Borges Lourenço e Raquel Seixas reivindicam e praticam, em articulação com os departamentos de cultura da Câmara Municipal de Lisboa, mas também com a Universidade.

Mário Nascimento, “Júlio de Castilho, olisipógrafo e flâneur da cidade em transformação”.

Partindo do “arquétipo do *flâneur*” definido por Walter Benjamin como “figura paradigmática da modernidade oitocentista da grande metrópole europeia”, o autor elege Júlio de Castilho que, na sua obra *Lisboa Antiga: o Bairro Alto* – publicado em 1879 – deambula pela cidade, atraindo o leitor a vários “itinerários partilhados”. O seu empenho é, ao contrário do de Benjamin, a “cidade antiga”, ameaçada pela “cidade em modernização”.

O autor analisa, com bibliografia actualizada, a construção e desconstrução do “vieux Paris”, nomeadamente através do conceito de “fantasmagoria”. Procura aplicá-lo a algumas descrições de Júlio de Castilho, plenas de observações da vida contemporânea das ruas de Lisboa, onde o “antigo” e o “moderno” permanentemente se cruzavam.

Mantendo a comparabilidade com *As Passagens de Paris* de Benjamin, distingue, na obra em análise, o seu “carácter disperso e fragmentário, intercalado ou precedido por inúmeros parêntesis, considerações de índole histórica e genealógica”. Estes aspectos são reforçados com “desenhos e pinturas” – executadas por Castilho com assumido amadorismo – que o autor aproxima de Constantin de Guys, na obra de Charles Baudelaire, *Le peintre de la vie moderne*, publicado em

1863. Valoriza também um conjunto de pinturas de que Castilho foi autor, aproximando-os do “registo de interiores” “popularizados na Europa central, a partir das guerras napoleónicas”. Visa deste modo enriquecer a fortuna crítica de Castilho que, a par da escrita, praticou e colecionou imagens de Lisboa (desenhadas ou pintadas por si ou por outros autores, sobretudo gravadores), considerando que este empenho foi outro sinal da sua modernidade.

**Margarida Elias, “Gomes de Brito (1843-1923):
figura multifacetada na história de Lisboa”.**

A autora elabora a biografia de Gomes de Brito enquanto olisipógrafo apaixonado pela história de Lisboa, destacando, como obra de referência, *Ruas de Lisboa*, publicada postumamente em 1935. Como marcos do seu percurso, valoriza a sua amizade com Alexandre Herculano, escritor, historiador e polemista que marcou a literatura portuguesa da primeira metade do século XIX. Elaborando o contexto da vida cultural lisboeta oitocentista, a autora valoriza também a amizade entre Gomes de Brito e Rafael Bordalo Pinheiro, o mais notável caricaturista português dessa época. O olisipógrafo colaborou nos primeiros jornais criados, dirigidos e ilustrados por Bordalo, numa actuação tecida de afinidades e convencialidades boémias, definidoras da Lisboa fino-oitocentista em que dominavam, como elite moderna, mas simultaneamente nostálgica da “Lisboa antiga”.

Enquanto funcionário da Câmara Municipal de Lisboa, foi aprofundando a micro-história da cidade, transposta para artigos de jornais que, hoje ainda, são fontes essenciais para os estudiosos de Lisboa, em relação a um grande número de temas.

**Eunice Relvas, “A importância da «Colecção Castilho»
para a Olisipografia”.**

Incidindo sobre a importante e extensíssima «Colecção Castilho» depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a autora debruça-se sobre duas das suas *Obras inéditas: História das minhas relações com o Paço...* (1903-1910) e *Recordações. Memórias íntimas de Júlio de Castilho* (1910-1911). Apresenta o sumário

desenvolvido de cada uma delas, a primeira das quais tem grande interesse para a micro-história da vida da família real portuguesa nos últimos anos da Monarquia. Castilho aceitou o convite “para instruir o príncipe (D. Luís Filipe) em História, Literatura e tudo o mais que entendesse”, tarefa que realizou “durante seis meses” (1903-1904) e cuja documentação arquivou. O fundo inclui também a documentação relativa às “subsequentes relações com o Paço”, dramaticamente interrompidas com o regicídio, ocorrido em 1909 que, além do rei D. Carlos, matou o antigo aluno de Castilho.

Quanto ao segundo inédito, *Memórias íntimas...*, a autora analisa-o com a convicção da importância da “escrita memorialista”, aliás partilhada pelo próprio Castilho. Com “404 folhas”, é uma revisitação da longa vida do seu autor que, evidentemente, a escreve para a posteridade, seleccionando os factos e a sua sequência. A vida descrita inscreve-se naturalmente no corpo de Lisboa. Basta referir que Castilho inventaria e descreve “as 34 residências” em que habitou em Lisboa. Mas este *Inédito* é também importante no que se relaciona com a educação, a administração do estado (Castilho trabalhou em “sete locais”) e sobretudo as sociabilidades, registadas com extraordinária diversidade de ocorrências, vivências e emoções, servidas por uma escrita de grande qualidade literária.

Ana Cristina Leite; Elisabete Gama, “Verbetes de Augusto Vieira da Silva. Um arquivo sobre Iconografia de Lisboa na colecção do GEO”.

As autoras analisam as mais de 1600 fichas manuscritas, colecionadas pelo olisipógrafo Augusto Vieira da Silva que constituem um notável e indispensável acervo da história e iconografia de Lisboa, nunca publicado na sua totalidade. Adquirido pela Câmara Municipal e integrado, na sua maioria, no Museu de Lisboa, este acervo foi para o seu possuidor uma base fecunda para a sua metodologia de trabalho, no que se relaciona com os vários temas da história de Lisboa que estudou e publicou. Mas manifesta também um gosto continuado pelo coleccionismo, exposto, parcialmente, nas paredes da sua casa que foi um notável museu privado de eminente sentido público, como provam as fotografias ali realizadas.

Ana Rita Gonçalves; João Vieira Caldas,
“A olisipografia e o estereótipo de palácio urbano
«seiscentista”.

Os autores debruçam-se sobre “vários exemplares de palácios urbanos tradicionalmente chamados «seiscentistas» em grande parte “menorizados pela Olisipografia e pela historiografia da arte” que os designa por “casarões” “sem particular valor arquitetónico”. Para eles, esses edifícios têm “um carácter marcadamente «chão», adjectivação de Júlio de Castilho recuperada pelo historiador Georges Kubler que sistematicamente os valorizou. Antes dele, também Raul Lino enunciou as suas qualidades, considerando que “na sua singeleza”, os “casarões seiscentistas eram um “verdadeiro modelo da arquitectura portuguesa”. Concordando com esta apreciação, os autores destacam, no final do século XX, o seu estudo e valorização por novos e qualificados olisipógrafos, especialmente José Sarmiento de Matos e Leonor Ferrão.

Hugo Martin, “O despertar de uma cidade: reutilização e citação na arquitectura”.

O objectivo da investigação do autor (utilizando exemplos “de uma basílica medieval italiana”, do Paris de Haussmann, do falenstério de Fourier e de modernizações contemporâneas de arquitecturas mais antigas) é “introduzir “dois paradigmas “para ler a arquitectura urbana: reutilização e citação”. Concretizando, o autor analisa a reutilização, na Basílica de Sto Ambrósio em Milão, de importantes peças artísticas pré- -cristãs, e o eclectismo dos estudantes franceses de arquitectura na Roma oitocentista que traçam novas arquitecturas “imaginadas” como restauros de arquitecturas antigas. Um deles, Félix Durban, regressado a Paris, projecta a Escola de Belas-Artes com essa metodologia, desejando que a Escola fosse, no seu próprio corpo, um Museu de vestígios. Mas o complexo do edifício integra também citações góticas e clássicas, submetidas à lógica e à estética da arquitectura do ferro, essa absolutamente nova.

Prolongando a sua análise, o autor considera que a arquitectura predial dos *boulevards* da Paris de Haussmann, contraria a monotonia da uniformidade do Plano, com a decoração das fachadas que utilizam, numa metodologia de citação,

os catálogos disponíveis que se apropriavam de motivos da Antiguidade e do Renascimento, mas também medievais, concretizados em materiais diversos. Desse modo, a cidade se “monumentaliza”, mas através de “puro efeito de superfície”, integrando no seu corpo imagético, citações cruzadas de outras cidades e cronologias.

Baseado em Benjamin, o autor utiliza a noção freudiana de “imagens de sonho” (que coincidem com “imagens de desejo”) para sugerir que a arquitectura oitocentista possui, no seu cerne, essa pulsão da citação de fragmentos do passado que instala na própria imagem da cidade. Como afirmou Benjamin, recorda o autor, “Em lado nenhum, com a excepção talvez dos sonhos, se pode experienciar o fenómeno da fronteira de um modo mais original do que nas cidades”.

Maximino Barreto Frota Júnior, “Tratando da arquitectura; Fortaleza de José”.

O autor aborda a cidade de Fortaleza — Ceará — Brasil e a acção nela desempenhada pelo arquitecto José Liberal de Castro, patrimonialista empenhado que, procurando as raízes da arquitectura da sua região, visitou Portugal em 1976, e estabeleceu relacionamento duradouro com diversos arquitectos modernos. Durante esse período estudou especialmente a caracterização da arquitectura doméstica no Minho e no Douro, procurando estabelecer comparabilidades positivas com “a casa de fazenda rural do Ceará”. O convívio com arquitectos da Escola do Porto fortalece uma “ponte” fecunda entre as duas regiões (de Portugal e do Brasil) ambas empenhadas na promoção de um modernismo regionalista de que Lúcio Costa, seu amigo, fora o primeiro promotor.

História e Mito
na origem das
cidades

History and Myth
in the origins
of cities

Foundational theories
of Barcelona and
Seville: an analysis
of antiquities
in Rafael Cervera
and Rodrigo Caro
(1633-1634)

Teorias fundacionais
de Barcelona e Sevilha:
uma análise das
antiguidades em Rafael
Cervera e Rodrigo Caro
(1633-1634)

ABSTRACT

Abstract: This study explores the analysis of antiquities and their application to the critique of urban foundational theories in two contemporary Iberian works: Rafael Cervera's *Discursos históricos de la insigne ciudad de Barcelona* (1633) and Rodrigo Caro's *Antigüedades y principado de la ilustrísima ciudad de Sevilla y corografía de su convento jurídico* (1634). Despite the differences between the descriptions of two seemingly different cities, given the variety in the focus of the works, the characteristics of the populations, and the unique life trajectories of the authors, both works reveal convergent aspects. The presence of a joint critique of Hercules-based foundational theories using antiquities and the reading of the Tubal historical tradition demonstrates, *a priori*, a common idea about the founding of the city. The objectives of this study are to analyze the use of antiquities for the critique and development of urban foundational theories in the works of both authors to establish comparisons and analyze them in their erudite context.

KEYWORDS

Antiquarianism; Foundational Theories; Foundational Myths; Rafael Cervera; Rodrigo Caro; Early Modern Iberia.

RESUMO

Este estudo explora a análise das antiguidades e a sua aplicação à crítica das teorias fundacionais urbanas em duas obras ibéricas contemporâneas: *Discursos históricos de la insigne ciudad de Barcelona* (1633), de Rafael Cervera, e *Antigüedades y principado de la ilustrísima ciudad de Sevilla y corografía de su convento jurídico* (1634), de Rodrigo Caro. Apesar das diferenças entre as descrições de duas cidades aparentemente distintas, dada a variedade de enfoques das obras, as características das populações e as trajetórias de vida singulares dos autores, ambas as obras revelam aspectos convergentes. A presença de uma crítica conjunta às teorias fundacionais baseadas em Hércules, utilizando antiguidades, e a leitura da tradição histórica de Tubal demonstram, *a priori*, uma ideia comum sobre a fundação da cidade. Os objetivos deste estudo são analisar o uso de antiguidades para a crítica e desenvolvimento de teorias fundacionais urbanas nas obras de ambos os autores para estabelecer comparações e analisá-las no seu contexto erudito.

PALAVRAS - CHAVE

Antiquarismo; Teorias Fundacionais; Mitos Fundacionais; Rafael Cervera; Rodrigo Caro; Ibéria Moderna.

Works and authors

The *Discursos históricos de la insigne ciudad de Barcelona* by Rafael Cervera (1633) and the *Antigüedades y principado de la ilustrísima ciudad de Sevilla y corografía de su convento jurídico* by Rodrigo Caro (1634) are two works that are particularly notable within their respective contexts of production, as will be elaborated upon later in this chapter. Due to the readings they offer, the ways in which they use them, and the remarkable erudition displayed in their accounts, they unquestionably stand as two of the most compelling Iberian descriptions of the 1630s. In the distinct cultural milieus of Barcelona and Seville, the comparative analysis of these two sources proves fruitful due to the significant inventory of antiquities they present and employ to critique the foundational theories prevalent in their respective cities.

The format of the works studied here is situated on different paths even though both were produced between the 1620s and the early 1630s.¹ The volume of Caro's *Antiquities* with which I have worked belongs to the collection of the Biblioteca de Catalunya,² although this work is distributed in many archives and libraries throughout the world.³ It's a printed work composed of three books and divided into two parts. The first, *Antigüedades y Principado de la Ilustrísima ciudad de Sevilla*, is made up of 200 pages and includes the first two books of the set. The subject matter focuses on the history of Seville during antiquity. More specifically, it deals with the foundation, the Roman period, and the beginnings of Christianity in the city, using all kind of antiquities as a reference point. The second, *Corographia de su convento iuridico*, consisting of 271 pages and the last book, is a historical and physical description of the outskirts of Seville. The work constitutes a detailed analysis of the antiquities of the city of Seville with interesting comments on the Seville in which the author lived. My analysis is limited to the first part of the work because it emphasizes the importance of the antiquities in the city of Seville.

In contrast to Rodrigo Caro's work, Rafael Cervera's *Discursos Históricos* had a very limited distribution. I have worked with the copies in the Richelieu site of the Bibliothèque Nationale de France. The manuscript consists of 2000 pages grouped in five books. Three belong to a first volume, and the other two to a second. At present it remains unpublished despite being the most extensive chronicle of Barcelona until the 19th century with the arrival of Antoni de Capmany. Its scope is also shown in the topics it covers: the founding of the city, the archaeological elements that compose it, the institutions that reside in it, the urban descriptions of secular and religious buildings, and the importance of its inhabitants throughout history. It is a type of work in which descriptive styles of the city converge with the chronistics of pre-modern Catalonia. In this chapter, I will focus mainly on the first book of the work, the one that deals in a particular way with the urban environment of Barcelona.

1 Different authors have focused on the question of the years of production of these works. In Barcelona, Cervera shows vivid signs of having been writing the *Discursos* at least since the 1620s. In Seville Caro was compiling data and making his first digressions on what would become the *Antiquities* in the same years (Solias Huélamo, 2023, pp. 59-63; Morales Álvarez, 1947, p. 119).

2 Biblioteca de Catalunya, B9 (46.811) Car.

3 To cite a few examples, this work is present in the collections of the Universities of Virginia and Seville or the Abbey of Montserrat.

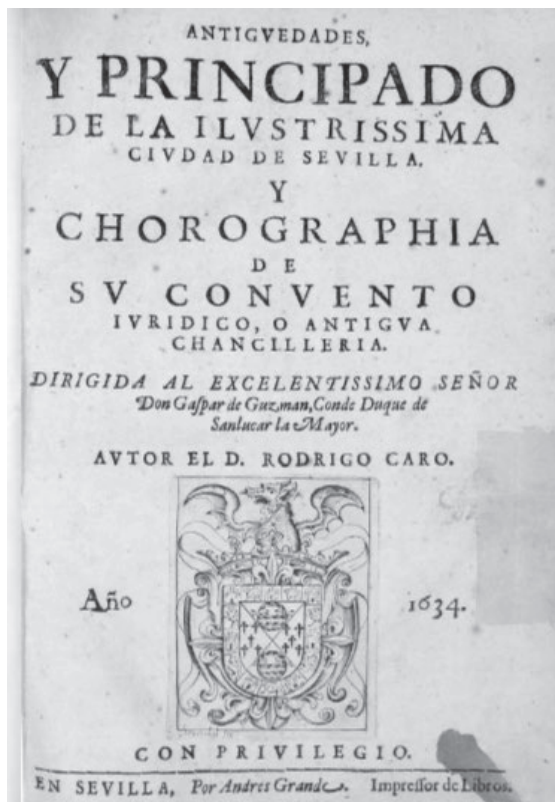
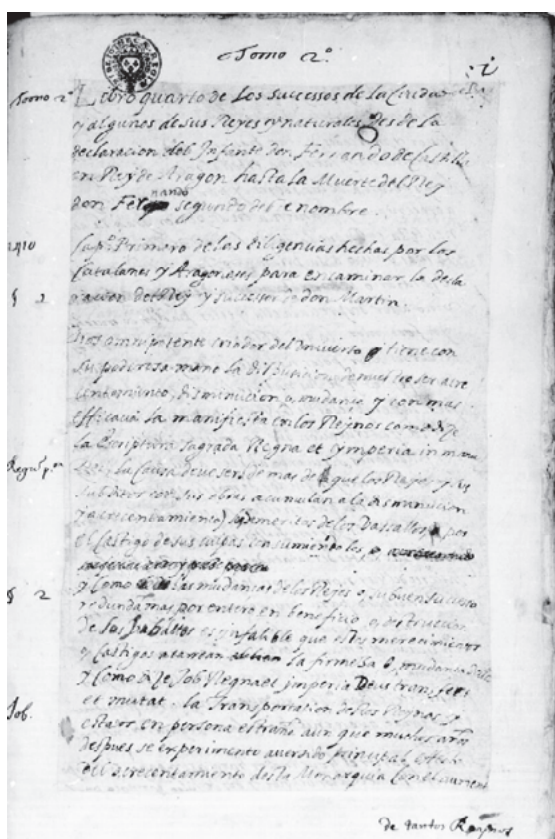


FIGURA 1
Capa de Antigüedades ...
de Rodrigo Caro, 1634
Fonte: Rodrigo Caro (1634),
Antigüedades y Principado
de la Ilustrísima ciudad
de Sevilla. Sevilla:
Andrés Grande.



The trajectories of both authors also present important differences. From a noble family, Rodrigo Caro was born in Utrera in 1573 as the firstling son of Bernabé Sánchez de Salamanca and Francisca Caro. At the age of 17 (1590) he began to study theology in Osuna, and with the death of his father he would pass to the tutelage of his uncle Juan Díaz Caro who enjoyed a good estate. His relationship with Seville was always intense, either for his archaeological studies in the city or for the religious appointments under the protection of Archbishop Pedro de Castro (Morales Álvarez, 1947, p. 71). In the Sevillian capital he found a place of debate for his erudite concerns, joining the intellectual circles of Seville and under the protection of the Duke of Alcalá, Fernando Afán de Ribera y Téllez-Girón (1583-1637) (Gómez Canseco, 1986, pp. 23-28). He died in 1647 leaving an important historical and literary legacy that has made him one of the universal Andalusian authors. The *Antigüedades* and the *Varones insignes en letras naturales de la ilustrísima ciudad de Sevilla* (c. 1647) stand out.

Less well-known is Rafael Cervera, who was born into a family of wealthy Barcelona merchants around 1563. His father's association with the Dukes of Sessa enabled him to accompany Antonio Fernández de Córdoba y Cardona (1550-1606) to Italy. There, he formed a friendship with Antonio's son, Luis Fernández de Córdoba (1582-1642), whom he later represented as proxy of his baronies in northern Catalonia between 1619 and 1620 (Solias Huélamo, 2023, pp. 59-63). Cervera dedicated his translation into Spanish of Bernat Desclot's *Crónica* (1616) to Luis, which would become his most renowned work. He returned to Barcelona at the decade's end, having inherited significantly from his uncle, who had passed away in 1590, and assumed the role of "almotacén" in the city government (Genís Mas, 2012, p. 14). In the 1620s, he was elected second councilor of Barcelona and became involved in the city's intellectual circles (Villanueva, 2004, p. 145). He was buried in 1633, leaving behind a modest historiographical legacy: the aforementioned translation of Bernat Desclot's *Chronicle*, the *Historical Discourses* (1633), and some historical annotations scattered in various archives. Principio del formularioFinal del formulario⁴

4 More writings by the author have been located in the British Library, the Biblioteca de Catalunya, the Real Biblioteca del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial and the Biblioteca de Reserva de la Universitat de Barcelona.



FIGURA 3
Ambrosio de Morales (1575).
*Antigüedades de las ciudades
de Hespaña*. Alcalá de Henares:
Juan Iñiguez de Lequerica.

The differences are clear. On one hand, Caro was part of the clergy associated with the bishopric of Seville, he was an archaeologist interested in antiquities, poetry and literature with a notorious projection within the Court. Although he was never allowed to enter the Court,⁵ his works were regularly consulted by authors of the stature of Francisco de Quevedo (1580-1645) and José Pellicer (1602-1679) (Pascual Barea, 2002, p. 1053). On the other hand, Cervera held various positions in the civil *cursus honorum* of Barcelona and became one of the great chroniclers of Catalonia in the sixteenth century, specializing in the arts of genealogy and history. However, even though Cervera dreamed of entering the courtly sphere, this was more distant for him. Despite these differences, both authors share similar ways. Both explored the paths of local culture under the protection of great names of the Court and were interested in the cities that offered them labor and study.

5 There is news of Rodrigo Caro's attempts to enter the Madrid Court in 1626 (Gómez Canseco, p. 19).

Ab urbe condita.

The foundation of two cities

Ambrosio de Morales, in the prologue of his *Antigüedades de las ciudades de Hespaña* (1575), stated that “nothing is more desired in Spain than to understand the names and ancient sites of the cities that are now populated” (Morales, 1575, f. IV). Analyzing physical and documentary remains present in the cities was a first order element to understand the world in which they lived. The production of this work composed by Morales, chronicler of Philip II and one of the most lucid scholars of the Iberian 16th century, evidences a clear interest on the part of the writers of histories in the Monarchy to study the foundations and origins of cities through the vestiges of the distant classical and pre-Roman past that they found in them.

Morales gives a description of these objects in some of the great cities and territories of ancient Hispania such as Tarraco, Gades or Cordoba. However, his attention is not limited to the study of these artifacts of the past, but he also practices an analysis of the genesis of the Hispanic cities themselves. He gives extensive descriptions of the reason for their names and introduces the first illustrious citizens. It's a text of great originality in the Monarchy that, despite picking up the baton of authors like Jerónimo Zurita (1512-1580), Alvar Gómez de Castro (1515-1580) or Antonio Agustín (1517-1586), has an enormously detailed spirit before its objects of study: the antiquities. With this, he explored philological and antiquarian studies close to the model of Flavio Biondo (1392-1463) (Binotti, 2009, pp. 5-6).

However, despite this interest in the Hispanic cities, the work lacked explanations about the foundation and origin of two great urban centers of the Crown, Seville and Barcelona. These notable economic, social and knowledge centers were founded in Roman times under the names of Híspalis and Barcino. In the case of the Sevillian Híspalis, due to its proximity to the neighboring city of Italica, many writers such as Caro treated both towns as “a single city body.” (Caro, 1634, f. 70v).

Rodrigo Caro in his *Antiquities* describes 98 objects prior to the arrival of Christianity in Seville. They are divided between 48 of an epigraphic nature, 25 of an archaeological nature (including coins or statues), and 25 of an architectural nature, such as temples or houses. This is a very high number in comparison with other works that study the regional aspects of the Iberian Peninsula in the 1630s, especially if we consider the enormous presence of epigraphic antiquities in his *Antigüedades* compared to other authors. Cervera's work, on the other hand,

focuses on descriptive and chronographic art. There are 45 pieces from the ancient world, divided into 14 epigraphic, 7 archaeological and 24 architectural. This is, within the Barcelona chronistics, an outstanding amount that further particularizes the work of the Barcelonian in its urban cultural context.

Their methods of collection are similar: they obtained the sources by reading, observing and empirically contrasting data. Locked in libraries and archives with a stock of writings on history, archaeology, and religion, they would dig into information on objects collected by authors in the past. Thus, both based much of their information on the texts on antiquities of Morales, although with evident local particularities. Caro emphasized the influence of the writings of Alonso Morgado (1520-1582) in the study of Sevillian remains; while, in Barcelona, Cervera emphasized the antiquarian work of Jeroni Pau (1458-1497).

They also surprised themselves by wandering around their respective cities, inquiring and studying the landmarks of the past. Caro, fascinated by the discovery of a Roman inscription found after the felling of a walnut tree “that the air had knocked down” in the suburb of San Bernardo, stated that it was “one of the most beautiful [inscriptions] I have ever seen.” (Caro, 1634, ff. 41vr). Similarly, Cervera admired the epigraphic vestiges of Roman times in his surroundings such as the “one seen of Livio Numidio Montano in the house of Guerau de Guardiola.”⁶ (Cervera, 1633, f. 191r).

Many scholars whom Caro consulted firmly believed that Híspalis was founded by Hercules on his way to Gades. To support their theory of the city’s foundation, these authors either analyzed antiquities or referenced the significant historical tradition highlighted in the chronicle of Florián de Ocampo (Samson, 2006, p. 342). However, Caro exposed the inconsistencies of this foundational theory, arguing that it was based — due to the lack of sources to support it — on a tradition “that exceeds the news of men” (Caro, 1634, f. 342).

Therefore, he explained how Jiménez de Rada attributed to Seville having had two inscriptions that showed the arrival of Hercules to the city. He insisted that, although the Greek hero might not have populated the city, he would have cemented some columns with different inscriptions that testified his work in the

6 It is worth mentioning that Guerau de Guardiola (c. XVI-1645) worked with Cervera for a long time as lieutenant of the master of the rational for the Royal Court of Catalonia.

construction of the city. Of note are one that shows his arrival in Seville and another, of a prophetic nature, in which he predicts the formation of the population:

“FASTA AQUÍ LLEGÓ HÉRCULES”.⁷

“AQUÍ SERÁ POBLADA LA GRAN CIUDAD”.⁸

It also showed how the Sevillian erudite tradition was also based on the monumental trace of the so-called *Puerta de los Goles*. This entrance to the city was completely restructured at the end of the 16th century and renamed Puerta Real. According to these scholars criticized by Caro, the voice “Hércules”, of the gate through which the Greek would have entered, would have varied during the Middle Ages to the denomination “Goles”, still used by many at the time of the author. Therefore, the name of the gate, whose origin was traced back for these scholars to the foundation of the city, would demonstrate according to their worldview the Herculean origin of the city (Caro, 1634, f. 5r).

The author also made a critical study based on those authors who affirmed under philological criteria that the name Hispania came from Híspalo. According to them, Híspalo was the son of Hercules, who would have established his kingdom in the peninsula. This tradition was taken up by several authors,⁹ among which Antonio de Nebrija and Florián de Ocampo (1495-1558) stand out. The resemblance between the voices “Hispania”, “Híspalo” and “Híspalis” would be related, therefore, with the foundation of the city of Seville in the time of Hercules. Caro, nevertheless, did not share this vision because despite “being so admitted it does not have foundations worthy of approval.” (Caro, 1634, f. 6v).

In the same years in which Caro wrote his critique of the Herculean foundation, in Barcelona an already elderly Rafael Cervera faced a similar problem. According to many Barcelona scholars, Hercules had landed in Barcelona with nine boats full of people brought from Greece and Asia Minor. A storm drove away the

7 Here is as far as Hercules went. (Caro, 1634, f. 4r).

8 Here will be populated the great city. (Caro, 1634, f. 4r).

9 “Antonio de Nebrija, Lucas Tudense, Nauclero, Rodrigo Ximénez, Juan Annio de Biterbo, Juan Bohemio, Francisco Tarafa, Florián de Ocampo, Pedro Mexia, Pedro de Medina, Antonio Magino, José de Sesse, Filipino Claverio, Passeracio and others” (Caro, 1634, f. 6v).

ninth boat of the marine convoy with Hercules in it. Consequently, the city of Barcelona was founded, being the root of its name “barca” in reference to the Catalan word for ship and “nona” the ninth of them. The Catalan Pere Tomic (c. XV-1481) was one of the first exponents of this theory of the foundation, who would be followed by authors read assiduously throughout the Monarchy, such as Francesc Tarafa (1495-1556), the Valencian Gaspar Escolano (1560-1619) or Florián de Ocampo. One of the argumentative bases was in the monumental traces of the Catalan capital. According to Cervera, “some poets affirm that [Hercules] died in Barcelona, and that is where his tomb would be” (1633, f. 36v). This would be in what is known today as the temple of Augustus, located in Paradís street in Barcelona.

However, unlike Seville, Barcelona at that time had a solid historical culture based on the aforementioned Jeroni Pau and Pere Miquel Carbonell (1434-1517), who were very critical of the theory of the Herculean foundation. Nevertheless, Cervera lamented the liveliness with which this question was still present among Barcelona scholars. However, the study of the past made it possible to establish which authors defended an “apocryphal” position in scholarly circles, and who followed critical approaches based on the sources:

“The modern ones that give Hercules as the founder of Barcelona are considered apocryphal for not supporting their authority to any of the ancient authors nor in probable conjectures. Although it is truly difficult or impossible to uproot the opinion after being spread in the *vulgo* with the favor of boasting and vainglory” (1633, f. 5r).

However, such was the conviction in the city that in the time of Charles V the urban council placed an inscription on the facade claiming the Herculean heritage of Barcelona, to which were added a whole set of cultures that had founded it: the Greeks with Hercules, Carthage, Rome, Gotia and even the prince, the future Philip II (Espluga, 2014). Cervera then acted as a recuperator of the critique of the foundational theories exposed by Pau and Carbonell, digging into written and antiquarian sources of the urban past.

The presence of ideas that yielded, in Cervera’s words, to “boastfulness and vainglory” caused both Caro and the Barcelonian to face a very complex common issue: to compare and weave a common idea about the foundation of the city that would weave a critical theory based on antiquarian and written sources with the

important historical tradition of both cities. Faced with the need to draw connections between their vision of the foundation and the Herculean foundational theory, both authors took similar initiatives focused on philological and material analysis.

For Caro, Seville was not created by the Greek, but by the Iberians themselves. Although it was the first city in Spain to be founded as such, since “Hispania was named after Híspalis, its first foundation” (1634, f. 6v), Hercules or Híspalis would have acted as an agglutinator of the Iberian peoples already established in the area for the greater reputation of the city. The similarity of this story with others present in antiquity¹⁰ did not escape Caro. Consequently, he affirmed that in the case that Hercules passed through Híspalis, he did it like Romulus in Rome, re-aggrandizing the city.

Likewise, Caro was aware of the strength of the historical tradition linked to Hercules and Híspalo as the first founders of Seville. For him “it is so dangerous to establish a fixed point in the matter we are dealing with that it cannot be done without a note of temerity” (1634, f. 5v). Consequently, he goes through architecture and epigraphy. The author thus highlights a white marble plaque placed on the door of Jerez, which includes a praise to Julius Caesar and the medieval knight Garci Perez de Vargas:

“Hércules Me Edificó, / Julio César Me Cercó / De Muros Y Torres Altas. / Y El Rey Santo Me Ganó, / Con Garci Pérez De Vargas”.¹¹

His conclusion after analyzing it is that “Hercules founded or enlarged it, since it was populated and had the Iberian name of Híspalis”. In addition, he contradicts Jiménez de Rada and Florián de Ocampo quoting San Isidoro. He warns that Híspalo — who under his criteria would unify the Sevillians before the arrival of Hercules — would be a descendant of Tubal, “and not of Egyptian Hercules”. And finally, he concludes this question arguing that “it would be rash to deny it and to exclude the ancient testimonies that are preserved.” (1634, f. 6r).

¹⁰ For more inquiries about founding heroes of cities, refer to Cuart Moliner, Baltasar. (2015). “Una mentira hermosa y aparente por su antigüedad. Héroes fundadores, ciudades y libros de historia” In Truchuelo et al., 2015.

¹¹ “Hercules built me, / Julius Caesar surrounded me / with walls and high towers, / and the Holy King won me, / with Garci Perez de Vargas”.

In Barcelona, Cervera also uses the philological criticism and the study of the material remains to address the problem of the foundation. He states that the root of the name of Barcelona, “Barca”, cannot come from the Greek or Latin language since for him it was a voice of Phoenician origin. Therefore, it must have been Amilcar Barca, Hannibal’s father, who in his passage through Hispania founding other cities in the peninsula decided to create a stronghold in Barcelona. Therefore, the Barca family would have given its name “Barca” to Barcelona. However, Cervera’s use of antiquities is not as direct as Caro’s, and he was fully aware of it: “there is lacking in this place memoirs in confirmation of conforming the name of Amilcar Barca with that of Barcino.” (Cervera, 1633, f. 11v).

But this did not stop him from making contributions to the critique of the Herculean foundational theory of Barcelona. According to Cervera, many authors related the aforementioned augustal temple of Paradís street with one either from the Herculean period or dedicated to the Greek. The Barcelonian, on the contrary, rightly argued in another direction. Analyzing the carving, the style of the columns “and for having the forum nearby”, it could only be from Roman times (1633, f. 37r).

However, Cervera did not escape from the influence of tradition, and following the indications of his friend Jeroni Pujades (1568-1635), he explains the presence of a Herculean temple on the outskirts of Barcelona. Resorting to the Cadiz chronicler Juan Bautista Suárez de Salazar (c. XVI-1644) he justifies that, if this temple existed, it would be located on the mountain of Montjuic and would date from the time of the Carthaginian foundation of the city. Thus, he concludes that “it is the custom of the Tyrians and Phoenicians, and therefore of the Carthaginians their descendants, to build the temples of Hercules outside the towns.” (1633, f. 12r). With the arrival of the Romans, Hercules would have been syncretized in Jupiter, giving rise to the name of Mons Iovis, and consequently the name of the Barcelona mountain would be Montjuic.

Conclusions

Whether by antiquarian or philological analysis, what is clear is that both authors took a close fit to the ideas of Tubalism. For them Tubal, grandson of Noah, was the father of the Iberian peoples prior to the arrival of Hercules. Therefore,

Tubal and his descendants would have been the first settlers of the territories of Híspalis and Barcino. They thus followed in the wake of Ocampo and Juan de Mariana, trying to link the origins of the Hispanic cities not to the Greco-Roman world, but to an autochthonous force that would be headed by the Tartessians or Iberians (Gómez Martos, 2018, pp. 58-59).

Tubalism was supported by a wide range of authors. It was present in the works of Caro and Cervera through the references of Antonio de Nebrija, Annio de Viterbo, Lucio Marineo Sículo and Florián de Ocampo. With their interpretation of tubalism, the scholars on whom this study focuses were able to take the foundation back to a more remote period, to the local, Iberian and tubalist past. However, this did not stop them from criticizing or respecting the historical tradition of the authors.

Likewise, for Cervera, Amilcar was an agglutinator of the local peoples. Despite this, the origin of Barcelona was much earlier than the arrival of Hercules and the Carthaginian. Like Caro, he fixes his gaze on Tubalism, seeking to link the origins of his city with the inhabitants of Iberia before the arrival of the Phoenicians, Greeks and Romans. Tubal in his arrival to the peninsula with his army would have left populated the plane of Barcelona. With this, he brought the city back to biblical origins, since “if following these conjectures Tubal was the first founder of Barcelona, he had a far more illustrious founder than Hercules and Asdrubales because [...] he had knowledge of the true God whom he adored, who is a greater quality and higher wisdom than all the greatnesses that are praised by the others” (1633, f. 16r).

Tubal and Hercules formed part of the pantheon of illustrious characters of both cities, as did their main neighbors throughout history, their counts, their saints and monarchs. Tracing the creation of Seville or Barcelona back to Tubal, Hercules and Amilcar pursued to a certain extent an idea of reputation in tradition. The reading of classics — and not so classics — surely pushed both authors to think that treasuring a good number of illustrious names was a valid argument to defend the historical, cultural and political importance of the city.¹²

12 In the works of Caro and Cervera there is a constant presence of Titus Livius with the aforementioned idea of Romulus as the “re-ennobler” of Rome, as well as the presence of other descriptions of local character contemporary to the work of Caro and Cervera in which this notion of treasuring illustrious names is defended, probably due to the influence of humanist culture.

The use of antiquities in their works offered Caro and Cervera a wide field of exploration since the local tradition — apart from Jeroni Pau in Barcelona — did not expressly look at material culture. Far from being something close to the idea of “myth criticism” typical of nineteenth-century historiography,¹³ what both authors apply is an intricate conversation with tradition. In other words, scholarly criticism was configured as a complex negotiation based on antiquities together with the historiographic and philological study of urban foundations.

In this negotiation, Caro and Cervera introduced an important component based on Iberian erudition expressed through tubalism, although with certain reticence. Although, tubalism had a voice in historians such as Juan de Mariana, whom both authors read with attention. However, his vision had important critics close to the Court as Benito Arias Montano (1527-1598), Francisco Cascales (1564-1642) or Francisco de Quevedo (1580-1645) (Ballester Rodriguez, 2013, p. 233). Either by the strength of the local historical tradition, or by the criticism of these scholars, they did not want to firmly sentence Tubal as the only founder of their cities even though the monumental remains, antiquarists and philological study pushed them towards this idea.

Thus, the local discourse of the foundations took on for these scholars a rigor that went beyond the idle. The control of local history and the establishment of a historical truth was, in the thinking of many scholars of the time, essential for the maintenance of the Republic. The importance of being present in History is defended by Francisco Cascales (1564-1642) in his *Historia de Murcia* (1633): “the ancient and modern chroniclers have used so little of us that we are hardly mentioned in the general histories of Spain [...] something that these Historical Discourses full of our exploits will tell with much truth” (1621, f. 3r.). To be the owner of —in Cascales’ words— a “true history” of the city, of its foundation and of its antiquities was, therefore, something that gave reputation to a city and to its citizens as a whole.

13 As defined by Escurignan, myth is “that which cannot really exist, that which opposes reality” (Escurignan, 2021, p. 25).

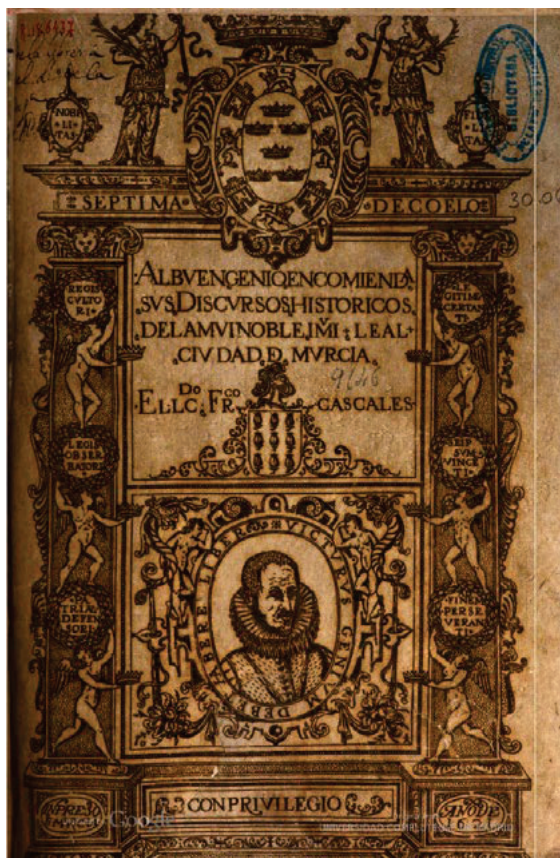


FIGURA 4
Francisco Cascales (1621).
Al buen genio encomienda sus discursos históricos de la muy noble y leal ciudad de Murcia.
Murcia: Luis Beiros.

Likewise, both Cervera and Caro move in the orbit of what has been defined as the “critique of the bad historian”. In their writings, both authors resolve questions generated by the persistence of misinterpretations originating in the historical tradition. Consequently, they mercilessly attack certain foreign authors, while trying to respect those who belong to the local tradition. Ultimately, this should be understood as “the manifestation of the continuity of a strong critical tradition” (Esteve, 2022, p. 29).

However, this criticism could not firmly close the debate on the foundational theory of Seville, which would continue to manifest itself even in the twentieth century: “Who founded Seville? The founder was a Phoenician merchant named Melkart. [...] changing his name until he became Hercules.” (Mena Calvo, 1988, p. 15). The great presence of this theory in works of Iberian projection and its great literary richness ended up consecrating the theory in myth. The presence of Hercules as one of the founders of the city continued to give prestige to the city and to enrich the prose of the works of intellectuals from the 18th century onwards.

In any case, the analysis of objects from the past was greatly influenced by the political and cultural present of their cities. Being able to trace the urban origin back to the Bible through Tubal, son of Noah, was an aspect that helped the authors in their quest to magnify the origin of Seville and Barcelona, even more so at a time of maximum religious effervescence as Seville and Barcelona were experiencing in the 1620s and 1630s, in the midst of the Counter-Reformation and with important campaigns to canonize important figures of the local culture.

In conclusion, the historical critique of the foundational theories in Seville and Barcelona through the use of antiquities served Caro and Cervera not only for the production of an idle writing. The deep erudite roots of these authors were also manifested to shape a thought aimed at enhancing the reputation of the city. And the influence of their thinking, based on the detailed analysis of objects and the cross-referencing of data with documentation from archives and libraries, laid a solid foundation for the historians and archaeologists of Seville and Barcelona who would excel in the eighteenth and nineteenth centuries.

SOURCES

- Morales, A. de. (1575). *Antigüedades de las ciudades de Hespaña*. Alcalá de Henares: Juan Iñiguez de Lequerica.
- Caro, R. (1634). *Antigüedades y Principado de la Ilustrísima ciudad de Sevilla*. Sevilla: Andrés Grande.
- Cervera, R. (1633). *Discursos históricos de la insigne ciudad de Barcelona*. Barcelona: Rafael Cervera.
- Cascales, F. (1621). *Al buen genio encomienda sus discursos históricos de la muy noble y leal ciudad de Murcia*. Murcia: Luis Beiros.

BIBLIOGRAPHY

- Amelang, J. S. (2018). *Writing Cities: Exploring Early Modern Urban Discourse*. London: Central European University Press.
- Ballester Rodriguez, M. (2013). La estirpe de Tubal. Relato bíblico e identidad nacional en España. *Historia y Política*, 29, 219-246. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Binotti, L. (2009). Coins, Jewelry and Stone Inscriptions: Ambrosio de Morales and the Re-Writing of Spanish History. *Hispanofilia*, 157, 5-24. Department of Romance Studies, University of North Carolina.
- Cacciotti, B. (2022). *Roma e la Spagna in dialogo: interpretare, disegnare, collezionare l'antichità classica nel Rinascimento*. Madrid: CSIC.
- Christian, K., & Divitis, B. (Eds.). (2019). *Local antiquities, local identities: Art, literature and antiquarianism in Europe, c. 1400-1700*. Manchester: Manchester University Press.
- Delicado, R. (2008). Tito Livio en el Renacimiento español. In J. M. Maestre Maestre et al. (Eds.), *Humanismo y pervivencia del mundo clásico. Homenaje al profesor Antonio Prieto*, 4, (pp. 1237-1246). Madrid: CSIC.
- Escurignan, S. (2021). *Une genèse pour l'Espagne. Le récit des origines dans la Estoria de España d'Alphonse X le Sage*. (Online). Paris: e-Spania Books
- Espluga, X. (2014). La inscripción latina renacentista de la fachada gótica de la Casa de la Ciudad. *Barcelona Quaderns d'Història*, 20, 59-76. Ajuntament de Barcelona.
- Esteve, C. (2022). La idea del mal historiador en la temprana modernidad (1530-1651). *Cuadernos de Historia Moderna*, 47(1), 9-33. Universitat de Barcelona.
- Genís Mas, D. (2012). *La Historia de Cataluña de Rafael de Cervera*. [Tesis Doctoral, Universitat de Girona].
- Gómez Canseco, L. M. (1986). *Rodrigo Caro. Un humanista en la Sevilla del seiscientos*. Sevilla: Diputación de Sevilla.
- Gómez Martos, F. (2018). *La creación de una historia nacional. Juan de Mariana y el papel de la Antigüedad en la Edad Moderna*. Madrid: Universidad Carlos III.
- Mena Calvo, J. M. de. (1988). *Historia de Sevilla*. Barcelona: Plaza y Janés.
- Morales Álvarez, M. (1947). *Rodrigo Caro. Bosquejo de una biografía íntima*. Sevilla: Ayuntamiento de Utrera.
- Morán Turina, M. (2010). *La memoria de las piedras. Anticuarios, arqueólogos y coleccionistas de antigüedades en la España de los Austrias*. Madrid: CSIC.
- Olds, K. B. (Ed.). (2015). *Forging the Past: Invented Histories in Counter-Reformation Spain*. Yale: Yale University Press.
- Pascual Barea, J. (2002). Veterum Hispaniae deorum Manes siue reliquiae. Noticias del tratado de Rodrigo Caro sobre la religión antigua en Hispania. In A. M. Aldama Roy, M. F. del Barrio Vega, & A. Espigares Pinilla (Eds.), *Nova et Vetera: Nuevos horizontes de la Filología Latina* (pp. 1049-1064). Madrid: Sociedad de Estudios Latinos.
- Samson, A. (2006). Florián de Ocampo. Castilian chronicler and Habsburg propagandist: rhetoric, myth and genealogy in the historiography of Early Modern Spain. *Forum for Modern Language Studies*, 42(4), 339-354. Oxford University Press.
- Sánchez-Marcos, F. (2003). *La historiografía española del Barroco (1580-1684)*. Barcelona: n. e.
- Solias Huélamo, Q. (2023). Rafael Cervera (c. 1563-1633). Aproximación a la trayectoria social desde el discurso de un erudito de la primera Edad Moderna. *Dirāsāt Hispānicas*, 9, 51-72. Instituto Superior de Ciencias Humanas de Túnez.
- Truchuelo García, S., López Vela, R., Torres Arce, M. (2015). (Eds.) *Civitas: expresiones de la ciudad en la Edad Moderna*. Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria.
- Villanueva, J. (2004). *Política y discurso histórico en la España del siglo XVII. Las polémicas sobre los orígenes medievales de Cataluña*. Alicante: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alicante.

Brasília, velhos
mitos sob um discurso
de modernidade

Brasília, old myths under
a discourse of modernity

SÁVIO TADEU GUIMARÃES

Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)

RESUMO

O presente estudo tem como temática a cidade de Brasília, capital federal do Brasil e sua análise a partir de suas referências contextuais e contradições; especificamente, o fato desta cidade ser reconhecida sob o discurso de modernidade que pautou o pensamento e as criações de seu tempo, a primeira metade do século XX, ao mesmo tempo em que sua construção foi legitimada sob a esfera Política, assim como da Religião e da Arte com o auxílio de dispositivos historicamente adotados nestes campos (como nas grandes narrativas fundacionais da América); e se sua própria Arquitetura e Urbanismo modernos também são carregados de referências históricas como explicitado na descrição de sua proposta, o Território onde foi implantada como uma estratégia de povoamento é marcado por ocupações humanas ancestrais, tal como a esfera do Meio Ambiente do qual faz parte e do Patrimônio Biocultural que se tornou ampliam as possibilidades de sua assimilação. Para tal abordagem, o procedimento metodológico adotado se pautou em fontes documentais primárias, além de bibliografia afim, nacional e internacional. Já o enfoque da abordagem deste processo de pesquisa aqui sintetizado se vinculou, sobretudo, à Análise Discursiva, que permite uma excelente explicitação dessas nuances presentes nos discursos sobre uma Brasília utópica vinculados a diversos campos do conhecimento a partir de seus supracitados “parâmetro moderno” e “mito fundador”, ambos carregados de coerências em relação ao seu contexto de criação e também a contradições à que qualquer cidade, como um organismo social, estão sujeitas, e que em Brasília se evidenciam.

PALAVRAS - CHAVE

Brasília; Modernidade; Patrimônio Cultural; Mito; Utopia; Análise do Discurso.

ABSTRACT

The present study's theme is the city of Brasília, the federal capital of Brazil, and its analysis based on its contextual references and contradictions; specifically, the fact that this city is recognized under the discourse of modernity that guided the thinking and creations of its time, the first half of the 20th century, at the same time that its construction was legitimized under the Political sphere, as well as Religion and of Art with the help of devices historically adopted in these fields (as in the great founding narratives of America); and if its own modern Architecture and Urbanism are also loaded with historical references as explained in the description of its proposal, the Territory where it was implemented as a settlement strategy is marked by ancestral human occupations, just like the sphere of the Environment of which it is part and the Biocultural Heritage that it has become expand the possibilities of its assimilation. For this approach, the methodological procedure adopted was based on primary documentary sources, in addition to related national and international bibliography. The focus of the approach to this research process synthesized here was linked, above all, to Discursive Analysis, which allows an excellent explanation of these nuances present in the discourses about a utopian Brasília linked to different fields of knowledge based on its aforementioned “modern parameter” and “founding myth”, both full of coherences in relation to their context of creation and also contradictions to which any city, as a social organism, are subject, and which are evident in Brasília.

KEYWORDS

Brasília; Modernity; Cultural Heritage; Myth; Utopia; Discourse Analysis.

Considerações Iniciais

“(…) Se eu dissesse que Brasília é bonita, veriam imediatamente que gostei da cidade. Mas se digo que Brasília é a imagem de minha insônia, veem nisso uma acusação; mas a minha insônia não é bonita nem feia — minha insônia sou eu, é vivida, é o meu espanto (…)” (Lispector, 1970, p. 12).

O capítulo aqui apresentado perpassa as temáticas da história e do mito na origem das cidades, temáticas abordadas a partir da expressão cultural de uma “cidade planejada” conjuntamente à sua assimilação como “patrimônio histórico e artístico” — de uma expressão cultural fortemente representativa dos grupos sociais que ela representa ou cujo discurso sobre ela engendrado visa representar. Especificamente, este capítulo tem como objeto de estudo a capital federal do Brasil, Brasília, que será abordada por um ponto de vista pertinente para uma análise e reflexão sob essa esfera supracitada, da história e do mito, desde sua fundação e inauguração em 1960 como uma cidade nova (moderna, ou vinculada a uma ideia de moderno) à sua preservação sob o *status* de patrimônio cultural nas esferas distrital, nacional e mundial já em 1987, além de abordar questões que a contemporaneidade solicita que sejam (re)pensadas em Brasília.

Esta abordagem visa, assim, também enfocar um dos dilemas dessa cidade de ideário modernista na contemporaneidade gerados entre a preservação de sua espacialidade sob sua condição de patrimônio cultural da humanidade e suas possibilidades de transformação de acordo com as necessidades e valores de quem vive em sua espacialidade atualmente. Esses dilemas perpassam, dessa maneira, tanto a necessidade de se repensar essa cidade polo, em constante crescimento e adensamento de suas imediações, quanto os ideais de se preservar seu potencial histórico-cultural, e turístico-econômico. Mas, ainda mais especificamente, se o mito fundador dessa cidade, forjado já no memorial de sua proposta de projeto de 1957, faz referências diretas à industrialização como pressupostos legitimadores da então nova capital federal da república brasileira, é possível constatar, neste mesmo momento de concepção da cidade de aparência arquitetônica e urbanística modernas, a adoção de estratégias discursivas de legitimação dos esforços necessários para sua concretização não apenas na esfera da Política, mas também naquelas a ela agregadas estrategicamente, as esferas da Religião e da Arte, por meio de dispositivos tradicionalmente acionados em tais campos, conforme ocorrente noutras tantas narrativas vinculadas aos mitos e às utopias ao longo da História. Assim, a tais narrativas se somam as do campo da Arquitetura e Urbanismo, Território, Meio Ambiente e Patrimônio Biocultural a serem aqui também abordadas.

O procedimento metodológico adotado para tal estudo se pauta em fontes documentais primárias, além de bibliografia afim, nacional e internacional, e documentação fotográfica produzida pelo autor, que vivencia seu cotidiano nesta cidade e já a tem como objeto de outras investigações voltadas a questões

socioculturais e socioambientais. O enfoque da abordagem deste processo de pesquisa aqui proposto se vincula, sobretudo, à Análise Discursiva, que permite uma excelente explicitação das nuances presentes na apropriação desta cidade por diversos campos sob seu “mito fundador” e suas premissas “modernas”, ambos carregados de coerências contextuais e contradições, o que faz estes discursos se tornarem, conseqüentemente, instigantes a várias reflexões. Espera-se que as reflexões assim engendradas por tal capítulo possam configurar uma construção dialógica de conhecimento, possibilitada pela revisão de alguns anos de estudo local e sua compilação para a apresentação ocorrida no Congresso Internacional Historiografia das Cidades, promovido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e pela Câmara Municipal de Lisboa, que posteriormente estimulou e possibilitou a atual publicação, uma vez divulgada, aberta a novas reflexões.

Sobre mitos e discursos na história da cidade de Brasília

“As mitologias proliferam. Eis o fato. Isso poderia parecer estranho no momento em que os empreendimentos se racionalizam, em que as ciências se formalizam, em que a sociedade passa, não sem dificuldades, a um novo estatuto de organização técnica. Na realidade, o desenvolvimento técnico que acarreta o descrédito das ideologias não elimina a necessidade à qual elas correspondiam. Transforma as crenças em lendas ainda mais carregadas de sentido — qual? não se sabe mais” (Certeau, 2003, p. 41).

É sob este conjunto de interesses a postos na arena do cotidiano do último século que o presente século se reconfigura, como tão bem analisou o antropólogo Michel de Certeau e como consideramos pertinente para a presente reflexão sobre a cidade de Brasília, cuja história permeia, entre suas referências, tanto antigos mitos quanto discursos de modernidade. Neste ponto inicial, cabe enfatizar que os termos “modernismo” ou “moderno”, ainda que possam ter outras assimilações (Habermas, 2000), são aqui utilizados como referências a uma vertente que pautou pensamentos e criações na primeira metade do século XX, quando as cidades se transformavam sob o advento da “modernização” trazida com o processo de

industrialização, processo este que se tornava a grande referência daqueles que tentavam entender as mudanças então experimentadas. Sobre a análise do caso específico de Brasília, também cabe ressaltar que seu enfoque sob procedimentos da análise discursiva (Faircough, 2003; Resende, 2009) auxiliaram, sobretudo, a conformação da investigação; afinal, para tal linha de análise, entre os quatro elementos imbricados na prática social (fenômeno mental, relações sociais, atividade material e discurso), o discurso, ao passar por uma análise crítica, pode trazer ao campo da percepção tanto a interligação entre estes elementos quanto as distorções geradas (consciente ou inconscientemente) em sua interconexão. Assim, iniciando a abordagem sobre as características e contradições do caso em análise, a partir de seus discursos promotores, que perpassam os demais elementos da prática social supracitados e, neste caso, o fazem por meio das esferas da Política, da Fé e da Arte, consideramos pertinente, para uma melhor aproximação das nuances de Brasília, evidenciar brevemente conceitos e categorias de pensamento chave para esta reflexão, como as da “memória” e da “identidade”, do “mito” e da “utopia”.

Decerto, as específicas dimensões da memória consistem em importantes ferramentas para a compreensão de realidades distintas, ainda que (ou sobretudo porque) a memória venha a se configurar como um mecanismo pautado pela seletividade e, não poucas vezes, vinculado a mitos e lendas. Abordagens dessa linha, como as realizadas por nomes como Leroi-Gourhan (*apud* Le Goff, 2003) — que divide a memória em períodos de acordo com sua transmissão, oral, escrita com tábuas ou índices, por fichas, pela mecanografia e, pela seriação eletrônica — têm auxiliado bastante em uma melhor assimilação dos fatos já registrados. Afinal, a memória, tal como suas diversas dimensões o demonstram, juntamente com a categoria dos mitos, explicita um referencial coletivo originado por uma linguagem narrativa indireta, enquanto a identidade, referencial conformado por um contínuo processo de apropriação e exclusão, tal qual ocorrente no caso próprio da memória, constrói uma compreensão do mundo, à parte das negociações que engendra. Como tão bem explicitadas pelo historiador Ulpiano Bezerra de Meneses (1998, p. 50): “(...) identidade, memória e mito são atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores. São basicamente atividades de ordem ideológica, canalizadas na formação e mobilização de auto-imagem (e, em particular, no caso da identidade, também a imagem do outro)”; se estas três atividades também podem ser consideradas vitais na vida social, como enfatiza o mesmo autor (*idem*, p.

50), ao evidenciar que não são anacronismos numa sociedade que se considera moderna; “não há sobrevivência física, psíquica e social sem memória e sem identidade; sem o mito, as necessidades de sentido que impõe a reprodução física, psíquica e social estariam criticamente comprometidas. Finalmente, são arenas de poder, de confronto”. Sendo assim, elas instigam, sob tais aspectos, este e tantos outros autores (Halbwachs, 2004; Decca, 1992) ao questionamento de como um determinado sentido é produzido historicamente, e de como é controlado tal sentido...

Sob este último enfoque da questão, o da possibilidade de uma livre manipulação de memórias e mitos (Chauí, 2000) no ato de conservação e transmissão de informações praticado pelo homem, tal situação gera tanto uma sedução à criatividade pela imaginação transfigurada em realidade quanto uma atitude inconsciente e consciente de segregação social — processos estes que configuram a manifestação problemática desses temas correlacionados. Sendo assim, tal atratividade da memória, e também do mito, consiste também numa grande armadilha quando se tem em vista sua utilização como meio de informação exclusivo, pois, seu caráter evocativo, é ao mesmo tempo o seu avesso, um caráter seletivo, excludente, que torna mais complexo e sistemático o trabalho de conhecimento alicerçado em suas múltiplas e simultâneas dimensões, afinal: “a memória desempenha um papel crucial no interior dos mecanismos de poder, desenhando um campo de disputas essencial às possibilidades democráticas” (Paoli & Almeida, 1996, p. 186).

Logo, se a memória, e o mito, mais que um processo de permanente construção de um tempo, de um espaço, segundo critérios de seleção, suscitam o predomínio de determinados sentidos e valores culturais de outros passíveis de existência em todos os momentos históricos, faz-se necessária uma ponderação constante às informações transmitidas via memória oral, coletiva ou histórica — neste último modo, quando o mito e a memória são tornados registro, seja por meio de documentos textuais ou espaciais, como neste caso em análise, o de uma cidade. O escritor Ítalo Calvino, em suas *Cidades Invisíveis*, tão reais quanto imaginárias, também se atentou para este fato entre tantas outras observações perspicazes sobre as presenças do desejo, do símbolo e da memória expressos universalmente nas mais diferentes cidades, explicativas e enganadoras: “as populações e os costumes mudaram diversas vezes, restam o nome, o lugar em que está situada, os objetos mais resistentes. (...) Jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles” (Calvino, 2004).

Sob essa mesma esfera, o imaginário envolvente acionado pelo conceito de utopia, cunhado por Thomas Morus em 1516, como referência a uma fictícia ilha situada, justamente na América, no sul do Oceano Atlântico, há muito deixou de ser referenciado à sociedade harmoniosa por ele imaginada como um lugar fundado a partir de leis igualitárias, passando a expressar desde um gênero literário a ideias de organizações político-social ideais. O que nos parece pertinente aqui ressaltar é que, mesmo se nos pautarmos nos imaginários ou nas utopias propagadas em distintos momentos históricos, nos aproximamos do contexto cultural em que foram criadas ou mais divulgadas — seja a concepção da ideia de utopia na proposta de Morus (como um manifesto ou sátira de um Estado ideal existente em lugar nenhum), seja na crença e procura de um “Vale do Eldorado” (empreendida não por acaso América Latina também durante o século XVI, no início da colonização local após um descobrimento vinculado à busca de metais preciosos), seja no imaginário também acionado na descrição de utopias posteriores, tal como a “Lemúria” (idealizada por Ernst Heckel e Helena Blavatsky em meados do século XIX como um continente perdido e plausível para a explicação do pensamento evolucionista então em ascensão e utilizado na construção das novas espacialidades de caráter territorial), tal como “Shangri-la” (a espacialidade pacífica e longínqua de um Himalaya de monges imortais assim caracterizada na sedutora descrição literária criada por James Hilton em meados do século XX, num claro reflexo de uma sociedade em vias de maior descontentamento com os ideais capitalistas ocidentais). Na obra *Conversas do Arquipélago*, pautada no diálogo entre Hans Ulrich Obrist e Édouard Glissant, temos uma preciosa síntese sobre o conceito e a importância da ideia de utopia dada por Glissant: “A utopia não é um objetivo nem uma meta. Tampouco é um sonho. A utopia é o que nos falta no mundo. Nossa utopia é uma busca por interconexão e totalidade, mas de forma que não deixemos de fora nenhum componente do mundo quando pensamos “mundo”. Assim, no mundo de hoje, a utopia nunca está completa. É aquilo que nos falta” (Glissant & Obrist, 2023, p. 23).

A partir das referências supracitadas, podemos considerar que memória e identidade, mito e utopia, estão, não por acaso, intrincados na trama discursiva engendrada sobre a cidade de Brasília; de modo que, quando acionados; perpassam importantes campos de conhecimento e expressão humana, como os da Política, Religião e Arte — campos estes nos quais afeto e poder se apresentam de modos por vezes decisivos em situações que envolvem a subjetividade dos sujeitos ou do próprio corpo social.

Tal como a Política e a Religião, a Arte, entre a busca por expressões inovadoras ou representativas de um determinado contexto, também contribuiu significativamente para a co-criação da realidade, e no caso do “Brasil moderno”, do século XX, e de Brasília, sua participação por meio de uma linguagem estético-estilística específica foi fundamental para delinear os contornos de uma brasilidade ora identificada ora almejada, como identidade. “Na *Marcha das utopias*, de 1953, Oswaldo de Andrade afirma que ela se inicia com Américo Vespúcio e termina com o *Manifesto Comunista* de Karl Marx. A utopia, portanto, nasce com a ideia do Novo Mundo: sua criação, de ilha da Utopia, se deu pelo entusiasmo de Morus ao ler as cartas de Vespúcio” (Zim, 2023, p. 43). No âmbito dessa propalada “utopia americana”, já foi apontado, inclusive, que o Brasil está no centro, como uma projeção da ilha de Morus ou a Terra Prometida (Ainsa, 1999), uma geografia exótica (Todorov, 1992) e ainda imaculada (*sic*) tornada um dos cenários capazes de realizar o duradouro sonho de “fazer a América” (Fausto, 1999).

Culminou assim, em tal contexto, entre as esferas do mito e da utopia, a concretização de um desejo já existente, inicialmente no campo político: desde os tempos do Brasil Colônia no século XVIII com a *Carta Geográfica* encomendada pelo Marquês de Pombal interessado na ocupação da área central do Brasil (Costa & Medeiros, 2009), passando pelas expedições do século XIX como a Missão Cruls, geradora do *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central* em 1892 (IPHAN, 2007; ArPDF, 1998), assim como pelo projeto Marcha para o Oeste (Ricardo, 1940) implementado na década de 1930 durante a Era Vargas para incentivar uma maior povoação do Centro-Oeste e Norte do Brasil, que resultou no planejamento da cidade de Goiânia e, de certo modo, no concurso para a construção da cidade de Brasília como última das 31 metas do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek e na consequente transferência da capital federal, do Rio de Janeiro, para o interior do território. De fato, em meio ao desenvolvimento industrial ocorrente nos anos 1950, o discurso sobre as vantagens da construção de uma nova capital no centro do país atrelou tal empreendimento tanto às expectativas de progresso econômico então vivenciadas quanto à sua suposta necessidade como uma melhor representatividade simbólica dos novos tempos então prenunciados e, inclusive, já presentes no pensamento e nas expressões artísticas brasileiras vanguardistas da época.

Autointitulados modernos, tal como sua obra, os criadores mais influentes dessa vertente da arte brasileira estiveram alinhados com as forças políticas e

econômicas do momento, ou seja, apoiaram e foram apoiados tanto pelo governo de Getúlio Vargas que já em seu *slogan*, Estado Novo, expressava um ideal de modernidade e inovação, pela burguesia cafeeira e industrial, à época em ascensão no país e interessada em se diferenciar simbolicamente das oligarquias tradicionais em decadência político-econômica (Chuva, 2009; Cavalcanti, 2006). Decerto, tal influência alcançada pelos artistas e intelectuais brasileiros permitiu, junto à então ocorrente adoção dos referenciais artísticos da vanguarda internacional influenciados pela industrialização, uma peculiar busca artística e intelectual das raízes identitárias nacionais: logo encontradas nos resquícios de memórias e expressões artísticas e culturais coloniais e barrocas, realizadas sobretudo no sertão do território, onde o europeu-português, o africano e o indígena promoveram um amálgama cultural de fato singular e instigante a uma ideia de brasilidade — e mais que um barroco “mineiro”, como tão difundido, um barroco “estradeiro”, que se estendeu das Minas Gerais a São Paulo, Goiás e Bahia entre Estradas Reais e Entradas e Bandeiras (Bicca & Bicca, 2006).

Especificamente, cabe menção inicial a realização da tão emblemática Semana de Arte Moderna de 1922, ocorrida no Theatro Municipal de São Paulo, assim como a realização do polêmico Salão Revolucionário de 1930 na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, que o então diretor Lucio Costa tentava renovar; ainda que na mostra de 1922 a arquitetura não tenha estado presente além dos croquis de Antônio Garcia Moya, na mostra de 1930, por sua vez, foram expostos tanto projetos quanto fotografias de obras arquitetônicas então inovadoras, como as de Gregori Warchavchik, consideradas as primeiras casas modernistas brasileiras (Tufano, 2021, Guimarães & Rocha, 2020). E nos anos seguintes a tais eventos, obras arquitetônicas modernistas se tornaram a linguagem oficial do Estado, por meio de edifícios como o do Ministério da Educação e Saúde (MES) e outros posteriores, que diminuíram a influência da linguagem eclética importada que os modernistas combatiam e das demais vertentes nacionalistas da época — como as do neocolonial e art déco marajoara (Puppi, 1998). De modo complementar, a participação de integrantes da vertente modernista em repartições públicas (Cavalcanti, 2000) como aquela criada para a preservação do patrimônio cultural do país, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), auxiliaram no alçar precoce da linguagem modernista ao *status* de patrimônio, sendo neste contexto oficialmente protegidas logo após sua construção — caso do próprio MES, mais conhecido como Palácio Gustavo Capanema, inaugurado em 1943 e

tombado como patrimônio nacional em 1948 (Castilho, 2017). Já nessas décadas, propostas urbanísticas modernas para uma Nova Capital também passaram a ser elaboradas sob circunstâncias diversas, como o projeto de origem acadêmica da Futura Capital do Brasil, elaborado por Carmen Portinho em 1936, ou o projeto de origem governamental da Cidade de Vera Cruz, elaborado por Raul Penna Firme em 1955, entre outros (Tavares, 2014).

Foi nesse cenário nacional momentâneo, de forte interação entre o poder político em exercício e uma vertente do campo intelectual, artístico-cultural, bastante influente e a ele vinculada, que se propiciou a idealização e concretização de um novo símbolo nacional, uma capital-monumento, moderna: “(...) Brasília reclama a sua utopia, o seu vir a ser, a própria visão do futuro, radicalmente diferente das demais cidades brasileiras. Ao retomar os princípios antropofágicos, afirma-se como símbolo nacional, legitimada pelas vanguardas estrangeiras” (Zim, 2023, p. 43).

Sob essas considerações, entre o espaço real, vivenciado, e o espaço ideal, imaginado (Ainsa, 1999), é que ressaltam contradições sobre a cidade de Brasília ou, sobre a maneira como a mesma foi divulgada e assimilada mundialmente: uma cidade moderna. Afinal, junto a sua forte dimensão política, que gerou seu discurso legitimador como uma necessária cidade moderna para assumir a função de capital do Brasil no (moderno) século XX, foram acionados dispositivos discursivos nada inovadores, e sim já adotados, muitas vezes, ao longo da História. De fato, algumas dessas outras estratégias discursivas acionadas para legitimar o aceite dos investimentos e esforços para a construção da nova capital se vinculam a tempos e a parâmetros os mais antigos observados no âmbito das cidades, sobretudo a de seu mito criador, tão comum ao longo da História: sejam referências provindas dos campos da Religião, da Arte, ou mesmo da Arquitetura e do Urbanismo de outros tempos — o que enfatiza o hibridismo de tais espaços entre nuances reais e arquetípicas (Manguel, 1980), e assim, também o caso de Brasília.

Da mesma maneira, a cidade moderna de Brasília vem absorvendo, com o tempo, e de modo crescente, contradições em relação a algumas das próprias referências discursivas pelas quais desde sempre foi conhecida ou divulgada: como “cidade moderna”, ou “cidade máquina”, ou “cidade polo”. Afinal, poucas décadas após sua inauguração oficial, Brasília tornou-se uma “cidade patrimônio” por sua representatividade histórico-cultural, uma cidade também elogiada crescentemente pelo bucolismo de uma “cidade parque”, e uma cidade que não existe

sem o fluxo cotidiano daqueles que todos os dias a ela vêm de seu entorno, que gerou o termo “cidade-satélite”, e para onde também retornam cotidianamente.

Assim, permeada por referências historicamente ativadas como estratégias discursivas de autolegitimação, neste caso, legitimadoras de um desejo de modernidade, Brasília se configurou por repetições revestidas de inovação, desde a divulgação de seu concurso e do texto fundacional do projeto vencedor, o *Plano Piloto da Nova Capital*, de Lucio Costa, até seu tombamento como patrimônio distrital e nacional tal qual sua declaração como Patrimônio Mundial que se vinculam a novos desdobramentos e contradições aparentes na assimilação da cidade. Ou seja, sob este aspecto mítico das utopias, a cidade de Brasília incorpora contradições vinculadas à sua criação e sua dinâmica no tempo que — mais que em muitas outras cidades, também organismos vivos e sujeitas a dilemas por vezes similares — evidenciam a pertinência de sua escolha como um excelente objeto de análise também na esfera dos estudos discursivos e dos consequentes meandros que essa linha investigativa busca melhor explicitar a seguir. Decerto, instigante a imaginários e reflexões várias, esta cidade, como na canção *Serenata pra Brasília*, de Ednardo (1980): “É uma ilha solitária de mil sotaques / Uma trilha que descobre uma Babel / Encruzilhada de destinos / Super-homens, superquadras, multi-solidão / Presente em teu futuro, teus meninos, tuas meninas / Tuas asas, navegar sei que é preciso (...)”.

Elencando as contradições para um discurso mais amplo sobre a cidade de Brasília

“(...) Quase que me sinto em casa em meio a suas asas / E “dáblius” e “eles” e eixos e ilhas, Brasília / Cidade que um dia eu falei que era fria / Sem alma, nem era Brasil / Que não se tomava café numa esquina / Num papo com quem nunca viu / Sei que preciso aprender / Quero viver pra saber / E conhecer Brasília (...)” (Sampaio, 1994).

Pensar a importância de Brasília na atualidade ultrapassa a consideração dos bens culturais que a configuram e aos quais são atribuídos valores de indiscutível excepcionalidade, seja por suas dimensões estéticas, arquitetônicas e históricas. Considerar Brasília na atualidade é considerar não apenas os limites de seu Plano

Piloto, mas sua inserção no Distrito Federal do qual faz parte e junto ao corpo social e ambiental lhe dá vida; sua condição como cidade, como qualquer outra, atrela-se, desse modo, sob essa visão sistêmica, a um contexto bem mais amplo que seus contornos mais aparentes e reconhecíveis (o da cruz, ou do avião, ou da libélula, etc.). O que permite, dessa maneira, análises e compreensões mais substanciais de suas características, de suas potencialidades e carências, estas últimas, já muito bem elencadas por Holston (1993) e tantos outros pesquisadores contemporâneos (Gehl, 2013; Bauman, 1999). Estes contrastes da cidade explicitados em sua dinâmica também foram observados, cabe menção, pelo próprio urbanista da cidade, Lucio Costa, que em seu *Brasília Revisitada* (1987, p. 5), relatou o quanto a cidade expressa o Brasil: “É a coexistência, lado a lado, da arquitetura e da anti-arquitetura, que se alastra; da inteligência e da anti-inteligência, que não para; é o apuro parede-meia com a vulgaridade, o desenvolvimento atolado no subdesenvolvimento”, também em suas palavras (*idem*, p. 5), “(...) são as facilidades e o relativo bem estar de uma parte, e as dificuldades e o crônico mal estar da parte maior”. E é sob essas premissas que pensamos poder enriquecer a assimilação da cidade de Brasília para além de seus muitos discursos promotores ancorados em sua dimensão Política (compreensível por se tratar de uma cidade capital federal). Especificamente, as linhas abaixo apresentam outras dimensões fortemente atreladas a esta cidade antes e durante sua construção, como as do campo da Religião, tão caracterizada pelas forças da fé e do medo, e do campo da Arte, tão caracterizada pelas forças da emoção e do afeto. Após essas duas abordagens explicitaremos Brasília a partir de sua dimensão mais característica, ou mais propalada, a de sua Arquitetura e Urbanismo, para, em seguida, evidenciar sua dimensão enquanto parte de um Território e, de modo ainda mais abrangente, a dimensão do Meio Ambiente do qual faz parte. Finalizando a abordagem da cidade por suas múltiplas dimensões, sua consideração enquanto Patrimônio Cultural, ou Patrimônio Biocultural como talvez fosse mais coerente considerá-la nos dias atuais, permite agregar as várias dimensões parcelares da cidade evidenciadas anteriormente — em meio a adjetivos dados à cidade sob discursos de legitimação, de caráter político, e sob percepções de características reais da cidade.

Inicialmente, no que se refere à força histórica da dimensão da Religião, ou especificamente da religiosidade católica, agregada ao discurso legitimador de Brasília, é conhecido e comumente citado o trecho do *Relatório do Plano Piloto* (Costa, 1957, p. 30), com o qual o arquiteto Lucio Costa ganhou o concurso para a

nova capital do Brasil, onde cita que a cidade “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”. Já *um sonho do italiano Dom Bosco (Neto & Mendonça, 2020; Videsott, 2013)*, registrado em 1898, vinculado à localidade em que foi criada Brasília a partir de 1956 ampliou, decerto, entre vários grupos (religiosos, políticos, midiáticos, etc.), a legitimação da construção da capital brasileira planejada entre os paralelos 15 e 16 — de fato, próxima das latitudes referidas em tal sonho de uma “terra prometida” ou profetizada: compreendida pelos paralelos 15 e 20 entre os Andes e o Oceano. Ampliando a dimensão da religiosidade envolta na construção da capital moderna, tem-se o caso da fotografia da *Primeira Missa de Brasília*, realizada onde foi instalado o cruzeiro, que nos remete, por sua vez, tanto pela temática quanto pelo enquadramento e sua representatividade, à célebre “primeira missa” do Brasil Colônia, imortalizada na tela *A Primeira Missa*, pintada em 1860 por Victor Meireles (Coli, 1998).

Já no que diz respeito ao campo da Arte, também historicamente agregado à história das cidades pela força de sua dimensão simbólica, da emoção e do afeto, se a arte moderna delineou a estética e a morfologia da cidade de Brasília por meio de seus inovadores volumes arquitetônicos abstratos e despojados, edificados entre grandes eixos viários (voltados à circulação automotiva então vista como a solução industrial para uma liberdade de mobilidade no mundo moderno), referências artísticas passadas também foram acionadas na consolidação da imagem de Brasília. Do caso da fotografia acima citada e seu vínculo como uma obra artística também vinculada ao tema da religiosidade, ressaltemos o caso da árvore tornada símbolo de Brasília, o Buriti, presente na cidade desde o início de sua construção por meio da árvore plantada na cidade em 1959, e que se destaca de modo altaneiro no vazio da Praça do Buriti (onde tal árvore foi tombada como patrimônio distrital, em 1985), faz alusão ao antigo poema de Afonso Arinos, de 1898, *Um buriti perdido* (Arinos, 1898), sobre um buriti deixado como monumento a gerações extintas em uma larga praça de uma grande cidade a ser levantada um dia... E se o “poema sinfônico”, como é referenciado o álbum musical *Brasília: Sinfonia da Alvorada*, concebido em 1959 pelo maestro Tom Jobim com letra de Vinícius de Moraes para ser lançado em um grande espetáculo de luz e som durante a inauguração da capital, só pode ser lançado um ano após a inauguração da cidade, ocorrida em 1960, a canção *Água de Beber*, composta pelos mesmos autores em 1959 durante sua estadia em Brasília para a elaboração da referida sinfonia, passou a ser divulgada como a primeira

música composta na capital, vinculada a uma antiga fonte de água existente nos fundos do Palácio de Madeira (Catetinho) e ao então novo gênero musical brasileiro, internacionalmente conhecido como Bossa Nova.

Quanto à sua aparência tão celebrada por meio de seus espaços modernos, ou melhor, quanto à sua Arquitetura e seu Urbanismo propriamente ditos, considerar Brasília como “cidade moderna” nos remete, contudo, a uma síntese de referências e releituras provindas de tantas outras inovadoras propostas urbanísticas elaboradas da virada do século XIX para o século XX e também consideradas entre as mais emblemáticas “cidades modernas” (concretizadas ou não) — como a Cidade Linear de 1894, a Cidade Jardim de 1898 e a Cidade Industrial de 1919 (concebidas, respectivamente, por Ebenezer Howard, Arturo Soria y Mata e Tony Garnier). E para além dessas referências iniciais, o conhecimento de Lucio Costa sobre Arquitetura e Urbanismo mundiais se expressam em Brasília de tal maneira que, muitos dos espaços por ele propostos para a cidade, no supracitado memorial intitulado *Relatório do Plano Piloto de Brasília* (Costa, 1957) e que, posteriormente, se tornaram emblemas modernistas da cidade, são por ele descritos como referências a obras modernas da época, mas também como releituras de estratégias adotadas historicamente pelas mais diversas culturas dos mais diferentes países e continentes — podendo ser assimilados, a partir de tal leitura, como uma atualização de conceitos e experiências mundiais na aula de Arquitetura e Urbanismo que consiste dessa maneira tal Relatório (proposta de cidade). De fato, são citados neste relatório, como referência aos principais espaços propostos para a moderna cidade: a arquitetura da Antiguidade quando se fala das “espacialidades” arquitetônicas da capital; o terrapleno oriental quando se fala de sua “horizontalidade”; a perspectiva barroca quando se fala da “monumentalidade” de Brasília; a avenida inglesa The Mall quando se fala do “civismo” do Eixo Monumental brasiliense; as loggias medievais e renascentistas quando se fala da “mediação” entre espaço interno e externo de seus edifícios palacianos; a Rua do Ouvidor carioca e as Vieiras venezianas quando se fala na “caminhabilidade” na cidade; a Times Square assim como o Picadilly Circus e o Champs-Élysées quando se fala na “vivacidade” urbana esperada em certos pontos da capital; os parques públicos e balneários emergentes no século XIX quando se fala no “bucolismo” passível de ocorrência em seus espaços verdes; além dos conceitos modernos de unidade de habitação e unidade de vizinhança reformulados quando se fala nos espaços de permanência ou “moradia” de Brasília.

E se considerarmos perspectivas contemporâneas como as que contrapõem e substituem uma visão antropocêntrica por uma biocêntrica, pautada na assimilação do mundo a partir de suas correlações sistêmicas, no caso deste Território específico do Brasil onde se situa Brasília, denominado Distrito Federal, precisamos nos atentar para o que precedeu Brasília e também para os desdobramentos ocorridos após sua construção e inauguração, que expressam temas não por acaso valorizados e presentes em muitas das mais recentes ações de conservação atual — e de pautas mais amplas, socioambientais, como as do Decolonialismo, da Interseccionalidade e da Sustentabilidade. Abordar Brasília demanda, ou deveria, um estudo sobre a cidade como metrópole, como ímã de uma área territorial que, por tal atratividade, político-econômica e sociocultural, ultrapassa, e cada vez mais, os contornos gerais de seu mundialmente conhecido Plano Piloto, “cidade polo” de uma região metropolitana (CODEPLAN, 2019). De início, se faz pertinente ressaltar que, antes mesmo da construção da atual capital federal, o Planalto Central já apresentava vida própria, ainda que rarefeita em relação ao que, sobretudo em tal época, se idealizava como índice de progresso ou civilização. De fato, já são numerosos os estudos (Bertran, 1994; Vidal, 2014) que atestam registros arqueológicos encontrados na região, assim como a resistente cultura indígena que, de modo legítimo, ainda se faz aqui presente e, até mesmo, os cerratenses ou cerradeiros, já à época habitantes das regiões do sertão do país onde se construiu a capital Brasília. E ao passo que a capital moderna surgia, que interesses variados confluíram para a região, entre procedimentos distintos, vários núcleos periféricos — pré-existentes, espontâneos ou planejados — as chamadas “cidades-satélites” (Derntl, 2018), ampliaram o universo da nova capital federal e, atualmente, junto ao Plano Piloto e, sob uma relação de interdependência, configuram o território compreendido pelo Distrito Federal em mais de trinta regiões administrativas (Segov, 2023), alterando-o significativamente em suas múltiplas dimensões. O estudo destas cidades-satélites ou regiões administrativas enfatiza as peculiaridades de seu território entre centro-periferia e suas repercussões, conforme bem evidenciado por Derntl (2018): “mostra também uma outra forma de produção dos espaços da Capital, com a participação dos moradores de núcleos periféricos e de arquitetos pouco conhecidos ou ausentes da historiografia tradicional sobre a cidade”; sob tal percepção é que a cidade de Brasília pode então ser compreendida, nas palavras da mesma autora (*idem*, 2018), “como uma criação mais coletiva e menos demiúrgica”, e que tem nas satélistes ou RA’s parte de sua formação e não algo a ela secundário.

Considerar Brasília também é considerar a temática do Meio Ambiente. Ainda que, desde meados do século XX, várias das premissas modernistas à época já difundidas mundialmente — sobretudo pela prototipada “casa máquina-de-morar” (Le Corbusier, 1983) e pela “cidade-máquina” (Schulz, 2019) hipercompartimentada em suas funções — passaram a ser alvo de sucessivas críticas, e engendrando contrapropostas assimiladas por muitos como “pós-modernas” ou sob outras denominações mais específicas, permanecem valorizadas, contudo, outras premissas adotadas pelo pensamento modernista. De fato, se mantêm como valores contemporâneos, globais e locais, características como, por exemplo, as que propiciam a experimentação de uma qualidade de vida na atualidade em uma “cidade-parque” (Costa, 1987), como Brasília, metrópole ainda “moderna” (sob a significação mais geral do termo), mas não adensada e, permeada por aspectos bucólicos entre suas áreas distintas — mesmo que tais premissas não tenham sido replicadas nas regiões complementares ao Plano que atualmente perfaz, junto às regiões administrativas, uma conurbação com quase 3 milhões de habitantes (Censo, 2022). Neste sentido, à tentativa de oficialização do tão celebrado “céu de Brasília” como patrimônio, ocorrida décadas atrás, crescem ações mais objetivas voltadas à preservação e acesso ao Lago Paranoá e sua orla, não apenas por questões sociais mas também ambientais; assim como é possível perceber estes novos valores presentes no recente reconhecimento mundial recebido pela Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESEC-AE), situada numa região entre Planaltina (DF) e Planaltina (GO), cidade satélite de Brasília, e que também compõe, como o Plano Piloto de Brasília, uma das 35 Regiões Administrativas do Distrito Federal. Tendo sido identificada e descrita já em 1892 no supracitado relatório da *Missão Cruls* (IPHAN, 2007), coordenada pelo belga Luis Cruls, tal corpo hídrico foi oficializado como reserva ambiental, em 1968, após Brasília sediar o XVII Congresso da Sociedade Botânica do Brasil. Consistindo, inicialmente, em uma reserva com cerca de 5.000 hectares, Águas Emendadas logo dobrou de tamanho pela inclusão de outras áreas, tornando-se uma estação que abrange o dobro de tal área. Além de ser uma fonte de captação de água para abastecimento, é o único fenômeno natural que verte água de uma mesma vereda para o nascimento de duas grandes bacias hidrográficas continentais: as bacias do Tocantins e do Paraná-Prata. Sendo hoje uma unidade de conservação de proteção ambiental, a ESEC-AE, auxilia na preservação de espécies do bioma do Cerrado, possuindo um Centro de Informação Ambiental, criado em 1981, que interrelaciona atividades de pesquisa e educacionais.

E ao abordar a cidade de Brasília em sua dimensão como Patrimônio Cultural, como “cidade patrimônio” (Ribeiro & Perpétuo, 2016), seja distrital, nacional ou mundial, ressalta-se, a princípio, seu vínculo com ações de preservação atemporais de distintas civilizações, vinculadas às suas expressões monumentais, representações de poder. Todavia, o processo de patrimonialização da capital federal brasileira trouxe inovações ao campo do patrimônio cultural não apenas pelo acautelamento de uma área urbana de extensão considerável, mas também por consistir em uma “cidade moderna”, ou modernista (Holston, 1993), já em 1987 sendo reconhecida como mais uma etapa histórica das expressões humanas e, ainda, por tal proteção pautar suas diretrizes de preservação, não em sua materialidade propriamente dita (como tão comum no âmbito das ações de proteção do patrimônio cultural ocidental), mas nos princípios urbanísticos da cidade (como em suas célebres quatro escalas: monumental, residencial, gregária e bucólica). Ainda que os modernistas brasileiros tenham alijado um momento da história nacional em sua seleção por momentos específicos de nossa história a serem valorizados, como o colonial e sua própria interpretação da melhor opção de representação da modernidade do século XX, há que se ressaltar seu engajamento pela questão do patrimônio cultural e na sistematização das bases nacionais para a salvaguarda das expressões culturais brasileiras. Tendo o tombamento do Plano Piloto de Brasília sido realizado apenas 30 anos após a proposição do plano da cidade, tal fato engendrou maior atenção em relação a questões vinculadas à preservação do patrimônio cultural de modo geral e especificamente do patrimônio moderno. Tal como bem sintetizado por Pessôa (2006, p. 36), por um lado, “o modelo de preservação proposto, primeiro através da legislação distrital e depois pelo tombamento federal, é absolutamente inovador no universo do patrimônio cultural brasileiro”, e, por outro lado, continua o mesmo autor (*idem*, p. 36), “ao deslocar o objeto da preservação, das construções que constituem a área a ser preservada, para os critérios que informaram estas construções a assumirem a presente forma, indica uma gestão absolutamente nova e polêmica na preservação de um sítio urbano.” No pequeno poema *Claro calar sobre uma cidade sem ruínas*, outros desdobramentos típicos por quem vivencia a cidade de Brasília a sintetizam: “Sim, Brasília / Admirei o tempo / que já cobre de anos / tuas impecáveis matemáticas” (Leminski, 1998).

Considerações Finais

“Subo aos céus pelas escadas rolantes da rodoviária de Brasília / O corpo de Cristo aqui não é pão, é pastel de carne / O sangue de Cristo aqui não é vinho, é caldo de cana / O padroeiro desta cidade é Dom Bosco ou é Padim Ciço?”
(Behr, 2024, p. 11).

Após as supracitadas considerações de diversas ordens, pinçadas aqui e ali em documentos e estudos de pesquisadores contemporâneos da temática Brasília e do contexto em que foi concebida, cabe ressaltar, contudo, e para iniciar estas considerações finais, que, à parte do lugar comum em que se tornou a reprodução de críticas lançadas ao urbanismo e à arquitetura moderna, a preservação de espaços referenciais de tal experiência permite, por seu conhecimento e experimentação, aproximações mais propícias ao reconhecimento das potencialidades e carências de cada caso específico, seja como fonte de conhecimento, seja como motivação para salvaguardas, seja como gatilho para mudanças melhor embasadas.

Dito isso, ao abordar a cidade de Brasília, hoje conhecida sobretudo pelo legado modernista que representa e que foi oficializado como patrimônio cultural distrital, nacional e mundial, ressalta-se a necessidade de preservação da cidade, que ultrapassa as correlações mais aparentes com estratégias políticas de uma preservação limitada às suas expressões monumentais, representações de poder; decerto, o processo de patrimonialização da capital federal brasileira trouxe inovações ao campo do patrimônio cultural não apenas pelo acautelamento nacional e chancela internacional de uma área urbana de extensão considerável, mas também por consistir em uma área que abriga características modernistas. Ao abordar a cidade de Brasília cabe menção as especificidades da arquitetura e urbanismo da cidade, resultantes sobretudo dos saberes de seu idealizador, Lucio Costa, à época já conhecido nacionalmente e internacionalmente como realizador de projetos modernistas mas também contextualistas em relação às especificidades geográficas e histórico-culturais do Brasil, expressas em sua atuação por anos na então SPHAN, atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em seus escritos da época e defesas sobretudo do patrimônio cultural colonial brasileiro — os muitos trabalhadores, artistas e arquitetos que materializaram tal plano, de fato o fizeram sob esforços, sensibilidades e saberes vários, sejam os candangos homens e mulheres, sejam os artistas Marianne Peretti, Maria Martins,

Alfredo Ceschiatti, Bernardo Figueiredo, Sérgio Figueiredo, Athos Bulcão e Burle Marx, sejam os arquitetos Danilo Barbosa, Milton Ramos, Mauro Neves, Sérgio Bernardes, João Filgueiras (Lelé) e Oscar Niemeyer, entre tantos outros. Tais saberes, expressos no memorial de seu Plano Piloto, que pode ser lido como uma aula de Arquitetura e Urbanismo, pelas referências históricas e mundiais ali explicitadas, foram permeados por problemas observados pelo próprio Lucio Costa já na década de 1980, ainda que ações, experimentações e soluções para muitos dos problemas da cidade careçam de interesse e/ou empenho político para sua efetivação continuada.

Também e sobretudo no campo da Política, como visto, o atrelamento de dispositivos típicos dos campos da Religião e da Arte entre as estratégias de legitimação da construção da utopia representada pela nova capital, engendrou uma série de camadas de discursos superpostos que, junto às dimensões socioespaciais da cidade, vistas por sua Arquitetura e Urbanismo, Território e Meio Ambiente, se identificados e analisados permitem um melhor desvelamento desta cidade como objeto de investigação — tal como se buscou aqui apresentar. Neste sentido, o reconhecimento de mitos das mais variadas esferas acionados no processo de legitimação da cidade de Brasília como uma utopia construída, somado ao legado modernista, e a tantas transformações hoje observadas na cidade e em suas expressões designativas, configuram-se, no mínimo, como fontes de conhecimento sobre uma história pautada em várias histórias e, sobretudo, no processo dinâmico que faz das cidades um organismo vivo e, logo, histórico-geográfico, político-econômico, sociocultural, ambiental...

BIBLIOGRAFIA

- Ainsa, F. (1999). *La reconstrucción de la utopía*. Buenos Aires: Ediciones del Sol.
- Arinos, A. (1898). *Pelo Sertão*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert.
- ArPDF — Arquivo Público do Distrito Federal (1998). *Missão Cruls: Rio de Janeiro, maio/1892 — Planalto Central, novembro/1892*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal.
- Baudelaire, C. (2019). *The flowers of evil*. Londres: Penguin.
- Behr, N. & Aversa, P. (2024). *Rodô: poesia passageira, poemas sem destino*. Brasília: Edição do Autor.
- Bertran, P. (1994). *História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal — do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo Editores.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bicca, B. E. P. & Bicca, P. R. S. (2006). *Arquitetura na formação do Brasil*. Brasília: UNESCO.
- Calvino, I. (2004). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cavalcanti, L. (Org.). (2000). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: UFRJ/ MINC/IPHAN.
- Cavalcanti, L. (2006). *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. São Paulo: Zahar.
- Castilho, J. R. F. (2017). *O Arquiteto e a Lei: elementos de Direito da Arquitetura*. São Paulo: Pillares.
- IBGE (2022). *Censo Demográfico*. Recuperado de: www.ibge.gov.br.
- Certeau, M. (2003). *A cultura no plural*. São Paulo: Papyrus.
- Chauí, M. (2000). *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- CODEPLAN — Companhia de Planejamento do Distrito Federal (2019). *Região Metropolitana do Distrito Federal: subsídios técnicos para a sua criação*. Brasília: GDF, 2019.
- Coli, J. (1998). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Costa, G. G. & Medeiros, V. A. S. de (2009). A Cartografia do Distrito Federal. Em *III Simpósio Luso-Brasileiro De Cartografia Histórica*. Ouro Preto.
- Costa, L. (1957). *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: S/E.
- Costa, L. (1987). *Brasília Revisitada*. Brasília: S/E.
- Chuva, M. R. R. (2009). *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 — 1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Decca, E. S. de. Memória e Cidadania. (1992). Em M. C. P, Cunha (Org.), *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico.
- Derntl, M. F. (2018). Além do Plano: a concepção das cidades-satélites de Brasília. *Vitruvius (Arquitextos)*, 221.03 (outubro). <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.221/7150>.
- Ednardo. (1980). *Serenata para Brasília* [Imã]. Epic Records. <https://www.letas.mus.br/ednardo/385059/>.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Fausto, B. (1999). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp.
- Gehl, J. (2013). *Cidade para pessoas*. São Paulo: Perspectiva.
- Glissant, E. & Obrist, H. U. *Conversas do Arquipelago*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2023.
- Guimarães, S. T. & Rocha, J. (2021). More than Brasília: Lucio Costa's role in systematizing academic education and heritage protection programs in Brazil. *Patrimônio e Memória* (Unesp), 17. Universidade Estadual Paulista.
- Habermas, J. (2000). *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Halbwachs, Maurice. (2004). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Holston, J. (1993). *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Cia das Letras.
- IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2007). *Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação — Brasília*. Brasília: IPHAN / 15ª Superintendência Regional.
- Le Corbusier. (1983). *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva.
- Le Goff, J. (2003). *História e Memória*. Campinas: Unicamp.
- Leminski, P. (1998). Claro calar sobre uma cidade sem ruínas (Ruinogramas). *Revista Tira Prosa; Feitiço Mineiro*, 11.
- Lispector, C. (1970). Nos primeiros começos de Brasília. *Jornal do Brasil*, 20 jun. Recuperado de: <http://cronicabrasileira.org.br/cronicas/5890/nos-primeiros-comecos-de-brasilia>
- Manguel, A. & Guadalupi, G. (1980). *Dicionário de lugares imaginários*. São Paulo: Cia das Letras.
- Meneses, U. T. B. de (1998). Mito e Museu: reflexões preliminares. Em L. O. Félix & C. P., E (Orgs.). *Mitos e Heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS,
- Neto, O. D. & Mendonça, V. (2020). Uma capital por trás da profecia de Dom Bosco: a política por trás da profecia, 60 anos: 60 histórias. *Jornal de Brasília* (9 de março). Redação Jornal de Brasília.

- Paoli, M. C. & Almeida, A. de. (1996). Memória, cidadania, cultura popular. Em *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24, Cidadania. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN.
- Pessôa, J. et al (Orgs.). (2006). *Moderno e nacional*. Niterói: EdUFF.
- Puppi, M. (1998). *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira: questões de historiografia*. Campinas: Unicamp, Pandora.
- Ramalho, V. & Resende, V. (2011). *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes.
- Resende, V. D. M. (2009). *Análise de discurso crítica e realismo crítico*. Campinas: Pontes.
- Ribeiro, S. B. & Perpétuo, T. (Orgs.). (2016). *Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília*. Brasília: IPHAN.
- Ricardo, C. (1940). *Marcha Para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- Sampaio, S. (1994). *Brasília [Cruel]*. Saravá Discos. <https://www.letras.mus.br/sergio-sampaio/570625/>
- SEGOV — Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal (2023). *Administrações Regionais*. <https://segov.df.gov.br/category/administracoes-regionais/>
- Schulz, S. H. (2019). *Estéticas Urbanas: da pólis grega a metrópole contemporânea*. Rio de Janeiro: LTC.
- Tavares, J. (2014). *Projetos para Brasília: 1927-1957*. Brasília, DF: IPHAN.
- Todorov, T. (1992). *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes.
- Tufano, D. (2021). *A semana de arte moderna SP 1922*. São Paulo: Moderna Literatura.
- Vidal, L. (2014). Uma esperada e merecida vitória! Justiça Federal do DF reconhece os direitos da comunidade pioneira Tapuya-Fulni-Ô: Santuário do Pajés é terra de ocupação tradicional indígena. *Combate Racismo Ambiental*, Brasília. <http://goo.gl/FkbBJG>
- Videsott, L. (2013). Brasília: a construção de um mito. Em C. Campos, et al (Orgs.). *Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território*. São Paulo: Alameda.
- Zim, A. (2023). Utopias, Terra Brasilis, Brasília. *Revista Estética e Semiótica*, 13, 1. Brasília: UnB.

Cronistas e Historiadores das Cidades

Chroniclers
and Historians
of cities

Floods and fights in
medieval Florence.
The culture of urban
memory in Giovanni
Villani's illustrated
Nuova Cronica

Inundações e lutas
na Florença medieval.
A cultura da memória urbana
na *Nuova Cronica* ilustrada
de Giovanni Villani

ABSTRACT

This article examines the role of a mysterious statue of Mars in the memory of the city of Florence and, in particular, in the historiographical writings of Giovanni Villani (c. 1276-1348). The only illustrated manuscript (Biblioteca Apostolica Vaticana ms. Chigi L VIII 296) of the *Nuova Cronica* vividly supports the chronicler's idea that the statue was originally located in the Baptistery, which was said to have been dedicated to Mars, the ancient god of war. In the imagination of the late Middle Ages, the fate of the city was linked to this inexplicable object. Each time the statue was moved, drastic negative changes occurred, such as the city being split into rival fighting factions. But the fate of the statue itself was also linked to a catastrophe, the flood of 1333, in which the object was lost forever. This article examines the creation of communal myths in the text and images of the Vatican manuscript. It shows that the *Nuova Cronica* combines historical facts and fictional constructions of the past in order to create an ideologically altered historical image of the city.

KEYWORDS

Giovanni Villani; Florence; Chronicle; Book Illustration; Mars; Baptistery.

RESUMO

Este artigo examina o papel de uma misteriosa estátua de Marte na memória da cidade de Florença e, em particular, nos escritos historiográficos de Giovanni Villani (c. 1276-1348). O único manuscrito ilustrado (Biblioteca Apostólica Vaticana ms. Chigi L VIII 296) da *Nuova Cronica* apoia vivamente a ideia do cronista de que a estátua se encontrava originalmente no Batistério, que se dizia ter sido dedicado a Marte, o antigo deus da guerra. No imaginário do final da Idade Média, o destino da cidade estava ligado a este objeto inexplicável. Cada vez que a estátua era deslocada, ocorriam mudanças negativas drásticas, como a divisão da cidade em facções rivais. Mas o destino da estátua também esteve ligado a uma catástrofe, a inundação de 1333, na qual o objeto se perdeu para sempre. Este artigo examina a criação de mitos comunais no texto e nas imagens do manuscrito do Vaticano. Mostra que a *Nuova Cronica* combina factos históricos e construções ficcionais do passado para criar uma imagem histórica da cidade ideologicamente alterada.

PALAVRAS - CHAVE

Giovanni Villani; Florença; Crónica; Ilustração de Livro; Marte; Batistério.

Introduction

On the evening of November 2, 2023, the smaller tributaries of the Arno west of Florence burst their banks after heavy rain that had been falling over northern Tuscany since late afternoon that day. Localities just a few kilometers outside Florence were partially flooded. However, unlike the devastating flood of November 4, 1966, the city on the Arno, which due to its geographical position has often been the victim of floods in the past, was spared this time. The earliest well-documented flood disaster in Florence occurred on November 4, 1333 (see Salvestrini, 2015, Frati, 2015, for more detail on the flood). It was such a dramatic experience and significant turning point in the city's history that Giovanni Villani (c. 1276-1348) added a caesura to his Chronicle and began the second part of his famous history of Florence with this event. He tells us that heavy rain and storms poured down on the flourishing city of Florence for days on end, terrifying the population. The church bells rang incessantly while the people begged God for mercy. Parallels with the Genesis passage of Noah and the Flood are evident in Villani's description of the catastrophic event.

One of the most intriguing details in the description of the devastating effects of the flood is the final loss of a mysterious statue, identified as Mars, the god of war, on a pillar on the north bank of the Arno. This statue was thought to have apotropaic powers and its loss in the flood of 1333 was considered a bad omen by Villani:

“E cadde in Arno la statua di Mars, ch’era in sul pilastro a piè del detto ponte Vecchio di qua. E nota di Mars che li antichi diceano e lasciarono in scritta che quando la statua di Mars cadesse o fosse mossa, la città di Firenze avrebbe gran pericolo o mutazione” (*Nuova Cronica*, XII, 1).

In this article, I will argue that the chronicler Villani constructed history from the objects found in the urban space, and what role the miniatures of a unique manuscript from the Biblioteca Vaticana played in the construction of an urban culture of memory. A particularly interesting object of study for this purpose is the statue of Mars, the pagan patron of the city who was both worshipped and feared during Villani’s lifetime. According to popular belief, any physical alteration of the object in the urban space was associated with negative consequences for the city and its population. Villani’s chronicle plays an important role in the construction of this urban myth, as he is the first to link the statue to one of the most important buildings of Florence, the Baptistery of Saint John.

Villani’s chronicle and urban memory

The *Nuova Cronica* was written by the Florentine merchant Giovanni Villani, who came from a humble background and made a career in local politics. “Considerando la nobiltà e grandezza della nostra città”, as he declared in the prologue, he thought it was appropriate and useful for future generations “di fare memoria dell’origine e cominciamento di così famosa città, e delle mutazioni averse e filici e fatti passati di quella” (*Nuova Cronica*, I, 1). After his return from a pilgrimage to Rome on the occasion of the Holy Jubilee in 1300, he began to write his chronicle. Villani consciously drew on antiquity to present his city as the rightful heir of Rome (Green, 1972, Gebhard, 2007, pp. 179-181). He was aware of the external and internal dangers that threatened every city; faced with constantly changing circumstances, it was essential to give the urban community a solid identity based on memory.

The early and widespread circulation of the text during the chronicler's lifetime and after his death in 1348 shows how appreciated the *Nuova Cronica* was among his contemporaries. Of the more than 100 known manuscript versions from the 14th and 15th centuries, there is only one copy of the Villani Chronicle (today in the Biblioteca Vaticana) illustrated with colored drawings, showing events and characters from universal and ecclesiastical history, myth, hagiography and local history (see Frugoni, 2005, Frugoni, 2007, Gebhard, 2007, Gebhard, 2017). It is the only surviving illustrated chronicle of the Trecento in Italy and therefore represents an exceptional object for the study of the historical consciousness of medieval citizens translated into images. The date of its creation is a matter of debate, fluctuating between 1333 and the 1370s. The patron and the function of this precious manuscript are unknown; it has been suggested the author himself or another member of the city's ruling class. There is some evidence that the Vatican manuscript, which contains the first ten books of the *Nuova Cronica* and ends just before the flood of November 1333, may have been commissioned by the chronicler's brother Matteo Villani, who continued the project until his own death in 1363 (Gebhard, 2017, pp. 276-277). From an artistic point of view, the Vatican chronicle is of secondary importance and has therefore received little attention in art historical publications. However, the images are abundantly present in historical treatises, especially since all the miniatures were published by Chiara Frugoni (2005). Reduced to purely illustrative material, the miniatures have hardly been appreciated as a pictorial interpretation and contemporary reception of Villani's famous chronicle.

According to the German historian Günther Lottes (2000), one task of medieval city chronicles is to collect, weigh and order already existing but not yet connected memory modules ("Erinnerungsbausteine") and thus to restructure the cultural memory of the city. City histories thus fulfil a need to secure identity in a particular experiential space (pp. 48-51).¹ These "bricks of memory" include objects from the past that are present in urban space, such as buildings or sculptures.

¹ On cultural memory, i.e. the memory of decisive breaks and turning points in the history of a collective, and the role of images and places, see the fundamental publications of Assmann, 1992, pp. 29-86; Assmann, 1999, pp. 218-240 and pp. 298-339.

These objects may already contain memories, or they may need to be explained in order to create “new” memories. This is exactly what happens in the *Nuova Cronica*: an object found in the cityscape — an incomprehensible statue — is inscribed in a larger narrative through a daring conjecture. Villani links the aforementioned enigmatic statue of Mars to the most important religious building in Florence, the Baptistery, whose exact origins were not known in the Trecento and are still the subject of research today (for the various dating hypotheses see Degl’Innocenti, 2017, Danziger, 2023). The idea that the Florentine Baptistery was an antique temple to the god of war is however first recorded by Giovanni Villani in the *Nuova Cronica*.² For Villani’s contemporaries, the Baptistery had a religious as well as a communal function: it housed the Carroccio, the chariot used by the Florentine army and the symbol of the city’s military power, and it was from here that they went to war. The chronicle of Giovanni Villani shows how the church became a place of collective memory in the historiography of the later Middle Ages.

Several sources confirm Villani’s eyewitness account of the existence of a statue near the Ponte Vecchio. It thought to be a representation of Mars, who played an important but ambivalent role in popular superstition: In spring, ritual festivities were held around the statue, with which the Florentines hoped to secure the favour of the god of war (see Gatti, 1995). In Dante’s *Inferno* (XIII 143-150), an unnamed suicide recounts that Florence worshipped another “padrone” before John the Baptist, who therefore vengefully threatened the city with his art, the art of war, while at the same time protecting it, and in *Paradiso* (XVI 145-147) is mentioned a “pietra schema” close to Ponte Vecchio. The poet did not say anything about the nature and the shape of this “shattered stone”, while Villani was the first to describe the statue as a horseman. From the mid-1330s, that means after the first edition of Villani’s Chronicle, the identification of the statue at the Ponte Vecchio as a horseman also appeared in the early commentaries on the

2 It remains unclear whether it was Villani who created the legend or whether – as is more likely – he drew on an older, non-written source. The chronicler is not the first to mention a ‘place’ dedicated to Mars in Florence. Brunetto Latini, for example, states at the end of the 13th century that Florence was built in a place “siet fu jadis appellés Chiés de Mars, ce est à dire Maisons de Batailles”, (Latini, 2003, p. 27). For the belief that the Florentine baptistery was originally a Roman temple dedicated to Mars see Degl’Innocenti, 1994, pp. 75-109; Frugoni, 2007, pp. 77-92.

Divina Commedia, for example in Boccaccio's commentary, who referred to the statue as a corroded torso of a horseman.³ Dante, Villani, Boccaccio — all three testify the presence of a statue on the north bank of the Arno. The poor state of the statue left room for interpretation, but one thing is certain: It can be excluded that this was an (ancient) image of Mars, as Roman Mars iconography generally depicts a standing, naked, helmeted or fully armoured warrior, but never a Mars on horseback. If Villani was correct in his identification as a horseman, it could at best have been a late antique equestrian statue, similar to the statue of Theodoric in Ravenna (Frugoni, 2007, pp. 68-70).

The miniatures of the Vatican manuscript

Giovanni Villani played an important role in the construction of the urban myth of Mars and the legend of the origin of the Baptistery as a pagan temple. Even if he may not have been the one who invented the whole story, he was at least the first to write it down. It is therefore quite interesting to see how Villani's depiction is reflected in the miniatures of the Vatican manuscript, without overlooking the fact that the miniatures were created at least 20 or more years after the loss of the statue. The equestrian statue of Mars appears five times in the illustrated chronicle, four of them in connection with the Baptistery. Although the relationship between image and text in the manuscript is generally very close, there are some discrepancies. Only in the first miniature does the depiction of the Temple of Mars, crowned by an equestrian statue, correspond more or less exactly⁴ to the text of the chapter:

3 “[...] di macigno a cavallo e armato [...] percioché dalla cintola insú la immagine di Marte era rotta, e quella parte non si ritrovò mai [...] oltre al grosso de'membri, né dell'uomo né del cavallo alcuna cosa si dicerna,” Boccaccio, 1918, p. 152.

4 According to the *Nuova Cronica*, the statue stood in the temple, but the miniature shows the horseman on top of the temple, exactly where the lantern was erected in the 12th century. The cult image thus crowns the pagan temple as a cross crowns a Christian church.

“Molto nobile e bello il [the Temple of Mars] feciono a otto facce, e quello fatto con grande diligenza, il consecraro allo Iddio Marti, il quale era Idio di Romani, e feciollo figurare innintaglio di marmo in forma d’uno cavaliere armato a cavallo; il puosono sopra una colonna di marmo in mezzo di quello tempio, e quello tennero con grande reverenzia e adoraro per loro Idio mentre che fu il paganesimo in Firenze.” (*Nuova Cronica*, II, 5).

FIGURE 1
The construction of the Temple of Mars
 Source: Biblioteca Apostolica Vaticana, ms. Chigi L.VIII.296, f. 29v.



The three visible sides of the temple in the miniature are structured by the black and white panels of the simplified marble incrustation. Above the indented attic, the roof rises in the form of a truncated pyramid. The most unusual detail of the miniature goes beyond the red frame and is painted in the space between the columns: A horse raised on its hindquarters crowns the building with a rider firmly in the saddle, in full armour and wearing a helmet with a closed visor, resembling a protagonist of illustrated chivalric tales.

A few pages later, we learn that the Florentines, after converting to Christianity in the 5th century, banished the statue for good to the banks of the Arno and dedicated the former temple of Mars to the Christian patron saint of Florence. In the depiction of the destruction of the city under Totila around 545, the Ostrogoth king can be seen ordering the demolition and the slaughter of the inhabitants of Florence; only the Baptistery and two city gates were spared.



FIGURE 2
Totila's destruction
 of the city
 Source: Biblioteca Apostolica
 Vaticana, ms. Chigi L.VIII.296,
 f. 36r.

It is clear that the illuminator took the first miniature as a model and represented the Baptistery with the crowning equestrian statue as a temple of Mars. When the mistake was noticed, the figure was painted over. According to Villanis's text, the statue of Mars fell into the Arno when the city was conquered by the Ostrogoths and remained there while Florence lay in ruins.⁵ Nevertheless, in the next miniature we find Mars again on horseback on the Baptistery.⁶

- 5 "E l'idolo dello Idio Marti che' Fiorentini levarono del tempio e puosono sopra una torre, allora cadde inn-Arno, e tanto vi stette quanto la città stette disfatta." (*Nuova Cronica*, III, 1)
- 6 These are obviously copying errors made by the illuminator's workshop, which involved several miniaturists; curiously, there are few such errors in the manuscript, which is usually quite faithful to the text, suggesting the presence of a supervisor during its creation. For later generations, such copying errors are a stroke of luck, as they provide the first and most vivid illustration of an urban legend that has enjoyed a certain success over the centuries. Giorgio Vasari depicted the Florentine Mars in 1565 at the Salone dei Cinquecento in the Palazzo Vecchio, again as an equestrian statue placed in the temple dedicated to the god of war. The programme for the Salone, with its strong emphasis on the military strength of the city of Florence, was designed by Vincenzo Borghini, and although he probably knew that a Mars on horseback was completely out of place, he gave in to the idea, based on the *Nuova Cronica*, that the statue of Mars had been an equestrian statue. In the nineteenth century, Villani's description of Mars as a horseman seems to have lost all meaning: a painting by Francesco Saverio Altamura shows the funeral procession of Buondelmonte crossing the Ponte Vecchio from Oltrarno, coming from the south and passing by the statue of Mars, depicted as a standing warrior in an ancient style knee-length garment.



FIGURE 3

The city in ruins for 350 years

Source: Biblioteca Apostolica Vaticana, ms. Chigi L.VIII.296, f. 43r.

FIGURE 4

Florence rebuilt with the help of Charlemagne

Source: Biblioteca Apostolica Vaticana, ms. Chigi L.VIII.296, f. 44r.

In contrast to Dante and his commentators, Villani never explicitly mentions the deformation of the image of Mars due to the statue's immersion in the Arno river, nor were the miniaturists interested in showing the object in a decimated state of preservation. The text and images illustrated what was remembered in popular belief — not what had actually been seen. This may also explain why Villani referred to the material of the statue as marble, whereas the other sources consistently mention stone. Even in the illustration showing the rebuilding of the city by Charlemagne in the 9th century, the intact horseman is again enthroned on top of the Christian church.

The chronicler's inner conflict between pagan superstition and Christian conviction is clearly reflected in his account of the reconstruction of Florence by Charlemagne (see Weinstein, 1968, pp. 22-24, Maissen, 1994, on the Florentine legend of Charlemagne). Villani did not fail to mention the popular belief that the rebuilding of the city was only possible thanks to the rediscovery of the statue of Mars in the Arno, but he also distances himself from this legend, which contradicts the Christian omens of the city's refoundation. The image of Mars was to be honoured as a remnant of Florence's glorious ancient past, but at the same time reviled as a remnant of pagan superstition.⁷ The 9th century reconstruction of the city clearly seems to have taken place under the protection of Mars, despite the fact that the Chronicle text emphasises the role played by the Romans and Charlemagne. In this miniature, the equestrian figure of Mars is again at the centre of the scene, with workmen building the city walls, the gates of which are flanked by flags bearing the *fleur-de-lis* of Florence and the royal arms of France, while Roman soldiers supervise the work. The Baptistery clearly acts as a link between ancient and Christian Florence, transforming from the temple of the pagan god into the church of the city's patron saint.⁸

7 “E dicesi che gli antichi aveano oppinione che di rifarla non s'ebbe podere, se prima non fu ritrovata e tratta d'Arno la imagine di marmo consecrata per gli primi edificatori pagani per nigromanzia a Marte, la quale era stata nel fiume d'Arno dalla distruzione di Firenze enfino a quello tempo; e ritrovata, la puo- soro in su uno piliere in su la riva del detto fiume, ov'è oggi il capo del ponte Vecchio [...]. Questo nonn-affermiamo, né crediamo, però che.cci pare oppinione di pagani e d'aguri, e non di ragione ma grande simplicità, ch'una sì fatta pietra potesse ciò adoperare; ma volgarmente si dicea per gli antichi che mutandola convenia che.la città avesse grande mutazione.” (*Nuova Cronica*, IV, 1).

8 See Gebhard 2017 for a more detailed analysis of the role of the Baptistery.

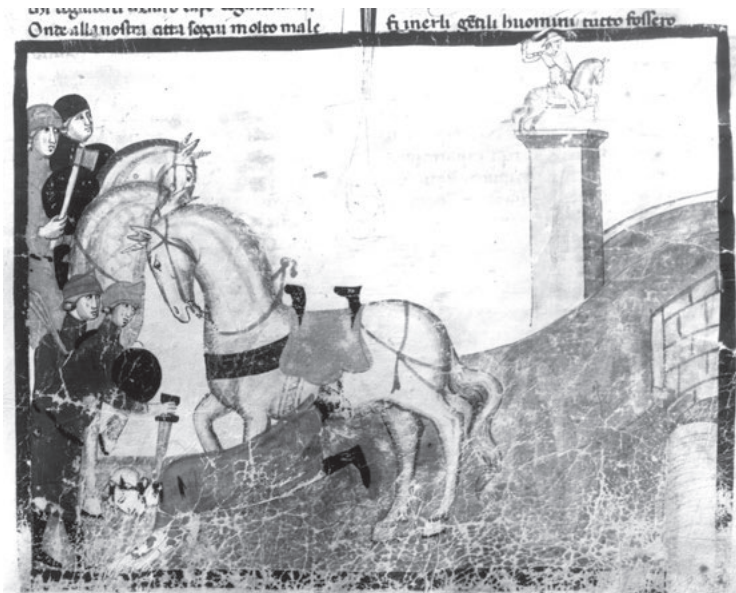


FIGURE 5
The murder of Bondelmonte de' Bondelmonti
 Source: Biblioteca Apostolica Vaticana, ms. Chigi L.VIII.296, f. 70r.

The last and most detailed representation of the statue of Mars can be found on f. 70r of the illustrated Chronicle of the Vatican.

The miniature shows the murder of a member of the Florentine nobility, Bondelmonte de' Bondelmonti, close to Ponte Vecchio on Easter morning 1215. This crime led to the profound division of the Florentine citizenry into Guelphs and Ghibellines. In the immediate vicinity of Mars, who has raised his sword as if to attack, the bloodied victim is dealt a fatal blow with the sword. The miniature locates the historical event at a clearly defined point in the urban space, the northern approach to the bridge of the most important Florentine river crossing (see Gordon, 2006, for more details on the significance of the location). According to Villani, it was no coincidence that this killing, so decisive for the future of the city, was committed in this place. He believed that the devil himself was trying to wreak mischief through the statue because of the sinfulness of the Florentine people.⁹ Villani thus followed Dante, who wrote in *Paradiso* XVI 145-147: “Ma conveniesi a quella pietra scema / che guarda `l ponte che Fiorenza fesse /

⁹ “E bene mostra che `l nemico dell’umana generazione per le peccata de Fiorentini avesse podere nell’idolo di Mar, che i Fiorentini pagani anticamente adoravano, ché a piè della sua figura si commise sì fatto micidio, onde tanto male è seguito alla città di Firenze.” (*Nuova Cronica*, VI, 38).

vittima nella sua pace postrema”. In his recent book, Bill Angus (2022) points out that crossroads has been significant for superstitious practices in several cultural traditions and different parts of the world, where there are numerous examples of crossroads being associated with encounters with supernatural presences. It is for this reason that crossroads are often places that need to be protected by rituals or cult objects. This is a particularly appropriate choice of propaganda, so that the monument would remain in the memory of passers-by, in the memory of those who would carry their visual memories far away (Frugoni, 2007, p. 70).¹⁰

The assassination of Buondelmonte in 1215 had far-reaching consequences for the Florentine citizenry, which split into rivalling factions. Equally dramatic were the implications of a bloody dispute on the evening of May 1, 1300, between the influential Cerchi and Donati families. The fight led to the division of the Florentine Guelphs into “Blacks” and “Whites”. According to Villani, the statue of Mars, which due to construction work had recently been moved, played a part in this momentous event for the citizens of Florence:

“E nota che l’anno dinanzi a queste novitadi erano fatte le case del Comune, [...] e convenne si rimovesse la statua di Marte; e dove guardava prima verso levante, fu rivolta verso tramontana, onde per l’agurio degli antichi fu detto: Piaccia a Dio che la nostra città non abbia grande mutazione.” (*Nuova Cronica*, IX, 39).

It becomes clear that in popular belief any change to the statue was seen as a bad omen for future negative developments in the city’s history. The loss of the statue in the waters of the Arno flood of 1333 was therefore not well received. Perhaps this is why the relief by Andrea Pisano on the Campanile of Santa Maria del Fiore, created immediately after the Arno flood of 1333, depicts the planet Mars as a warrior on a soaring horse (see Blume, 2000, pp. 70-94, on Mars as Planet).

10 Frugoni, 2007, p. 70.



FIGURE 6
Planet Mars, relief
Campanile Firenze
 Source: Andrea Pisano und
 die toskanische Skulptur
 des 14. Jahrhunderts
 (Kreytenberg, 1984).

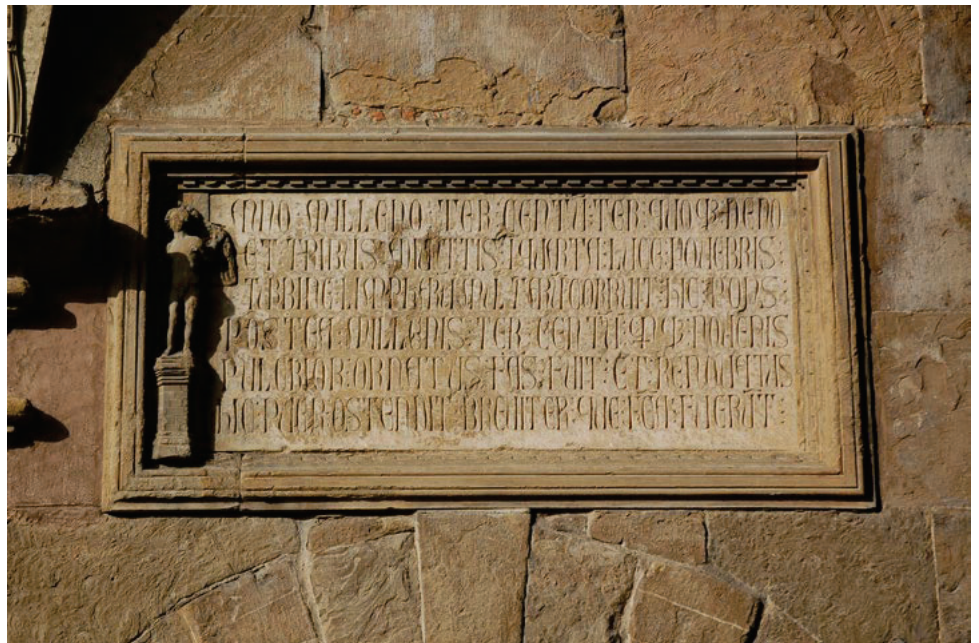


FIGURE 7
Commemorative plaque on the
Ponte Vecchio
 Source: Photo Author.

It has been suggested that the relief may have functioned as a kind of “replacement image” for the lost equestrian statue, and that it is perhaps no coincidence that the relief of Mars is placed on the side of the Campanile facing the Baptistery (Degl’Innocenti, 1994, p. 82; Frugoni, 2007, pp. 66-67). This could be an allusion to the Baptistery as an ancient temple of Mars, which would mean that Villani’s legend was already circulating around the mid-1330s. A replacement for the statue lost in the flood is almost certainly the winged naked figure on the commemorative plaque placed in 1345 on the occasion of the reconstruction of the Ponte Vecchio.¹¹

The relief and its inscription brings the legend of the city’s pagan patron and his sinister influence back into the consciousness of the inhabitants of Florence. In keeping with the late medieval concept of antique gods, Mars is depicted as a pagan idol on a high pedestal, completely uninfluenced by Villani’s description of Mars on horseback and the Campanile relief.¹²

Final considerations

To sum up, we can say that Villani assembled his historical construction from several “bricks of memory” (Lottes, 2000). Numerous sources confirm the existence of a mysterious equestrian statue on the banks of the Arno, superstitiously worshipped and feared as Mars by the Florentines from the early 14th century at the latest. This was compounded by an apparent lack of knowledge of the early history of the construction and use of the Florentine baptistery. Villani was probably the first to come up with the idea of combining the statue of Mars with the Baptistery, with the intention of ‘proving’ the prestigious ancient past of his native city by means of the objects found in urban space. In the absence of well-preserved Roman buildings in Florence, and in line with the ideas of his contemporaries, he transformed the Baptistery into an ancient temple of Mars. The equestrian statue, worshipped as Mars, fitted perfectly into this historic building as a cult image. Giovanni Villani probably formulated this idea shortly before the statue was lost

11 See Gatti, 1995, pp. 218-219 for the transcription of the *latin* inscription.

12 For an in-depth study of representations of idolatry in the Middle Ages see Camille, 1989, pp. 73-128.

forever in a catastrophic natural event, the Arno flood of 1333. The following years saw the creation of the relief on the Campanile depicting the planet Mars as an armoured horseman, the relief of the Mars monument on the Ponte Vecchio and, finally, the miniatures of the Vatican Chronicle. The statue became part of the collective urban memory of Florence when it was lost. The image of Mars itself has never been recovered, and not even an attempt to find the statue at the bottom of the river has been recorded. The ominous object seems to have been banished to a place where it could do no further harm — to people's memories. In the mid-14th century, a time of balance between orality and writing, visualization played an important role as 'proof of authenticity', or at least as a means of stimulating the imagination (Lottes, 2000, pp. 53-54). In the illustrated chronicle narrative, identity claims about the history of the city can be verified by consulting the text and are simultaneously 'authenticated' by the images. In his *Nuova Cronica*, Villani created a fictional past for the Baptistery as a temple to Mars, which was visualized, authenticated and permanently fixed for contemporaries by the images in the Vatican manuscript. Through the medium of the manuscript, the Baptistery became a place of remembrance of the city's ancient past, which the images inscribed all the more powerfully in the memory of the individual viewer.

BIBLIOGRAPHY

- Angus, B. (2022). *A History of Crossroads in Early Modern Culture*. Edinburgh University Press.
- Assmann, A. (1999). *Erinnerungsräume. Formen und Wandlungen des kulturellen Gedächtnisses*. Muenchen: Verlag C. H. Beck.
- Assmann, J. (1992). *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. Muenchen: Verlag C. H. Beck.
- Blume, D. (2000). *Regenten des Himmels. Astrologische Bilder in Mittelalter und Renaissance*. Berlin: Akademie Verlag.
- Boccaccio, G. (1918). *Il commento alla Divina Commedia e gli altri scritti intorno a Dante* (D. Guerri, Ed.). Bari: G. Laterza & Figli.
- Camille, M. (1989). *The Gothic Idol. Ideology and Image-making in Medieval Art*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Danziger, E. (2023). Fiorenza figlia di Roma. New Light on the Baptistery of San Giovanni and the Chronology of Florentine Romanesque Architecture. *Mitteilungen des Kunsthistorischen Instituts in Florenz*, 65 (1), 7-43. Kunsthistorischen Institut in Florenz.
- Degl'Innocenti, P. (1994). *Le origini del bel San Giovanni: da tempio di Marte a Battistero di Firenze*. Firenze: CUSL.
- Degl'Innocenti, P. (2017). *L'architettura del Battistero fiorentino di San Giovanni. Progetto, appalto, costruzione, vicende*. Firenze: Pontecorboli Editore.
- Frati, M. (2015). Questo diluvio fece alla città e contado di Firenze infinito danno. Danne, cause e rimedi nell'alluvione del 1333. *Città e Storia*, 10 (1), 41-60. Università Roma Tre-CROMA.
- Frugoni, C. (Ed.). (2005). *Il Villani illustrato. Firenze e l'Italia medievale nelle 253 immagini del ms. Chigiano L VIII 296 della Biblioteca Vaticana*. Firenze: Le Lettere.
- Frugoni, C. (2007). Il ruolo del battistero e di Marte a cavallo nella Nuova Cronica del Villani e nelle immagini del codice Chigiano L VIII 296 della Biblioteca Apostolica Vaticana. *Mélanges de l'Ecole française de Rome, Moyen Âge*, 119 (1), 57-92. École française de Rome.
- Gatti, L. (1995). Il mito di Marte a Firenze e la "pietra schema". Memorie, riti, ascendenze. *Rinascimento*, 35, 201-230.
- Gebhard, V. (2007). *Die „Nuova Cronica“ des Giovanni Villani (Bib. Apost. Vat. Chigi L.VIII.296). Verbildlichung von Geschichte im spätmittelalterlichen Florenz*. [PhD dissertation, Ludwig Maximilian University of Munich]. <https://edoc.ub.uni-muenchen.de/7085/>
- Gebhard, V. (2017). Ein antiker Marstempel im mittelalterlichen Florenz? Erinnerungskultur in der Stadtchronik des Giovanni Villani. In J. Oberste, S. Reichert (Eds.), *Stadtgeschichte(n). Erinnerungskultur der vormodernen Stadt* (pp. 187-206). Schnell&Steiner.
- Gordon, N. P. J. (2006). The murder of Buondelmonte: contesting place in early fourteenth-century Florentine chronicles. *Renaissance Studies*, 20 (4), 459-477. Wiley.
- Green, L. (1972). *Chronicle into History. An essay on the interpretation of history in Florentine fourteenth-century chronicles*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kreytenberg, G. (1984). *Andrea Pisano und die toskanische Skulptur des 14. Jahrhunderts*. Muenchen: Bruckmann.
- Latini, B. (2003). *Li Livres dou Tresor* (S. Baldwin, P. Barrette Eds.). Tempe: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies.
- Lottes, G. (2000). Stadtchronistik und städtische Identität. Zur Erinnerungskultur der frühneuzeitlichen Stadt. *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg*, 87, 47-58. Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg.
- Maissen, T. (1994). Attila, Totila e Carlo Magno fra Dante, Villani, Boccaccio e Malispini. Per la genesi di due leggende erudite. *Archivio Storico Italiano*, 2, 561-640. Deputazione di storia patria per la Toscana.
- Salvestrini, F. (2015). L'Arno e l'alluvione fiorentina del 1333. In M. Matheus, G. Piccinni, G. Pinto & G. M. Varannini (Eds.), *Le calamità ambientali nel tardo medioevo europeo: Realtà, percezioni, reazioni* (pp. 231-256). Firenze University Press.
- Villani, G. (1990). *Nuova Cronica, 1307-1348* (G. Porta, Ed.). Parma: Fondazione Pietro Bembo.
- Weinstein, D. (1968). The Myth of Florence. Florentine Studies. In N. Rubinstein (Ed.), *Politics and Society in Renaissance Florence* (pp. 15-44). London: Faber&Faber.

“*Memorias* (...) que se tivesse caminho para se imprimir e fazer à sua Pátria esse benefício”: O Mestre-Escola André Ferreira e o elogio do memorialista e historiador local (séculos XVI, XVII e XVIII)

“Memoirs (...) if they had a way to be printed, would benefit their Homeland”: The *Mestre-Escola* (Schoolmaster) André Ferreira and the praise of the memoirist and local historian (16th, 17th, and 18th centuries)

RESUMO

André Ferreira (f. 1633) é um dos vários historiadores ou memorialistas locais portugueses do século XVII e não fora o caso de ter sido biografado por Diogo Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana* como o autor de umas inéditas *Memorias da Villa de Montemor [o Novo]*, seria ainda hoje uma figura praticamente desconhecida!

Mestre-Escola da Colegiada da Alcáçova de Santarém, Ferreira não foi o mais antigo memorialista local português conhecido, nem será, por certo, um dos mais célebres, pois, a partir do século XVI, outros escritores mais ilustres e na veia humanista do Renascimento foram também cultores das lendas, tradições, antiguidades e estudo das principais cidades do Reino de Portugal, como Évora, Porto e Lisboa. Alguns, com um propósito mais estatístico ou de roteiro de viagens, outros com uma intenção mais historiográfica, e nem todos de imediato impressos, pois algumas destas memórias só vieram a conhecer o prelo nos séculos seguintes.

Tendo como ponto de partida os poucos apontamentos biográficos conhecidos do Mestre-Escola André Ferreira, procuramos analisar neste texto o seu exemplo pioneiro e o modo como os homens de letras portugueses do início da Idade Moderna se preocuparam em registar, em manuscritos, as memórias locais das suas terras e pátrias ou das principais cidades e províncias do Reino de Portugal para futura impressão, obras que ainda hoje são essenciais para conhecer as origens e história das instituições, património e urbanismo de muitas cidades portuguesas.

PALAVRAS - CHAVE

História Local; Historiador local; Memorialista (sécs. XVI, XVII e XVIII); Mestre-Escola André Ferreira.

ABSTRACT

André Ferreira (deceased in 1633) is one of several local Portuguese historians or memoirists from the 17th century, and had it not been for being biographed by Diogo Barbosa Machado in the *Bibliotheca Lusitana* as the author of some unpublished *Memorias da Villa de Montemor [o Novo]*, he would still be an unknown figure today!

This *Mestre-Escola* (Schoolmaster) of the Collegiate Church of Alcáçova in Santarém was not the earliest Portuguese local memoirist, nor would he be one of the most celebrated, as from the 16th century onwards, others more illustrious and humanists, were also cultivators of legends, traditions, antiquities, and studies of the main cities of the Kingdom, such as Évora, Porto, and Lisbon, some with a more statistical purpose or as travel guides, others more historiographical, not all immediately printed, as some of these memoirs only came to press in the following centuries.

Taking the few known biographical notes of *Mestre-Escola* André Ferreira as a starting point, we analyze his pioneering example and how Portuguese men of letters from the beginning of the Modern Age were concerned with leaving handwritten memories of their local lands and homelands or of the main cities and provinces of the Kingdom of Portugal for future printing, works that are still essential today to understand the origins and history of the institutions, heritage, and urbanism of many Portuguese cities.

KEYWORDS

Local History; Local Historian; Memoirist (16th, 17th, and 18th centuries); *Mestre-Escola* (Schoolmaster) André Ferreira.

Notas iniciais: O estudo das antiguidades

O Padre loio Jorge de São Paulo, cónego regente da Congregação de São João Evangelista, na introdução das suas *Memorias do Hospital das Caldas* (1656), recorda palavras atribuídas a Arquimedes, que davam o Tempo como “hum Inventor



FIGURA 1
Desenho de Montemor-o-Novo
Fonte: BNP, Pier Maria
Baldi, 1669, estampa XLIX

de novidades, hum Registo de antiguidades (...)”,¹ dando-se, então, aquele historiador português do século XVII, como um continuador de uma nova escola do pensamento histórico, iniciada no século anterior, que fazia do estudo das antiguidades e da história, já não como uma forma de discurso encomiástico próprio da parenética de elogio de Reis e Santos, usada no contexto da cronística das gerações das casas dinásticas e aristocráticas, e tão comum nos textos medievais, mas antes uma forma de registo das coisas passadas e que davam corpo e valor às instituições do presente.

Na primeira metade do século XVII, conhecemos os comentários de um dos estudiosos coletores de antiguidades e memorialista da história local portuguesa, o montemorense André Ferreira (f. 1633), Mestre-Escola da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém. Este escritor seria, hoje, uma figura praticamente desconhecida, não fora o caso de ter sido referido, por Diogo Barbosa Machado na sua obra *Bibliotheca Lusitana* (1759, vol. 4, p. 17), como o autor de umas inéditas

¹ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Memoria De algumas noticias antigas tiradas de hum livro manuscripto da Fundação do Hospital das Caldas / Composto Pello p[adr]e M[anue]l Jorge de S[ão] Paulo Conego da Congregaçã de S[ão] Joã Evangelista e Prov[ed]or que foy do d[it]o Hospital no anno de 1656 [Manuscrito].*

Memorias da Villa de Monte mór, compostas sobre a sua terra natal, Montemor-o-Novo, e que este queria que o seu testamenteiro lhes desse “caminho para se imprimir e fazer à sua pátria esse benefício!” (Matoso, 1748, 164v).

As memórias de André Ferreira não chegaram até nós, mas o seu espírito sim, e foi certamente o mesmo que animou outros tantos memorialistas locais que, antes e depois deste autor, quiseram fazer benefício às suas próprias pátrias, como de seguida daremos conta numa breve resenha, por certo incompleta, dos mais conhecidos memorialistas locais portugueses que foram registados entre os séculos XVI e XVIII. As obras impressas e manuscritas destes memorialistas, em conjunto com as dos cronistas eclesiásticos e as recolhas documentais e estatísticas promovidas no âmbito da Academia Real da História Portuguesa (1720) e da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779), além dos arquivos municipais e eclesiásticos, foram as fontes primordiais para muitas das monografias locais escritas a partir do século XIX.

1. O Mestre-Escola André Ferreira: Estudioso das Antiguidades da sua Pátria – Montemor-o-Novo

O célebre bibliógrafo Barbosa Machado diz-nos, no seu verbete: “ANDRE FERREIRA natural de Monte mór o novo da Província Transtagana Mestre Escola da Collegiada de Santa Maria da Alcáçova na Villa de Santarém. No Testamento com que falleceo deixou cinco mil reis para hum Anniversario em 18 de Janeiro com Missa cantada pela alma do Bispo D Jorge de Attayde, Capellao mór e Comendatario de Alcobaça, seu grande bemfeitor. Jaz na Collegiada de Santa Maria da Alcaçova com o seguinte Epitáfio: Sepultura de André Ferreira Capellao que foy de Sua Magestade e Mestre Escola desta Collegiada. Falleceo no 1 de Abril de 1633. Querendo mostrar se grato à patria que lhe dera o berço, Compoz Memorias da Villa de Monte mor fol. MS. No seu Testamento declara ter composto esta obra e a deixar fechada em hum escritório” (Machado, 1759, vol. 4, p. 17).

Outro contribuinte para a biografia de André Ferreira foi o Pe. Luís Montez Matoso (1701-1750), colaborador escalabitano da *Gazeta de Lisboa* e autor de várias memórias manuscritas sobre as vilas e região do Ribatejo, e a quem também se atribuem as: *Memorias históricas, extrahidas dos livros de notas dos cinco tabaliães da villa de Santare[m]* (1748), obra que fez parte do espólio do Marquês de Pombal,

e que contém uma memória sobre André Ferreira, que regista que nas notas do tabelião António Pereira da vila de Santarém, no liv. 35, fl. 177, a 6 de abril de 1633 foi:

“Lançado o Testamento do Mestre Escolla da Collegiada de Alcáçova (de Santarém) André Ferreira natural de Montemor o novo, feyto em Santarem a 31 de Março do dito anno (de 1633), aprovado no mesmo dia pelo Tabeliam António Pereira e aberto a 2 de Abril do dito anno (de 1633) pelo Escrivão Francisco Galvão parante o D.or Paulo de Pedroza Meireles, Vigario Geral nesta Vila. Mandou sepultar se na dita Collegiada, onde os Conegos quizessem. Elles lhe mandaram por na sua sepultura o seguinte Epitafio = Sep^a de Andre Ferreyra Capellaõ, que foy de S. Mag.e e Mestre Escolla desta Collegiada Falleceu o pr.o de Abril de 1633 = Deyxou na mesma Collegiada hum Anniverssario a 18 de Janeiro cada anno, ou no Seguinte dia não impedido, com Missa cantada pela alma do Bispo D. Jorge de Ataíde, Capellam de Sua Magestade, e Commendatario de Alcobaça, seu Senhor, e Bemfeytor, e assim mais hua Capella de 60 Missas cada anno pela alma do dito Bispo e pela de seus pays e parentes. Declarou que havia composto hum Livro in folio [que ficara no seu Escritorio fechado] das Memorias de Monte mor o novo, do qual tomaria conta seu Testamenteiro o Cónego Francisco de Almeyda, para que se tivesse caminho para se imprimir e fazer à sua pátria esse benefício” (Matoso, 1748, fl. 164v).

Todavia, estas são as únicas memórias que chegaram até aos nossos dias deste memorialista, de quem se desconhece qualquer texto, nem impresso, nem manuscrito. Contudo, o mesmo já não se pode dizer de outros seus contemporâneos, antecessores e sucessores, nos foram legando em benefício de suas pátrias e regiões, diversas coletâneas e memórias históricas sem as quais seria difícil um conhecimento mais circunstanciado da história de muitas cidades portuguesas.

Antecederam André Ferreira, memorialistas mais célebres e mais ilustres, nomes como: André de Resende, Dr. João de Barros (escrivão da Câmara), Damião de Góis (Fig. 1) e Francisco de Holanda.

Estes foram também cultores das lendas, tradições, antiguidades e estudos das principais cidades do Reino, como Évora, Porto e Lisboa, e suas províncias, que conheceram, aliás, importantes contributos memoriais a partir do século XVI. Do inventário que coligimos a partir das obras identificadas em vários estudos

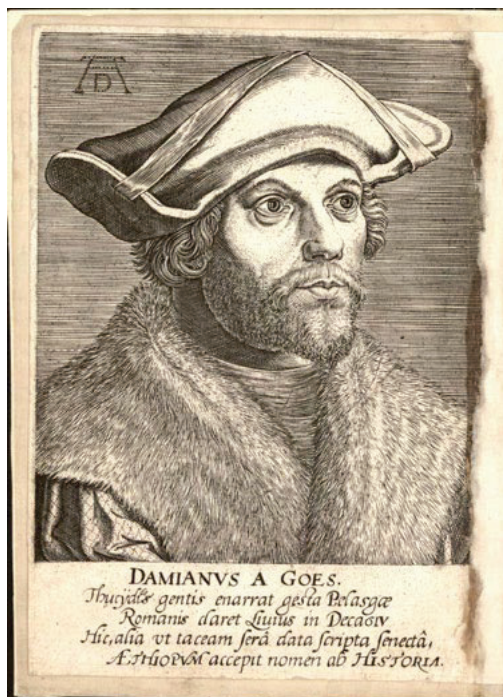


FIGURA 2
Retrato de Damião de Góis (ou Goes) de Albrecht Dürer
Fonte: BNP, Damião de Góis, Fotogr. M. Cardoso, ca. 1960.

e coletâneas do século XIX e XX,² assim como dos inventários dos manuscritos existentes na Biblioteca Nacional de Portugal,³ identificamos alguns memorialistas locais e as suas principais obras.

Façamos, pois, uma resenha por região, das principais obras e autores que se podem reconhecer como os primeiros memorialistas locais!

2. Porto e o Norte de Portugal

A cidade do Porto e a região de entre Douro e Minho conheceu um conjunto notável de obras de autoria de memorialistas locais, destacando-se, neste

² Figanieri, 1850, pp. 127-141; *Monographias e outras obras referentes a varias localidades e monumentos do continente de Portugal*, Appenso ao Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, Tom. XI, 1906, n.ºs 6-7-8; *Subsídios para a bibliografia da história local portuguesa*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1933.

³ *Inventario: secção XIII - Collecção Pombalina*, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1889; *Inventario: secção XIII - Manuscriptos*, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1896.

particular, as obras pioneiras, mesmo a nível nacional, do Mestre António, de Rui Fernandes e do Dr. João de Barros.

Mestre António é autor de uma descrição de entre Douro e Minho, manuscrita (ms.) em Guimarães em 1512, que permaneceu inédita até à sua publicação (pub.) em 1935, por Alberto Rocha de Brito (1885-1969), na Imprensa da Universidade de Coimbra (Fig. 3).

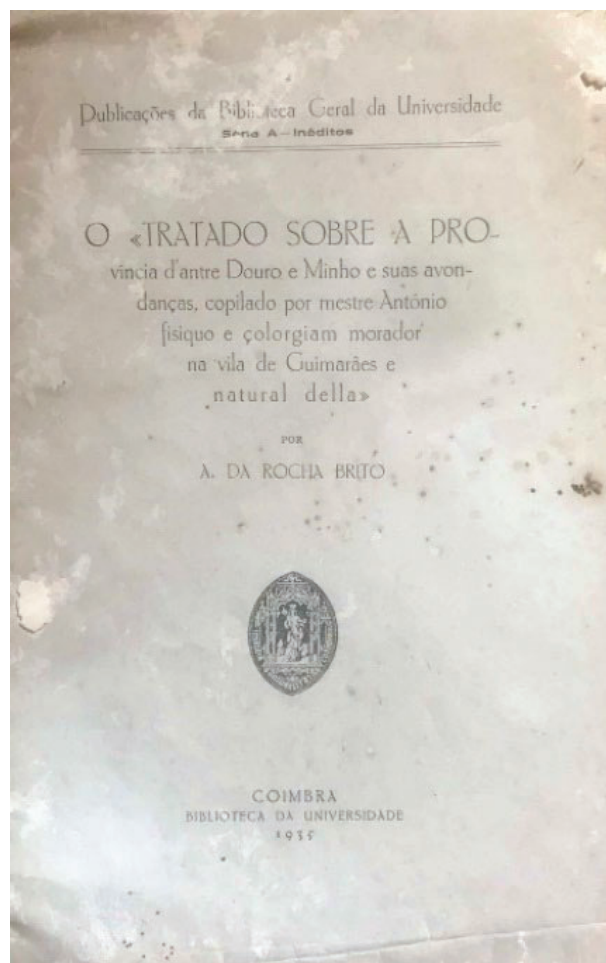


FIGURA 3
Capa de *O «Tratado sobre a Província d'antre Douro e Minho [...]»* do Mestre António
Fonte: A. R. de Brito (Ed.), 1935.

Rui Fernandes dá-nos uma *Descrição do terreno em roda da cidade de lamego duas léguas*, manuscrito do século XVI publicado em versões impressas em 1824, 1926, 1947 e 2001, a partir da versão manuscrita da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Trata-se de uma descrição quinhentista de Lamego composta por Rui Fernandes, “tratador das lonas e bordates del rei”, entre 1531 e 1532 (Dias, 1947, fl. viii).

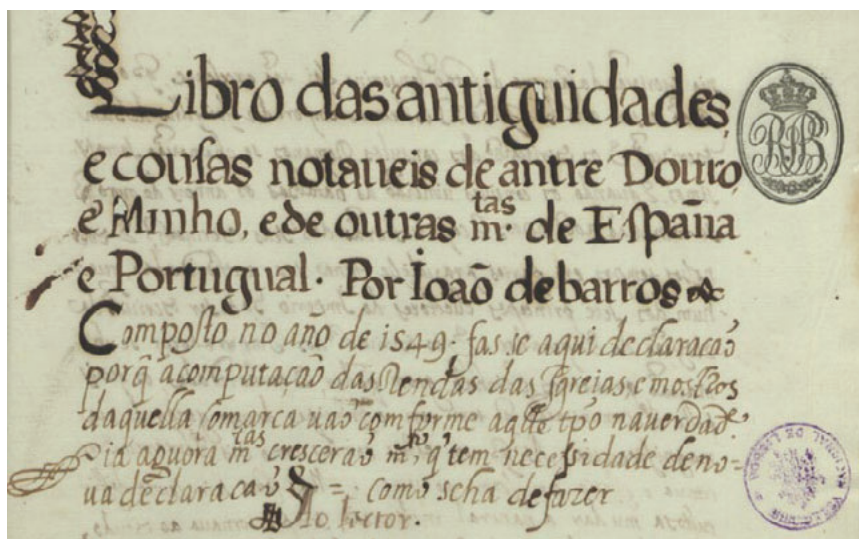


FIGURA 4
Frontispício do *Libro das antiguidades e cousas notaveis de antre Douro e Minho* de João de Barros
Fonte: BNP, João de Barros, 1549, Reservados, COD-216.

O Dr. João de Barros (1496-1570) é autor de um dos mais notáveis manuscritos da primeira metade do século XVI — *Libro das antiguidades e cousas notaveis de antes Douro e Minho*, cujo original manuscrito de 1549 existe ainda na Biblioteca Nacional de Portugal (Fig. 4), sendo publicada uma versão impressa pela Biblioteca Pública Municipal (do Porto) com o título: *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, pela primeira vez, em 1919 e mais recentemente com um estudo e transcrição de Joana Lencart (2019). Na introdução da sua obra, fala-nos da motivação para a sua escrita, citando que “O glorioso (São) Jerónimo escrevendo dizia: Que sempre fizesse alguma coisa para que, quando o Diabo atentasse, o achasse ocupado!” (Barros, 1549, fl.1v). Mas não se pense que este jurisconsulto tenha levado esta sua tarefa de ânimo leve, pois retorque que “Desta maneira, revolvendo meus livros, achei certas anotações que, em outro tempo, fiz DAS COUSAS DA COMARCA DE ENTRE DOURO E MINHO, considerando as antiguidades e cousas notáveis daquela Terra. E para que não percessem Me apliquei a fazer delas um breve Tratado. Porque quem as bem considerar, verá que esta Terra é como uma flor de todas as de Espanha ou Campo Elizio, como diz Homero” (Barros, 1549, fl.1v).

Nas suas considerações introdutórias, acresce ainda outras razões e motivos, dizendo que: “A verdade é que todos louvam sua Terra, principalmente por ser sua e nenhuma outra lhe parece melhor (...) tomei esta ousadia, como testemunha de vista

para que os que não viram, dos quais alguns escreveram em seus livros desta Terra e da Espanha que nunca falam por falta de quem lhes dissesse” (Barros, 1549, fl. 2). Conclui-se que além de querer destacar as notabilidades de sua pátria, o autor procurar deixar um contributo escrito “para que, quando algum mais curioso quisesse escrever coisas de Portugal, mais particularmente do que até aqui é feito, pudesse saber Este pedaço dele e de mim, como de testemunha de vista” (Barros, 1549, fl. 2).

Entrados no século XVII, destacam-se as obras que, ainda que com um forte cunho regional, são ainda hoje fundamentais para a história religiosa portuguesa, da autoria (ou coordenadas) por D. Rodrigo da Cunha:

- *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, 1623;
- *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, 1634-1635; e
- *História ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, 1642.

No mesmo período aparece a versão acrescentada e impressa em Lisboa, no ano de 1606, por José Martins, do *Compendio e sumario das grandezas e cousas notáveis que ha entre Douro e Minho*, obra que parece corresponder a uma revisão da já citada *Descrição (...)* manuscrita de Mestre António “fisiquo e solorgiam d el rei D. João II”, opúsculo anexo a algumas antigas cópias das Crônicas de Rui de Pina (Silva, 1862, p. 191).

Guimarães é objeto de duas obras, uma de Manuel Severim de Faria — *Descrição da villa de GUIMARÃES e das festas alli celebradas a N. Senhora da Conceição. Desde 12 a 15 de agosto de 1618*; e outra de Torcato Peixoto de Azevedo — *Memórias Ressuscitadas da antiga GUIMARÃES*, ms. 1692, pub. em 1845.

Barcelos, como cabeça de um dos condados do Estado de Bragança, como outras vilas do mesmo Estado, foi também objeto de tratados e memórias históricas, como as de Frei Pedro de Poyares — *Tractado Panegyrico em louvor da Villa de BARCELLOS* (1672), e Belchior do Rego de Andrade⁴ — *Antiguidades de BARCELLOS*, ms. sd.

4 Belchior do Rego de Andrade (Vila Viçosa, bap. 9.5.1604 – Lisboa, 14.3.1690), era filho de Inácio do Rego de Andrade, moço do guarda-roupa do Duque D. Teodósio II, tendo estudado na sua pátria as letras, passou a Coimbra para se aplicar à ciência dos cânones, distinguindo-se com o grau de Doutor, exercendo o lugar de desembargador dos agravos da relação e casa do Porto (1653). Ordenado Presbítero, foi por muitos anos Cónego da Colegiada de Barcelos, lugar que tinha antes de 1630, como consta de um codicilo ou apostila do testamento do Duque D. Teodósio II. Vide: Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], *Registo Geral de Mercês*, Mercês da Torre do Tombo, liv. 22, fl. 246.

Andrade escreveu também um *Tratado da Antiguidade da Vila de Ourém e suas grandezas*, o que faz suspeitar que do benefício canonical de Barcelos fosse promovido a alguma dignidade da Colegiada de Ourém que era igualmente do padroado brigantino, e passando depois a Prior da Igreja de S. Tiago de Lisboa, foi secretário particular da Rainha D. Luísa Francisca de Gusmão (-1666), e das suas noras as Rainhas D. Maria Francisca de Saboia (1666-1683) e D. Maria Sofia Neubeurg (1687-1690). Nestas condições escreveu a *Vida e Milagres da Beata Tareja, filha de El-Rei D. Afonso Henriques para a lerem as ditas Rainhas*, que sem dúvida lhe encomendaram tal composição. Foi, portanto, jurisconsulto, arqueólogo e historiador, além de teólogo e pároco, tendo também escrito a obra das *Antiguidades de Vila Viçosa* que não se chegou a dar à estampa antes da sua morte em 1690.⁵

No século XVIII, destacamos as três obras de António Cerqueira Pinto (1699-1744), duas delas manuscritas e inéditas: *Dissertação sobre a antiguidade, fundamentos e primeiros princípios da cidade do Porto*⁶ e *Memorias para a história ecclesiastica do Porto, Braga e outros logares d'Entre Douro e Minho* (1725-32).⁷ Uma terceira obra: *História da prodigiosa imagem de Christo crucificado, que com o titulo de Bom Jesus de Bouças se venera no logar de Matozinhos*, foi publicada em Lisboa Ocidental “na Officina de António Isidoro da Fonseca, Impressor do duque Estribeiro Mór : impresso à custa da Irmandade do Senhor de Bouças”, em 1737.

Por fim, destacamos a primeira grande monografia do Porto, impressa nesta cidade em 1789, na Oficina de António Alvarez Ribeiro, *Descrição topographica e histórica da cidade do Porto*, e de autoria de Agostinho Rebelo da Costa, dado como Presbítero Bracarense, Doutor em Teologia e Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, falecido em 1791.

Rebelo da Costa, na introdução da sua obra, discute os motivos que o levaram a publicá-la, argumentando que, em contraposição ao que era comum entre os escritores da época, que se dedicavam a projetos mais amplos e convencionais, como uma

5 Espanca, 1986, pp. 45-47.

6 BNP, Ms. 4, 23 n.º 91- 98, *apud. Noticias archeologicas extrahidas do “Portugal antigo e moderno” de Pinho Leal, com algumas notas e indicações, por E. R. Dias, pub. Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, Tomo IX, 4.ª S., 1902, n.º 7, p. 43.*

7 BNP, António Serqueira Pinto. *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Porto, 1725-1732, Manuscritos Reservados, COD-214.*

geografia de Portugal, ou a publicação de sermões, e apesar de aconselhado noutro sentido, optou por uma obra de âmbito mais específico e limitado, enaltecendo a cidade que o acolheu como um dos seus e onde foi enriquecido, mesmo que alguns leitores pudessem interpretá-la como uma tentativa de ganhar reconhecimento em terra alheia, em vez de exaltar a sua Braga natal. O autor reflete sobre as dificuldades, pressões e considerações que enfrentam aqueles que decidem tomar sobre si a tarefa de escrever obras que envolvam descrições de lugares e pessoas, em particular do próprio tempo, uma vez que uma obra destas poderia sempre ser menos bem recebida pelos habitantes da cidade de acolhimento, se retratasse os seus residentes de forma negativa, como pessoas ambiciosas e avessas à instrução e à cultura, e que por certo não se livraria de críticas e hostilidade, caso não destacasse certas propriedades ou famílias influentes da cidade, o que poderia atrair a animosidade de alguns leitores. Contudo, reconhece a impossibilidade de descrever de forma isenta uma cidade, pois que “tratando, finalmente, este livro de huma Cidade, que cada hum figura na sua fantazia conforme a contempla, era impossível que agradasse o plano, que della fizesse” (Costa, 1789, V).

Além destas obras, registam-se ainda outras, já do século XVIII, sobre diversas cidades, vilas e lugares da região Norte (anexo 1), como Braga (de Contador de Argote), Guimarães (de Manuel Caetano de Sousa), Vizela, Bragança, Vila Real, Chaves, Azurara, Caminha, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo.

3. Coimbra e Viseu

No Centro de Portugal destacam-se, naturalmente as obras sobre a cidade de Coimbra, pelo relevo cultural da sua Universidade, mas também, curiosamente, sobre a cidade de Viseu, que apesar do seu contexto regional e demográfico, se nos apresenta com uma insuspeita relevância cultural, por certo muito associada à sua dignidade episcopal.

Em Coimbra, conhecemos a obra do Dr. António Coelho Gasco (1595-1666) *Conquista, antiguidade, e nobreza da mui insigne, e ínclita cidade de Coimbra*, ms. ca. 1617, publicada em versão impressa em 1805. Gasco era natural de Lisboa, mas, como muitos dos memorialistas locais citados neste ensaio, mesmo aqueles que tiveram uma carreira eclesiástica, passou por Coimbra no curso da sua formação académica e, depois de ter exercido alguns lugares de magistratura, foi

despachado para o Brasil no cargo de Auditor Geral da capitania do Grão-Pará, onde faleceu no ano de 1666 (Silva, 1858, pp. 112-113). As suas obras sobre Coimbra e Lisboa permaneceram inéditas até aos séculos XIX-XX, tendo a de Coimbra sido impressa por indústria de António Lourenço Caminha. A sua obra sobre Lisboa: *Antiguidades da muy nobre cidade de Lisboa Imporio do mundo e Princeza do mar Oceano*, ms. ca. 1616, com cópias de 1675, na Col. D. Francisco Manuel; e de 1744, na Col. Barbosa Machado,⁸ foi publicada pela primeira vez pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1924.

Ainda em Coimbra, D. Jerónimo de Mascarenhas (1611-1672) é autor, no século XVII, da *História da cidade de Coimbra (ca. 1636-41)*, manuscrito existente na Biblioteca Pública de Évora, publicada com leitura e pref. de José Pires da Silva, em 1956, e com transcrição integral de ms., introd. e notas de Mário Araújo Torres, em 2023. Já no século XVIII, registamos as obras do Dr. Bartolomeu de Macedo Malheiro de Morais: *Noticia das Villas e Lugares da Comarca de Coimbra* (ms. ca. 1726) e *Notícias das Igrejas do Bispado de Coimbra* (ms. 1726), e a obra de Bernardo de Brito Botelho: *História Breve de Coimbra; sua fundação, Armas, Igrejas, Collegios, Conventos, e Universidade*, publicada em 1733, sendo esta a mais antiga obra impressa sobre a cidade.

Quanto a Viseu, não deixa de ser notável como uma pequena cidade de província, sem centros de produção do conhecimento, como universidades, tenha motivado dois autores, cuja biografia oferece algumas incógnitas, mas aparentemente ambos membros da elite aristocrática local, e provavelmente com formação universitária, a dedicarem-se à sua história e elogio:

— Manuel Botelho Ribeiro Pereira é autor de *Diálogos Morais, e Politicos, e fundação da cidade de VIZEU; história de seus Bispos, e geraçoens com muitos sucesos que nella acontecerão, e outras antiguidades, e couzas curiozas*, ms. 1630-1636,⁹ pub. 1955, obra analisada na comunicação de Liliana Castilho, pelo que nos abstermos de nos alongar sobre a mesma e o seu autor;

— João de Pavia, pseudónimo de um poeta natural de Viseu, cujo nome se

8 BNP, António Coelho Gasco, *Primeira parte das antiguidades da muy nobre cidade de Lisboa Imporio do mundo e Princeza do mar Oceano*, MSS. 257, n.º 63.

9 BNP, *Dialogos Morais, e Politicos, e fundação da cidade de Vizeu historia de seus Bispos, e geraçoens com muitos sucessos q[ue] nella acontecerão, e outras antiguidades, e couzas curiosas [1630-1636]*, Manuscritos Reservados, PBA. 485.

desconhece, é autor de um poema em dez cantos de nome: *Descriçam da cidade de VIZEU e suas antiguidades e couzas notaueis que contem em sim, e seu Bispado composta por hum natural*, ms. post-1638¹⁰ e que poderá ter sido inspirada na obra anterior.

Além destas obras, registamos outras, já do século XVIII, sobre diversas vilas e lugares da região Centro (anexo 1), como Buarcos, Coja e Sertã (do genealogista Manso de Lima).

4. Lisboa e a Grande Estremadura



FIGURA 5
Frontispício de *Summario ... cidade de Lisboa* de Cristovão Rodrigues de Oliveira

Fonte: BNP, Cristóvão Rodrigues de Oliveira, 1554., RES. 84v.

10 BNP, *Descriçam da cidade de Vizeu e suas antiguidades e couzas notaueis que contem em sim, e seu Bispado composta por hum natural*, [1638], Manuscritos Reservados, COD. 10622.

Se houve cidade que mereceu destaque e interesse de memorialistas locais, essa foi a de Lisboa, cabeça do Reino e lugar da Corte, ponto de partida e chegada das riquezas do comércio que sustentou o império até aos séculos XVIII-XIX. Talvez por esta duplicidade da capital, como centro político, mas também económico do Reino, os primeiros memorialistas lisboetas, como Cristóvão Rodrigues de Oliveira, autor do: *Summario em que brevemente se contem algumas cousas — assi ecclesiasticas como seculares — que há na cidade de Lisboa* (ms. 1551, pub. 1554) (Fig. 5), e João Brandão de Buarcos, autor da *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552* (pub. 1921 e 1990), se tenham preocupado em valorizar, quase de forma estatística, a sua importância populacional e económica, quando comparada com as principais e mais poderosas cidades da Europa, a quem Lisboa disputava, no século XVI, a primazia económica, cultural e social.

Cristóvão Rodrigues de Oliveira, na introdução da sua obra, relata que a mesma fora resultado de um inquérito ordenado pelo:

“ARCEBISPO DA Cidade E Arcebispado de Lisboa Dom Fernando (de Menezes) primeiro deste nome Capellão mór del Rey dom João nosso senhor o terceiro”, o qual “vendo o dito senhor Arcebispo o grande crescimento da dita cidade E cousas della ê cada hum anno assi no spiritual como no temporal, Mandou a mim Cristouão Rodriguez d’ Oliueira seu Guarda roupa no anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Cristo de 1551 annos, que me enformasse na verdade do rendimento do dito Arcebispado E Cabido da See, E de todas as egrejas, Collegios, Mosteiros, Spritae, Capellas E Cõfrarias da dita cidade, E do numero das casas E moradores dela, E dos officios de cada pessoa assi de homes como molheres. E d’outras cousas que ao diante se verão: E que de tudo lhe desse hum Sumario. Para comprimento do qual mandado pedi a todos os Priores E Curas da dita cidade que ao fazer dos Roles em que screuem todos os seus fregueses (para auerem de ser confessados sacramêtados) fizesse certas diligêcias cada hu em saa freguesia per onde se podesse saber o certo do acima dito: dos quaes Roles E diligencias, E outras verdadeiras enformações, tirei o Summario das cousas ao diante scritas o qual em escrito del ao dito senhor Arcebispo” (Oliveira, 1554, introd.).

Diz Oliveira que, “por quanto a algúas pessoas que o dito Summario virão pareceo que outras muytas folgarião de o ver por se nelle comprenderem muytas

particularidades das cousas assi ecclesiasticas como seculares da dita cidade, de-
termeney fazello emprimir para que assi podesse ser mais comum a todos que o
quisessem ver. Toda pessoa sabia certo que assi passa, E é verdade todo o que nel-
le è conteúdo” (Oliveira, idem, ibid.).

Todavia, os primeiros autores a dar destaque e a valorizar o sítio da cidade
foram dois dos principais vultos da cultura portuguesa do Renascimento: Damião
de Góis (*Elogio da Cidade de Lisboa — Vrbis Olisiponis Descriptio*, pub. 1554); e Fran-
cisco de Holanda (*Da fábrica que falece a cidade de Lisboa*, pub. 1571), que pelo seu
conhecimento pessoal de outras grandes cidades europeias, quer no Norte (Paris,
Antuérpia, Danzig, Cracóvia, Freiburg e Basileia), quer no Sul da Europa (Vene-
za, Pádua e Roma, etc.), procuravam não só elogiar o local e a sua história, como
apontar caminhos para a sua conservação e desenvolvimento.

Nos anos seguintes, e em particular nas primeiras décadas do século XVII, re-
gista-se uma grande produção, quer manuscrita, quer impressa, de obras sobre a
cidade de Lisboa, a que não seria alheia, por certo, a sua progressiva perda de im-
portância política, e mesmo económica, na medida em que os soberanos filipinos
se fixavam cada vez mais nos interesses de Madrid e no vasto império europeu e
ultramarino dos Habsburgos Filipinos. Os autores procuravam, assim, valorizar o
sítio e as grandezas de Lisboa, cabeça da Província da Estremadura, cidade que no
dizer de Duarte Nunes do Leão, «per si soo com seu termo he hum grande reino»
(Leão, 1610, cap. II); assim como da sua antiguidade, riqueza e salubridade, para
justificar a sua primazia entre as capitais dos Impérios dos Filipes. Destacam-se,
neste contexto, as obras de:

— Fernão Sólis da Fonseca (*Regimento pera conservar a saúde e vida: Em dous
Diálogos O primeiro trata do regimento das seis cousas não naturais. O segundo de
qualidades do Ar de sítios & mantimentos do termo da Cidade de Lisboa*, ms. ca 1585,
pub. 1626);

— Luís Mendes de Vasconcelos (*Diálogos do Sítio de Lisboa*, pub. 1608);

— Dr. António Coelho Gasco (*Antiguidades da muy nobre cidade de Lisboa Im-
porio do mundo e Princeza do mar Oceano*, ms. ca. 1616, pub. 1924);

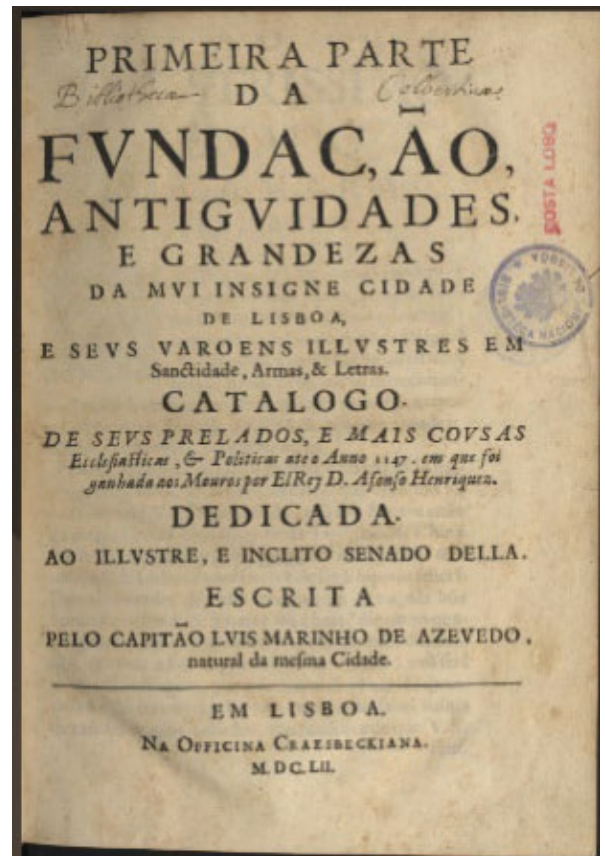
— Fr. Nicolau de Oliveira (*Livro das Grandezas de Lisboa*, pub. 1620);

— António Alvarez (impressor) (*Relaçam em que se trata e faz huma breve des-
crição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa & seus arrebaldes*, pub. 1626);

— Gabriel Pereira de Castro (*Ulisseia ou Lisboa Edificada*, pub. 1636).

FIGURA 6
Frontispício de *Fundação, Antiquidades ... de Lisboa* de Luís Martinho de Azevedo

Fonte: BNP, Luís Marinho de Azevedo, 1652.



No entanto, finda a Dinastia Filipina, e restabelecida a Corte em Lisboa, no curso da Dinastia Brigantina, logo é reforçado o discurso do elogio dos seus varões ilustres, quer nas armas, quer na fé, sendo neste particular valorizada a história eclesiástica da cidade, dos seus santos naturais e patronos, como acontece na obra do já mencionado de D. Rodrigo da Cunha, Bispo do Porto e Arcebispo de Braga e Lisboa (*Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, pub. 1642), e das origens míticas e lendárias da cidade na obra de Luís Marinho de Azevedo (*Fundação, Antiquidade de Lisboa e seus varões ilustres*, pub. 1652) (Fig. 6).

Paulo Craesbeeck, editor de Marinho de Azevedo, apesar das suas origens flamengas, estava profundamente ligado à causa restauracionista nacional, sendo sócio e primo de Lourenço de Anvers (editor da *Gazeta da Restauração*), a quem adquiriu as máquinas de impressão que este tinha na “Casa dos Biquos, na Ribeira de

Lisboa”,¹¹ continuando importante atividade editorial, nomeadamente na impressão do 5.º e 6.º volumes da *Monarchya Lusitana*. Filho do impressor flamengo Pedro Craesbeeck, Paulo era já português e lisboeta, quer por nascimento, quer por casamento, vivendo em Lisboa com Cecília Soares, de quem teve Maria Craesbeeck, mulher de Miguel de Sousa Ferreira e mãe de Manuel de Sousa Soares¹² e do seu irmão, o célebre D. António Caetano de Sousa, clérigo teatino, genealogista, historiador e académico, autor da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*.

Na introdução da obra de Marinho de Azevedo, em dedicatória dirigida ao Senado da Câmara Municipal de Lisboa, além do elogio do autor, Paulo Craesbeeck reforça a importância da obra como peça laudatória e legitimativa dos direitos “Imperiais” da capital portuguesa, dizendo que:

“As Grandezas de Lisboa mal se podem resumir em muitos liuros; & neste só se deixão ver melhor escritas que imaginadas. O trabalho do Author foi igual ao ingenho, a curiosidade ao estudo, mas os annos desiguais ao merecimento, pois lho atalhou a morte, quando prometia mayores esperanças (própria ambição de espiritos grandes, acabar as empresas, ou acabar nellas). Desta Imperial Cidade, (alta fronte do mundo) a mayor grandeza he nao saberse ao certo quem a fundou: que o ser obra de Vllisses desterrado, essa foy sempre ansia da antiga Grecia, como hoje he da supersticiosa China querer se hypotecar a sy mesma as obras dignas de memoria. E se Lisboa a teue sempre de ser Emperio felicissimo do mundo, & a ella reconhecem as naçoês húa como superioridade innata a seu clima (digam no quantas gentes correm a ella a fabricar sumptuosos domícilios, & ainda a buscar priuilegios de naturais) não serà muito dizer se agora, que a vemos melhor nacida, quando a consideramos melhorada com a incansauel fadiga de taõ laboriosos desvelos” (Azevedo, 1652, introd.).

11 Embora a Casa dos Bicos fosse propriedade do morgado de Brás Afonso de Albuquerque, andava arrendada, em 1630 a Gaspar Gonçalves (*Index de Notas [...]*, Vol. IV, 1949, p. 132) e em 1648 a Lourenço de Anvers e sua mulher, quando estes venderam os seus apetrechos de impressão a Paulo Craesbeeck, cf. ANTT, *1.º Cartório Notarial de Lisboa*, Of.º 1-B, Livros de Notas, cx. 3, liv. 336, fl. 128 (Mendes, 2019, p. 154).

12 ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mc. 33, doc. 724.

Marinho de Azevedo, por outro lado, enfatiza os mesmos valores e reforça a posição de destaque da cidade:

“GRANDE conceito, que as naçoens estrangeiras tiuerão sempre da grandeza, & opulência desta insigne cidade de Lisboa: principalmente despois, que os descobrimentos das vastíssimas prouincias de Asia, Africa, & America a fizerao florentíssima; lhes solicitou a curiosidade de saberem sua origem, & antiguidades: tam ignoradas de alguns naturaes della, que lhe não sabiaõ mais, que ser Vlisses seu fundador. E ainda que não sejaõ cousas nossas proprias, as que fizerao nossos antepassados; nos pertencem por razao de sucessão, auendo de tratar se publicamente de sua dignidade: pois conforme a diffinição dos Jurisconsultos, he a Cidade “hum ajuntamento vniuersal de homens juntos em hum corpo”, a que se refere assi o que nòs fizemos, como nossos antepassados: como tambem o diffiniraõ S. Agostinho, & Aulo Gellio” (Azevedo, 1652, introd.).

De seguida, o autor faz o elogio de quem:

“para dar satisfação a estes comuns dezejos (de saber a origem de Lisboa) procuraraõ os Reys Dom Afonso V, D. Ioaõ II, D. Manoel, D. Ioaõ III, & D. Sebastiaõ, que alguns homens doctos naturaes, & estrangeiros escreuessem as cousas deste Reyno, & particularmente o Sereníssimo Rey D. Manoel, instou com o Bispo Paulo Iouio, que compuzesse huma tam perfeita historia de Lisboa: como ella, & suas grandezas mereciaõ; não se dando por contente dos poucos sugeitos, que entao auia em Portugal, encarregando lhe juntamente a historia da India, acabada de descobrir em seu tempo: e cujas conquistas, & descobrimentos tinhaõ admirado todo o vniuerso; mas todos estes bem nacidos dezejos se malograraõ, porque os prémios não corresponderaõ á grauidade dos argumentos, perigando a fama, que os acreditaua” (Azevedo, 1652, introd.).

Acrescenta Azevedo um igual elogio aos autores passados que se dedicaram a escrever sobre Lisboa, como o:

“Mayor a adquirio Damiaõ de Goes cõ o nome, que deixou em Alemanha, & Paizes baixos de Flandes; & nas Chronicas del Rey D. Manoel, & Principe D. Joaõ, que escreueo: que no tratado da *descripção do sitio de Lisboa*, em que duuidou ser Vlisses seu fundador. Das grandes letras, erudição, diligencia, & verdade do Mestre Andre de Resende se esperaua, que suprisse estas faltas: mas foi ao contrario, porque escreuendo breuemente de algumas Cidades, & villas de Portugal; o não fez de Lisboa, ou porque deixou imperfeito o liuro das antiguidades, que se imprimio depois de sua morte, ou porque a difficuldade da empreza não achou lugar em seus estudos, & quiz antes calar, que dizer pouco della, como bem disse hum escriptor de Hespanha. Christouão Rodriguez de Oliueira guarda roupa de D. Fernando de Vasconcellos, Arcebispo, que foi desta Cidade, escreueo *algumas grandezas suas* por menor, embaraçando se com cousas menos importantes, que a fundação, & antiguidades, em que não falou. Luis Mendes de Vasconcellos bem conhecido neste Reyno por sua nobreza, & partes, tocou algumas excellencias desta insigne Cidade nos *Dialogos, & sitio della*, fundadas em razoens philosophicas, & mathematicas, em que era perito: mas como seu principal argumento foi só em ordem a louuar o sitio, não suprio a falta da propria historia, de que Lisboa tanto necessita. E vltimamente certo Autor, querendo *escreuer grandezas della*, o fez de sorte, que o Senado da Camara solicitou alguns doctos deste Reyno, para que as escreuessem: oferecendo se a gratificar com liberaes premios o immenso trabalho, & infatigauel estudo do argumento, que ninguem até gora o tomou à sua conta, por cuidar lhe faltarião as honras, & premios, dos que lhe fazião semelhantes serviços” (Azevedo, 1652, introd.).

Constata ainda, os outros autores que:

“escreueraõ as historias de Toledo, Seuilha, Granada, Madrid, Segouia, Cuenca, Leão, Tuy, Ouiedo, Çaragoça, Barcelona, Valença, Tarragona, Huesca, Palencia, Badajoz, Merida, Auila, Siguença, Iaen, Murcia, & Carmona com outras, que deixamos por prolixidade, não tratando das de fora de Hespanha, & não tendo muitas dellas mais calidade, que a grangeada com as pennas, dos que as illustrarão; sò as de Lisboa estão atégora sepultadas no abismo do esquecimento, & archiuos da veneranda antiguidade, sem saber-se mais della, que ser Vlysses seu fundador (o que alguns negàrao) tendo a primeira fundação mais de nouecentos annos de anterioridade” (Azevedo, 1652, introd.).

O autor propõe-se a destacar as grandes qualidades de uma cidade, inspirado nos exemplos antigos dos imperadores Teodósio e Valentiniano, que elogiaram Constantinopla, e Pitágoras, que atribuiu grande honra à cidade; lamentando que Lisboa tenha ficado obscurecida por muitos séculos, sem filhos que procurassem o seu grande nome, como faziam os escritores que serviam suas pátrias. Motivado pelo amor à pátria, ele empreende essa difícil tarefa, procurando igualar o amor dos estrangeiros por suas cidades. Além disso, cita também o exemplo dos romanos, que não apenas entenderam o seu nome, língua e costumes por todo o império, mas também deixaram retratos de Roma em todas as províncias. Reconhecendo que os homens eminentes temem expor suas obras à luz, por medo de críticas ignorantes, enquanto os menos conhecidos buscam a glória através de seus escritos, ainda assim se obrigou a vencer “as dificuldades preuenidas persuadido das razoens, com que muitos homens doctos deste Reyno, & fora delle me conuencerão a proseguir esta empresa quinze annos, que nella trabalhei, com notauel estudo, & inuestigação de documentos, relaçãoes, pedras, & liuros: alguns dos quaes mandei vir de Italia, & Flandes juntando materia bastante para escreuer este, & manifestar as grandezas de Lisboa, dignas de ser escritas, & andar na memoria dos homens ... sem me embaraçar com miudezas, que mais desacreditaõ, que engrandecem...” (Azevedo, 1652, introd.).

Além destas obras, mencionamos outras, já do século XVIII, sobre diversas vilas e lugares da Grande Estremadura (anexo 1), como Alcobaça, Torres Novas, Santarém (de Montez Matoso), Mafra, Sintra, Alhandra, Alenquer, Setúbal e Azeitão.

5. Évora e o Sul de Portugal

Évora, pelos vestígios e memórias da sua antiguidade, foi objeto de particular interesse memorial logo no século XVI, sobretudo por parte de um dos seus mais ilustres filhos, o Mestre André de Resende (ca. 1498-1573), autor de *História da antiguidade da cidade de Évora*, manuscrito completado em 1553 e publicado em 1576 (Fig. 7). Por vezes criticado pelo pouco rigor no tratamento dos registos arqueológicos referidos na sua obra, o certo é que Resende é um dos primeiros autores a valorizar as antiguidades arqueológicas e a epigrafia como fonte de conhecimento sobre a história da cidade, o que não é de estranhar, dada a sua formação clássica.

Fruto da sua proximidade da Corte no período em que esta esteve em Évora, Resende foi mais tarde nomeado mestre do Infante D. Duarte, filho natural de D.

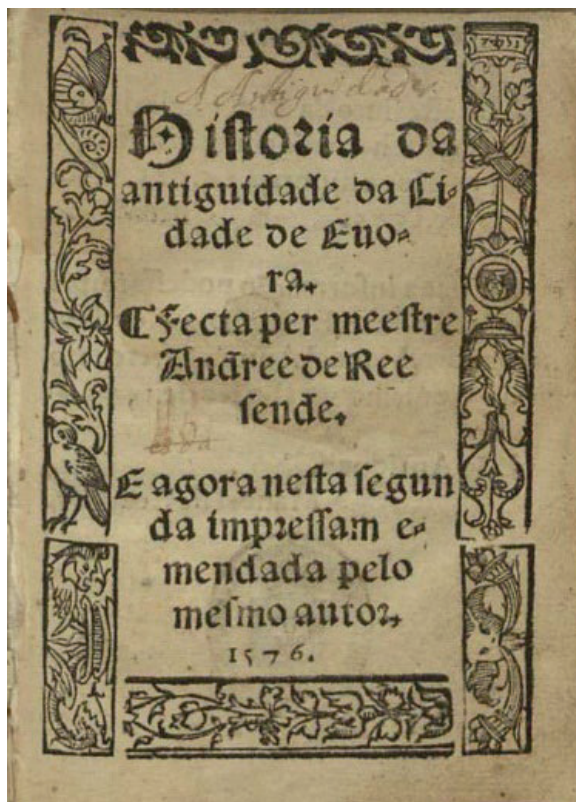


FIGURA 7
Frontispício da *História da antiguidade da cidade de Évora* de André de Resende

Fonte: BNP, André de Resende, 1576.

João III, tendo regido também uma escola pública de humanidades em Évora, entre 1533 e 1555, época em que o Senado Municipal da cidade se propôs imprimir as suas memórias e história de Évora, conforme nos relata no começo da obra que, contudo, só seria publicada postumamente, em 1576, mas que se achava completa em 1553. Nesta, diz André de Resende ao Rei D. João III:

“Mas, entretanto, com outro mais importante me detenho pareceo-me beem tornar ante Vossa Alteza com esta historia desta sua cjjdade de Euora Que por Vossa Alteza en ella nascer, teemos sabido que Voss Alteza lhe quer beem quomo a Patria, & ella a Vossa Alteza ama quomo a filho, & en elle se reuee quomo en speelho. Tinha eu esta historia fecta a petiçaõ da Camara da cijdade, ha qual leendo poucos dias haa ho doctor Gil de Villalobos, juiz que hora en ella e, confessou me que estaua de proposito de ha mandar trasladar sen eu ho saber, & lleualla a Vossa Alteza Eu receoso de me fazerem este furto, & offerescendo-se hora noua impressam haqui, quis me anticipar com dar primeiro a Vossa Alteza este gosto (...)” (Resende, 1576, introd.).

No mesmo excerto, dirigindo-se, por sua vez, à Câmara de Évora, André de Resende discorre sobre a importância das antiguidades e da vetustidade, na valorização das terras e das cidades, do louvor que era dado às autoridades municipais de Évora, por terem sido os primeiros a procurar saber e valorizar as suas antiguidades, e de quanto isso seria do gosto do Rei, por este querer fazer mercê a esta terra, e de como o Mestre, apesar das suas muitas ocupações, por ser serviço do Rei e da cidade, se propôs:

“dar aa Patria hua duzia de madrugadas deste dezembro & poner em stilo o que me pedistes”. Diz assim o texto do humanista: “A Vos vereadores, procurador, & escriuão da camara da muito noble & sempre leal cidade de Euora, mestre Andree de Reesendee: Tam atiguo costume è estimar a memoria antiga, que quasi per huo cosentimento en todas has idades houue esta opiniaõ, teemrem se muitas cousas em preço nom por ha bondade de ellas mas por antiguidade (...) Et certo que la teem ha antiguidade hua sua graça & maiestade, per que de todos se faz teer en reuerencia. Donde veem que hos pouoos tanto se haaõ por de maior dignidade, quanto se poden mostrar por de mais longa antiguidade. Ho que foi causa que muitos quando com verdade non podiaõ, per outra via procurassem de se mostrar mais antiguos (...) Hora demos & permitamos isto aa vulgar opiniaõ quer seja erro, quer ho no seja, nem reprendamos ho que todas as nações occulta & abertamente procuran, a que non faltaõ auctoridades da sagrada scriptura, per que monstrem que ha antiguidade das cidades deue ser prezada. Vos me pedistes que quisesse comunicar ho que do antiguo de esta cidade de Euora nossa patria, tinha alcançado, & dar vo llo per scripto: para ho lançardes en tombo & memoria. Ho que depois de ser per vos começado, sabendo ho algumas pessoas nobles & de autoridade, mostraron en ipso teer tanto desejo: que tambeem de huo parecer & proposito se determinaron ser com vosco en combatter & expugnar qualquer resistencia, se en mise achasse. Nom vos posso negar ho cargo en que vos fico, por ha estima en que mostrastes que me teedes, en isto pedirdes a mi. Mas tâbee vos cõfesso, que foi huum pouco fora de tempo: porque vos acabais vosso magistrado ou officio de haqui a huum mes, que è mui breue tempo para ho que pedis, & eu ando todo occupado em huum liuro de architectura per mandado de el Rei nosso Senhor de modo que en outro estudo nom intendo, excepto ho pengar, que sem errar a d’s nom lexaria: & a voltas disto ho ingenho sollicito & affadigado

co ha doença & pigoo da vida do Cardeal Infante nosso Senhor & prelado, ou para que melhor diga, padre. Com todo por que fazer en tal tempo ho que me pedijs, nom è crime de majestade lesa, antes resulta en seruiço de el Rei nosso Senhor, que quomo su Alteza è curioso, & quer beem, & fez sempre & deseja fazer mercee a esta cidade, non tenho eu duuida que algum gosto tambem recebera nisto, determinei dar aa Patria hua duzia de madrugadas deste dezembro & poner em stilo o que me pedistes. De que a vos, por serdes os primeiros que isto procurastes, ningueem tiraraa vosso louuor!” (Resende, 1576, introd.)

Além de Resende, conhecemos também importantes manuscritos dos séculos XVII e XVIII que, contudo, acabaram por ser publicados vários anos depois da sua escrita, como aconteceu com as obras assinadas por Amador Patrício (pseud. Fr. Martim Cardoso de Azevedo) — *Historia das Antiguidades da famosa Cidade de Évora* (ms. ca. 1614) pub. 1739; e Pe. Manuel Fialho — *Évora Ilustrada* (ms. 1707-1711) pub. Pe. Francisco da Fonseca como *Évora Gloriosa*, em 1728.

Além destas obras, que muitas vezes repetem de forma acrítica a obra de Resende, conhece-se ainda uma compilação de textos históricos sobre a cidade chamada *Colleçam das antiguidades de Évora escriptas* por André de Resende, Diogo Mendes de Vasconcellos, Gaspar Estaço, Fr. Bernardo de Brito e Manoel Severim de Faria, obra editada por Bento José de Sousa Farinha e publicada em 1785.

Outras cidades e vilas do Alentejo mereceram também o interesse memorialista, em particular Vila Viçosa, “capital” do Ducado de Bragança e que, talvez por isso, mereceu um inusitado interesse de vários autores, como o já mencionado Belchior do Rego de Andrade (*vide cap. 2*), mas também de Francisco de Moraes Sardinha, autor de uma *Historia de Villa Viçosa* (ms. 1618); e de António de Oliveira Cadornega, autor de uma *Descripção de sua patria Villa Viçosa*, escrita em Angola no ano de 1639 (pub. 1982).

Portalegre, cidade desde 1550, foi objeto de um estudo de Diogo Pereira Sotto Maior — *Tratado da cidade de Portalegre* (ms. 1619, pub. 1984). Elvas, cidade desde 1570, foi objeto de duas memórias — *Relação do Bispado de Elvas: Com hum Memorial dos senhores bispos que o governaraõ*, composta pelo Dr. António Gonçalves de Novais, pub. Lourenço Craesbeeck (1635); *Theatro das antiguidades d’ Elvas com a história da mesma cidade e descripção das terras da sua Comarca*, memória manuscrita do Dr. Aires Varela, Cónego da Sé de Elvas, de 1751, pub. 1915.

Beja, que apesar de já ser cidade desde 1517, esteve dependente, do ponto de vista episcopal, de Évora, até 1770, alimentou, desde o século XVI, uma longa demanda por parte das elites locais para recuperar o estatuto de bispado, que já tinha tido no período romano, sendo essa uma das causas que animou as memórias manuscritas de Beja produzidas nos séculos XVII e XVIII de Vasco Freire — *Liuro das antiguidades da Cidade de Beja* (ms. 1612); Marçal de Avelar da Costa — *História de BEJA* (ms. 1660); e José Gago da Silva — *Antiguidades da cidade de Beja e da sua fundação* (ms. 1745).

O discurso memorialista em torno da sua origem e da sua relação com a antiga cidade romana de *Pax Julia*, como bem demonstra o ensaio de Marta Páscoa, apresentado neste encontro (*vide* comunicação), visa não só recuperar o estatuto episcopal, mas como também as primícias do convento e cátedra pacense, entretanto trasladados para a cidade espanhola de Badajoz no século XIII, sendo por isso obras que têm, além do seu relevo historiográfico, uma clara intenção política que não deve deixar de ser tida em conta na sua análise crítica, como aliás não deixa de ser pertinente nas demais obras de historiografia local produzidas, quase, até aos nossos dias.

O século XVIII acrescentou outras obras sobre vilas e lugares do Alentejo (anexo 1), como Avis, Serpa, Moura, Cuba e Estremoz, destacando-se neste particular, pela sua abrangência e perspetiva regional — as *Memórias para a História da Província do Alentejo* de Fr. Francisco de Oliveira.

Quanto aos demais territórios metropolitanos e das ilhas, conhecemos importantes estudos manuscritos do século XVI sobre o Reino do Algarve, mas que, no entanto, só foram publicados no século XX, a saber, as obras de Fr. João de S. José — *Corografia do Reino do Algarve* (ms. 1577, pub. 1983); e de Henrique Fernandes Sarrão — *História do Reino do Algarve* (ms. ca. 1600, pub. 1983). Sobre as Ilhas Atlânticas, os primeiros registos memorialistas, para lá das próprias crónicas e relatos de Gomes Eanes de Zurara, Diogo Gomes, António Galvão (1563), Francisco Alcoforado e do cónego da Sé do Funchal Jerónimo Dias Leite (*Descobrimento da Ilha da Madeira*, ms. 1590), o mais relevante e aceite sobre as origens e primeiras décadas da sua história consta na obra de Gaspar Frutuoso — *Saudades da Terra* (ms. 1586-1590, pub. 1873 e 1981). Todavia, além de vários manuscritos, sobretudo de pendor genealógico, estas Ilhas conheceram duas obras impressas de fôlego no século XVIII, uma mais de âmbito insular local, de Francisco Afonso de Chaves e Melo — *Descrição da Ilha de S. Miguel* (pub. 1723), e outra de âmbito mais

abrangente, do Pe. António Cordeiro — *Historia Insulana das Ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Occidental. Lisboa Occidental* (pub. 1717), obra que trata, além dos Açores e da Madeira, e as Ilhas do Arquipélago de Cabo Verde.

6. As Crónicas eclesiásticas, Corografias e Descrições do Reino (sécs. XVI-XVII-XVIII)

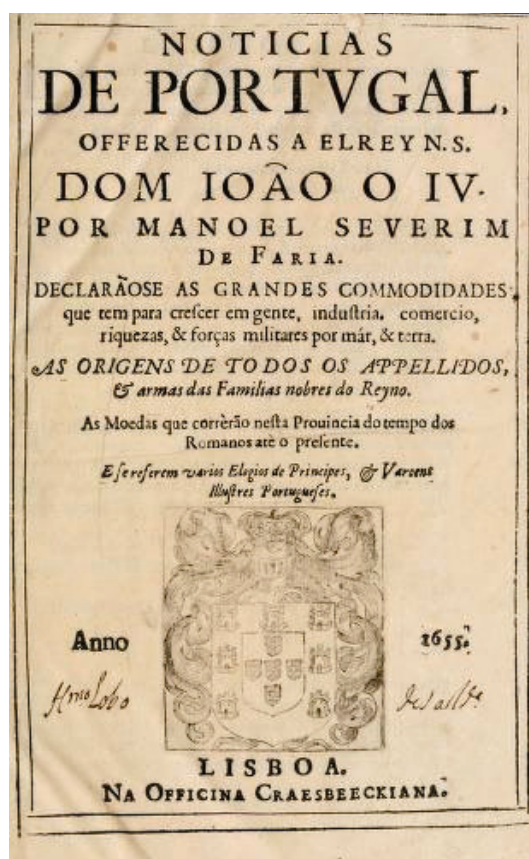


FIGURA 8
Frontispício de *Noticias de Portugal* de Manuel Severim da Fonseca
Fonte: BNP, Manuel Severim de Faria, 1655.

Desde o século XVI que várias ordens religiosas portuguesas vinham coligindo as suas memórias eclesiásticas que, apesar de terem um importante cunho memorial e pessoal, relacionado com as figuras dos fundadores, patronos e benfeitores das diferentes casas religiosas, assim como dos frades e freiras que se destacavam pela piedade e santidade da suas vidas e costumes, em muitos casos tinham também importantes contributos de natureza corográfica regional e

local, sendo disso exemplo a breve lista que apresentamos no final (anexo 2). A vantagem das memórias e crónicas eclesiásticas é que, ao contrário de muitas das memórias locais, atrás citadas, estas eram na sua maioria impressas e, portanto, acessíveis aos historiadores e estudiosos do seu tempo. Por outro lado, as que se mantinham em versão manuscrita, faziam parte das bibliotecas conventuais, sendo frequentemente objeto de cópia e trasladação entre várias casas religiosas, sendo por isso mais acessíveis.

Além destas crónicas eclesiásticas, são também bastante importantes, na historiografia deste período, outras obras de âmbito histórico nacional, mas com diversas incursões sobre as origens e lendas locais, como a *Descrição do Reino de Portugal*, de Duarte Nunes de Leão (pub. 1610); o *Exame d'Antiguidades*, de Diogo Paiva de Andrade (pub. 1616); *Agiológico Lusitano* de Jorge Cardoso (pub. 1652-1744), e as *Notícias de Portugal* (Fig. 7), de Manuel Severim de Faria (pub. 1655), esta já publicada num contexto de valorização do Reino de Portugal no período da Guerra da Restauração, como aliás aconteceu com a publicação da *Gazeta da "Restauração"* (1641-42) e os tomos *Monarchia Lusytana* da responsabilidade de Fr. Francisco Brandão, partes V (1650) e VI (1672).

Ainda que, a partir do primeiro quartel do século XVIII, a história local começasse já a ter, em Portugal, um suporte historiográfico e documental relevante, com a edição das obras monumentais do Padre António Carvalho da Costa (*Corografia Portuguesa e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, etc.*, 1706-1712) e Fr. Agostinho de Santa Maria (*Santuário Mariano*, 1707-1723), o grande impulso para a investigação, estudo e publicação da história das principais cidades, bispados e províncias de Portugal veio, contudo, a acontecer com a instituição em Portugal de uma Academia de História no fim da segunda década do século XVIII.

7. A Academia Real da História e a Academia Real de Ciências (sécs. XVIII-XIX)



FIGURA 9
Gravura alusiva à criação
da Academia Real de História
Portuguesa de Vieira
Lusitano

Fonte: Biblioteca do Fundo Antigo da Universidade de Coimbra, Pedro de Rochefort e Vieira Lusitano, 1735, 9-(5) -4-4-7.

A Academia Real da História Portuguesa (Fig. 9) foi fundada por D. João V em 1720, surgindo na sequência da criação de outras academias régias europeias ao longo do século XVIII, Luzes, e no mesmo espírito de obras como a *Encyclopédie de Diderot e D'Alembert* (1751-1772).

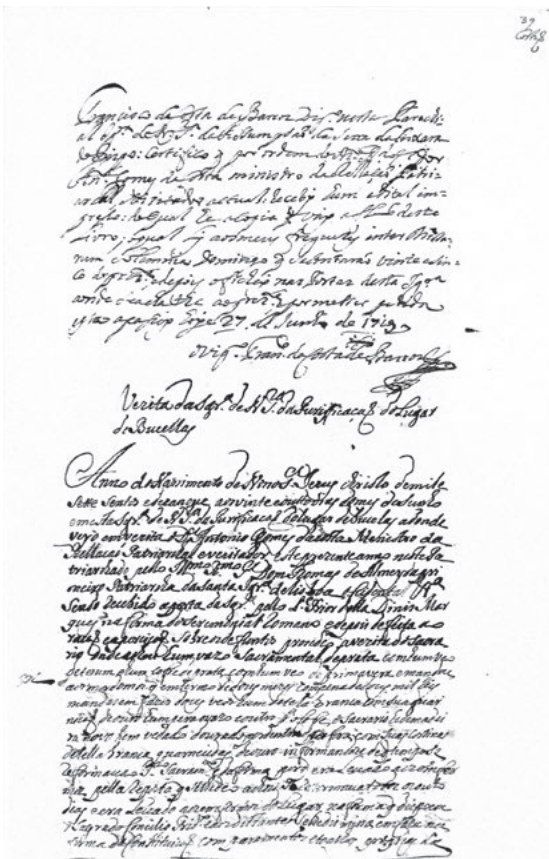
Com o objetivo de escrever uma História de Portugal e das suas conquistas, assim como uma História eclesiástica do Reino e dos seus bispados, são enviados os primeiros inquiritos às paróquias, vilas, comarcas e dioceses do país em 1721. A recolha destas informações, sistematizadas, da história do Reino, das suas instituições e localidades, vinha já, contudo, a ser motivo de interesse desde o fim da década anterior, como demonstram algumas histórias, memórias, antiguidades, relações, descrições, notícias, dissertações, tratados e geografias escritas por eclesiásticos e juristas do Reino acerca das suas paróquias, vilas, cidades e

39
1719

FIGURA 10

Visita da Igreja de Bucelas,
Loures

Fonte: Arquivo Histórico do
Patriarcado de Lisboa, Visita
da Igreja de Nossa Senhora
da Purificação do Lugar de
Bucellas, 1719, Livros de
Visitações, Ms. 576, fl. 39.



comarcas, que se coligem no presente ensaio, como demonstra a breve lista que apresentamos no final (anexo 1).

O desembargador António Gomes da Costa, Ministro da Relação Patriarcal, visitador por D. Tomás de Almeida, 1.º Patriarca de Lisboa Ocidental, procedeu a uma visitação do Patriarcado de Lisboa em 1719, a segunda visitação geral do Cardeal Dom Tomás ao seu Patriarcado — a primeira tinha sido feita pessoalmente logo em 1717 —, em que fez um levantamento exaustivo do estado e origem das paróquias, igrejas, altares, capelas e ermidas do Patriarcado, procedendo, igualmente, a um primeiro levantamento histórico e demográfico das freguesias do Patriarcado. Este levantamento, relativamente desconhecido da historiografia local da região de Lisboa e da Grande Estremadura, encontra-se transcrito num *Livro de Visitações do Patriarcado de Lisboa* (Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, *Visitações*, ms. 576), estando já publicadas as descrições das paróquias de Bucelas (Fig. 10) e Loures em 1719, em obras coletivas que tiveram a nossa contribuição (Mendes, 2018, pp. 123-149; Mendes, 2023, pp. 111-144).

Além dos inquéritos paroquiais diocesanos, também nas Comarcas se fizeram vários inquéritos aos Juizes de Fora e Corregedores, a partir de 1721, muitos dos quais permanecem, ainda hoje, inéditos, e outros têm vindo a ser publicados, como as célebres *Memórias Ressuscitadas de um Corregedor de Entre Douro e Minho em 1726*, escritas por Francisco Xavier da Serra Craesbeeck (pub. 1992).

É assim, neste contexto do labor da Academia Real da História Portuguesa e dos inquéritos locais e regionais feitos para a mesma, que se compreende uma série de histórias gerais e descrições geográficas, como os vários tomos da *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa*, de D. António Caetano de Sousa (pub. 1735-1749), ou dos dicionários geográficos de:

— Gregório de Freitas, *Apontamentos para os Annaes typographicos do Reyno de Portugal e Conquistas, feitos por varios livros ...*, ms. 1721;

— Luiz Caetano de Lima, *Geographia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa*, pub. 1734-1736;

— António de Oliveira Freire, *Descricao Chorographica do Reyno de Portugal*, pub. 1739;

— João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal antigo e moderno*, pub. 1762-1763;

— Paulo Dias de Niza (pseud. Pe. Luiz Cardoso), *Portugal sacro-profano, ou Catálogo de todas as freguezias dos reinos de Portugal e Algarve*, pub. 1768.

Onde este esforço foi, contudo, mais evidente, foi no labor, a partir de 1732, do padre oratoriano Luís Cardoso (c. 1694-1769), que dentro da missão da Academia Real, lança novos interrogatórios, agora mais minuciosos e completos, para os párcos de todo o país, “a partir da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, percorrendo a escala da hierarquia eclesiástica, através da qual eram remetidos e devolvidos” (Costa, 1955). Procurava, então, a publicação de um *Diccionario geográfico ou Notícia de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeyras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que neles se encontram, assim antigas, como modernas*, do qual, por se ter perdido o seu espólio no Terramoto de 1755, só foram lançados os dois primeiros tomos (em 1747 e 1751) (Fig. 11).

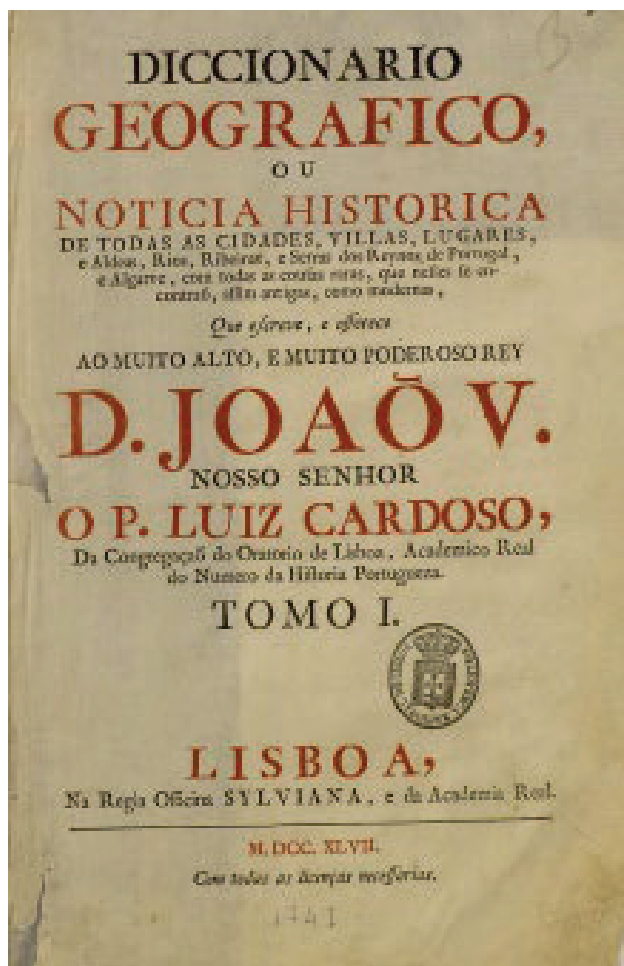


FIGURA 11
Capa do *Dicionário geográfico ...* de Luís Cardoso
Fonte: BNP, Luís Cardoso, 1747.

Ao fazer este Dicionário, o intuito do Padre Luís Cardoso foi precisamente o de sistematizar toda a informação dos relatórios paroquiais, retirando os elementos que, a seu ver, não tinham interesse, conforme esclarece na introdução do primeiro volume da sua obra:

“Foy o nosso primeiro intento na composição desta obra, fazer para uso proprio hum Index geral, ou repertorio de tudo o que comprehendem os três Tomos da Corografia Portugueza, nos quaes não era facil achar o que cada hum buscava, como nos succedeo não poucas vezes, pelo confuso methodo com que a escreveo o Padre António Carvalho da Costa. Confessamos dever muito o nosso Reyno a este Author pelo imponderavel trabalho que empredeo, e teve a gloria de ver completo em seus dias; porém à vista da ordem com que escreveo, podemos dizer, que foy o seu trabalho inutil, senão em todo, pelo menos em grande parte; porque não era facil acharse nella a terra, que se

buscava, principalmente sendo esta alguma Aldea, ou terra de pouca conta; razão porque meditamos compor o Index mencionado, que servisse como de chave a este riquissimo thesouro de noticias, que seu Author achou, e deixou ao mesmo tempo descoberto. Adiantou-se o pensamento, intentámos reduzir a alfabeto, o que este Author tinha escrito tocante à Geografia, deixando as Genealogias, que intromete, como alheas do assumpto”. Iniciado esse trabalho de ordenação e sistematização, o Padre Luís Cardoso cedo se deu conta de que, retirados os elementos supérfluos, o que restava era insuficiente: “Estava elle já não pouco adiantado; mas como sempre nos ficavao sentimento de ver, que a este grande corpo lhe faltavam as veyas e os ossos, que são as serras, as fontes, e os rios tão celebres nas pennas dos Escriutores antigos, assim nacionaes, como estranhos, de que a Corografia não dá mais, que huma escassa notícia. Tomámos outro expediente na constatação do presente Diccionário, para sair perfeita a organização deste composto, e para supprir as faltas, e emendar os erros, que não poucas vezes encontrámos na Corografia Portugueza. Ordenámos três interrogatorios, o primeiro das terras, o segundo das serras, e O terceiro dos rios; para que por eles nos informassem com exacção, miudeza, e verdade (...)” (Cardoso, 1747, prólogo).

Depois do infortúnio do Grande Terramoto de 1755, Luís Cardoso, com o impulso do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, a partir de 1758, recolheu novamente, através de interrogatórios enviados pelos bispados a todas as paróquias e povoações do Reino, as suas descrições geográficas, demográficas, históricas, económicas e administrativas, para além de um levantamento dos estragos provocados pelo terramoto de 1 de novembro de 1755, compilando, assim, um novo *Dicionário Geográfico Manuscrito*, dando origem às conhecidas *Memórias Paroquiais*, obra concluída na Casa de Nossa Senhora das Necessidades, em Lisboa, da Congregação do Oratório, no ano de 1832, muitos anos depois da morte do seu primeiro organizador, falecido em 1769.

Na segunda metade do século XVIII, o levantamento e recolha de memórias locais ganhou um novo fôlego, já com um forte pendor das ciências naturais e económicas, com a instituição da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779), com o beneplácito da rainha D. Maria I e tendo como principais responsáveis e mentores da sua concretização: o 2.º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, e o abade José Correia da Serra; a que temos de juntar, pelo seu relevante papel científico,

a figura de Domingos Vandelli, naturalista italiano com trabalhos fundamentais para o desenvolvimento da história natural e da química em Portugal, ligado ao seu ensino na Universidade de Coimbra.

As coleções de publicações e Memórias editadas pela Academia das Ciências de Lisboa a partir das obras produzidas pelos seus correspondentes, são testemunho da história das ciências e das letras em Portugal, bem como da evolução do estado científico e cultural do país, apresentando importantes contributos para a história de muitas vilas, cidades e províncias do Reino, como: Porto (1789), Vila Nova de Gaia (1813) e Torres Vedras (1819) (Fig. 12, 13 e 14).

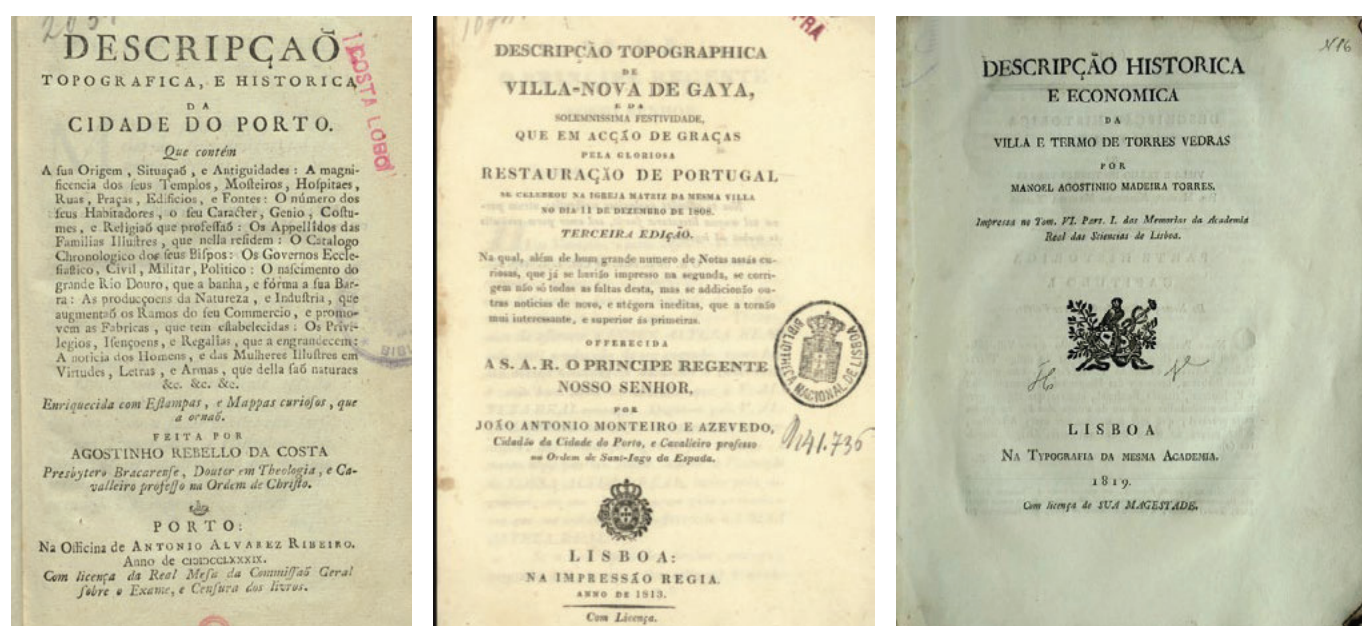


FIGURA 12, 13 E 14
 Capas de Memórias e Descrições Históricas e Económicas produzidas por correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa
 Fontes: Agostinho Rebello da Costa, 1789; José António Monteiro e Azevedo, 1813; Manuel Agostinho Madeira Torre, 1819.

8. Novas perspetivas da história local a partir do século XIX

As Memórias da História e Administração Municipal que, a partir da segunda metade do século XIX, sucedem no campo da historiografia local aos trabalhos mencionados anteriormente, são já um evidente esforço para seguir os princípios da moderna ciência histórica, recorrendo ao estudo sistematizado dos arquivos municipais e de outras fontes arquivísticas e historiográficas, que então se tornam acessíveis ao grande público e à academia. Exemplo destes primeiros esforços, organizados pelos próprios senados locais, são os estudos e coletâneas históricas e arquivísticas de Eduardo Freire de Oliveira, Alberto Pimentel e João Correia Ayres de Campos para Lisboa, Setúbal e Coimbra, respetivamente. De facto, em resultado da portaria do Ministério do Reino n.º 184, com data de 8 de novembro de 1847, ordenou-se aos governadores civis a sua intervenção junto das câmaras municipais dos respectivos distritos para estas terem um livro especial denominado «Annaes do Municipio», visando registar anualmente acontecimentos marcantes, descobertas, produção agrícola, longevidade das pessoas e suas ações notáveis e tradições locais, dando origem a comissões municipais para redação dessas memórias, conservadas em livro próprio no arquivo da câmara, como aconteceu, por ex. em Oliveira de Azeméis, Santiago do Cacém, Abrantes, Horta, Lajes das Flores, Calheta de São Jorge, Porto Santo, Machico, Torres Novas, Tomar, Leiria, Coimbra e Lisboa. Contudo, a eficácia desta medida foi assimétrica.

É também neste período que ganha destaque a imprensa local, como um importante repositório de textos, estudos e memórias históricas de cunho local, como aconteceu em Almada com os textos dos jornalistas Luiz Queiroz e Duarte Joaquim Vieira Júnior. É também na imprensa local ou nas gazetas ilustradas que encontramos os primeiros textos de importantes colecionadores e investigadores de qualidade excepcional, como Júlio de Castilho e Gabriel Pereira, autores cujos trabalhos e estudos arquivísticos e históricos procuravam ter, não só uma preocupação memorialista, mas também fixar pessoas, locais e eventos da história e memória local que se estavam a perder perante o rápido desenvolvimento urbano e científico dos séculos XIX e XX.

Estas obras, ainda que não isentas de alguns lapsos, são conduzidas, na sua maioria, já com um apurado rigor crítico das fontes, desvinculado do intuito do mero elogio local que tinha marcado os primeiros esforços memorialistas, e também integrando novas vertentes do conhecimento histórico e científico, então em desenvolvimento, como a arqueologia, a arte e o património, a história económica e social, ou a etnografia.

Herdeiros dos primeiros memorialistas locais e da sua produção escrita, estes autores trouxeram, assim, à historiografia local um novo fôlego metodológico e um cunho científico capaz de rivalizar com a melhor historiografia nacional e internacional, mesmo que, em alguns dos casos, este rigor se tenha perdido em obras posteriores, lançadas à luz do renovado interesse pela história local e nacional que marcou ideologicamente o período do Estado Novo.¹³

Epílogo e Considerações Finais

Apesar do longo caminho e da evolução que a história e as obras dos historiadores locais conheceram no período que aqui analisámos em maior detalhe, desde o século XVI ao século XVIII, importa reconhecer a motivação e a importância que nele tiveram as iniciativas de escrita dos primeiros memorialistas, uns mais célebres, outros mais obscuros, como o Mestre-Escola André Ferreira, autor montemorense, que serviu de mote a este ensaio. A determinação testamentária de André Ferreira não teve sequência, permanecendo ainda hoje inédita a obra deste

13 Neste período, destaca-se o papel das chamadas comissões municipais de Arte e Arqueologia, criadas pelo Decreto n.º 20985, de 7 de março de 1932, e previstas no Código Administrativo de 31-12-1936 (arts. 97 e 98) alterado pelo DL 31095 de 31-12-1940 (arts. 110, n.º 2; 113 e 114), que deveriam: dar parecer sobre a conservação e valorização dos monumentos artísticos, históricos, naturais e arqueológicos, assim como sobre projetos de construção, reintegração ou valorização de monumentos; sugerir às câmaras tudo o que entender conveniente ao embelezamento das povoações, à preservação, defesa e aproveitamento dos monumentos e da paisagem, e ao desenvolvimento do turismo; e colaborar com os órgãos da administração central na defesa dos interesses artísticos, progresso da cultura e educação do gosto popular, exercendo as atribuições que a lei lhe conferir. Embora de âmbito de atuação muito variável, de município para município, estas comissões compunham-se, em regra, por estudiosos e académicos com interesse na história local, que nelas tinham, muitas vezes, o apoio à edição de obras de história local. Por exemplo, em Almada, a respetiva comissão, criada em 1955, depois da sua elevação a concelho urbano, e que tinha como principal promotor o investigador local Conde dos Arcos e a arqueóloga Maria de Lurdes Costa Arthur, previa no respetivo regulamento, entre outros: promover estudos históricos e arqueológicos; conferências e publicações de artigos na imprensa sobre assuntos históricos e artísticos da região. Vide a nossa comunicação (no prelo) – “Património Cultural de Almada (1952-2022): Estudo, inventário, classificação e proteção dos bens arqueológicos, monumentais, históricos e artísticos do concelho”, in *Congresso Almada: 50 Anos de Cidade / 50 Anos da Liberdade*, organizado pelo NOVA FCSH / Câmara Municipal de Almada (14-11-2023).

memorialista, desconhecendo-se o seu paradeiro desde o século XVIII, tanto que o seu autor não foi sequer mencionado na lista dos homens de letras da vila de Montemor-o-Novo dignos de memória constantes no relato paroquial pombalino da sua terra natal, escrito em 1758!

Esta omissão leva-nos, conseqüentemente, a perguntar: Quantos André Ferreira não terão existido? Quantos letrados e eclesiásticos, ou simples curiosos, não terão procurado reduzir a escrito as memórias da sua terra e quantas destas se perderam ou permanecem inéditas em arquivos pessoais?

Certo é que, acerca da história da sua terra natal, anos depois, a Academia Real das Sciencias publicaria uma *Memoria estatística acerca da notável villa de Montemór-o-Novo* (1817) (Fig. 15), da autoria do Bacharel e Desembargador Joaquim José Varela, natural desta vila alentejana e formado em Coimbra na Faculdade de Cânones (1805), que tal, como o seu conterrâneo seiscentista, seguiu a carreira eclesiástica, tendo sido beneficiado na Colegiada de S. Tiago de Évora (1820).¹⁴ Teria Varela tomado conhecimento da obra de Ferreira? Não sabemos!

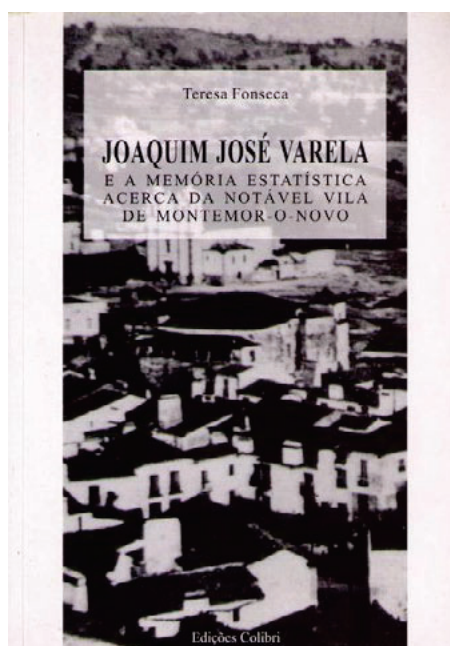


FIGURA 15
Capa de Joaquim José Varela e a Memória estatística acerca da notável vila de Montemor-o-Novo
Fonte: Teresa Fonseca (1997), Joaquim José Varela e a Memória estatística acerca da notável vila de Montemor-o-Novo, Lisboa, Colibri.

14 Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Índice de alunos da Universidade de Coimbra – Joaquim José Varela, 1803-1805, PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/V/000235; Arquivo Distrital de Évora (ADE), Câmara Eclesiástica de Évora, Cargos e Benefícios, Colações, Cx. 41, Doc. 1803.

Mesmo não tendo beneficiado a sua “pátria”, André Ferreira deixou-nos, contudo, na memória dos seus atos, a perceção da sua motivação e um registo cripto-historiográfico que serve como um exemplo notável e pioneiro dos homens de letras que, entre os séculos XVI e XVII, se preocuparam em deixar manuscritas as memórias locais de suas terras e pátrias ou das principais cidades e províncias do Reino de Portugal, para futura impressão.

A historiografia local portuguesa tem sido feita, nos últimos séculos, de homens como o Mestre-Escola André Ferreira, leitores das antiguidades que, como lembra o Pe. Jorge de São Paulo, mencionado na introdução, “alem de acrescentar a ciência, cauza(m) grande deleitação nos curiosos...” (São Paulo, 1656, introd.).

Destes quase quinhentos anos de historiografia das cidades, vilas e concelhos de Portugal ressalta, assim, uma cada vez maior importância de recuperar muita da memória manuscrita que permanece inédita e desconhecida, valorizando-se, por exemplo, a riqueza micro-histórica das memórias pessoais e familiares manuscritas. A memória local, mesmo aquela que tem natureza genealógica, tem ainda importantes contributos para a descoberta e conhecimento da micro-história local e regional.

O desenvolvimento futuro da história local só será possível se, além do tratamento e digitalização dos arquivos públicos, também se apostar na recolha e disponibilização de memórias manuscritas, custodiadas em muitos arquivos locais e regionais (e mesmo familiares), muitas delas ainda inéditas, como acontece com genealogias manuscritas, elogios fúnebres, crónicas régias e obras de âmbito geral ou histórias e crónicas eclesiásticas episcopais, provinciais e conventuais, algo que felizmente tem vindo a ser feito ao nível de alguns arquivos e bibliotecas centrais e regionais.

Em simultâneo, não se pode perder a perspetiva de uma história local e regional comparada, integrada no âmbito dos estudos regionais, incentivando encontros e congressos como o Congresso Internacional Historiografia das Cidades organizado pela Câmara Municipal de Lisboa e pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, realizado em setembro de 2023.

ANEXO 1

Memórias locais e regionais manuscritas originalmente no século XVIII

- Anónimo** — *Descrição da villa de Caminha, extrahida de um manuscripto original*, ms. ca. 1740, pub. 1878.
- Anónimo** — *Descrição da villa de Freixo de Espada Santa E couzas mais notaveis della e seu districto*, ms. 1721.
- Anónimo** — *Descrição de Coja e dos seus Arredores*, ms. XVIII (?).
- Anónimo** — *Maфра. Nota ácerca das obras do convento d'esta villa*, ms. 1723.
- Anónimo** — *Noticias da Villa de Santarém (Scalabis)*, ms. XVIII.
- Anónimo** — *Noticias da Villa de Torres Vedras*, ms. XVIII.
- Pe. António Cordeiro** — *Historia Insulana das Ilhas a Portugal sugeitas no Oceano Occidental. Lisboa Occidental*, pub. 1717.
- António Pereira da Silva** — *Alemquer. Freguezias e logares que tem esta villa e seu termo*, ms. ca. 1721.
- António Veloso de Carvalho** — *Memorias da Torre de Moncorvo, mandadas fazer pela camara da dita Villa*, etc. ms. 1721.
- Cristóvão Rebelo de Andrada**, juiz de fora — *Torres Novas. Titulo do que comprehende a jurisdicção d'esta villa e annexas*, ms. 1716.
- Damião Correia Leitão, juiz de fora** — *Cintra. Logares e villas de que consta o termo d'esta villa*, ms. 1716.
- Diogo Vaz Pascoal** — *Descrição da villa de Serpa e de Moura, suas particularidades e seu termo*, ms. séc. XVIII.
- Domingos Caldas Barbosa** — *Descrição da grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas, E noticia do seu melhoramento*, pub. 1799.
- Francisco Afonso de Chaves e Melo** — *Descrição da Ilha de S. Miguel*, pub. 1723.
- Francisco de Almeida Jordão** — *Relação do Castello e Serra de Cintra e do que ha que ver raro em toda ella*, pub. 1748.
- Fr. Francisco de Oliveira** — *Memorias historicas que do logar de Cuba escreve no anno de 1742; — Memórias para a História da Província do Alentejo*, séc. XVIII.
- Francisco Pereira da Cruz** — *Topographia da esclarecida e nobre freguezia do Salvador de Arvore, ou antiguidades da milagrosa imagem de N. S.^a das Neves, da villa de Azurara*, pub. 1759.
- Francisco Xavier da Serra Craesbeck** — *Memórias Ressuscitadas de um Corregedor de Entre Douro E Minho em 1726*, pub. 1992.
- D. Francisco Xavier do Rego** — *Descrição geographica chronologica, historica, e critica da villa, e real Ordem de Avis*, ms. 1730.
- Gaspar Alvares de Lousada** — *Chronica da jurisdicção de Braga, ms.; — Noticias das egrejas do arcebispado de Braga, ms.; — Memorias relativas ao arcebispado de Braga*, ms. séc. XVIII.
- Pe. Gonçalo da Rocha de Moraes** — *Grandezas da villa de Caminha e seu termo*, ms. 1722.
- Gregório de Freitas** — *Memorias geographicas e historicas da Provincia da Estremadura, Setúbal*, ms. 1740.
- Pe. Inácio da Piedade e Vasconcelos** — *Historia de Santarem edificada*, 1740.
- Fr. João de Santa Maria de Jesus** (João António de Azevedo) — *Descrição da villa de Paredes e noticia do insigne Santuario de Nossa Senhora da Assumpção da Quinta de Azevedo da mesma Villa, com licenças do Santo Officio*, ms. 1759.
- Joaquim José Ferreira Gordo** — *Memorias sobre a Villa de Alhandra e jurisdicção temporal que os prelados da Santa Igreja de Lisboa exercitarão n'ella de tempo antigo*, ms. 1794.
- Jacinto Leitão Manso de Lima** — *Certan Ennobrecida: ou Descrição Topographica da Villa da Certan*, ms. 1730.
- Jerónimo Contador de Argote** — *de antiquitatibus conventus Bracaraugustani*, pub. 1738.
- José Cardoso Borges** — *Descrição topografica da Cidade de Bragança*, ms. 1721-1724, pub. 2012.
- Dr. José de Mattos Rocha** — *Descriptio Poetica Villae Calarisinae / Descrição do Palacio de Calhariz*, pub. 1739.
- José Diogo Mascarenhas Neto** — *Memoria sobre as Antiguidades das Caldas de Vizella*, pub. 1792.
- José Gago da Silva** — *Antiguidades da cidade de Beja e da sua fundação*, ms. 1745.
- José Moutinho de Aguiar, José Taveira da Mesquita** (escrivão publico) e **António da Cunha** (escrivão do tombo) — *Relação de Villa Real E Seu Termo*, ms. 1721.
- José Pinto Rebelo ele Carvalho** — *Descrição topographica da Villa E Concelho de Buarcos e seus arredores*, XVIII-XIX.
- Luís de Almeida Cabral** — *História da Notável Vila de Moura em 1710*, pub. 1991.
- Luís Montês Matoso** — *Memórias para a História da Vila de Torres Novas [1745-46]*, pub. 2008;

- *Memórias Sepulcrais* [1741];
- *Santarém Ilustrada. Historia Chronologica, Politica e Ecclesiastica da Villa de Santarém, que comprehende as Villas da sua Comarca e Arcediogo*, 1738;
- *Memorias para o Tombo dos Hospitaes de Jesus Christo, e seus annexos a saber: de Palhaes, S. Lasaro, Espirito Santo, S. André, S. Iria, S. Catherina, Gayão, Reclamador, S. Gião, Innocentes, Corpo de Deos, S. Braz, Alampada, S. Martinho, Trindade, e Fieys de Deos, de Santarém. Extrahidas dos Emprazamentos e Cartório do mesmo Hospital pelo P. [..], Capellam da Casa da Santa Misericórdia, Administradora dos Hospitaes; por ordem de Jozé Bello Pestana, Escrivam da Meza della, sendo Provedor Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, Senhor das Ilhas Dezertas e dos Morgados da Taypa, e Regalados, Comendador de varias Comendas, Alcayde mor de Torres Vedras*, 1744;
- *Memorias da Villa de Torres Novas, para a sua Historia, e para a de Santarem Ilustrado, por estar aquella nobre Villa situada dentro do Arcediogo Scalabitanense, e não só sobeyta no espiritual, mas tambem no temporal e Juizo das Capellas, Bulla da S. Cruzada, e Mampostaria Mór dos Captivos*, [compilação de Luís Montês Matoso a partir de papéis enviados por Francisco Xavier d'Arês e Vasconcelos], 1740; — *Ano Noticioso e Histórico*, 1740 e 1742-1745;
- *Memorias das Nottas de Santarem, collegidas do Cartorio, de que é proprietario neste anno de 1743, Luiz de Sousa Aranha (1530-1743); — Memoria dos Inventarios da Nobreza, que se achão no Cartorio do Escrivão dos Orphãos Francisco Martins dos Santos da Villa de Santarem. Muy util para a illustração Genealogica das Familias da mesma nobilissima Villa; e das que dela passarão a outras terras deste Reyno de Portugal*, 1739; — *Diario Scalabitano, Historico*.

Luiz Alvares de Figueiredo — *Noticias do Arcebispado de Braga*, ms. ca. 1725.

Manuel Caetano de Sousa — *Noticias relativas a Guimarães*, XVIII.

D. Manuel Caetano de Sousa — *Memorias historicas de Azeitão*, ms. 1726.

Manuel da Maia — *Dissertação sobre a renovação da Cidade de Lisboa*, ms. 1756.

Fr. Manuel de Figueiredo — *História Corográfica da Comarca de Alcobaca*, ms. 1782; *Descrição de Portugal, apontamentos e notas de sua Historia antiga e moderna, Ecclesiatica, Civil e Militar*, pub. 1788.

Manuel Gomes de Lima Bezerra — *Os Estrangeiros no Lima, ou Conversações Eruditas sobre varios pontos de Historia Ecclesiastica, Civil, Litteraria, Natural, Genealogica, Antiguidades, Geographia, Agricultura, Commercio, Artes e Sciencias; com uma descrição de todas as villas, freguezias, e logares notaveis da Ribeira Lima; suas producções, industria, fabricas, edificios, familias nobres, filhos illustres em virtudes, armas, ou lettras*, pub. 1785.

Manuel Marques Resende — *Espelho da Côrte ou hum Breve Mappa de Lisboa, no qual epilogadamente se mostram e retratão as suas grandezas, e hum abreviado elogio e verdadeira copia dos bons costumes de seus habitadores*, pub. 1730.

Manuel Sande de Vasconcelos — *Breve recopilação da fundação, antiguidades e excellencia de Extremoz*, ms. 1721, pub. 1994.

Pe. Pedro da Fontoura Carneiro — *Noticias da Villa de Chaves*, ms. 1721; — *Noticias geographicas e historicas da Provincia de Tras-os-Montes*, ms. 1722-1723.

Tomé de Távora e Abreu — *Noticias relativas á Villa de Chaves*, ms. 1721, pub. 1989.

ANEXO 2

Memórias eclesiásticas (séculos XVI-XVIII)

Fr. Agostinho de Santa Maria — *Historia tripartita comprehendida em tres tratados*, pub. 1724.

Fr. António da Piedade e Fr. José de Jesus Maria — *Espelho de Penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida*, pub. 1728 e 1737.

Fr. António da Purificação — *Chronica da antiquissima Provincia de Portugal, da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho*, pub. 1656.

António Rosado Bravo — *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado D' Evora*, ms. ca. 1733.

Fr. Apolinário da Conceição — *Demonstração historica da primeira e real parochia de Lisboa que é singular Patrona Nossa Senhora dos Martyres*, pub. 1750

Fr. Baltasar Teles — *Chronica da Companhia de Iesv na Provincia de Portugal*, pub. 1645-1647.

Fr. Belchior de Santana — *Chronica de Carmelitas descalcos, particular do reyno de Portugal e Provincia de São Filipe*, pub. 1657.

Fr. Bernardo de Brito (FIG.) — *Monarchia Lusytana*, pub. 1597 e 1609; — *Crónica de Cister*, pub. 1602; — *História de Nossa Senhora da Nazaré*, ms. 1611; — *Historia da fundação e dedicação do mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca*, ms. ca. 1617, pub. 1814.

D. Caetano de Gouveia — *Breve relação da Santa Casa do Loreto*, 1736.

- Diogo Borges Pacheco** — *Historia ecclesiastica de Braga*, ms. 1735.
- Fr. Francisco de Santa Maria** — *O Ceo aberto na terra. Historia das sagradas congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa, & de S. João Evangelista em Portugal*, pub. 1697; — *Anno historico. Diario portuguez. Noticia abreviada das pessoas grandes e cousas notaveis de Portugal*, pub. 1714-1744.
- Gaspar Estaço** — *Varias antiguidades de Portugal*, pub. 1625.
- Fr. Henrique de Santo Antonio** — *Chronica dos eremitas da Serra de Ossa*, pub. 1745.
- Fr. Jerónimo de Belém** — *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves*, pub. 1750-1755.
- João Antunes Monteiro** — *Relação historica e juridica da fundação dos congregados de N. S.a da Assumpção na Côrte e Cidade de Lisboa*, pub. 1734.
- Fr. João de S. José do Prado** — *Monumento sacro da fabrica e solemnissima. saagração da Basilica do Convento de Mafra*, pub. 1751.
- Fr. João do Sacramento** — *Chronica de Carmelitas Descalços particular da Provincia de S. Filippe do reyno de Portugal*, pub. 1721.
- Fr. João do Sacramento** — *Chronica dos Carmelitas descalços*, pub. 1657.
- D. Joaquim de Azevedo** — *Historia ecclesiastica da Cidade e Bispado de Lamego*, ms. XVIII, continuada e annotada por um conego da Sé de Lamego, pub. 1878.
- Jorge Cardoso** — *Agiologio Lusitano*, pub. 1652-1666.
- D. José Barbosa** — *Historia da fundação do Real Convento de Santo Christo das Religiosas Capuchinhas Francezas*, pub. 1748.
- José Dantas Barbosa** — *Breve noticia ou fiel relação da dedicação do altar e Igreja do Senhor Jesus da Pedra, junto á villa de Obidos, etc.*, pub. 1749.
- Fr. José Pereira de Santa Ana** — *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, pub. 1745-1751.
- Fr. Leão de S. Tomás** — *Benedictina Lusitana*, pub. 1644-1651.
- Fr. Luís de Jesus** — *Historia miscellanea que comprehende a fundação dos Religiosos Descalços de Santo Augustinho da Villa de Santarem*, pub. 1734.
- Fr. Luís de Sousa** — *História de S. Domingos*, pub. 1623-1678 (FIG).
- Pe. Luiz Montez Mattoso** — *Historia do Senhor Roubado de Odivellas*, ms. 1745;
— *Relação do horroroso estrago e ruina succedido no mosteiro das religiosas de S. Domingos de Santarem*, 1742;
— *Resumo da fundação do real mosteiro da Batalha e dos Tumulos reaes e particulares que ali existem.*
- P. Luiz da Silva (prior de Villa do Conde)** — *Noticia da igreja matriz de Villa do Conde, reliquias, sepulturas, etc.; capellas ou ermidas que ha na villa; população, etc*, 12 de setembro de 1721.
- M. da Silva Pimentel** — *Noticia do convento de S. Francisco da Cidade e incendio em 30 de Novembro de 1731.*
- Manuel Alvares Solano do Valle** — *Allegaçam historica e juridica a favor do concelho e povo da villa de Barbacena*, pub. 1736.
- Manuel de Brito Alam** — *Lisboa Antiguidade da sagrada imagem de N. S. a da Nazareth (...)*, ms. 1634, pub. 1637.
- Manuel Fernandes** — *Summaria recapitulação da antiguidade da Sé de Lamego, bispos, etc., Christandade della, etc da sua nobreza*, pub. 1596.
- Fr. Manuel de Maria Santíssima** — *Historia da fundação do Real convento e Seminario do Varatojo*, pub. 1799-1800.
- Fr. Manuel de Monforte** — *Chronica da provincia da Piedade*, pub. 1751.
- Pe. Manuel Monteiro** — *Historia da fundação do Real Convento do Lourical ... e vida da veneravel Maria do Lado, sua primeira instituidora*, pub. 1750.
- Manuel Pereira da Silva Leal** — *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado da Guarda*, pub. 1729.
- Fr. Manuel de Sá** — *Noticias do real Convento do Carmo de Lixboa occidental*, ms. 1721.
- Fr. Manuel dos Santos** — *Alcobaça Illustrada*, pub. 1710.
- Fr. Marcos de Lisboa** — *Primeira parte das Chronicas da ordem dos frades Menores do seraphico padre sam Francisco seu instituidor & primeiro ministro geral*, pub. 1566.
- Soror Maria do Baptista** — *Livro da fundação do mosteiro elo Salvador da cidade de Lisboa e de alguns casos dignos de memoria, que nelle acontecerão*, pub. 1618.
- Miguel Leitão de Andrada** — *Miscellanea d'o sitio de N. S.a da Luz de Pedrogão Grande (...)*, pub. 1629.
- Fr. Nicolau de Santa Maria** — *Chronica da ordem dos Conegos regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, pub. 1668 (FIG.).
- Pedro de Mariz** — *Dialogos de varia historia em que summariamente se referem muytas cousas antigas de Hespanha e todas as mais notaues que em Portugal*, pub. 1594.
- Fr. Pedro de S. Diogo** — *Horto seraphico, em que se trata da origem, fundação e progressos do Mosteiro de Santa Apollonia, Extramuros de Lisboa*, 1757.
- D. Veríssimo** — *Descrição e debuxo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, pub. 1541.

FONTES

ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

Câmara Eclesiástica de Évora, Cargos e Benefícios, Colações, Cx. 41.

ARQUIVO HISTÓRICO DO PATRIARCADO DE LISBOA

Livros de Visitações, Vezita da Igreja de Nossa Senhora da Purificação do Lugar de Bucellas (1719). Lisboa, Ms. 576.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

1.º Cartório Notarial de Lisboa, Of.º 1-B, Livros de Notas, cx. 3, liv. 336.

Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 22, fl. 246.

Tribunal do Santo Ofício, *Conselho Geral*, Habilitações

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Índice de alunos da Universidade de Coimbra — Joaquim José Varela, 1803-1805, PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/V/000235.

BIBLIOTECA DO FUNDO ANTIGO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Pedro de Rochefort e Vieira Lusitano, [Alegoria à Academia Real da História], 1735, Cota 9-(5)-4-4-7.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL / RESERVADOS

André de Resende, *História da antiguidade da cidade de Evora*, Évora: per Andre de Burgos, 1576, RES-56-P.

António Serqueira Pinto. *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Porto*, 1725-1732, COD-214.

António Coelho Gasco, *Primeira parte das antiguidades da muy noble cidade de Lisboa Imporio do mundo e Princeza do mar Oceano*, MSS. 257, n.º 63.

Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumario e[m] que breuemente se contem algumas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa*, 1554, RES. 84v.

João de Barros, *Libro das antiguidades e cousas notauéis de antre Douro e Minho e de outras muitas de España e Portugal ...1549*, COD-216.

João de Pavia, *Descricam da cidade de Vizeu e suas antiguidades e couzas notauéis que contem em sim, e seu Bispado composta por hum natural*, COD. 10622.

Jorge de São Paulo, *Memoria De algumas noticias antigas tiradas de hum livro manuscripto da Fundação do Hospital das Caldas*, 1656, COD. 10964.

Luís Marinho de Azevedo, *Primeira parte da Fundação, Antiguidades e Grandezas da mui insigne cidade de Lisboa*, Lisboa: Officina Craesbeckiana, 1652, RES-1184-V.

Manuel Botelho Ribeiro Pereira, *Dialogos Morais, e Politicos, e fundação da cidade de Vizeu historia de seus Bispos, e geraçoens com muitos sucessos q[ue] nella acontecerão, e outras antiguidades, e couzas curiosas*, [1630], PBA. 485.

Manuel Severim de Faria, *Noticias de Portugal...*, Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1655, RES-1645-A.

Angel Sánchez Rivero y Angela Mariutti de Sánchez Rivero (ed. Y notas), *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*, Madrid: Junta para Ampliacion de Estudios e Investigaciones Cientificas, Centro de Estudios Historicos, [1933].

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, J. A. M. e (1813). *Descrição Topográfica de Villa-Nova de Gaya*. Lisboa: Impressão Régia.

Biblioteca Nacional de Lisboa (1889). *Inventario — Secção XIII: Manuscritos: collecção pombalina*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa.

Biblioteca Nacional de Lisboa (1896). *Inventario — Secção XIII — Manuscriptos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa.

Biblioteca Nacional de Lisboa (1933). *Subsídios para a bibliografia da história local portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa.

Brito, A. de R. (1935). O “*Tratado sobre a provincia d’antre Douro e Minho e suas avondanças, copilado por mestre Antonio Fisiquo e Çolorgiam morador na vila de Guimarães e natural della*”. Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Cardoso, L. (1747-1751). *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real.

- Cardoso, M. (fotografia) (ca. 1960). Damião de Góis, portrait par Albert Durer. Biblioteca Nacional de Portugal, E. 4531 P.
- Costa, A. R. da (1789). *Descrição Topografia e Historica da Cidade do Porto*. Porto: Officina de Antonio Alvares Ribeiro.
- Costa, E. (1955). *Os Inquéritos Paroquiais do Séc. XVIII e algumas das freguesias do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Arquivo Distrital.
- Dias, A. (1947). *Lamego do século XVI*. s.l.: Edições Beira Douro.
- Dias, E. R. (1908). Monographias e outras obras referentes a varias localidades e monumentos do continente de Portugal. *Appenso ao Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Tom. XI, n.º 6, 1-14; n.º 7, 15-38; e n.º 8, 39-63. Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.
- Dias, E. R. (1902). Noticias archeologicas extrahidas do “Portugal antigo e moderno” de Pinho Leal, com algumas notas e indicações. *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Tomo IX, 4.ª S., n.º 7, 43. Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes.
- Espanca, J. J. da R. (1894). Memórias de Vila Viçosa. *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, 30, 45-47. Câmara Municipal de Vila Viçosa.
- Figaniere, J. C. (1850). *Bibliographia Historica Portugueza*. Lisboa: Typographia do Panorama.
- Flores, A. M. (2002-2003). Memórias Paroquiais de 1758. *Anais de Almada*, 5/6, 23-76. Câmara Municipal de Almada.
- Gomes, S. A. (2005). *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas, 2. Marinha Grande*. Coimbra: Palimage Editores.
- Machado, D. B. (1759). *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronológica*, Vol. IV. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- Leao, D. N. (1610), *Descrição do reino de Portugal*, impresso com licença, por Iorge Rodriguez.
- Matozo, L. M. (atr.) (1748). *Memórias Históricas Extraídas dos Livros de Notas dos 5 Tabeliães da vila de Santarém para Ilustração da História e Genealogia com escrituras de doações, contratos, compras, vendas, casamentos e instituições de capelas, e morgados, com outras curiosidades*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Mendes, R. M. M. (2019). Nação holandesa e flamenga em Lisboa (séculos XVI e XVII). Em P. A. Fernandes & A. P. Antunes (Eds.), *Lisboa Plural, 1147-1910: convivência(s)/coexistência* (pp. 146-161). Lisboa: Museu de Lisboa / EGEAC.
- Mendes, R. M. M. (2018). A Paróquia de Bucelas no século XVIII: Quadros resumo, notas e apêndice documental. Em C. V. Fernandes (Coord.), *Igreja Matriz de Bucelas* (pp. 123-149). Lisboa: Imprimatur.
- Mendes, R. M. M. (2023). Património Cultural de Almada (1952-2022): Estudo, inventário, classificação e proteção dos bens arqueológicos, monumentais, históricos e artísticos do concelho”. Em *Congresso Almada: 50 Anos de Cidade / 50 Anos da Liberdade*, organizado pelo NOVA FCSH / Câmara Municipal de Almada (no prelo).
- Mendes, R. M. M. (2023). Santa Maria de Loures no primeiro quartel do século XVIII: Descrição da igreja a partir de uma visita feita em 1719. Em S. Ferreira (Coord.), *A Igreja Matriz de Loures* (pp. 111-144). Loures: Câmara Municipal.
- Páscoa, M. C. R. (2002). *Fr. Francisco de Oliveira — A escrita da História Regional e Local no século XVIII*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa].
- Pereira, G. (1895). Interrogatórios para a organização do Dicionário Geographico do P. Luís Cardoso. *O Archeólogo Português*, Vol. I, 10 (outubro), 268-271. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Pereira, J. M. (1993). *A Região da Barquinha no século XVIII: A visão dos inquéritos paroquiais*. Vila Nova da Barquinha: Câmara Municipal.
- Rivero, A. S., & Rivero, A. M. (1933). *Viagem de Cosme de Medicis por España y Portugal (1669-1669)*. Madrid: Centro de Estudios Historicos.
- Rodrigues, M. R. S., & Neto, M. S. (2012). *Informações Paroquiais e História Local. A Diocese de Coimbra (Século XVIII)* (pp. 29-98). Coimbra: Palimage Editores.
- Rodrigues, P. S. (2008). *Apologia da Cidade Antiga: A formação a identidade de Évora (séc. XVI-XIX)*. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa].
- São Paulo, J. de (s.d). Conego da Congregação de S. João Evangelista e Provedor que foy do dito Hospital no anno de 1656. Em *Memoria de algumas noticias antigas tiradas de hum livro manuscripto da Fundação do Hospital Real das Caldas*. Lisboa: Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva.
- Silva, I. F. da (1862). *Diccionario bibliographico portuguez: Estudos Applicaveis a Portugal e ao Brasil*, Tom. VII (p. 191). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Torres, M. A. M. (1819). *Descrição Histórica e Económica da Villa e termo de Torres Vedras*. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias.

Os cronistas da cidade de Viseu no século XVII: poesia e prosa

The chroniclers of the
city of Viseu in the 17th
Century: poetry and prose

LILIANA CASTILHO

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

RESUMO

A primeira metade do século XVII fornece à cidade de Viseu duas obras de grande interesse, quer do ponto de vista literário, quer do ponto de vista historiográfico. A primeira, *Dialogos Moraes e Politicos. Fundação da Cidade de Viseu, História de seus Bispos e gerações, e nobreza com muitos sucessos que n'ella aconteceram, e outras antiguidades e couzas curiosas*, de Manoel Botelho Ribeiro Pereira, data de 1630. Organizada em forma de diálogo entre duas personagens, “Doutor” e “Lemano”, percorre cronologicamente toda a história da cidade de Viseu e das suas principais personalidades e apresenta uma clara intenção histórica. Esta obra é uma importante fonte para o estudo da cidade de Viseu, principalmente no que concerne à sua arquitetura e estrutura urbana, uma vez que descreve vários elementos destruídos nos séculos seguintes.

A segunda, *Descrição da cidade de Viseu: suas antiguidades e cousas notáveis que contém em si e seu Bispado, composta por um Natural* de João de Pavia é datada de 1638. Assume a forma de um poema épico de inspiração patriótica e interesse nacional, género comum no país à época, ainda sob o domínio filipino, mas apresenta a especificidade de se centrar na história da cidade de Viseu e nos seus heróis, embora extrapolando frequentemente a sua importância para o campo nacional. Os aspetos formais e estéticos do poema tiveram primazia em relação à sua componente histórica e a leitura do mesmo, enquanto fonte, deve ser encarada com cautela, uma vez que as informações históricas apresentadas se encontram dependentes das intenções literárias e enquadramento mental do seu autor. A relação entre estas duas obras é estabelecida dentro do próprio poema épico, por sucessivas referências feitas pelo narrador ao mesmo e pela citação dos *Diálogos* no seu Canto V. O cruzamento destas duas obras com os estudos mais recentes sobre a história da cidade de Viseu permitem a valorização das mesmas enquanto fontes, diretas ou indiretas, mas tornam igualmente claros os seus limites, derivados do seu próprio tempo e das intenções da sua escrita.

PALAVRAS - CHAVE

Século XVII; Viseu; História; Diálogo; Poema Épico.

ABSTRACT

The first half of the 17th century provided the city of Viseu with two works of great interest, both from a literary and historiographical point of view. The first, *Dialogos Moraes e Politicos. Fundação da Cidade de Viseu, História de seus Bispos e gerações, e nobreza com muitos sucessos que n'ella aconteceram, e outras antiguidades e couzas curiosas* [Moral and Political Dialogues. Foundation of the City of Viseu, History of its Bishops and generations, and nobility with many successes that happened there, and other antiquities and curious things], by Manoel Botelho Ribeiro Pereira, is dated 1630. Organized in the form of a dialogue between two characters, “Doctor” and “Lemano”, it chronologically covers the entire history of the city of Viseu and its main personalities and presents a clear historical intention. This work is an important source for the study of the city of Viseu, mainly regarding its architecture and urban structure, as it describes several elements destroyed in the following centuries.

The second, *Descrição da cidade de Viseu: suas antiguidades e cousas notáveis que contém em si e seu Bispado, composta por um Natural* [Description of the city of Viseu: its antiquities and notable things it contains and its Bishopric, composed by a natural] by João de Pavia is dated 1638. It takes the form of an epic poem of patriotic inspiration and national interest, a common genre in the country at the time, still under King Philip's regime, but it has the specificity of focusing on the history of the city of Viseu and its heroes, although often extrapolating its importance to the national field. The formal and aesthetic aspects of the poem took precedence in relation to its historical component and the reading of it, as a source, must be approached with caution, since the historical information presented is dependent on the literary intentions and mental framework of its author.

The relationship between these two works is established within the epic poem itself, through successive references made by the narrator to it and through the citation of the *Diálogos* in Canto V. The crossing of these two works with the most recent studies on the history of the city of Viseu allows them to be valued as sources, direct or indirect, but also makes clear their limits, derived from his own time and the intentions of his writing.

KEYWORDS

17th Century; Viseu; History; Dialogue; Epic Poem.

A primeira metade do século XVII fornece à cidade de Viseu duas obras de grande interesse, quer do ponto de vista literário, quer do ponto de vista historiográfico: *Dialogos Moraes e Politicos. Fundação da Cidade de Viseu, História de seus Bispos e gerações, e nobreza com muitos sucessos que n' ella aconteceram, e outras antiguidades e couzas curiosas*, de Manoel Botelho Ribeiro Pereira, datada de 1630, e *Descrição da cidade de Viseu: suas antiguidades e cousas notáveis que contém em si e seu Bispado, composta por um Natural*, de João de Pavia, de 1638. Em comum têm o objeto de estudo, a cidade de Viseu e a sua história, o tom laudatório, a dedicação da obra ao Bispo D. Dinis de Melo e Castro e o facto de a datação da folha de rosto não corresponder à do conteúdo.

Formalmente, a primeira encontra-se organizada em forma de diálogo entre duas personagens — “Doutor” e “Lemano” — e percorre cronologicamente toda a história da cidade de Viseu e das suas principais personalidades, apresentando uma clara intenção histórica. Já a segunda, assume a forma de um poema épico de inspiração patriótica e interesse nacional, género comum no país à época, ainda sob o domínio filipino, com a especificidade de se centrar na história da cidade de Viseu e nos seus heróis, embora extrapolando frequentemente a sua importância para o campo nacional. Em relação à atribuição das obras. Manuel Botelho Ribeiro Pereira é nome real e comprovado por referências históricas, ainda que escasas, enquanto João de Pavia é, quase certamente, um pseudónimo com biografia inventada pelo próprio autor.

Botelho Pereira terá nascido em Viseu, por volta de 1580, e falecido cerca de 1640. Citado desde o século XIX por todos os que escrevem sobre a história de Viseu, sabe-se que tinha formação universitária e provinha de uma família nobre, sendo filho, segundo Maximiniano Aragão, de Sebastião Ribeiro Pinto e Maria Botelho e descrito por este autor como “o visiense mais ilustrado do seu tempo” (Aragão, 1934).

A única informação que possuímos sobre João de Pavia, “conhecido pela sua antiga nobreza, aparentado com as mais nobres famílias da cidade, Cavaleiro Professor da Ordem de Cristo e Fidalgo de sua Magestade” (Afonso, 2002), é fornecida no Prólogo da obra em análise. Nesta apresentação, feita simuladamente por outro autor, consta ainda que, numa fase mais tardia da vida, por desgostos familiares se afastou da vida social e tornou-se ermitão perto de Fail, sendo desconhecida a data da sua morte. A inexistência de qualquer outra referência ao autor e o final de vida anacóretico descrito no Prólogo, lugar comum num período em que a literatura dava

corpo à moralização da época, parecem reforçar a ideia de que João de Pavia seria um pseudónimo que esconderia a verdadeira identidade do autor.

O percurso histórico das duas obras, desde a sua criação até à sua publicação é igualmente diverso. Manifestando ambos os autores, como já foi dito, a vontade de ver a obra publicada, solicitando Botelho Pereira na Introdução “o favor, emenda e censura de V. S.^a [D. Dinis de Melo e Castro], com a qual poderá sair esta obra às praças e teatro do Mundo (...) bem que por meus deméritos se escuse, já não poderá deixar de o fazer por ser história de uma Cidade” (Pereira, 1955) e dedicando João de Pavia a obra, das estrofes 5 a 7, ao “Digníssimo Prelado”, apelando à necessidade da sua presença para o bem estar do seu rebanho, nos séculos que mediaram entre a escrita e a publicação, as obras tiveram sortes distintas (Afonso, 2002).

O manuscrito original dos *Dialogos Moraes e Politicos. Fundação da Cidade de Viseu, História de seus Bispos e gerações, e nobreza com muitos sucessos que n'ella aconteceram, e outras antiguidades e couzas curiosas* não sobreviveu ao correr do tempo, mas foram sendo feitas sucessivas cópias, algumas com acrescentos apócrifos, que mantiveram o conteúdo não só preservado até aos dias de hoje, mas conhecido e citado por vários eruditos das centúrias seguintes. Algumas dessas cópias existem ainda, nomeadamente na Biblioteca Nacional de Portugal, na Biblioteca Municipal do Porto e na Biblioteca Municipal de Braga. Esta última cópia, realizada entre 1718 e 1764 por João da Silva Correia, foi copiada pelo Dr. Agostinho de Mendonça Falcão em 1850 e a partir dela foi realizada a única publicação existente da obra, com organização da *Revista Beira Alta* e edição da Assembleia Distrital de Viseu, já em 1955. Dando-se assim cumprimento ao desejo do autor com mais três séculos de atraso.

O historial da *Descrição da cidade de Viseu: suas antiguidades e cousas notáveis que contém em si e seu Bispado, composta por um Natural* é bem diverso, tendo caído no esquecimento e sendo desconhecida dos historiadores locais dos séculos XIX e XX. O único manuscrito que se conhece afigura ser o original e encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal (COD. 10622). A sua publicação e divulgação vai ocorrer apenas no ano 2002, graças à edição e estudo literário de Sara Augusto, com o patrocínio da Câmara Municipal de Viseu.

A datação exata destas obras é difícil embora não corresponda certamente à da folha de rosto. No caso dos *Diálogos*, que apresentam a data de 1630, a diferença não será grande, tendo sido concluída ainda durante o bispado de D. Dinis de Melo e Castro, que toma posse a 14 de maio de 1636 e é transferido para a diocese

Guarda em 1639. A descrição do temporal que derrubou a fachada da Sé, em 1635, e a ausência de referências à construção da nova fachada, sugere que a obra estaria concluída provavelmente em 1636 ou 1637 (Castilho, 2009).

A datação da *Descrição da cidade de Viseu*, de 1638, é mais complexa, como aliás foi já apontado por Sara Augusto através da análise literária. No corpo de texto são referidos autores e citados excertos de obras datadas dos anos 50 do século XVII, logo, posteriores à sua suposta datação. De acordo com Sara Augusto, a explicação mais provável é a obra ter sido “composta”, de facto, em 1638, mas sofrido revisões e correções nas décadas seguintes (Augusto, 2002).

A problemática levantada por Fátima Eusébio (2002) apontando para uma datação mais tardia devido ao facto de o mapa apenso à obra ter uma referência à Capela de Nossa Senhora da Conceição, datada de meados do século XVIII, não faz sentido, uma vez que o contrato de obra da capela, por nós estudado, refere claramente que já existia na mesma localização um edifício anterior apresentando a mesma invocação (Castilho, 2017).

Apesar dos diferentes estilos e percursos, a relação entre as duas obras é incontornável e estabelecida dentro do próprio poema épico por sucessivas referências laudatórias feitas por João de Pavia a Botelho Pereira, ao longo do Canto V:

“44.

Quando teus campos férteis e amenos
Aplacada de todo a dura guerra,
Amanhecendo os dias mais serenos
Por influxo do Céu, a opina terra
Um Botelho divino ou pouco menos
Brotar, que lá no cume da alta serra
Com as nove irmãs colóquio tenha e trato
Apesar de teu peito duro ingrato.

Ou

62.

...

Emanuel Botelho nos descobre
Tornando em ouro fino o baixo cobre.” (Augusto, 2002, p. 126 e p. 128).

E pela referência à obra *Diálogos* no canto X:

“68.

Quando não sirva para celebrada
Seres, e o teu Rio saudoso,
Pois és tão conhecida e nomeada
Nos colóquios da Raia tão famoso,
E nos diálogos resuzitada,
De Lemano das Musas tão mimoso
A menos servirá de que desperte
Aos filhos teus do sono feio inerte.” (Augusto, 2002, p. 200).

Analisando mais detalhadamente a obra *Dialogos Moraes e Politicos. Fundação da Cidade de Viseu, História de seus Bispos e gerações, e nobreza com muitos sucessos que n' ella aconteceram, e outras antiguidades e couzas curiosas*, o seu conteúdo advinha-se no extenso título e a intenção do seu autor clarifica-se logo de início, movendo-o “o amor da pátria” para “publicar as couzas d'ella dignas de memoria”, a “história d'esta nossa cidade, Igreja, Pastores e rebanho”. Organizada em forma de V Diálogos entre duas personagens — “Doutor” e “Lemano” –, apresentados como “um estudante e um doutor philosopho”, percorre cronologicamente toda a história da cidade de Viseu e das suas principais personalidades. Os títulos dos diferentes capítulos indicam de forma mais ou menos direta o seu conteúdo:

“Dialogo I — que trata de alguns louvores da cidade de Viseu, sua antiguidade, rasão de suas armas, com outras couzas curiosas

Dialogo II — Da republica politica, e historia da cidade de Vizeu em diálogos moraes e políticos

Dialogo III — que trata do tempo que he Bispado e de seus Bispos antigos, como foi tomada dos mouros, e sepultura d'El Rei D. Rodrigo

Dialogo IV — Dos Bispos de Vizeu desde S. Theotonio até o tempo D'El Rei D. Duarte com outros sucessos N'ella conhecidos, e princípios d'algumas gerações d'ella

Dialogo V — E politico dos mais Bispos de Vizeu com outras curiosidades” (Pereira, 1955).

Nesta obra podemos distinguir duas partes: uma repleta de lendas e fábulas, em que cita Frei Bernardo de Brito, André de Resende, o cónego Gaspar Barreiros, Manuel Severim de Faria, além dos autores clássicos, embora com alguns reparos em relação à veracidade do que afirmam. A segunda parte, em que o autor faz a primeira resenha histórica sobre Viseu, com base no seu levantamento, já com intenções históricas, de fontes materiais e escritas. Mostra-se atento aos vestígios arqueológicos, tendo sido o primeiro a recolher, localizar e fixar o texto de algumas epígrafes encontradas na cidade, comungando do interesse pelas inscrições que se fazia sentir à época. Utiliza ainda os seus achados para dar corpo a leituras cronológicas da história urbana e atribuir a fundação da cidade aos romanos: “Bem se mostra neste letreiros, e feitos sello Romanos” ou “Onde se vê claro ser aquelle lugar de Romanos” (Pereira, 1955, pp.100— 101).

Também a falta de indícios materiais é por ele registada como em relação à Cava: “não vejo n’este sitio da Cava cousa de que possa coligir haver cazas n’ella algum tempo, como se acha em Santa Eulália, para a parte do logar de Paradinha, que está cheio de muitos indícios de ser povoação antiga” (Pereira, 1955, p.101). Diversos testemunhos descritos, tanto paleográficos como epigráficos, foram confirmados por investigadores que atualmente estudam a localidade, apesar das leituras epigráficas e atribuições cronológicas nem sempre coincidirem com as de Botelho Pereira.

Da panorâmica geral, histórica e arquitetónica da cidade de Viseu, elaborada pelo autor, destacamos dois elementos, pela riqueza e raridade das informações apresentadas e pela importância histórica e patrimonial dos mesmos: A Cava, dita de Viriato e a fachada da Sé de Viseu.

A primeira ligação entre Viriato e a Cava surgiu com Frei Bernardo de Brito em finais do século XVI, na obra *Monarchia Lusitana*, embora apresente o monumento como obra apressada de Caio Negidio, e do seu exército, o qual Viriato teria derrotado. Botelho discorda desta atribuição dizendo que:

“Este pedaço de muro tão forte e argamassado, bem mostra não se fazer para uma hora, nem em tão breve tempo como dá a entender a Monarquia, alem deste impossível, por mais que fosse a gente e continuo trabalho, estas três seteiras portas, e cazas das agoas d’ esta cidade ou circuito, são tão bem feitas ou labradas que desmentem a deligencia vista a grande preça e necessidade, nem n’ ella podia ser tanta, que os forçasse a chegar a tal efeito; e quando medo havia de

haver só da fama, mal provocar contra si as armas de seu amigo. Mostrava mais ser esta cava n'aquele tempo enexpugnável; pois neste depois de tantas centenas de anos está ainda tão forte, que com pouco trabalho estaria esta gente mais segura dentre que nos muros da cidade, por estar quasi toda cercada de agoa; por estar pelo decurso do tempo meia desbaratada, mas ainda nestes vestígios mostra ser couza fortíssima, e que foi cidade e feita esta cerca para isso. [...] de modo que fica entendido destas razões, que não foi esta Cava obra dos romanos, mas cidade de abrigo, nossa comarca e chamada Vacca, pátria do grande Viriato. [...] que por ódio de Viriato procuraram extinguir, com mudarem o sitio para onde agora esta o nosso Vizeu.” (Pereira, 1955, p. 97).

Durante o domínio filipino, o autor sentir-se-ia impellido a valorizar os heróis de perfil nacional para legitimar a identidade portuguesa. Até ao século XVII, o monumento surge designado na documentação local apenas como Cava.

A Cava “de Viriato” é igualmente elemento de destaque na obra de João de Pavia, não pelo relevo que lhe é dado no corpo do poema, onde é descrita como um sítio “raso e plano/Cercado de alta Cava e na vontade [...] / Uns, dizem que na velha antiga idade/ Serviu de alojamento do romano” (Augusto, 2002, p. 76), mas pelo desenho apenso ao mesmo onde esta e a sua implantação surgem representadas. Neste documento a designação é de “Cava de Viriato e sitio da Antigua cidade de vaca”. Aparecem aqui representados os grossos taludes de terra arborizados e fossos de água ou razos, três portas de acesso de grandes dimensões, a saber “chamada de D. Jorge”, “chamada da treijam” e “3º porta” e duas pequenas, os caminhos e atalhos que a cruzam e as estradas e rios que a enquadram.

A orientação da planta é indicada pela referência “setentrião” aposta a “meio-dia” e pela inserção de referência a outras povoações como “Bravezes” ou “Aguieira” ou pontos de referência religiosos como “Santa Luzia do Monte” ou “Capella da Conceijam”.

Trata-se da primeira representação gráfica conhecida, não só da Cava de Viriato, Monumento Nacional desde 1910, mas igualmente da cidade de Viseu e seu entorno, sendo um documento de imenso valor.

O mistério em torno à Cava dita de Viriato continua, em pleno século XXI, por esclarecer. Apesar das escavações e estudos levados a cabo nomeadamente por Pedro Sobral, Catarina Tente e Manuel Luís Real, persistem ainda muitas dúvidas por esclarecer. Em todo o caso, a cronologia do monumento avançou para

o período da reconquista, situando-se provavelmente entre os séculos IX e X.

Outro dos elementos histórico/patrimoniais em relação aos quais a obra *Diálogos* é uma fonte incontornável é a antiga fachada da Sé de Viseu. A fachada descrita por Botelho Pereira corresponde à obra manuelina mandada edificar pelo Bispo D. Diogo Ortiz de Vilhegas e destruída na derrocada de 1635:

“As figuras e folhagens da porta principal, haveis de confessar, nunca viste coisa semelhante. Todo aquele portal e o mais frontispício que há entre as torres, com a curiosa invenção da vidraça que dá luz ao coro, é obra deste insigne prelado, cuja memória se conserva em dois letreiros, que em dois escudos estão esculpidos de pedra de Ançã; um sobre a porta da Sé, da parte de fora, e no meio da abóbada, e outro no coro de cima, com as suas armas e ao redor este letreiro” (Pereira, 1955, p.464).

Esta é a única descrição que possuímos desta obra e faz adivinhar um portal de decoração manuelina encimado por uma rosácea de tradição gótica.

A sua destruição é igualmente descrita nos *Diálogos*:

“Traz a perda de tal Bispo (D. Miguel de Castro) e no anno seguinte succedeo nesta Cidade não menos notável, e digna de sentir, por ver que parece se mostra Deos irado contra este povo por seus grandes peccados; e foi que aos 8 de Fevereiro 1635 começou a chover tão notavelmente, que parecia findar-se o Mundo.

Na noute e dia seguinte cahirão algumas casas e destilharão-se outras, arracando-se muitos e grandes castanheiros, e outras arvores, em que houve notável perda.

Ao outro dia depois da tormenta, que foi aos 10 entre as duas e as três horas da tarde estando os Conegos resando completas na Capella mor cahio a torre dos sinos com todos elles sobre a porta principal da Sé, e todos se fizeram em pedaços, se não o com que tangião a cabido, inda que por alguma fenda secreta não ficou prestando” (Pereira, 1955, p. 466).

Igualmente sob a égide de D. Diogo Ortiz de Vilhegas foram construídas as abóbadas da Sé de Viseu, que tiveram mais sorte que a fachada, sobrevivendo até aos nossos dias. Antes da intervenção deste prelado a cobertura da cathedral era de

madeira e telha assente sobre alguns dos pilares góticos que viriam a sustentar a abóbada manuelina.

A sua mestria técnica, especialmente se atendermos ao facto de que o material utilizado é o granito, causava espanto ao autor: “A abóbada da Sé, mandada fazer por D. Diogo Ortiz [...] tem pelo meio das naves entalhados nós tão perfeitos que parecem dados com as mãos, sendo de pedra tão dura e tosca” (Pereira, 1955, p. 464). A abóbada de arco abatido que suporta o coro alto, certamente datada da mesma campanha de obras, é formada por três tramos decorados com nervuras de cambados e chaves policromas. Nas cantoneiras do arco vêem-se dois escudos de armas de D. Diogo Ortiz de Vilhegas, dourados e policromados.

Obra de grande rigor técnico por se tratar de uma cobertura praticamente plana, de novo as palavras de Botelho Pereira resumem o espanto causado pela sua fábrica: “O coro, pela parte inferior, é obra tão rara que o meio onde fecham os arcos da abóbada afigura-se que é mais baixa que os estribos onde sustenta o peso, máquina daquele edifício tão pendente, que parece sobreceu de cortinas” (Pereira, 1955, p. 464). A obra estaria concluída em 1513 segundo a legenda ainda hoje visível no segundo tramo da abóbada sobre o coro alto: “Esta Sé mandou abobadar o mui magnífico senhor D. Diogo Ortiz, bispo que foi desta cidade e do concelho dos rex e se acabou na era do senhor de 1513”.

João de Pavia é pouco descritivo nas referências que faz a estas obras, referindo-as apenas como enquadramento à figura do Prelado D. Diogo Ortiz:

“58.

Trás destes lá do reino de Castela
Cantava que, conforme seu matiz,
Viria com uma Infanta alta donzela
Um que por sobrenome tinha Ortiz,
O bago empunharia e a mitra bela
Que lhe pronosticava bem lhe diz
Suas armas se verão nos frontispícios
Dos mais arteficiosos edefícios.

59.

A Sé, que de madeira corruptível
Abóbada estava sem primor,
Quando pela arte possa ser possível

Fabricara de ornato e de labor,
Cuja matéria e forma não dicível
Num composto perpétuo de louvor
Nos fornicários arcos, seja objeto
À vista, nos pilares e no tecto.

60.

Por estas obras tais nunca esquecido
De Dom Diogo, o nome e a memória
De Ortiz e de Vilhegas o apelido
Repetido será em qualquer história
Do ilustre sangue seu e esclarecido
Sobrinho ficarão de grande glória,
Que casas e famílias alevantem

Eternamente durem e o Mundo espantem.” (Augusto, 2002, pp.128 e 129).

Em João de Pavia, os aspetos formais e estéticos do poema tiveram primazia em relação à sua componente histórica e a leitura do mesmo, enquanto fonte, deve ser encarada com particular cautela, uma vez que as informações históricas apresentadas nem sempre respeitam uma ordem cronológica e encontram-se dependentes das intenções literárias e enquadramento mental do seu autor.

Obras incontornáveis no estudo da história da cidade de Viseu, o seu cruzamento com análises mais recentes de história urbana, história ou arqueologia da cidade, permitem a valorização das mesmas enquanto fontes, diretas ou indiretas, mas tornam igualmente claros os seus limites, derivados do seu próprio tempo e das intenções da sua escrita.

BIBLIOGRAFIA

- Aragão, M. (1934). *Viseu: Letras e letrados viseenses*. Lisboa: Seara Nova.
- Afonso, S. (2002). *Descrição da Cidade de Viseu: suas antiguidades e cousas notáveis que contém em si e seu Bispado, composto por um natural — edição e estudo literário*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.
- Castilho, L. (2009). *Geografia do quotidiano — A Cidade de Viseu no Século XVI*. Viseu: Arqueohoje/ Projecto Património.
- Castilho, L. (2017). *Construindo a cidade: Viseu nos séculos XVII e XVIII*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento.
- Eusébio, F. (2002). Descrição da cidade de Viseu, suas antiguidades e cousas notáveis que contém em si e seu bispado: considerações históricas. *Máthesis*, 11, 49-73. Universidade Católica Portuguesa.
- Pereira, M. B. [1955]. *Dialogos Moraes e Politicos*. Viseu: Junta Distrital.

A História como base para a reivindicação política – o caso de Beja

History as a way
to regain importance
– the case of Beja

RESUMO

A cidade de Beja localiza-se onde há dois mil anos existia a colónia romana de *Pax Julia*. Aí foi criado, no período visigótico, o bispado Pacense. Após a Reconquista Cristã foram restaurados na Península Ibérica os bispados que existiam antes da chegada dos povos do norte de África, mas tal não sucedeu com este. Cerca de um século mais tarde, com a tomada de Badajoz, foi aí fundado um novo bispado a que se deu o nome de Pacense, ficando Beja dentro do então bispado de Évora. Autores castelhanos defendiam a ideia de que a antiga *Pax Julia* se localizava em Badajoz. No século XVI, André de Resende publicou uma epístola onde argumentava que a antiga colónia romana se localizava em Beja. A partir daqui, nos séculos XVII e XVIII, diversos autores de Beja recorreram a este argumento. As suas “histórias”, ao enaltecerem a cidade, estavam também a tentar recuperar a sua importância. Uma das reivindicações mais importantes era a restauração do bispado perdido. Isso permitiria recuperar algum equilíbrio face a Évora e dar nova dignidade à cidade. Algumas destas “histórias” estão tão longe da metodologia apropriada que têm de ser vistas, sobretudo, como manifestações políticas.

Pretendemos, nesta comunicação, dar informação sobre estes autores, suas obras, características principais e a quem foram dirigidas ou dedicadas, de forma a fundamentar a nossa ideia de que a sua função foi, especialmente, a de reivindicar mais direitos e prerrogativas para a cidade.

PALAVRAS - CHAVE

Beja; História Local; *Pax Julia*; Bispado; Fr. Manuel do Cenáculo; Historiografia.

ABSTRACT

In the middle of the Alentejo is located Beja where, two millenniums ago, was located the roman colony of *Pax Julia*. In the 4th century a Christian bishopric was created. When the Christians regained these territories previously occupied by Muslims, almost all of the ancient bishoprics were restored, but not this one. Following the belief that the city of Badajoz was the location of *Pax Julia*, when a bishopric was created, the chosen name was Pacense — from *Pax Julia*. In the 16th century, the Portuguese humanist André de Resende defended that *Pax Julia* was the city of Beja. In the following centuries, many authors wrote histories of Beja, using the argument that it was the old *Pax Julia*.

Our paper tries to locate, enlist and characterize these stories, their authors and to whom they were directed in order to see what the real purpose was: the restoration of the ancient bishopric, so Beja could regain some of its former importance and be emancipated from Evora, its rival in the local context.

KEYWORDS

Beja; Local History; *Pax Julia*; Bishopric; Fr. Manuel do Cenáculo; Historiography.

“A Beja o que é de *Pax Julia*” foi o título de uma manchete do jornal *Público* de 15 de maio de 2023 a propósito do evento “Beja Romana” que, nesta cidade, anualmente, pretende evocar a cidade romana de *Pax Julia*. O título da notícia poderia ser apenas um trocadilho com o conhecido provérbio, mas tem, certamente sem o conhecimento do autor, um significado muito mais profundo: nem sempre se deu a Beja o que era de *Pax Julia* e isso condicionou a historiografia da cidade durante vários séculos.

Beja está situada no lugar onde, há cerca de dois mil anos, se situava a cidade romana de *Pax Julia*, uma das sedes de convento jurídico da província da Lusitânia. Talvez tenha sido neste período que a cidade teve maior relevância.

Certamente, como os seus naturais gostam de sublinhar, mais importância que Évora. A fundação de um bispado aí sediado, deverá remontar ao século IV (Coelho, 2019). Diversos são os autores que, baseando-se em Santo Isidoro de Sevilha, identificam Apríngio como o primeiro bispo bejense (ou pacense) conhecido, que terá vivido no século VI.

Durante o tempo de ocupação muçulmana, as primeiras dioceses da Península Ibérica deixaram de ter expressão. O cristianismo, embora persistindo, foi perseguido e há notícia do martírio do bejense Sisenando em Córdova, no século IX.

À medida que a Reconquista avançou, as antigas dioceses foram sendo restauradas. A diocese de Beja constituiu uma exceção. Após a tomada da cidade em 1166, o bispado não foi restaurado. De acordo com o P. José Maria Coelho, “quando foi reconquistada Badajoz, em 1230, inicia-se o processo de restauração da sua sede que culmina em 1255 com a eleição do primeiro Bispo para este novo período. Só para legitimar a sua vinculação à velha província lusitana, e por perder a vagatura de Beja, quase um século depois da sua reconquista, Badajoz apropriou-se do título ‘Pacense’, que desde então possui” (Coelho, 2019, pp. 253-254).

Outros autores afirmam que a apropriação se deve a diferenciar-se *Pax Julia* de *Pax Augusta*, sendo esta última associada a Badajoz. É possível que, no processo de ocupação e reconquista, com a destruição em grande escala sofrida pela cidade de Beja, não fossem já óbvias as evidências de que seria ali a antiga *Pax Julia*. Beja deixou de ser sede de bispado e passou a depender do bispado — mais tarde arcebispado — de Évora.

O primeiro arcebispo de Évora foi o Cardeal D. Henrique, rei de Portugal após a morte de D. Sebastião. Logo a partir da sua chegada, em 1540, terá sentido dificuldade em gerir uma diocese tão grande. Nos anos do seu arcebispado terá tentado dividir a sua arquidiocese, propondo a criação de duas dioceses, a de Beja e a de Évora, numa proposta concreta apresentada em 1558. A esta ideia opôs-se com veemência o Cabido (Coelho, 2019). Fruto das suas tentativas, o cardeal conseguiu, mais tarde, criar uma diocese em Elvas, mas não restaurar a de Beja.

Pelos mesmos anos e na mesma cidade de Évora, enquanto D. Henrique alegava o “bem das almas” para a divisão do arcebispado, outra voz se levantava por Beja — André de Resende publicava, em 1561, uma carta que escrevera a João Vaseu em 1553 com o título *Pro Colonia Pacensis*, na qual defendia que a cidade de *Pax Julia* dos romanos era Beja e não Badajoz. Isto porque Vaseu, humanista flamengo que fazia parte do grupo de humanistas que estavam em Portugal, defendera, na

obra *Chronicon rerum memorabilium Hispaniae*, a posição pró-castelhana manifestada por João Ginésio de Sepúlveda, de que *Pax Augusta* era Badajoz (Pereira, 1987). Estes humanistas eram próximos de D. Henrique pelo que as tentativas deste certamente não ignoraram a argumentação de André de Resende.

A epístola *Pro Colonia Pacensis* e a afirmação de que Beja era a antiga colónia romana de *Pax Julia* serão, do século XVI em diante, usadas em todas as histórias de Beja e em todas as tentativas de restauração do bispado, sendo que, é à luz deste objetivo que aquelas devem ser vistas.

No século XVII destacam-se as histórias de Beja escritas por Vasco Freire e Jerónimo do Carvalhal Freire. O primeiro era, em 1609, juiz dos órfãos de Beja e, nesta data, escreveu um manuscrito dedicado a Filipe II, com o título *Livro das Antiguidades da cidade de Beja e outras particularidades dependentes dela* (Freire, 1609). O volume continha desenhos alusivos à cidade. Não sabemos se o chegou a entregar ou não. O que é visível são as correções mais tardias, após 1640, destinadas a emendar a dedicatória. As rasuras alteraram visivelmente o aspeto cuidado que antes teria.

Jerónimo do Carvalhal Freire, não por coincidência, terá escrito no mesmo ano de 1609 *Memórias Históricas da Cidade de Beja*. Sabemos que, em 1624 era um homem da governança da cidade, juiz das obras e vereador. Este manuscrito não foi localizado.

Cristóvão Rebelo de Macedo foi contemporâneo deste último e seu colega de vereação em 1624. Sabemos que no ano seguinte era sargento-mor de Beja (Mósca, 2011). Terá escrito em 1625 *Diálogos que tratão da História, antiguidades, e de algumas famílias da sempre nobre, e leal cidade de Beja* (Macedo, 1625).

A obra relata uma suposta viagem de quatro fidalgos de Beja que vão a Roma no ano do Jubileu. Durante a viagem, vão conversando sobre diversos assuntos da história de Portugal e de Beja, relatados em forma de diálogo. Os fidalgos não estão identificados pelos seus nomes mas por aquilo que parecem ser anagramas: Almeno (Manoel?), Cosisfram (Francisco?), Apolo (Paolo?) e Crisbelo. Para cada assunto, cada um dos fidalgos conta uma versão diferente e assim vão apresentando as diversas teorias ou versões que eram conhecidas sobre a história antiga. Apesar de o manuscrito não pedir a restauração do bispado, é pródigo em elogios à cidade, à sua história e ao que a natureza lhe providenciava. Apenas os habitantes merecem ao autor algumas críticas. A suposta viagem a Roma aparece como uma espécie de pretexto, por se criar uma situação em que os quatro fidalgos — e

mais um que encontram em Itália — têm bastante tempo para conversar sobre as glórias de Beja. A transcrição que consultámos parece incompleta pelo que a questão do bispado pode ter sido abordada na parte em falta.

No mesmo período anterior à independência de Portugal, foi também vereador em Beja, Diogo Barradas de Gouveia, que deverá ser o que o autor local Félix Caetano da Silva, identifica como Diogo de Gouveia Barradas.¹ Este autor terá escrito duas obras — *Apologia por Beja, ou Pax Julia Ilustrada e Antiguidades da cidade de Beja* –, esta última datada de 1660.

Marçal do Avelar da Costa viveu sensivelmente no mesmo período que os seus antecessores. Era escrivão do judicial, irmão da Misericórdia e desempenhou cargos na vereação. Tal como os anteriores, que certamente eram seus conhecidos, escreveu sobre a história de Beja, um pouco mais tarde do que estes.² É referido por Fr. Francisco de Oliveira que menciona uma *História de Beja*, com data de 1660, obra que chegou a ver. Não só terá visto como também copiado e sobre a qual aparentemente escreveu umas *Anotações à História de Beja composta por Marçal de Avelar da Costa em 1660* (Páscoa, 2023). Nem o manuscrito de Avelar da Costa nem as *Anotações* de Fr. Francisco de Oliveira foram localizados.

Baltazar Vaz Alcoforado (1645-1716) é habitualmente (re)conhecido por ser o irmão da freira de Beja, Mariana Alcoforado, supostamente autora das célebres *Lettres Portugaises*. Num dos pecúlios de Notícias do P. João Baptista de Castro

1 “Este Diogo de Gouveia Barradas além da obra das antiguidades de Beja que escreveo compôs outra com este título: Apologia por Beja, ou Pax Julia Ilustrada: nella mostrava ter sido somente Beja a antiga Pax Julia, e Pax Augusta; e não Badajoz. Também della não há notícia. Foy o dito filho de Francisco Barradas de Gouveia, e de Cecília Gago de Oliveira; e sobrinho do Ilustríssimo D. fr. António de Gouveia bispo de Cirene em África também natural de Beja” (Silva, 1784, p. 7).

2 “A segunda história de Beja, foy huma que escreveo hum sogeito chamado Marçal d’Avelar da Costa (escrito na margem – natural desta cidade) que floreceo no século passado, em o tempo em que reinava El Rey D. João o IV. Asistio o dito Marçal d’Avelar muitos annos em Beja e nella morreo. Escreveo a dita história e a dedicava ao infante D. Pedro, duque da mesma cidade, e depois rey deste reyno o 2º do nome: porém faltando-lhe a vida, ficou em vários borradores imperfeyta e em poder dos seus erdeyros.”. O mesmo autor diz que um seu contemporâneo, Fr. Francisco de Oliveira, tinha visto o manuscrito, que se encontraria mais tarde nas mãos de José Freire de Monterroio Mascarenhas. “E nos respondeo: que nada tinha que admirar, por serem os cadernos della mais pecúlios de notícias mal ordenadas, e pouco exactas, do que história formal. Tudo cauzado pela imperícia do autor, falto de crítica, e das mais circunstâncias nescessárias para este emprego de historiador” (Silva, 1784, pp. 6 e 7).

que se encontra entre os manuscritos da Biblioteca Pública de Évora, encontra-se um documento da sua autoria dividido em duas partes. A primeira contém uma lista detalhada dos rendimentos do arcebispado de Évora (fl. 192). A segunda tem como título “Do bispado que se pretendia erigir em Beja” (Alcoforado, 1691). Trata-se de uma espécie de proposta, cujo objetivo é provar de que forma seria possível financiar os futuros bispos e outras dignidades do novo bispado de Beja. É um documento muito técnico que discrimina os valores das rendas, a forma como estes podem ser transferidos, sem prejudicar (demasiado) o bispado de Évora a quem, até então, eram entregues. O manuscrito datará de 1691.

Já no século seguinte, Cristóvão Xavier da Silva Ganhoteiro, de Vila Nova da Baronia, onde nasceu em 1703, terá escrito, em data desconhecida, umas *Memórias Históricas de Beja e Mértola*, que não chegaram aos nossos dias.

Manuel Mestre de Sousa, nascido em Beja, em 1703, foi autor, segundo refere Diogo Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana*, da *Béja Illustrada ou Pax Julia Ennobrecida* (Machado, 1741-1769), cujo paradeiro é desconhecido.

Também em Beja nasceu José Gago da Silva (1684-1763?), mestre de gramática, que é referido na *Biblioteca Lusitana* e no *Dicionário Bibliográfico* do P. Inocêncio Francisco da Silva, porque teve uma obra publicada — *Discursos gramaticais necessários e curiosos* — impressa em Lisboa, em 1756. Diversas outras obras não publicadas lhe são também atribuídas: *Apologia crítica contra os padres jesuítas*, *Explicações de gramática* e, a que mais nos interessa, *Notícia das antiguidades da cidade de Beja e de sua fundação*, com data de 1745. Conhecem-se duas versões deste manuscrito, uma que se encontra na Academia das Ciências e outra no Arquivo Municipal de Beja (Silva, 1745). A obra é dedicada a São Sesinando, o mártir de Córdova do século IX, entretanto beatificado. Trata-se de um texto baseado nos autores clássicos, com uma escrita barroca a laudatória, criticada pelos seus sucessores na escrita da história de Beja. Diz dele Félix Caetano da Silva:

“enserrava toda a história desta cidade em três capítulos; e vinte huma páginas de fólio. Ocupando-se largamente em fazer uma grande invectiva contra os estrangeiros que para ella vêm rezidir, acompanhada de várias puerilidades, impróprias da matéria” (Silva, 1784, p. 8).

Outro autor deste período é Mateus Dias Marinho, médico e residente no Torão, que escreveu *Notícias da Famosa cidade de Beja*, que parece datar do período

1750-59 (Marinho, 1759). Foi contemporâneo e correspondente de Fr. Francisco de Oliveira. O manuscrito conta a história da cidade desde o tempo dos romanos, dando largo espaço aos santos e bispos da alta Idade Média. É dirigido ao rei D. José e pede o restabelecimento do bispado de Beja.

Gonçalo Xavier da Alcáçova (?-1785) publicou em 1759, uma *Dissertação do senhor Gonçalo Xavier de Alcáçova sobre a questão se a cidade de Beja foi a que antigamente se chamou a Pax Julia dos romanos, ou a cidade de Badajoz*. O exemplar que consultámos, da Biblioteca Nacional de Portugal, tem apenas 30 páginas, sem folha de rosto, por isso não sabemos onde foi impresso. Na última página, o autor coloca a data: Lisboa, 21 de abril de 1759. Na primeira página está escrito a tinta “Este papel he de Felix Caetano da Silva”. Todo o opúsculo tem anotações suas e no fim volta a colocar a sua assinatura.

Perante a dimensão da lista, ainda não terminada, de autores de obras sobre a história de Beja — à qual não juntámos Fr. Francisco de Oliveira,³ é de considerar que a importância da cidade, entre o século XVI e o XIX não é proporcional ao número de autores que sobre ela escrevem. Talvez um tão grande número de obras se compreenda se o considerarmos menos como proporcional à sua importância e mais como um esforço para conseguir essa importância.

Analisada a quantidade de textos, os seus títulos e o conteúdo escrito, no caso das obras com paradeiro conhecido, chega-se à conclusão de que a maior parte delas acaba por pedir, de uma forma ou de outra, a restauração do bispado de Beja. Os seus autores não são “antiquários”, como Fr. Francisco de Oliveira, que se interessava pela História e pelas “antiguidades” por si próprias, tentando imitar André de Resende e sem uma agenda política.

Os autores que referimos do século XVII estão quase todos ligados à governança da cidade, assumindo cargos militares e na vereação. Baltazar Vaz Alcoforado era padre, filho de Francisco da Costa Alcoforado, que acompanhou os demais em cargos de vereação. Estes homens são políticos, que almejam o progresso e a relevância da cidade, objetivo que tentam conseguir através do restabelecimento da cátedra episcopal.

3 Este autor, que estudámos na nossa tese de mestrado, produziu um trabalho que, considerámos, possuía características diferentes destes (Páscoa, 2023).

Não são, assim, “historiadores”, apesar de quase todos serem homens cultos. Conhecem os autores clássicos, mas a sua escrita não é muito interessante, uma vez que não se baseiam nos documentos dos cartórios nem nos achados arqueológicos para fundamentarem a importância da cidade. José Gago da Silva, por exemplo, narra os eventos com base nos anos da criação do mundo. Outros, referindo os clássicos, discorrem longamente sobre matérias pouco concretas e que pouco adiantam ao nosso conhecimento.

Estes autores dedicam uma parte considerável das suas obras ao período romano, precisamente por ser aquele em que a cidade atingiu maior importância. Uma cidade que era, ao tempo dos romanos, sede de convento jurídico e, mais tarde, sede de bispado. A prova de que Beja era a antiga *Pax Julia*, conseguida por André de Resende e confirmada depois através da descoberta de lápides alusivas, era a pedra de toque, que servia para pedir, não a criação, mas o restabelecimento do bispado.

O bispado de Beja, consideravam, não só lhe era devido por motivos históricos, mas também pelas virtudes dos seus santos, que, desde a cristianização, se deixavam martirizar em nome da fé. A listagem dos conventos e dos nomes de bejenses insignes serviam o mesmo propósito: o de mostrar o merecimento dos seus habitantes.

A restauração do bispado, sendo uma questão religiosa, era também política. Beja, com a cátedra episcopal, emancipar-se-ia em relação a Évora, rival direta a nível local e conseguiria, assim o esperavam, recuperar a importância perdida.

As datas em que estas obras são escritas e o facto de serem dedicadas e dirigidas aos sucessivos monarcas também não são, na maior parte dos casos, casuais. As duas obras iniciais, de 1609 são de um período de sede vacante, onde a divisão do arcebispado de Évora não iria prejudicar os seus rendimentos. Os arcebispos nomeados entre a morte do Cardeal D. Henrique e 1608 eram filhos segundos da Casa de Bragança, que certamente fariam forte oposição à ideia. Era assim, estratégico, apresentar a proposta em período de sede vacante.

Na obra de Vasco Freire, podemos ler o seguinte:

“No anno de seiscentos e nove, pareço bem ao publico desta cidade (...) na Camara para se pedir Bispo na vagante que ouve do Arcebispo Alexandre, nella me commetterão vs. ms. O cuidado de fazer a sua Magestade presentes as razões que havia para que se concedesse este bem a esta cidade tam

benemerita de todos, o que fiz na petição deante na melhor forma que soube e (...) nos melhores intendimentos determinei satisfazer a eles com reduzir a publico debaixo de meu nome o muito que em todas as idades foi Beja, sempre honrada” (Freire, 1609, s.n.).

Em 1691 foi nomeado novo arcebispo, D. Luís da Silva Teles, sendo esta a data do manuscrito de Baltazar Vaz Alcoforado que elenca os rendimentos da arquidiocese de Évora e a forma como se poderia criar um bispado em Beja com rendas suficientes. É possível que este homem, sendo padre da arquidiocese, tenha entregado o seu trabalho diretamente ao novo arcebispo de Évora.

Em 1760 é nomeado arcebispo D. João Cosme da Cunha. Ora, do ano anterior à sua nomeação, são conhecidas duas histórias de Beja, a de Gonçalo Xavier da Alcáçova, que chegou a ser publicada e a de Mateus Dias Marinho, que dá uma completa explicação e contextualiza cabalmente o seu pedido:

“Na certeza pois, das excellentes porrogativas com que se exorna aquella illustre cidade que também no fervorozo e ardente disvello com que se emprega à sua devoção cathólica em consagrar a Deos reverentes e obsequiozos cultos, não cede, antes excede a muitas deste reino, principalmente na veneração, grandeza e custo com que solemniza todos os annos circularmente pellas quatro parróchias, com hum magnífico, magestozo tríduo ao maior de todos os mistérios, o altíssimo e diviníssimo sachramento da Eucharistia, e proxivamente naquella grande, excellente acção que obraram os seus moradores da trasladação da sagrada e miraculoza imagem de Nossa Senhora do Monte do Carmo para o novo templo, que devotamente lhe erijiram e à sua custa fundaram e consagraram com plausíveis júbilos, festivos aplauzos e triumphal procissão.

Recorre à Real grandeza e soberana protecção de Vossa Magestade para que se digne ennobrecê-la com huã Cadeira Episcopal, para honra e crédito da mesma cidade, grandeza e glória desta venturoza Monarchia e utilidade pública dos seus vassallos, principalmente os habitantes da comarca de Campo de Ourique, cujos povos, pela grande distância em que fica a Metrópole de Évora, experimentam com incómodos graves, crescidas despezas nos seus recursos, pella geral pobreza de toda aquella comarca, a que não podem suprir. E talvez concideráveis damnos de muitas almas, na falta de correção de

costumes a que o prelado metropolitano (certamente virtuosíssimo) não pode muitas vezes abranger pella dilatada circunstância daquelle arcebispado, que he sem dúvida o mayor deste reino, circunstâncias todas que se fazem dignas da real atenção de Vossa Magestade, no estabelecimento da dita nova diocese; pois parece que se deve coroar com esta dignidade a que antes da entrada dos mouros na Hespanha fora Cabeça de Bispado (como referido fica) e se transferio para Badajoz, de sorte que ainda hoje se denomina Bispado Pacense aquele bispado (...).

E como os rendimentos dos benefícios e priorados daquela cidade de Beja são avultados, sem defraudar em considerável porção a menza archyepiscopal de Évora, se podem estabelecer rendas sufficientes para bispo, cónegos e mais dignidades” (Marinho, 1759, pp. 12v-13).

Anos mais tarde, o referido arcebispo queixa-se nos mesmos moldes da extrema dificuldade (aparentemente, só então sentida por ele) de gerir uma diocese tão grande (Coelho, 2019) e em 1770, o bispado de Beja foi finalmente (re)criado, no âmbito de uma reforma que, a partir desse ano, leva à criação de seis novas dioceses, onde esta se inclui. O novo bispado intitulava-se bispado bejense e não pacense, porque este continuava a ser o de Badajoz.

O primeiro bispo de Beja foi D. Fr. Manuel do Cenáculo. O prelado demora sete anos até se instalar na sua diocese, onde só começa a exercer em 1777. Para além das suas funções, este erudito interessa-se pela história, pela arqueologia e pelas vidas de santos locais, como S. Sesinando. Neste âmbito irá, como mecenas, encorajar os trabalhos de Félix Caetano da Silva (1740-1820), natural de Beja, que escreve umas *Memórias Históricas da Cidade de Beja*, onde volta a enfatizar — apesar de já não ser necessário — que Beja era a antiga *Pax Julia*. Talvez ainda subsistissem dúvidas, pelo menos do lado espanhol.⁴

No *Catálogo razonado y crítico de los libros, memorias y papeles impresos y manuscritos que tratan de las provincias de Extremadura, así tocante á su historia, Religion y Geografia, como á sus antiguedades, nobleza y hombres célebres* (Barrantes,

4 Existem dois manuscritos de Félix Caetano da Silva, um do Arquivo Municipal de Beja e outro na Biblioteca Nacional de Portugal (Silva, 1784) (Silva, 1796).

1865) encontram-se listadas, numa entrada com o título “*Pax Augusta, Pax Julia*”, todas as histórias aqui elencadas, de que o autor teve conhecimento através de bibliografia como a *Biblioteca Lusitana*. O autor, D. Vicente Barrantes considerou oportuno, conforme diz em nota, juntar numa só entrada o que diz respeito a *Pax Julia* e *Pax Augusta* “para mayor esclarecimiento de la cuestion histórica que á la mismas se refiere”. Acaba também por compilar a bibliografia relativa a Badajoz e a S. Sesinando, também venerado naquela cidade.

Apesar de tanto esforço da parte dos bejenses para restaurarem a diocese perdida, parece lícito afirmar que as suas vozes nunca foram ouvidas, uma vez que a questão das rendas suplantava todos os outros argumentos. Quando o bispado foi restaurado, isso aconteceu no âmbito de uma reforma maior, que nada tinha a ver com os argumentos históricos e de mérito apresentados.

Todavia, a questão de ser Beja a antiga *Pax Julia*, cidade importante da Lusitânia romana, está, há séculos, enraizada no espírito dos bejenses, em épocas mais antigas limitada aos mais cultos. É uma das pedras de toque para a reivindicação da importância perdida da cidade e justifica que exista um evento de recriação histórica com o nome de “Beja romana”, que já referimos.

É dentro deste contexto que devem ser analisadas as histórias de Beja até agora referenciadas e ainda outras que possam aparecer, porventura pouco informativas quanto ao passado histórico, mas muito quanto à persistência dos seus habitantes.

FONTES

ARQUIVO MUNICIPAL DE BEJA

Fundo Félix Caetano da Silva, n.º 9, Félix Caetano da Silva (1784), *Memórias Históricas da Cidade de Beja*.
Fundo Vários, n.º 7, cx. 2, Mateus Dias Marinho (1759), *Notícias da Famosa Cidade de Beja*.
Fundo vários, n.º 9, cx. 2, José Gago da Silva (1745), *Notícias das Antiguidades de Beja e de sua Fundação*.

BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

Manuscritos, Série Vermelha, n.º 317, José Gago da Silva (1745), *Noticias das antiguidades da Cidade de Beja e de sua fundação*.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Cód. 656, Cristóvão Rebelo de Macedo (1625), *Diálogos que tratão da História, antiguidades, e de algumas famílias da sempre nobre, e leal cidade de Beja*, fl. 1-78. <https://arquivodigital.cm-beja.pt/ArquivoDigital/winlibimg.aspx?skey=&doc=66005&img=28514>

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

Cód. CXII/ 2-7, Baltazar Vaz Alcoforado, *Extracto, vista a planta do bispado de Beja que (...) me pareceu fazer para que S. M. exalte a uma cidade que de ser sua faz o maior timbre*. Em Pecúlio de Notícias do P. João Baptista de Castro, fl. 223, 6 fls.

Cód. CIV/ 1-41, Fr. Francisco de Oliveira. *Catálogo das obras que compuz eu, Fr. Francisco de Oliveira*.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Reservados, Cód. 885, Vasco Freire (1609), *Livro das Antiguidade da Cidade de Beja e de outros particulares dependentes della*.
Reservados, Cód. 8028, Félix Caetano da Silva (1796), *Memórias Históricas das Antiguidades da Cidade de Beja*.

BIBLIOGRAFIA

- Barrantes, Vicente (1865). *Catálogo razonado y crítico de los libros, memorias y papeles impresos y manuscritos que tratan de las provincias de Extremadura, así tocante á su historia, Religion y Geografía, como á sus antigüedades, nobleza y hombres célebres*. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra.
- Coelho, José Maria Afonso (2019). 250 anos da Restauração do bispado Pacense. *Eborensia. Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora*, XXXII, 53, 253-291. Instituto Superior de Teologia.
- Machado, Diogo Barbosa (1741-1759). *Biblioteca Lusitana* (4 Vols.). Lisboa Occidental: Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- Mósca, Joaquim Filipe (2011). *Elites Urbanas e poder local em Beja no reinado de D. Filipe III (1621-1640)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta]. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2603/1/TMEPM_JoaquimMosca.pdf
- Páscoa, Marta. (2023). *A Escrita da História de Beja — Os manuscritos de Fr. Francisco de Oliveira*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pereira, Virgínia Soares. (1987-1988). Uma carta de André de Resende reconstituída, *Humanitas*. Coimbra, Vol. XXXIX-XL, 211-232. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Mapas Escritos: Traçar
uma geografia urbana
de Lisboa a partir dos
textos dos seus
visitantes estrangeiros
(meados do séc. XVIII
– início do séc. XX)

Written Maps: Tracing
an urban geography of
Lisbon through the texts
of its foreign visitors
(mid-18th century
– early 20th century)

JOÃO PAULO DA COSTA AMADO

Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

RESUMO

A partir da segunda metade do séc. XVIII, Lisboa começou a ser alvo, com alguma regularidade, da escrita de viajantes estrangeiros que a frequentaram. A variedade de obras que foram elaboradas permite ficar com uma noção dos gostos, interesses, proveniências e objetivos dos visitantes. Tomando como ponto de partida as descrições dos espaços que eles frequentaram, proponho avaliar até que ponto se torna viável uma interpretação geográfica da escrita: através dos textos elaborados por estrangeiros, será possível elaborar “mapas escritos” de Lisboa? Deslocando o nosso ponto de vista, colocando-nos no lugar do “outro”, qual é a cidade que surge desses livros?

PALAVRAS - CHAVE

Lisboa; História Urbana; Geografia Urbana; Estrangeiros; Escrita de Viagens.

ABSTRACT

From the mid-18th century, Lisbon started to appear regularly in the writings of its foreign visitors. Looking at the variety of the existing works, we are able to understand their origins, tastes, interests and objectives. By having as a starting point, the spatial descriptions left by the visitors, I propose to evaluate the possibility of a geographic interpretation of the written content. Is it possible to create “written maps” of Lisbon from their texts? Also, if we look through the eyes of others, what kind of city comes out of these books?

KEYWORDS

Lisbon; Urban History; Urban Geography; Foreign Visitors; Travel Writing.

Introdução

“A literatura é, por conseguinte, o espaço onde, por excelência, se enuncia o encontro com o outro, contribuindo para criar todo um imaginário a seu respeito.” (Cabete, 2010, p. 101).

Observações factuais, comparações, comentários satíricos e considerações moralizadoras, constituem exemplos do que se pode encontrar nos textos escritos pelos visitantes estrangeiros, depois de visitarem Lisboa. Cada um desses textos abre uma janela para um confronto entre realidades, moldado pela personalidade, formação, ofício, intenções, experiência de vida e género de cada visitante. Interesse, circunstâncias e necessidades misturaram-se como justificações básicas para uma visita: porque se quis visitar Lisboa, porque foi um porto de passagem numa viagem mais vasta, ou porque foi necessário estar lá durante um período de tempo mais ou menos longo.

Visitar um país desconhecido, ou pouco desconhecido e passar ao papel as impressões da viagem, tornou-se numa moda durante o século XVIII. Para os filhos de famílias de estratos sociais elevados em Inglaterra, fazer uma viagem por vários países passou a integrar a sua educação. O âmbito destas viagens foi mudando com o tempo, embora acabasse por assumir um formato algo estilizado, o

denominado *Grand Tour*, que levava o viajante a vários países europeus, tendo a cidade de Roma como destino primário, e com uma duração média entre dois e três anos.¹ Muito embora Portugal não fizesse parte dos percursos comuns deste formato de viagem (Paulino, 2013), a verdade é que não deixou de ser visitado, como parte de um *Grand Tour*, quando incluía o sul da Europa.

Apesar de existirem, desde o século XVI, textos escritos por estrangeiros referentes às suas visitas a Lisboa, só no século XVIII é que surgiu um fator primário de atração: o terramoto de 1755. Nas primeiras décadas do século XIX, as invasões francesas propiciaram novos visitantes, tendência que se prolongou durante o período da guerra civil. Até ao final do século XIX e início do século XX as justificações para as visitas variaram — alguma curiosidade sim, mas também “[...] motivações de ordem militar, diplomática, política, evangélica e de saúde, entre outras.” (Paulino, 2013, pp. 25-26). Tal como foram vários os tipos de visitantes que escreveram sobre Lisboa: diplomatas, militares e civis, personalidades conhecidas, homens e mulheres. O que deixaram escrito ao longo dos séculos, que nem sempre foi lisonjeiro para a cidade, deixou marca para tempos futuros, quer para os locais, quer para outros estrangeiros que as tomavam como referência. O que Byron escreveu sobre Lisboa² constitui um exemplo perfeito de caracterização duradoura:

“Em 1832 achava-se Lisboa como em 1809, quando o *éstro* do Lord Byron, sempre mordaz, a pintou qual habitação de escravos sujos. Ainda bem que viveu tempo suficiente para desdizer-se *ácerca* da escravidão. Quanto á limpeza, Lisboa não chegou ainda á perfeição; com tudo faz muita diferença do que era nas épocas indicadas. O seu estado salubre tem melhorado consideravelmente por esse motivo.” (*Synopse dos Principais Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa em 1839*, p. 39).

1 “A Grand Tour is not a Grand Tour unless it includes the following; first a young British male patrician (that is, a member of the aristocracy or the gentry); second, a tutor who accompanies his charge throughout the journey; third, a fixed itinerary that makes Rome its principal destination; fourth, a lengthy period of absence, averaging two or three years.” (Bruce Redford, *Venice and the Grand Tour apud Sweet, Verhoeven e Goldsmith*, 2017, p. 1).

2 “[...] It has often been described without being worthy of description; for, except the view from the Tagus, which is beautiful, and some fine churches, it contains little but filthy streets and more filthy inhabitants. [...]” (Byron, 1825, pp. 87-88).

Encontrei mais cinco referências aos comentários de Byron, feitas por outros tantos viajantes, utilizadas quer para confirmar aspetos negativos que ele tinha identificado (Vane, 1842; Hadfield, 1854; Renesse, 1898), quer para dizer que a realidade já era muito diferente, para melhor (Oldknow, 1855; Macedo, 1874).

Recolhi reações de visitantes estrangeiros datadas desde 1729 até 1910. Por um lado, este foi o âmbito cronológico da minha tese de doutoramento, na qual abordei a temática das reações dos visitantes estrangeiros, sob o ponto do saneamento público urbano (Amado, 2020). Por outro lado, é um período que permite considerar uma variedade de observações resultantes de outras tantas visitas, abrangendo diferentes etapas do crescimento da cidade. Tal como o apresento, este texto constitui uma abordagem inicial a uma temática riquíssima, não contemplando ainda uma análise a fundo de todas as obras à minha disposição.³

Com a minha abordagem pretendo processar as descrições feitas pelos visitantes estrangeiros do ponto de vista da forma como descrevem a cidade: qual a noção de espaço que transmitem, quais os pontos de interesse que lhes chamaram a atenção e que eles julgaram relevantes para documentar — no fundo, retratando Lisboa de acordo com quadros conceptuais diferentes, remetendo para uma alteridade: como é que os outros olhavam para a presença física de Lisboa? Como eram feitas comparações com outras cidades? Como há sensações plasmadas na escrita, o que é que viam, cheiravam, ouviam e sentiam? Como é a Lisboa cartografada nessa escrita?

3 A lista que consultei para a minha tese contemplou 153 obras. Foi elaborada a partir de informação recolhida em Cabete (2010), Castanheira (1994), Clara (1991), Paulino (2013), Sousa (1983), Sousa (2002) e Sousa (2003). Pesquisas posteriormente efetuadas permitiram já alargar o número de obras para perto de 200.

1. A chegada a Lisboa

É possível identificar várias formas distintas de chegar a Lisboa, com maior ou menor grau de incidência ao longo do tempo. Elas são:

- A chegada por mar, vindo do Norte ao longo da costa;
- A chegada por mar, vindo do Sul ao longo da costa;
- A chegada por terra, atravessando o rio Tejo no Montijo (Aldeia Galega);
- A chegada por terra, vindo do lado de Sintra;
- A chegada por terra, vindo ao longo da costa pelo lado de Cascais e Oeiras;
- A chegada pelo rio, descendo o Tejo a partir de Santarém;
- A chegada por terra, através do comboio.

Mantenho esta lista em aberto, dada a possibilidade de localizar mais opções de chegada. No entanto, para o período em análise, a chegada por mar a partir do Norte da Europa acabou por assumir uma grande preponderância, por constituir uma das maneiras mais rápidas para ingleses e franceses chegarem ao nosso país,⁴ quando o seu destino inicial era Lisboa. Qualquer chegada por terra traduziu-se inevitavelmente em obras que relataram pormenores de trajetórias através de França, Espanha e Portugal.

É precisamente a chegada a Lisboa que documenta o primeiro embate com a cidade e que mostra as primeiras reações. E no geral essas reações são lisonjeiras, sendo elogiado o impacto visual. Por exemplo:

1809

“As seen in the far-off horizon, Lisbon looks like a city of palaces. The dazzling whiteness of the houses, which catch and reflect the sun’s rays, — the series of terraces along which they are built, rising, in the fashion of an amphitheatre, from the river’s bank, — the many spires and towers which adorn its churches — all them give an air of magnificence to the place, which prepares you to encounter, at every turn, marks, not of squalor, but of wealth.” (Gleig, 1853, pp. 27-28).

⁴ Do conjunto inicial de 153 obras que mencionei, 90 foram escritas por autores ingleses e 42 por autores franceses, representando estas nacionalidades a maior parte dos visitantes.

1815

“Le spectacle de cette ville, bâtie en amphithéâtre sur la rive droite du Tage, offre aux peintres les plus beaux sujets qu’il soit possible d’imaginer.” (Taylor, 1826, p. 194).

1842

“Imaginem-se trinta a quarenta mil casas edificadas sobre a encosta do Sul de sete risonhas colinas e que, como uma orla, bordam o Tejo, desde Belém até Xabregas, num comprimento de seis milhas inglesas; formosas praças e grandes edifícios públicos, um aqueduto igual às obras dos Romanos, o branco zimbório e torres do Coração de Jesus, o gótico mourisco Convento de Belém e o agradável Terraço de S. Pedro de Alcântara. Esta é a vista que hoje apresenta Lisboa [...]” (Lichnowsky, 1990, p. 35).

1899

“L’aspect de Lisbonne, vue du fleuve est des plus pittoresques; elle est, en effet, bâtie en amphithéâtre sur sept collines (comme la Rome antique), et ses points les plus élevés sont au moins à une centaine de mètres au-dessus du fleuve. Ses maisons semblent s’entasser les unes sur les autres, tandis que ses quais s’allongent pendant des kilomètres.” (Gallois, 1899, p. 122).

A disposição das casas em anfiteatro, a expansão da cidade ao longo do Tejo, a distribuição das casas pelas colinas,⁵ são elementos da paisagem urbana cuja constatação se repete ano após ano, visitante após visitante. No entanto, há que notar que o elogio visual só se tornou comum a partir do início do séc. XIX. Os registos de viagem da segunda metade do séc. XVIII não deixam de referir os efeitos do terramoto sobre a cidade, estabelecendo de forma progressiva contrapontos entre edifícios que resistiram (mais antigos) e os novos que se começaram a construir.

5 A comparação com Roma é comum, dada a definição clássica das 7 colinas de Lisboa. Isso não impediu que certos visitantes optassem por referir apenas pequenas colinas (Balbi, 1822; Sherer, 1827), ou então simplificarem a quantidade com base no que os seus olhos viam, contando apenas três (Link, 1801).

Durante parte do período que esta análise cobre, a uma avaliação positiva da chegada contrapunha-se rapidamente a constatação de outra realidade urbana, o mau saneamento geral da cidade, que deu azo a uma variedade de comentários menos lisonjeiros:

1809

“To look at Lisbon from the Tagus, there are few cities in the universe that can promise so much, and none, I hope, that can keep it so badly.” (Kinkaid, 1830, p. 5).

1811

“But I must here inform you, that Lisbon visited, and Lisbon viewed at a distance, are not the same. The latter is as superior to the former as the rays of the sun are to the glimmering of a farthing rush-light. — The latter vies in splendour with the finest city in Europe, while the former falls beneath the rank of the very lowest.” (Hope, 1819, p. 2).

1817

“[...] I have spoken of the view from the river as magnificent, but, I believe, the true epithet would have been imposing; for it is mere deceit and delusion: the prestige vanishes at once on landing; and the gay and glittering city proves to be a painted sepulchre. Filth and beastliness assault you at every turn, — in their most loathsome and disgusting shapes. In yielding to first impressions, one is generally led to exaggerate; but the abominations of Lisbon are incapable of exaggeration.” (Matthews, 1820, pp. 10-11).

1840-1841

“[...] After a visit to the consular office, we took a walk along the town to our minister’s; and found that it is much to the advantage of Lisbon to be viewed from the river only, whence it looks gay and beautiful: the interior is a mass of dirt, and most miserable decrepit looking houses, many painted in tawdry colours. Not one handsome building appeared in all our course; everything looked the picture of ruin and desolation.” (Grosvenor, 1842, p. 11).

A progressiva melhoria das condições sanitárias da cidade ao longo do séc. XIX teve, como é óbvio, reflexo na apreciação dos visitantes:

1869

“[...] we simultaneously exclaimed that we knew no foreign town which had such a general air of cleanliness, and we were agreeably surprised to find how remarkably bright and fresh and sweet the whole city appeared to be [...] no town of Southern Lands, not even Turin, which in some respects it resembles, presents a cleaner, fairer appearance than the much-maligned city of Lisbon.”
(Smith, 1870, p. 19).

Nas décadas finais do séc. XIX e início do séc. XX, a preponderância das chegadas por comboio vindo do Norte, reduziu a possibilidade de os viajantes receberem um impacto inicial forte de uma cidade vista do rio.

2. A estrutura geral da cidade

Os múltiplos textos que os visitantes estrangeiros deixaram escritos, constituem descrições não-estruturadas de Lisboa. Mesmo quando há um maior detalhe na forma como escrevem, ou quando optam por uma cuidadosa arrumação cronológica na forma como documentam a sua estadia, com indicação acessória dos percursos efetuados, a verdade é que nunca é possível uma caracterização exaustiva da cidade. É preciso conhecer o território para poder integrar nele as referências que estes múltiplos visitantes nos deixaram. Este exercício, deslocado no tempo, coloca perante nós a possibilidade de olhar com outros olhos para realidades que já conhecemos muito bem.

A maneira como Lisboa se estende ao longo das margens do Tejo constituiu desde cedo um fator que chamou a atenção. Uma simples frase do último quarto do séc. XVIII descreve uma característica física da cidade que se mantém até hoje:

1779

“If we reckon from the villages of Pedrouços and Belem upon the shore below the city, to which they are now entirely joined by a series of buildings, Lisbon reaches along the beach up towards Marvila, from six to seven English miles,

with a great variety of breadths and distances inwards to the country upon the high grounds [...].” (Costigan, 1787, pp. 25-26).

É a continuidade da cidade, como se de uma fita única de prédios se tratasse, embora na época fosse necessário falar em núcleos populacionais diferentes. Ao mesmo tempo, as colinas mostram um conjunto de edifícios que se alteiam uns sobre os outros:

1810

“A very curious effect arises from the unequal nature of the ground, whence the various streets, &c. (whether dilapidated or in good plight,) towering one above another, induce the stranger to suppose that the houses are innumerable stories in height; [...].” (Anónimo, 1827, pp. 125-126).

Assim, a escrita revela-nos que Lisboa é uma cidade que se espraia à beira do rio e que se eleva em alturas íngremes. Mas se estas colinas são destacadas quer pela positiva (com as alturas da Estrela e da Lapa a serem gabadas pela pureza do ar), quer pela negativa (porque nalgumas delas persistiu a estrutura urbana pré-terramoto, com todos os seus inconvenientes), a parte mais central da cidade, a que foi reconstruída após 1755, assumiu desde cedo um lugar de destaque nas descrições dos viajantes. A grelha geométrica das ruas da Baixa Pombalina constituía um elemento urbano de fácil descrição, a qual rapidamente dava a conhecer a parte mais central da cidade:

1811

“The streets, in that part of the city where the great earthquake had been most destructive, are long straight, and very regular; and occupy a level surface between two of the hills, already mentioned, in Lisboa: five of these streets are parallel to each other, and extend in a perpendicular direction from the square called Praça do Commercio, on the side of the river, to the square called Praça do Rocio. These are crossed at right-angles by six other straight streets, also parallel to each other, and they are called travesas, or cross-street. The houses of this new part of the city are, uniformly, three or four stories high [...].” (Landmann, 1818, p. 22).

Em resumo — Lisboa desde cedo foi descrita como uma cidade estendida à beira do rio, distribuindo-se por várias colinas, responsáveis pelos múltiplos declives das suas ruas, com uma parte central ordeiramente construída e muitas outras zonas de construção irregular e higiene duvidosa.

3. Os principais pontos de interesse de Lisboa

De forma praticamente unânime, todos os viajantes que escreveram sobre Lisboa acabaram por incluir nos seus textos referências a um conjunto do que hoje chamaríamos “pontos de interesse”. Na cidade surgem assim vários locais, ou edifícios, cuja visita e referenciação parecem assumir o ar de uma formalidade que qualquer visitante deve cumprir:

— Os edifícios religiosos, igrejas, mosteiros e conventos, abundantes em Lisboa, de uma forma por vezes considerada avassaladora (Costigan, 1787); dependendo da época, o Mosteiro dos Jerónimos, a Igreja de São Roque e a Basílica da Estrela eram incontornáveis, com muitas outras a serem igualmente referidas;

— Os palácios reais — a “Real Barraca”, o Palácio de Belém, o Palácio das Necessidades e o Palácio da Ajuda, mais uma vez em função da época da visita e também da qualidade do visitante (se em missão diplomática, os contactos com a corte eram regulares);

— Uma variedade de edifícios na cidade, poucos dos quais ainda usados na sua função original (caso do Teatro São Carlos), assumindo a maior parte deles hoje uma identidade claramente “monumental” (caso existam ainda), mas que na época das visitas ainda estariam a cumprir a sua vida útil; entre estes edifícios contam-se a Torre de Belém, o Aqueduto das Águas Livres e o Passeio Público;

— Locais específicos da cidade, ou ruas identificadas pelo nome e descritas com maior ou menor grau de detalhe; entre estas contam-se sobretudo as que compõem a grelha ortogonal da Baixa, como a Rua Augusta, a Rua do Ouro e a Rua da Prata, bem como as duas praças que elas interligam, Rossio e Praça do Comércio; outras zonas podiam ser mencionadas de forma mais genérica, mas igualmente insistente, pela constância das repetições — casos de Belém e da “colina de Buenos Aires” (Lapa/Estrela).

A planta seguinte dá conta da distribuição destes espaços pela cidade. Não estão assinalados todos os que foram referenciados ao longo de décadas, apenas os que, pela repetição de menções, se tornaram nos locais mais visitados de Lisboa.

PRINCIPAIS PONTOS DE INTERESSE VISITADOS POR ESTRANGEIROS EM LISBOA

(desde a segunda metade
do séc. XVIII até ao
início do séc. XX)

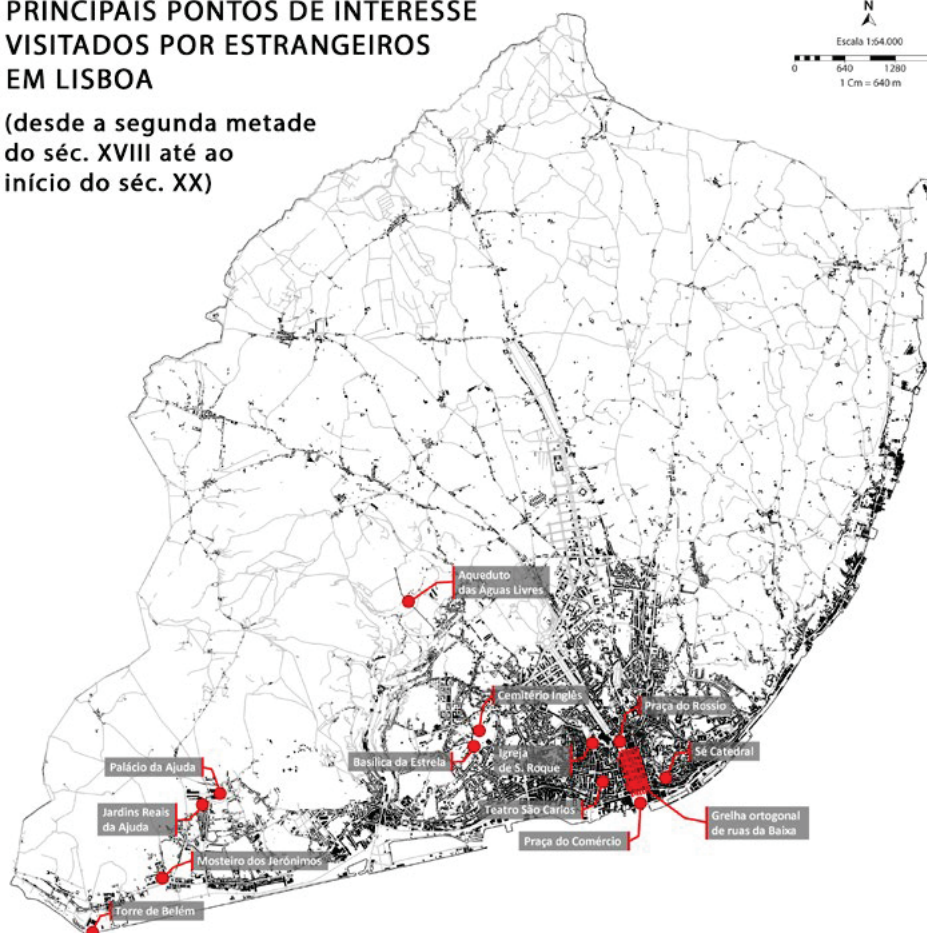
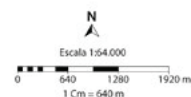


FIGURA 1

Principais pontos de interesse para visitar em Lisboa, de acordo com os textos dos viajantes estrangeiros, entre a segunda metade do séc. XVIII e o início do séc. XX

Fonte: João Paulo da Costa Amado, 2024.

4. A escrita de viagem como guia para visitantes futuros

A constituição de um *corpus* de escrita de viagens sobre Lisboa ofereceu aos potenciais interessados em visitar a cidade um conjunto de fontes de informação, com impressões pessoais, numa época onde os guias de viagem ainda não abundavam. Muito embora houvesse sempre o risco de prestarem informação desatualizada, os textos escritos por quem já visitara um determinado local podiam servir como introdução ao sítio. Na introdução dei o exemplo da obra de Byron. Outros autores foram citados posteriormente (para esta comparação indico as datas da visita a Lisboa):

— Félix Hugues Ranque (visita e edição em 1801) citou James Murphy (visita em 1789-1790, edição em 1795);

— Moyle Sherer (visita em 1809, edição em 1827) remeteu para as obras de Marianne Baillie (visita em 1821-1822, edição em 1824) e Henry Matthews (visita em 1817, edição em 1820);

— George Landmann (visita em 1811, edição em 1818) referiu James Murphy (visita em 1789-1790, edição em 1795);

— John Milford (visita em 1813, edição em 1816) referiu Charles François Dumouriez (visita em 1766, edição inglesa em 1797);

— Charles-Victor D’Hautefort (visita em 1814, edição em 1820) referiu James Murphy (visita em 1789-1790, edição em 1795);

— Josiah Conder (visita em 1826, edição em 1830) citou Henry Matthews (visita em 1817, edição em 1820), Moyle Sherer (visita em 1809, edição em 1827), Robert Semple (visita em 1805, edição em 1807) e Marianne Baillie (visita em 1821-1822, edição em 1824);

— Dorothy Quillinan (visita em 1846, edição em 1847) referiu Robert Southey (visita em 1796, edição em 1797);

— Joseph Oldknow (visita em 1854, edição em 1855) citou William Beckford (visita em 1787, edição consultada de 1840), Robert Southey (visita em 1796, edição em 1797), Byron (visita em 1809, edição em 1825) e Henry Matthews (visita em 1817, edição em 1820);

— Hugh Owen (visita antes de 1856, edição em 1856) citou Marianne Baillie (visita em 1821-1822, edição em 1824).

Note-se o espaçamento cronológico que ocorreu nalguns casos, entre a data da escrita e a data da obra citada. No entanto, pela maneira como se estruturavam, a maior parte destas obras dificilmente poderia ser considerada como um guia turístico. Ao referirem obras tão antigas, alguns destes autores não as estavam a utilizar como guias de viagem, mas sim a fundamentar considerações culturais, ou a estabelecer comparações entre realidades antigas e novas. Aos sucessivos visitantes competia integrar o histórico de conhecimento e fazer novas descrições e considerações — ou então visitar exatamente os mesmos locais de interesse, anteriormente identificados.

Progressivamente, a segunda metade do século XIX foi assistindo ao aparecimento de guias para turistas e viajantes, que já cobriam Portugal. Um dos primeiros para o nosso país em língua inglesa por parte de um editor de referência no género, John Murray e data de 1855.⁶ Entre os restantes que foram aparecendo contaram-se os guias Bradshaw, editados em Inglaterra desde 1839, orientados inicialmente para fornecer informação horária sobre comboios. A partir de 1865 passou a haver uma edição para os viajantes em Espanha e Portugal, países ainda considerados periféricos, mas merecedores de visita (Charnock, 1865).

Convém notar que os relatos de viagem dos estrangeiros que visitaram Lisboa não se fizeram apenas com descrições do espaço. Muita da sua escrita dá conta de sensações e emoções, procurando reproduzir o que foi sentido perante uma realidade diferente. Daí encontrarmos relatos do que se cheirava pelas ruas da cidade (Baretti, 1770; Costigan, 1787; Maxwell, 1845; Milford, 1816; Baillie, 1824; Eschenauer, 1882), do que se ouvia (Graham, 1820; Anónimo, 1839; Anónimo, 1848; Renesse, 1898) ou de sensações que o estado da cidade provocava (Dumouriez, 1797; Carrère, 1797; Glasse, 1832; Dunbar, 1862). O ângulo emocional também conta e é interessante ver como já em 1834 um inglês, James Edward Alexander, definiu a essência do que podem ser “recordações de Portugal”, especificamente “[...] one

6 Entre 1828 e 1836 começaram a ser publicados os primeiros guias de viagem com edições periódicas: os guias Murray em Inglaterra e os guias Baedeker na Alemanha (Paulino, 2013). Um dos visitantes do nosso país em anos posteriores, John Mason Neale, recebeu uma encomenda do editor John Murray para escrever um guia turístico de Portugal (Castanheira, 1994), o qual teve a sua primeira edição em 1855, embora sem indicação do autor (*A Handbook for Travellers in Portugal. A complete guide for Lisbon, Cintra, Mafra, The British battle-fields, Alcobaca, Batalha, Oporto, &c.*).

of the antique-looking brass lamps on its high stand, (found in every house), and a few tiles of azulejo to place in a table; with these, associations of Portugal will immediately be awakened.” (Alexander, 1835, pp. 60-61).

5. Considerações finais

Uma das virtudes do conteúdo destas centenas de obras é o de poder ser considerado como um *corpus* documental que foi naturalmente (e de forma involuntária) elaborado em crescimento. Independentemente das relações orgânicas que possam existir entre algumas delas, a verdade é que nos apresentam um abundante conjunto de relatos circunscritos a um mesmo espaço, mas com uma franca progressão no tempo. Há elementos inerentes a estas viagens que se repetem de uma forma expectável porque, afinal, estamos a falar de visitantes estrangeiros numa terra estranha, por vezes exótica para os seus quadros pessoais de referência, o que se traduziu numa cristalização dos principais pontos de interesse da cidade. Sabendo o que já existe para ser visto num determinado local, perpetua a sua natureza de constituírem um ponto de interesse. Ao mesmo tempo, o facto de haver uma repetição — de visitas, de comentários, de comparações — ao longo de décadas, permite assistir à evolução das perceções de quem visitou e à adaptação pela qual passaram os visitados.

Sem dúvida que cada visitante elaborou um ou mais “mapas” da Lisboa que visitou.⁷ Ao escreverem podem ter criado o seu próprio mapa da cidade, altamente personalizado e subjetivo, influenciado pela sua origem, conhecimentos e vontades. Essa é, na verdade, a natureza dos mapas escritos que proponho no título.

A partir da década de 1820, publicaram-se plantas de Lisboa com mais regularidade, com o intuito de divulgar a cidade com um pendor que hoje diríamos “turístico”. Uma planta datada de 1826 (Fontes, 1826) traz uma legenda a identificar zonas da cidade e edifícios específicos, destacando a amarelo locais considerados de interesse. Outra planta datada de 1833 (Clarke, 1833) deu corpo a uma

7 Uso a palavra entre aspas por não me referir especificamente a um objeto cartográfico físico.

mancha cartográfica que foi aproveitada múltiplas vezes, ao longo de vários anos (por exemplo, Clarke, 1844) e em diferentes línguas.⁸ A partir da década de 1850, Lisboa passou a integrar guias turísticos “formais” de referência — os guias Bradshaw — passando assim a fazer parte da lista das cidades visitáveis de uma forma idêntica à de outras capitais europeias. No entanto, a disponibilidade de plantas geográficas de um espaço nunca retirou importância à explicação do mesmo. É curioso ver como a abordagem descritiva ao espaço urbano de Lisboa que se encontra no *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve...* de Adriano Balbi (1822), obra sem qualquer recurso cartográfico, não difere da que é utilizada no *Guia de Portugal — Lisboa e Arredores* de Raúl Proença (1924), esta sim com múltiplas plantas, mapas e fotografias. O poder da palavra na recriação do espaço não pode ser ignorado, nem menosprezado.

O conjunto fundamental de pontos de interesse visitáveis ou observáveis em Lisboa começou a ficar definido durante a segunda metade do séc. XVIII. Uma boa parte dos que estes livros identificam, mantém-se até hoje:

- Mosteiro dos Jerónimos;
- Aqueduto das Águas Livres;
- Torre de Belém;
- Sé Catedral;
- Palácio da Ajuda;
- Igreja de São Roque;
- Basílica da Estrela...

Lisboa ganhou mais pontos de interesse desde essa altura. Simplesmente, estes continuam a ser pontos fulcrais da paisagem turística da cidade por causa do seu valor intrínseco, que lhes foi reconhecido desde muito cedo.

Recorrer a qualquer tipo de texto escrito por “outros”, como solução para ficar a conhecer uma determinada realidade, facilmente pode levar a caracterizações extremas: tudo pode ser descrito como mau porque o quadro de referências de quem escreveu assim o determina, ou então podem ser apresentadas visões parciais (Boyer, 1999) ou desatualizadas. Nada ultrapassa o “ir lá”, o viajar — mas, ironicamente,

8 A mesma mancha cartográfica foi reproduzida em vários locais e por vários editores, sem alterações visíveis. Por exemplo, a versão de 1844 foi editada em alemão e em inglês.

tanto melhor se antes de o fazer for possível ler alguma coisa escrita por quem já lá tiver estado. A indisponibilidade de plantas e mapas, mais do que uma vez referenciada (Baretti, 1770; Twiss, 1775; Fisher, 1811) tinha simplesmente de ser colmatada pela descrição do que se via e pelo relato das experiências vividas, algo cujos resultados foram imensamente variáveis ao longo do tempo, mas que nos deixaram um conjunto valiosíssimo de representações do espaço através do texto.

O processamento continuado dos escritos destes autores deixa em aberto mais possibilidades de caracterizar a cidade, tais como a identificação de percursos-tipo no espaço urbano, ou a mudança de percepções dos visitantes ao longo do tempo, quando confrontados com uma cidade ela própria em evolução. Estas questões, a par inventariação detalhada dos espaços visitados, serão alvo de trabalhos futuros.

FONTES

- A Handbook for Travellers in Portugal. A complete guide for Lisbon, Cintra, Mafra, The British battle-fields, Alcobça, Batalha, Oporto, &c.* (1855). London: John Murray.
- A summer in Andalucia*, Vol I. (1839). London: Richard Bentley.
- Alexander, J.E. (1835). *Sketches in Portugal during the Civil War of 1834*. London: James Cochran and Co.
- Baillie, M. (1824). *Lisbon in the years 1821, 1822 and 1823*. London: John Murray.
- Balbi, A. (1822). *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux arts parmi les Portugais des deux hémisphères*. Paris: Rey et Gravier.
- Baretti, J. (1770). *A Journey from London to Genoa through England, Portugal, Spain and France*, Vol I. London: T. Davies.
- Beckford, W. (1840). *Italy, Spain, and Portugal, with an excursion to the Monasteries of Alcobça and Batalha*. London: Richard Bentley.
- Byron, G. G. (1825). *Correspondence With a Friend, Including His Letters to His Mother, Written From Portugal, Spain, Greece and the Shores of the Mediterranean, in 1809, 1810 and 1811*. Paris: A and W Galignani.
- Câmara Municipal de Lisboa (1838-1853). *Synopse dos principaes actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa durante a sua gerencia em [1834-1852]*. Lisboa: Imprensa de Candido Antonio da Silva Carvalho / Typographia Lisbonense / Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis / Imprensa Nacional.
- Carrère, J.-B.-F. (1797). *Tableau de Lisbonne, en 1796 ; suivi de Lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume*. Paris: H.J. Jansen.
- Charnock, R. S. (1865). *Bradshaw's illustrated hand-book to Spain and Portugal: a complete guide for travellers in the peninsula, with maps, town plans, and steel illustrations*. London: W. J. Adams.
- Clarke, W. B. (1833). *Lisbon* [mapa]. (ca. 1:14000). Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/30663>
- Clarke, W. B. (1844). *Lissabon* [mapa]. (ca. 1:15000). Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/30665>
- Conder, J. (1830). *The Modern Traveller. A description, geographical, historical and topographical, of the various countries of the globe. Volume the nineteenth — Spain and Portugal*, Vol. II. London: James Duncan.
- Costigan, A. W. (Pseud.) (1787). *Sketches of Society and Manners in Portugal: in a series of letters*. Londres: T. Vernor.
- D'Hautefort, C. V. (1820). *Coup-d'oeil sur Lisbonne et Madrid en 1814*. Paris: Delaunay.
- Dumouriez, C. F. (1797). *An account of Portugal as it appeared in 1766 to Dumouriez; since a celebrated general in the French Army*. Londres: C. Law.
- Dunbar, S. (1862). *A family tour round the coasts of Spain and Portugal during the Winter of 1860— 1861*. Edinburgh and London: W. Blackwood and sons.
- Eschenauer, A. (1882). *L'Espagne, impressions et souvenirs, 1880 et 1881*. Paris: Paul Ollendorf.
- Fisher, R. B. (1811). *A sketch of the city of Lisbon, and its environs; with some observations on the manners, disposition and character of the portuguese nation*. London: J. Ridgway.
- Fontes, C. (1826). *Planta da cidade de Lisboa em 1826* [mapa]. (ca. 1:12000). Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/30667>
- Gallois, E. (1899). *Excursion dans la péninsule ibérique: Espagne & Portugal*. Paris: Société d'éditions scientifiques et littéraires.
- Gibbon, E. (1814). *Miscellaneous works of E. G. ... With memoirs of his life and writings; composed by himself; illustrated from his letters, with occasional notes and narrative by John [Holroyd] Lord Sheffield*. London: John Murray.
- Glasse, F. (1832). *Ned Clinton, or the Commissary. Comprising Adventures and Events During the Peninsular War*, Vol. I. London: W. Marsh.
- Gleig, G. R. (1853). *The Light Dragoon*. London: G. Routledge & Co.
- Graham, W. (1820). *Travels through Portugal and Spain during the Peninsular War*. London: Sir Richard Phillips and Co.
- Grosvenor, E. M. (1842). *Narrative of a yacht voyage in the Mediterranean during the years 1840-41*, Vol I. London: John Murray.
- Hadfield, W. (1854). *Brazil, the River Plate, and the Falkland Islands; with the Cape Horn route to Australia. Including notices of Lisbon, Madeira, the Canaries, and Cape Verds*. London: Logman, Brown, Green, and Longmans.
- Hope, J. (1819). *Letters from Portugal, Spain, and France, during the memorable campaigns of 1811, 1812, & 1813; and from Belgium and France, in the year 1815*. Edinburgh: Michael Anderson.
- Journal of an Officer in the King's German Legion, Comprising Account of His Campaign and Adventures in England, Ireland, Denmark, Portugal, Spain, Malta, Sicily and Italy*. (1827). London: Henry Colburn.
- Kincaid, J. (1830). *Adventures in the Rifle brigade, in the Peninsula, France, and the Netherlands, from 1809 to 1815*. London: T. and W. Boone.

- Landmann, G. (1818). *Historical, military, and picturesque observations on Portugal, illustrated by seventy-five coloured plates, including authentic plans of the sieges and battles fought in the Peninsula during the late war*. London: T. Cadell and W. Davies.
- Lichnowski, F. (Príncipe) (1990). *Portugal — Recordações do ano de 1842*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Link, H. F. (1801). *Travels in Portugal and through France and Spain: with a dissertation on the literature of Portugal, and the spanish and portuguese languages*. Londres: T.N. Longman and O. Rees.
- Macedo, J. A. (1874). *A guide to Lisbon and its environs including Cintra and Mafra with a large plan of Lisbon*. London: Simpkin, Marshal & C.^o.
- Matthews, H. (1820). *The diary of an invalid: being the journal of a tour in pursuit of health in Portugal, Italy, Switzerland, and France, in the years 1817, 1818, and 1819*. London: John Murray.
- Maxwell, W. H. (Ed.) (1845). *Peninsular sketches; by actors on the scene*. London: Henry Colburn.
- Milford, J. (1816). *Peninsular sketches, during a recent tour*. London: Thomas Davison.
- Murphy, J. (1795). *A general view of the state of Portugal; containing a topographical description thereof. In which are included, an account of the physical and moral state of the kingdom; together with observations on the animal, vegetable and mineral productions of its colonies*. London: T. Cadell Jun. and W. Davies.
- Oldknow, J. (1855). *A Month in Portugal*. London: Longman & Co.
- Owen, H. (1856). *Here and there in Portugal: notes of the present and the past*. London: Bell & Daldy.
- Proença, R. (Ed.) (1924). *Guia de Portugal — 1º Volume — Generalidades — Lisboa e Arredores*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Quillinan, D. W. (1847). *Journal of a Few Months Residence in Portugal and Glimpses of the South of Spain*, Vol. II. London: Edward Moxon.
- Ranque, F. H. (1801). *Lettres sur le Portugal, écrites à l'occasion de la guerre actuelle, par un français établi à Lisbonne, avec des observations sur le voyage du Duc du Chatelet, et des détails sur les finances de ce Royaume*. Paris: Desenne.
- Renesse, C. (1898). *Deux mois en yacht : voyage aux côtes de l'Espagne, du Portugal et du Maroc*. Nice: Imprimerie des Alpes-Maritimes.
- Semple, R. (1807). *Observations on a journey through Spain and Italy to Naples; and thence to Smyrna and Constantinople: comprising a description of the principal places in the route, and remarks on the present natural and political state of those countries*. Vol. I. London: C. and R. Baldwin.
- Sherer, M. (1827). *Recollections of the Peninsula*. London: Longman, Rees, Orme, Brown, and Green.
- Smith, A. C. (1870). *Narrative of a spring tour in Portugal*. London: Longmans, Green, and Co.
- Southey, R. (1797). *Letters written during a short residence in Spain and Portugal, by Robert Southey, with some account of spanish and portuguese poetry*. Bristol: Bulgin and Rosser.
- Taylor, J. (1826). *Voyage pittoresque en Espagne, en Portugal et sur la côte d'Afrique, de Tanger à Tétouan*. Paris: Gide fils.
- The stranger's guide in Lisbon; or an historical and descriptive view of the city of Lisbon and its environs, with notices of the chief places of interest in Estremadura*. (1848). Lisboa: A. J. P.
- Twiss, R. (1775). *Travels through Portugal and Spain, in 1772-1773*. London: G. Robinson.
- Vane, C. W. (1842). *A steam voyage to Constantinople, by the Rhine and the Danube, in 1840-41, and to Portugal, Spain, &c., in 1839*. Vol. II. London: Henry Colburn.

BIBLIOGRAFIA

- Amado, J. P. C. (2020). *O Saneamento em Lisboa entre 1852 e 1910: Espaço, Tecnologia, Vivência e Poderes* [Tese de Doutoramento não publicada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa]. <https://run.unl.pt/handle/10362/123019>
- Boyer, M. (1999). *Histoire du tourisme de masse*. Paris: PUF.
- Cabete, S. M. C. (2010). *A narrativa de viagem em Portugal no século XIX: alteridade e identidade nacional* [Tese de Doutoramento não publicada, Université Sorbonne Nouvelle — Paris III]. https://theses.hal.science/tel-00868637/file/2010PA030055_1.pdf
- Castanheira, M. Z. (1994). Portugal: uma barbárie de pitorescas paisagens (Joseph Oldknow e John Mason Neale, dois ingleses entre nós em meados do século XIX). *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, 3, 31-74. Edições Humus.
- Clara, F. (1991). Entre a literatura e a história: verdade, ficção e verosimilhança (a propósito de alguns testemunhos das relações luso-alemãs). Em Associação Luso-Alemã Para a Ciência e Cultura (Ed.), *Aspectos da História Luso-Alemã* (pp. 57-68). Associação Luso-Alemã para a Ciência e Cultura.
- Paulino, M. C. (2013). *Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850*. Porto: Edições Afrontamento.

- Sousa, M. L. M. (1983). Lisboa vista pelos estrangeiros (levantamento bibliográfico até ao fim do séc. XIX). *Revista Municipal*, XLIV, 2ª série, 5 e 6, 57-75. Câmara Municipal de Lisboa.
- Sousa, M. L. M., & Birne, T. R. (2002). Projecto Manuel Bernardes Branco, Portugal e os Estrangeiros. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, 11, 7-36. CETAPS — Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies.
- Sousa, M. L. M. (2003). Portugal e os viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Vol. 11, 9-18. Câmara Municipal de Oeiras.
- Sweet, R., Verhoeven, G., & Goldsmith, S. (Eds.). (2017). *Beyond the Grand Tour. Northern Metropolises and Early Modern Travel Behaviour*. London/New York: Routledge.

Ainda a vista de Lisboa
da Academia Nacional
de Belas Artes:
cronologia, tipologia
e o seu “seguimento”
para nascente

Still the view of Lisbon
from the National Academy
of Fine Arts: chronology,
typology, and its
continuation towards
the east

MARIA HELENA BARREIROS
Historiadora de Arte

LAURA MARTINS GUIA
Arquiteta

RESUMO

A notável vista de Lisboa do 3.º quartel do séc. XVIII pertencente à Academia Nacional de Belas Artes (ANBA), foi revelada ao público em 1929 pelo olisipógrafo Augusto Vieira da Silva num dos seus primeiros textos sobre a iconografia da cidade. A maioria das referências e estudos posteriores a propósito desta representação da frente ocidental de Lisboa voltada ao Tejo, têm confirmado a datação então sugerida por Vieira da Silva (1767-1769) e adiantado muito pouco sobre a sua autoria. Prudentemente, o olisipógrafo refere apenas a formação provável do executante: arquiteto. Todos concordam, no entanto, em que se trata de uma peça incompleta, a que falta a parte correspondente a Lisboa central e oriental. Este trabalho tem por objetivos *i*) a divulgação de novos dados sobre a obra em referência; *ii*) acentuar as especificidades metodológicas do estudo de uma peça de iconografia urbana do *Ancien Régime*; *iii*) e, *last but not the least*, propor uma hipótese de reconstituição da totalidade da vista da Academia Nacional de Belas Artes. Este exercício de reconstituição prossegue ainda as pistas abertas por Vieira da Silva há quase um século, recorrendo às ferramentas contemporâneas do desenho arquitetónico e ao diálogo com outros estudos desenvolvidos sobre representações urbanas da mesma natureza.

PALAVRAS - CHAVE

Augusto Vieira da Silva; Desenho e Técnicas de Representação; Iconografia Urbana; Lisboa 1769; Reconstituição/Restituição.

ABSTRACT

The remarkable view of Lisbon from the 3rd quarter of the 18th century at the Academia Nacional de Belas Artes (ANBA, National Academy of Fine Arts) was revealed to the public in 1929 by Augusto Vieira da Silva in one of his first texts on the city's iconography. The majority of subsequent references and studies on this representation of Lisbon's western front facing the Tagus River have confirmed the date suggested at the time by Vieira da Silva (1767-1769), but they have given very little information about its authorship. Prudently, Augusto Vieira da Silva only mentions the probable qualifications of the artist: architect. Everyone agrees, however, that it is an incomplete piece, which lacks the part corresponding to central and eastern Lisbon. The aims of this article are *i*) to divulge new data on the work in question, *ii*) to highlight the methodological specificities of studying a piece of urban iconography from the *Ancien Régime* and, *iii*) last but not the least, to propose an hypothesis for reconstructing the entire view of the National Academy of Fine Arts. This reconstruction exercise continues the path opened up by Vieira da Silva almost a century ago, using contemporary architectural drawing tools and dialoguing with other studies developed on urban representations of the same nature.

KEYWORDS

Augusto Vieira da Silva; Drawing and Representation Techniques; Urban Iconography; Lisbon 1769; Reconstruction/Restitution.

O objeto em estudo

Trata-se do desenho aguarelado de Lisboa ocidental ao longo da margem do Tejo entre Alcântara e o alto de Santa Catarina, conservado na Academia Nacional de Belas Artes (Figura 1).

O seu autor permanece desconhecido e a data de execução recai no 3.º quartel do séc. XVIII. Esta ronda o ano de 1769 como adiante se comprovará, o qual podemos assumir como a sua datação “de síntese”, considerando que uma peça desta natureza levou muitos meses, senão anos, a ser realizada.



FIGURA 1
Vista de Lisboa ocidental, Secção VI, 1769
Fonte: Anónimo. Academia Nacional de Belas Artes, nº inv. DES.139.

A representação da cidade preenche uma extensa faixa de papel com 3,6 metros de comprimento por 0,27 metros de altura, dividida em 6 secções posteriormente unidas e emolduradas. Se nela tivesse sido reproduzida a totalidade da face ribeirinha de Lisboa até ao limite oriental — que na altura incluía ainda o convento de Santos-o-Novo, ou das Comendadeiras de Santos¹ –, a peça seria constituída por 10 secções de dimensões equivalentes às existentes e mediria 6 metros de comprimento.

No panorama da iconografia de Lisboa de Época Moderna (séculos XV-XVIII), a vista da Academia de Belas Artes destaca-se pela qualidade, segurança e rigor do traço, pela verosimilhança e detalhe da representação, pelo evidente conhecimento da cidade por parte do “retratista” — decerto um arquiteto na opinião do engenheiro Augusto Vieira da Silva, autor do primeiro estudo que lhe foi consagrado.²

Maria Helena Barreiros, coautora do presente texto, debruçou-se sobre esta notabilíssima peça em trabalho anterior³ onde foram examinados temas como o

¹ É este o limite oriental considerado na *Planta Topographica da Cidade de Lisboa, comprehendo na sua extensão abeira mar da ponte d’Alcantara, até ao convento das Comendadeiras de Santos (...)*, datável de c.1780 (Silva, 1950).

² Silva, 1929.

³ Barreiros, 2019.

contributo de Vieira da Silva para o seu conhecimento, a fortuna crítica a seu respeito, a tipologia e significado da representação em confronto com imagens congéneres produzidas no âmbito europeu. A este respeito, é nossa convicção devermos acentuar aqui, uma vez mais, a relevância da caracterização tipológica e da contextualização e leitura cultural da obra — como de todas as que interessam ao historiador de arte —, explorando caminhos abertos, entre outros autores, pela professora Lucia Nuti.⁴

De facto, o entendimento da vista de Lisboa da Academia segundo o tipo dos “perfis urbanos”, categoria filiável na iconografia urbana do Norte da Europa quinhentista — proposta por Nuti na década de 1990 —, mantém toda a sua vitalidade e validade operativa para o estudo da obra em análise.

Pretende-se, agora, *i)* apresentar novos dados a respeito da sua datação e *ii)* colocar por fim a questão da materialidade da obra e das suas condições de realização, desde logo a determinação do ponto de vista de onde foi tomada. Este aspeto foi resolvido por Laura Martins Guia, também autora deste artigo, em dissertação académica concluída em 2022. Adiante ver-se-á como.

Curiosamente, ou talvez não, os dois últimos aspetos — datação e identificação do ponto de vista — confirmam hipóteses lançadas por Augusto Vieira da Silva em 1929.

A torre da “Patriarcal Queimada”

Ardeu por duas vezes a Igreja Patriarcal, erigida em 1757, no local onde hoje fica a praça do Príncipe Real, em Lisboa, nessa época conhecida como “a Cotovia”. A Patriarcal da Cotovia constituiu a alternativa ao faustoso templo joanino erigido junto ao Paço da Ribeira, destruído pelo terramoto de 1755.

Ambos os incêndios ocorreram em 1769. O primeiro, a 10 de maio, consumiu totalmente a igreja construída em madeira sobre o embasamento do palácio inacabado do conde de Tarouca.⁵ O segundo, deu-se a 25 de agosto do mesmo ano e destruiu o cadafalso torreado, em modo de campanário, colocado no lado nascente da igreja, próximo da cabeceira. Esta estrutura de madeira invulgarmente

4 Nuti, 1994.

5 Ver adiante, nota 10.

baixa, assente em plataforma pétrea, suportava então 6 sinos resgatados, a seguir ao terramoto, dos escombros da Torre da Patriarcal do paço.

A secção VI da vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas Artes documenta o breve período entre maio e agosto do ano de 1769 em que a Patriarcal já não existia, mas permanecia ainda o seu campanário-cadafalso cujo remate figura na vista.

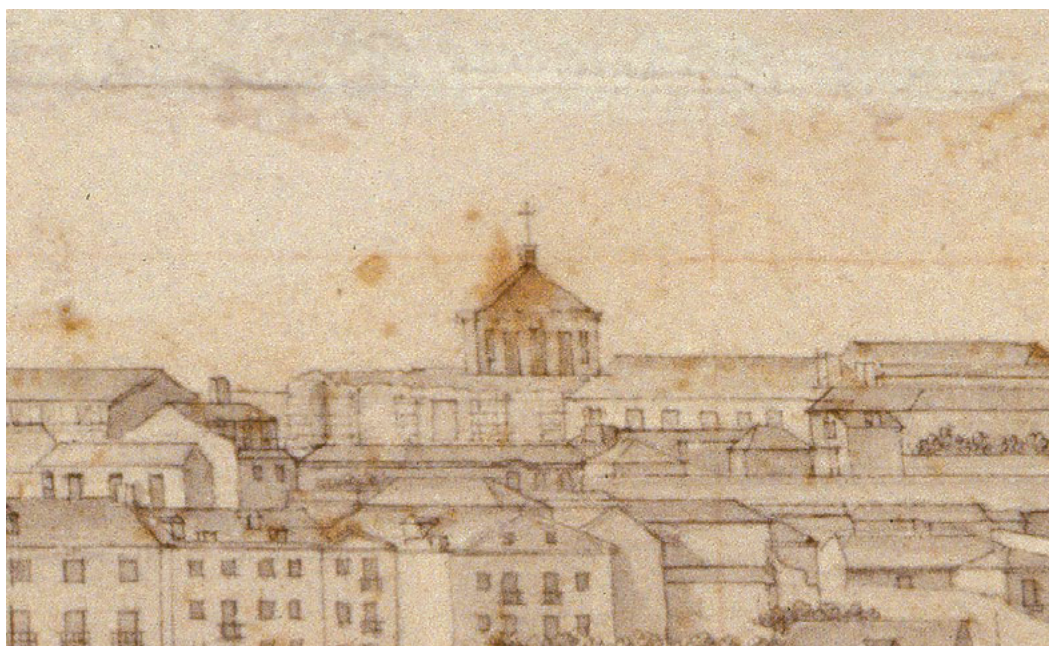


FIGURA 2
Vista de Lisboa ocidental, Secção VI (pormenor), 1769:
detalhe do campanário da Igreja Patriarcal à Cotovia
(hoje, Praça do Príncipe Real, 1757-69)
Fonte: Anónimo. Academia Nacional de Belas Artes,
n.º inv. DES.139.

Este dispositivo arquitetónico de coroamento parece de facto assentar diretamente sobre uma superfície algo irregular constituída por blocos de “cantaria refendida”, referida por Vieira da Silva como “o envasamento da fachada da Patriarcal”.⁶ O olisipógrafo adianta que este elemento foi representado em “dois quadros que ainda se conservam” testemunhando o sinistro, ponto em que remete para

⁶ Silva, 1983 [1929], p. 184.

Matos Sequeira que os teria visto e reproduzido na sua obra *Depois do Terremoto. Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa* (1916).⁷

Ora, estes “dois quadros”, mencionados por Augusto Vieira da Silva, são dois óleos pintados por Joaquim Manuel da Rocha (1727-1786) que registam *os dois momentos do incêndio da igreja patriarcal de Lisboa* e fazem hoje parte das coleções da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.⁸ Na grade da tela que retrata a destruição do edifício propriamente dito, lê-se em letra e ortografia antigas: “Este fogo sucedeu a prima noute do dia 10 de mayo de 1769”. A segunda tela representa o incêndio da torre sineira em madeira, *armada sobre pódio à ilharga do embasamento da Patriarcal*. No verso, uma inscrição semelhante à anterior informa: “Este fogo sucedeu a meya hora depois do meyo dia de 25 de agosto de 1769”.



FIGURA 3

Incêndio no campanário da Igreja Patriarcal de Lisboa, 25 de agosto de 1769

Fonte: Joaquim Manuel da Rocha (at.). Lisboa, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva. Inv. n.º 1005.

À esquerda, embasamento e piso térreo do palácio inacabado do 4.º Conde de Tarouca, integrados na Igreja Patriarcal “Queimada” quando da sua construção em 1757.

7 Sequeira, 1967 [1916]. De facto, na edição consultada, Sequeira reproduz apenas uma das telas, a que documenta a destruição do edifício da Patriarcal pelo fogo.

8 Cf. Saldanha, 1996. O autor não reconheceu na segunda tela a torre sineira da igreja patriarcal de Lisboa, que existiu na atual praça do Príncipe Real pós-terramoto de 1755. Cf. *ibidem*, p. 110.

A veracidade do testemunho do pintor, assim como das inscrições no verso das telas, é confirmada por um tratado de arte sineira devido ao Pe. António Rodrigues Lage, mestre de cerimónias da Igreja Patriarcal e musicólogo, que nele descreve, comovido, a destruição da torre e sobretudo dos respetivos sinos a 25 de agosto de 1769.⁹

Observada desde Cacilhas entre maio e agosto desse ano, a torre sineira da Patriarcal devia realmente parecer pousar sobre o embasamento de algum edifício inacabado, ou destruído¹⁰ — exatamente como o autor da vista da Academia Nacional de Belas Artes a representa (ver Figura 2). Somos assim levados a concluir que o “retratista” de Lisboa terá registado este setor da cidade nos meses que decorreram entre o primeiro e o segundo incêndio da igreja patriarcal de Lisboa em 1769.

Difícilmente se conseguirá apurar com exatidão as datas de início e conclusão da vista de Lisboa ocidental pertencente à Academia Nacional de Belas Artes. Admitindo que o seu autor tenha desenhado o perfil da cidade de poente para nascente, reproduzindo em modo cinematográfico o seu visionamento a partir de um navio que entrasse lentamente na barra do Tejo, propomos a data da destruição da torre da segunda Patriarcal de Lisboa, ainda representada na 6ª e última secção do desenho, como referência cronológica da peça.

Recorde-se que Vieira da Silva considerou o intervalo entre 1767 e 1769 como hipótese de datação da vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas Artes com base em dois *landmarks* da paisagem de Lisboa: a capela de Nossa Senhora de Monserrate, no Jardim das Amoreiras, que exhibe uma cruz em azulejo no volume saliente sobre a rua com a data de 1767, e a torre da Patriarcal ardida na atual praça do Príncipe Real.¹¹

9 Lage, 1769, pp. 393-394.

10 O embasamento em aparelho rusticado da igreja patriarcal de Lisboa terá integrado os despojos do palácio nunca concluído de João Gomes da Silva, 4º conde de Tarouca (1671-1738), iniciado na Cotovia a partir de 1699. Cf. entre outros, Sequeira, 1967 [1916], pp. 63-77, 89-110, particularmente as pp. 105-106.

11 Silva, 1983 [1929], p. 175.

Da execução do perfil de Lisboa da Academia de Belas Artes

Augusto Vieira da Silva sugeriu em 1929 que o perfil de Lisboa ocidental conservado na Academia Nacional de Belas Artes (ver Figura 1) teria sido desenhado a partir de um ponto a 200 metros do local onde então se localizava o farol de Caci-lhas. No entanto, não descreveu o método que usou para chegar a essa conclusão.

Na dissertação *A Vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas e o seu seguimento*, apresentada ao Instituto Superior Técnico em dezembro de 2022, Laura Martins Guia, que aqui retoma esse seu trabalho, procurou justamente localizar o ponto na margem sul do Tejo de onde a vista teria sido desenhada.

Encontrado o ponto de vista escolhido pelo seu criador, que permanece desconhecido, Laura Guia pôde não só expandir largamente a legendagem já conhecida da peça, como restituir o contorno e o conteúdo do “seguimento” (Vieira da Silva) da panorâmica para leste, a partir do monte de Santa Catarina onde ela se interrompe.¹²

Condicionada pela informação disponível e pela própria evolução urbana entretanto ocorrida, a recuperação da imagem da Lisboa central e oriental que “falece” à vista da Academia Nacional de Belas Artes não procurou a impossível reconstituição do que poderia ter sido a sua continuação para leste, caso tenha de facto existido. Procurou, antes, criar um documento aberto sobre o qual pudessem ser identificados elementos urbanos existentes c.1769 que tenham subsistido até hoje e sobre os quais exista informação fidedigna que permita a sua identificação e localização.

O ponto de vista

No processo de recolha de informação relativa ao conteúdo da vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas Artes, foram exaustivamente analisados os dois

¹² Em outubro de 2023, a dissertação de mestrado de Laura Martins Guia foi distinguida com o Prémio do Colégio do Património Arquitectónico 2023 da Ordem dos Arquitectos. https://www.ordemdosarquitectos.org/noticias/Resultados_CPA_2023

únicos estudos a ela dedicados, o primeiro da autoria de Augusto Vieira da Silva, de 1929, e o segundo, publicado em 2019, de Maria Helena Barreiros.

A qualidade da representação permitiu identificar com precisão, tanto na vista como na planta da cidade, elementos do tecido urbano relevantes para o entendimento da obra¹³ e, posteriormente, para a identificação do ponto a partir do qual foi desenhada.

O método para determinar o ponto de observação para a execução da vista de Lisboa inspirou-se no procedimento adotado por Nigel Westbrook, Kenneth Rainsbury Dark e Rene Van Meeuwen em dois trabalhos dedicados à panorâmica quincentista de Istambul (Melchior Lorck, 1559), publicados respetivamente em 2010 e 2013.¹⁴ Em ambos, os autores recorreram à modelação digital do terreno e à definição daquilo a que chamaram “alinhamentos planimétricos” (*planimetric alignments*¹⁵) entre edifícios notáveis presentes no perfil de Istambul do século XVI ainda hoje existentes, os quais permitiram avaliar a correção da representação e encontrar os seus diferentes pontos de vista, na margem norte do Corno de Ouro, a partir dos quais Lorck a desenhou.

Em 2013, Westbrook e Van Meeuwen explicitaram e expandiram as hipóteses de trabalho apresentadas em 2010 de forma a ser possível avaliar a credibilidade do desenho de Lorck como fonte para o conhecimento da atual Istambul, tal como era no século XVI. É este o contexto em que é proposta a noção de “alinhamentos planimétricos” enquanto “limites espaciais através das localizações das fachadas dos edifícios”, definindo secções.¹⁶

Voltando ao perfil setecentista de Lisboa, através do traçado de linhas verticais sobre a vista que intersetem dois pontos de referência, por exemplo, um em cada uma de duas fachadas de edifícios cuja localização em planta é conhecida, é possível rebatê-las na planta da cidade de Lisboa.

A interseção de vários destes alinhamentos determinará o ponto de vista a partir do qual o desenho (ou parte dele) foi realizado.

13 A consulta das legendagens disponíveis da Vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas Artes permitiu a cartografia de cerca de 44 elementos (Silva, 1929), acrescidos de outros 11 elementos (Barreiros, 2001) na atual planta da cidade.

14 Westbrook, Dark & Meeuwen, 2010, pp. 62-87; Westbrook & Meeuwen, 2013. Agradecemos ao professor Nigel Westbrook a disponibilização deste último trabalho, numa altura em que não era ainda livremente acessível *online*.

15 Westbrook & Meeuwen, 2013, p. 72 e p. 81, nota 45.

16 *Ibidem*, p. 81, nota 45.



FIGURA 4
 Pormenor do alinhamento da junção entre a folha III e IV e do alinhamento planimétrico n° 5. Igreja da Lapa (1), Asilo da Lapa (2), Convento dos Marianos (3) e Palácio do Visconde d'Asseca (4).
 Fonte: Laura Martins Guia, 2022.



FIGURA 5
 Área abrangida pela vista dividida nas respectivas secções/folhas (I-VI), alinhamentos planimétricos a traçado e todos os elementos legendados na vista representados em planta.
 Fonte: Laura Martins Guia, 2022.



FIGURA 6
 Planta de Cacilhas. Comparação entre o raio de 200 metros e os alinhamentos traçados. Parceria dos Vapores Lisboenses (1), Gare de Embarque de Passageiros (2), posição estimada do farol de Cacilhas em 1929 (A) e posição atual do farol de Cacilhas em 2022 (B)
 Fonte: Laura Martins Guia, 2022.

Na representação de grandes cidades, o primeiro passo corresponde a “um esboço geral (...) [que] denota o desejo (...) de manter (...) a proporção e disposição das partes individuais em relação ao todo, da cidade em relação ao território” (Nutti, 1996, p.96).¹⁷ Por esta razão, os edifícios notáveis e outros elementos urbanos estruturantes são desenhados numa primeira instância e utilizados como referência para o desenho da restante cidade a fim de manter a proporção desta.

Dado o maior rigor da representação dos edifícios que constituem *landmarks* da paisagem urbana, os “alinhamentos planimétricos” que os seccionam, traçados a partir de dois pontos escolhidos nos edifícios de referência, são relevantes para descobrir a direção do olhar do “retratista” e, finalmente, o ponto a partir do qual a representação foi desenhada.

¹⁷ Nutti refere-se aqui ao *modus operandi* de Anton van den Wyngaerde, artista flamengo contemporâneo de Melchior Lorck. Entre muitas outras obras, Wyngaerde desenhou diversas cidades dos reinos ibéricos na década de 1560-70, por encomenda de Filipe II.

A figura 6 representa a localização estimada do farol de Cacilhas em 1929,¹⁸ quando Augusto Vieira da Silva redigiu o seu artigo sobre o perfil de Lisboa da Academia Nacional de Belas Artes. O autor considerou então que o retratista da cidade “se postou (...) na margem sul do Tejo, em Cacilhas, a uns 200m do sítio do farol para jusante. Este ponto fica sensivelmente normal e a meio do plano da perspectiva do panorama que ele pretendia tirar”.¹⁹ A circunferência com centro no farol — entretanto deslocado para a sua posição atual — assinala os pontos que dele distam 200 metros, permitindo determinar a localização do autor desta vista de Lisboa proposta por Augusto Vieira da Silva.

A maior parte dos alinhamentos traçados coincidiu com uma localização mais elevada, numa escarpa sobre o rio à data da execução da vista e c. 170 metros a poente do primitivo farol de Cacilhas — ou seja, dentro do raio de c. 200 metros “para jusante” do farol, conforme avançado por Augusto Vieira da Silva em 1929. Os alinhamentos, porém, não se cruzam exatamente no mesmo ponto, prolongando-se pelo limite da escarpa, o que pode indicar que o “desenhador” da vista se deslocou ao longo da escarpa para a executar.

Edifícios notáveis e a sua representação

Adicionalmente, houve a necessidade de tentar entender a lógica de composição e construção do desenho da vista e a forma como, mesmo sendo uma obra de elevado rigor quando comparada com outras representações do mesmo tipo, o autor recorreu a certas liberdades de expressão para, entre outras razões possíveis, facilitar a leitura da fachada ribeirinha da cidade.

A propósito daquela que é considerada a primeira vista urbana moderna, a representação de Florença atribuída a Francesco Rosselli, obra da década de 1470 ou da seguinte,²⁰ Lucia Nuti refere a “rotação de algumas fachadas na direção do observador” e a “elevação artificial e discreta do ângulo visual” como

18 Cf. Guia (2022), p. 30.

19 Silva, 1983 [1929], p. 174.

20 Registámos várias hipóteses de datação da *Fiorenza* de Rosselli. A mais recente data a peça de c. 1485 (Török, 2021). Em todo o caso, qualquer das propostas de cronologia referenciadas circunscreve-se ao último quarto do séc. XV.

artifícios destinados a destacar os edifícios notáveis no contexto do tecido urbano da cidade (Nutti, 1994, p. 115). Como Rosselli em Florença, no perfil de Constantinopla, Melchior Lorck dispõe certos edifícios em posições convenientes para não obstruir outros de maior importância (Westbrook & Meeuwen, 2013, p.74).

O perfil de Lisboa do 3º quartel do séc. XVIII, obra muito mais tardia do que as anteriores, conotável com a filosofia iluminista que então se impunha nos circuitos culturais e políticos europeus, oferece ao observador a exata imagem da frente ribeirinha de Lisboa tal como o seu olhar a poderia captar.

Dentro desta lógica de representação que preside à execução da obra em análise, constitui exceção um edifício em particular — o Convento de São Bento da Saúde, atual Palácio de São Bento / Assembleia da República.

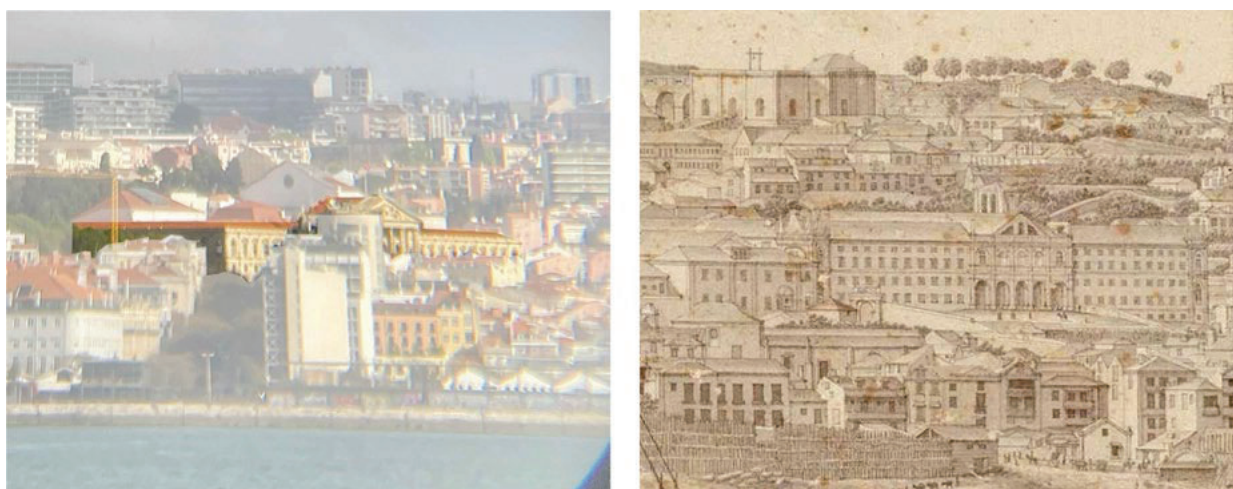


FIGURA 7

Antigo Convento de São Bento da Saúde, atual Palácio de São Bento.

Fonte: Laura Martins Guia, 2022 e *Vista panorâmica de Lisboa*, 1769, Academia Nacional de Belas Artes.

Nota: Da esquerda para a direita: fotografia do antigo Convento de São Bento da Saúde, atual Palácio de São Bento (em destaque), tirada próximo do atual Farol de Cacilhas e o Convento de São Bento da Saúde num excerto da Vista.

O Convento de São Bento da Saúde, representado na folha V da vista, exhibe o seu imponente alçado num plano quase paralelo ao “retratista”. Dada a orientação és-sudeste/sul do alçado principal do convento, este teria de ter sido desenhado a partir do Barreiro para que pudesse corresponder à forma como é representado nesta vista de Lisboa. Dito de outro modo, a fachada do antigo convento de São

Bento representada na vista foi rodada quase 60° para oeste. Não pôde por isso ser considerada aquando do traçado dos alinhamentos planimétricos.

O exercício de identificação de novos elementos urbanos neste perfil de Lisboa, considerando o ponto de vista encontrado, as legendagens anteriores e a pesquisa bibliográfica, cartográfica e iconográfica efetuada, permitiu a identificação de cerca de 35 novos elementos. Este trabalho foi facilitado pela minúcia e realismo fotográfico do “retratista” na representação do edificado, especialmente no caso dos edifícios correntes, em que aquelas características do desenho são mais invulgares.

Utilizando o método inverso, isto é, através da marcação de “alinhamentos planimétricos” que ligam o ponto de vista encontrado a edifícios cuja localização em planta é conhecida, conseguiu-se transpô-los para a Vista, identificando, com rigor, outros também presentes no mesmo alinhamento.

O “SEGUIMENTO”

A orografia da cidade

Tal como na secção respeitante a Lisboa ocidental, para a construção do desenho do “seguimento” do perfil de Lisboa da ANBA foi adotado um método misto no qual se utilizaram ferramentas do desenho rigoroso, mas recorrendo a um grau de liberdade que permitisse uma representação mais expedita e uma leitura de continuidade em relação às primeiras folhas.

Para a continuação da vista para nascente, considerou-se uma estrutura de suporte ao desenho numa extensão de 2,52 metros de comprimento composta pelas quatro folhas que Augusto Vieira da Silva estimou, corretamente, estarem em falta caso o objetivo tenha sido a representação da totalidade da cidade. O mesmo referencial foi inscrito em planta.

De forma a dispor de um ponto de partida para o desenho do “seguimento” do perfil da cidade, propôs-se um ponto único fixo e ideal, em planta, a partir do qual o autor a pudesse ter representado. Este ponto de vista encontra-se a uma altitude de 23,3 metros, sensivelmente. Aplicou-se o mesmo método anteriormente descrito, permitindo o posicionamento rigoroso de todos os elementos selecionados a incluir no esboço nascente da representação. Assim, recorrendo à lei matemática da proporção direta, foi possível desenhar o limite ribeirinho da cidade a partir do segmento da vista existente, que não é desenhado em alçado mas, sim, visto de cima.

Assumindo o limite ribeirinho como um conjunto de cotas zero ao longo do “seguimento” da peça, as cotas que se recolheram em planta por meio destes alinhamentos verticais foram traçadas na vista a partir do respetivo zero. Este método foi aplicado para o desenho da orografia da cidade, organizando a topografia em setores (A-E).

Edifícios e espaços públicos contemporâneos da vista de Lisboa de 1769

A seleção dos edifícios a figurar no “seguimento” da vista da Academia Nacional de Belas Artes teve em conta o seu estado pós-terramoto, sempre que relatado, e/ou informações relativamente a reparações e reconstruções.

No caso dos edifícios religiosos — conventos, colégios e igrejas —, a sua seleção apoiou-se principalmente nos dados cronológicos fornecidos pelo projeto LxConventos (Instituto de História da Arte, NOVA FCSH, Câmara Municipal de Lisboa) e pelo SIPA — Sistema de Informação para o Património Arquitetónicos, entre outros, que também auxiliaram transversalmente o trabalho de seleção. A escolha de palácios e casas nobres apoiou-se na consulta da obra de Helder Carita, *Bairro Alto: Tipologias e Modos Arquitetónicos* (1994).

Foi assim possível identificar e cartografar cerca de 42 elementos urbanos que existiam à data de 1769 e permanecem hoje na cidade de Lisboa.



FIGURA 8
Edifícios selecionados para o desenho do “seguimento” da vista panorâmica de Lisboa localizados em planta e numerados de 1 a 42
Fonte: Laura Martins Guia, 2022.

Nota: A cinzento estão assinalados os edifícios que não puderam ser representados.

TABELA 1

SECÇÃO VII	1	CONVENTO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
	2	PALÁCIO DOS MARQUESES DE MINAS
	3	PALÁCIO LUDOVICE
	4	CASA PROFESSA DE SÃO ROQUE
	5	PALÁCIO CUNHA E MENESES (LUMIARES)
	6	COLÉGIO DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO
	7	PALÁCIO REBELO PALHARES
	8	RUA LARGA DE SÃO ROQUE
	9	PALÁCIO DOS MARQUESES DE FICALHO
	10	PALÁCIO SOBRAL
	11	LARGO DO CALHARIZ
	12	PALÁCIO SANDOMIL
	13	RUA DO LORETO
	14	LARGO DAS DUAS IGREJAS
	15	IGREJA DAS CHAGAS
	16	RUA DO ALECRIM
SECÇÃO VIII	17	COLÉGIO DE SANTO ANTÃO-O-NOVO
	18	MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO
	19	CONVENTO DO CARMO
	20	RUA AUGUSTA
	21	RUA DAS PORTAS DE SANTA CATARINA (RUA GARRETT)
	22	CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA CIDADE
	23	CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA BOA HORA
	24	CONVENTO DO CORPO SANTO
SECÇÃO IX	25	PALÁCIO DA ROSA
	26	CASTELO DE SÃO JORGE
	27	IGREJA MATRIZ DE SÃO CRISTÓVÃO
	28	PALÁCIO DO MARQUÊS DE TANCOS
	29	COLÉGIO DE SÃO PATRÍCIO
	30	IGREJA PAROQUIAL DA MADALENA
	31	EDIFÍCIO OCIDENTAL DA FACE NORTE DO TERREIRO DO PAÇO (JUNTA DO COMÉRCIO)
	32	ALA ORIENTAL DO TERREIRO DO PAÇO
SECÇÃO X	33	PALÁCIO DOS MARQUESES DO LAVRADIO
	34	CONVENTO DE SÃO VICENTE DE FORA
	35	IGREJA DE SANTA ENGRÁCIA
	36	CONVENTO DE SANTA APOLÓNIA
	37	CONVENTO DO SANTÍSSIMO REI SALVADOR
	38	IGREJA DE SANTO ESTÊVÃO
	39	IGREJA DE SÃO MIGUEL
	40	IGREJA DE SANTA MARIA MAIOR (SÉ DE LISBOA)
	41	CASA DOS BICOS
	42	CASA DAS VARANDAS

Para o desenho das implantações dos edifícios selecionados, aplicou-se de novo o método anteriormente descrito. No que respeita ao desenho das fachadas e de modo a conseguir um desenho não-especulativo, foram considerados apenas os contornos dos volumes dos edifícios, mediante a sua posição relativamente ao ponto de vista pré-definido.

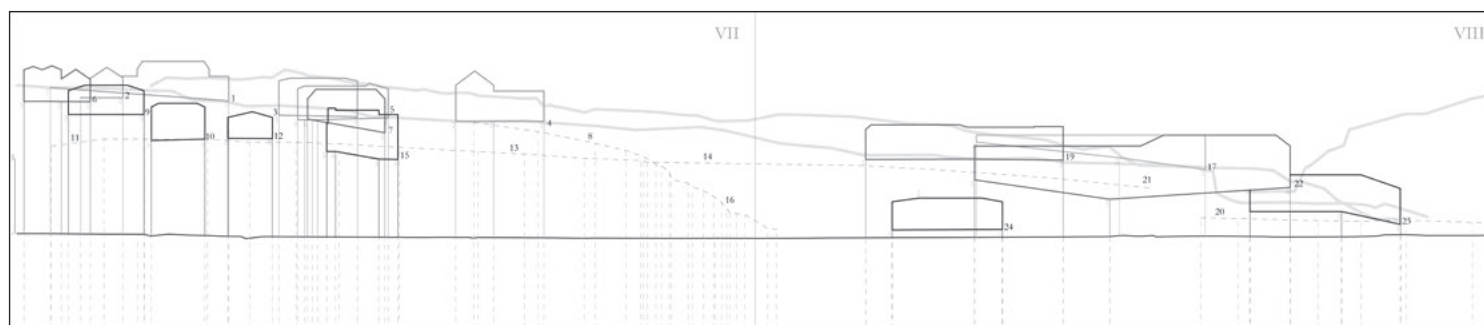


FIGURA 9
Representação dos edifícios selecionados no “seguimento” da vista para leste
Fonte: Laura Martins Guia, 2022.

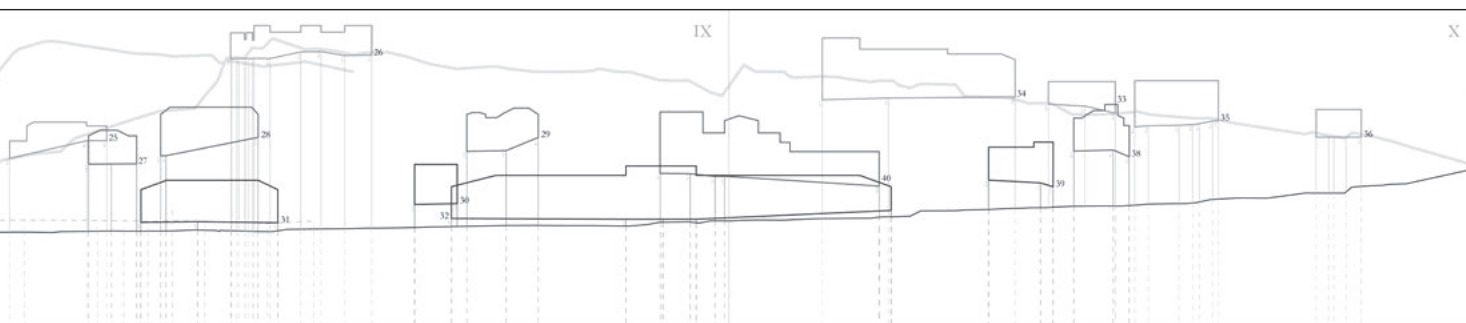
Também não foram apresentadas as implantações e pisos inferiores dos edifícios, dado que, na realidade, nunca poderiam ser observados por estarem ocultos por outros implantados a cotas mais baixas, sendo apenas evidenciado o seu volume na metade superior.

Epílogo

Temos plena consciência de que não esgotámos o tema do perfil de Lisboa de 1769, conservado na Academia Nacional de Belas Artes. Para além das questões mais imediatas da datação e autoria, a última completamente por resolver, existem recursos bibliográficos — nomeadamente, internacionais — por explorar. Um deles, entre muitíssimos outros, será certamente o estudo de Marco Iuliano sobre o perfil de Constantinopla, inserido na obra *Melchior Lorck. Catalogue raisonné*

(Fisher *et al.*, Copenhaga, 2009), a que não foi possível ter acesso em tempo útil.²¹

Deu-se de facto início ao estudo da execução da peça com a identificação segura do ponto de vista de onde foi desenhada, mas permanecem em aberto muitos outros aspetos técnicos por reconstituir e explicitar (uso de grelha de suporte ao desenho, de alidade, câmara escura...). Também nos falta a análise material do desenho. A



identificação e datação do tipo de suporte, dos pigmentos utilizados, dos restauros e repintes de que a vista foi objeto desde a sua descoberta e musealização, constituiriam outros tantos dados fundamentais para o conhecimento desta obra, durante demasiado tempo ausente da galeria de honra dos retratos de Lisboa.

21 Em tempo: refira-se ainda a exposição e respetivo catálogo Melchior Lorck. *An artist in transit*, coordenados por Hanne Kolind Poulsen e Mikael Bøgh Rasmussen, Statens Museum for Kunst / The National Museum of Denmark, Copenhagen, 9 Nov. 2023 – 3 Mar. 2024. Soubemos da sua realização já na fase de produção da presente publicação. Catálogo e exposição são objeto de recensão crítica pela associação Historians of Netherlandish Art. Cf. <https://hnanews.org/hnar/reviews/melchior-lorck-an-artist-in-transit> e <https://hnanews.org/hnar/reviews/melchior-lorck-facts-fiction-interpretation>.

BIBLIOGRAFIA

- Barreiros, M. H. (2001). *Lisboa Ocidental na Segunda Metade do Século XVIII (c.1770)*, legendagem exposta no CIUL. Lisboa: Centro de Informação Urbana de Lisboa.
- Barreiros, M. H. (2019). Retratos de Cidades: A vista de Lisboa da Academia de Belas Artes. Em H. Carita, & J. M. Garcia (Eds.), *A Imagem de Lisboa: O Tejo e as Leis Zenonianas da Vista do Mar* (pp. 87-201). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Instituto de História da Arte / NOVA FCSH.
- Carita, H. (1994). *Bairro Alto: Tipologias e Modos Arquitectónicos* (2ª ed.). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. doi:77341/94
- Fischer, E., Bencard, E. J., & Rasmussen, M. B. (2009). *Melchior Lorck. Catalogue raisonné: part one — The Turkish publication*. Copenhagen: Vandkunsten.
- Guia, L. M. (2022). *A Vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas Artes e o seu seguimento*. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa].
- Nuti, L. (1994). The Perspective Plan in the Sixteenth Century: The Invention of a Representational Language. *The Art Bulletin*, 76 (1), 105-128. College Art Association.
- Nuti, L. (1996). *Ritratti di città: Visione e memoria tra Medioevo e Settecento*. Marsilio.
- Nuti, L. (1999). Mapping Places: Chorography and Vision in the Renaissance. Em D. Cosgrove (Ed.), *Mappings* (pp. 90-108). London: Reaktion Books.
- Paula, R. T. (2018). O “som brônzeo” da morte: Poder e liturgia fúnebre a partir da torre sineira da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa (1730-69). *Revista Portuguesa de Musicologia*, 5 (1), 93-116. Associação Portuguesa de Ciências Musicais. <http://www.rpm-ns.pt>
- Saldanha, N. (1996). *Tesouro das Imagens*. Lisboa: FRESS.
- Saldanha, N. (2016). Joaquim Manuel da Rocha — A Pintura da capela-mor na igreja de S. Paulo de Salvaterra de Magos. *Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*, 3, 143-165. Câmara Municipal de Salvaterra de Magos.
- Silva, A. V. (1950). *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Silva, A. V. (1929). Uma Vista Panorâmica de Lisboa dos Fins do Século XVIII. (A. D. Dornellas, Ed.) *Elucidário Nobiliárquico*, II (X), 324-331.
- Silva, A. V. (1983) [1929]. Uma Vista Panorâmica de Lisboa dos Fins do Século XVIII. *Dispersos*, Vol. II (pp. 173-187). Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses.
- Sequeira, G. de M. (1967 [1916]) *Depois do Terramoto. Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Török, Z. G. (2021). The Florentine art of cartography: Rosselli’s ‘Fiorenza’ and early map printing in the Italian Renaissance. *Abstracts of the International Cartographic Association*, 3. International Cartographic Association. doi: <https://doi.org/10.5194/ica-abs-3-291-2021>
- Westbrook, N., & Meeuwen, R. V. (2013). Reconstructing Sixteenth-Century Istanbul: The Use of Digital Modelling as an Heuristic Tool in Architectural Research. *Architectural Theory Review* (18:1), 62-82. Routledge Taylor & Francis Group. doi:10.1080/13264826.2013.792852
- Westbrook, N., Dark, K. R., & Meeuwen, R. V. (2010). Constructing Melchior Lorichs’s Panorama of Constantinople. *Journal of The Society of Architectural Historians* 69 (1), 62-87. University of California Press. doi:1525/jсах.2010.69.1.62
- Wulzinger, K. (1932). Melchior Lorichs Ansicht von Konstantinopel als topographische Quelle (mit 1 Tafel). Em T. MENZEL (Ed.), *Festschrift Georg Jacob zum siebzigsten Geburtstag* 26. Mai 1932 gewidmet von Freunden und Schülern (pp. 355-368). Leipzig: Otto Harrassowitz.

RECURSOS ELETRÓNICOS

- LxConventos. Instituto de História da Arte /NOVA FCSH, Câmara Municipal de Lisboa (n.d.). Consultado a 14 de julho de 2022. <https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/geral.aspx>
- Ordem dos Arquitectos (2023). Ordem dos Arquitectos. Notícias. *Prémio Colégio do património Arquitectónico 2023. Anúncio de resultados*. Consultado a 26 de fevereiro de 2024 em https://www.ordemdosarquitectos.org/noticias/Resultados_CPA_2023
- SIPA — Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Consultado entre 14 de julho e 20 de outubro 2022 em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.asp
- Vandkunsten Publishers (n.d). Fischer, E., Bencard, E. J., Rasmussen, M. B., e Iuliano, M. (2009). Melchior Lorck. *The Volumes*. Consultado a 2 de março 2024 em <http://www.melchiorlorck.com/112686>
- Universidade de Koç (n.d.). Istanbul City Walks. *Essays* (n.d.). Consultado a 20 de fevereiro de 2023 em <https://istanbulcitywalls.ku.edu.tr/en/page/essays>

Olisipografia. Em torno de um conceito

Reframing the concept
of *Olisipography* (Lisbon
Studies)

TIAGO BORGES LOURENÇO

Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

RAQUEL SEIXAS

Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

RESUMO

Seguindo o exemplo histórico-literário parisiense do seu tempo, Júlio de Castilho transformou radicalmente o panorama da já longa história escrita de Lisboa com a publicação do primeiro volume da sua obra seminal, *Lisboa Antiga* (1879). A pequena, mas entusiástica geração de seguidores que depois dele se formou, rapidamente encarou os novos contributos neste campo como algo distinto das abordagens pré-castilhanas, numa relação semi-autónoma com esse passado que levou à criação de um novo termo, Olisipografia, cujo conceito nunca foi cabalmente definido.

Partindo da sua formação etimológica, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre o desenvolvimento e aplicabilidade do conceito de Olisipografia e, com isso, analisar criticamente a forma como esta tem sido encarada, compreendida e mesmo aproveitada até à atualidade.

PALAVRAS - CHAVE

Olisipografia; História; Lisboa; Conceito.

ABSTRACT

Drawing on the historical literature example set by Paris of his time, Júlio de Castilho reshaped the perspective of Lisbon's written history by publishing the first volume of his magnum opus, *Lisboa Antiga* (1879). A small but enthusiastic group of followers emerged in his wake and quickly developed a semi-autonomous relationship with the *pre-castilian* past, ultimately coining the term *Olisipography* (Lisbon Studies), whose concept never has been fully defined.

Building on its etymological roots, this study aims to examine the development and evolving applicability of the concept of *Olisipography* over the past decades. In doing so, it will critically assess how *Olisipography* has evolved and been perceived up to the present day.

KEYWORDS

Olisipography (Lisbon Studies); History; Lisbon; Concept.

“É uma palavra híbrida e feia, esta, que é usada para designar uma actividade literária bem bonita: escrever sobre Lisboa. Uma palavra que soa às vezes inquietantemente a qualquer avançada técnica médica (‘fui ao posto clínico e fizeram-me uma Olissipografia’) ou da física nuclear” (Barata, 1981, p. 7).

Em comunicação proferida em 2012 no *I Colóquio de Olisipografia*, Mário Berberan e Santos (n. 1961) apontou algumas pistas a respeito do surgimento das palavras *olisipografia* e *olisipógrafo*, antevendo a possibilidade de serem ambas criação de Luís de Pastor de Macedo (1901-1971) em 1933, no desempenho das suas funções de vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Afirmou então tratar-se de “um assunto interessante, mas que não parece ter merecido até hoje atenção” (Santos, 2012, p. 67). Efetivamente, assim tem sido. Apesar das muitas e apaixonadas discussões a respeito da origem e evolução do nome *Lisboa*, o caminho tomado por estes dois termos permanece na obscuridade. Ao longo do último século têm sido vários os autores que os têm aplicado em discursos orais e escritos, mas substancialmente menos os que procuraram compreender a sua origem e a evolução dos respetivos conceitos.

Partindo de um percurso em torno do conceito de Olisipografia e da evolução da sua aplicação desde a sua criação, procura-se compreender a forma como esta tem sido entendida ao longo do tempo.

História de um conceito

Começamos por traçar a raiz etimológica da palavra Olisipografia. A sua composição, pelas palavras latina *olisipo* e grega *grafia* (escrita), faz recuar até à urbe romana que esteve na base da cidade de Lisboa (*Felicitas Iulia Olisipo*). Reconhecendo que para o atual estudo não interessa recuperar a muitas vezes debatida (e polémica) questão sobre a origem da palavra *Olisipo* e da sua (putativa) evolução até *Lisboa*, procuremos compreender a forma como os termos *olisipo* e *olisiponense* surgiram e se vulgarizaram na língua portuguesa, a partir dos quais resultaram *olisipógrafo* e *olisipografia*.

Nos textos e na epigrafia romana encontram-se palavras constituídas a partir do radical *olisi*— (*olisipo* ou *olisiponensi(s)*) para designar a urbe e os seus habitantes, acompanhado pelo ablativo *olisipone*) (Silva, 1944 e 1949), o que já não se verifica nos primeiros séculos da nacionalidade portuguesa. O historiador Alfredo Pimenta confirma-o, afirmando taxativamente não ter encontrado nenhum destes termos (ou quaisquer outros da mesma família etimológica) nos muitos documentos medievais portugueses que consultou (Pimenta, 1948). Esta afirmação foi sustentada pelo levantamento realizado por Arlindo de Sousa (Sousa, 1948) e, mais recentemente, pela investigação desenvolvida pelos autores do presente estudo, no seu âmbito. Haviam-se passado quase mil anos e a língua evoluíra, resultando na composição de um campo lexical constituído já a partir do radical *lix*— (*ulixbona*, *ulixbonensis*...), que alguns autores entendem ser a forma corrente (não erudita) do termo.¹

Com a transição para o século XVI deu-se a definitiva recuperação dos termos arcaicos *olisip(p)o* e *olisip(p)onensis* (também na sua forma iniciada em *uly*-),

¹ No contexto do presente estudo não foi possível compreender se esta alteração também se operou fora do território ibérico.

fenómeno intrinsecamente ligado aos princípios humanistas e à retoma do latim clássico, muito por culpa da metodologia de edição crítica e de crítica de textos então empreendida que se distinguiu “da tradição medieval [...] na noção de que, quanto mais antiga a edição, mais valor tinha porque incólume de uma suposta corrupção barbarizante dos *scriptoria*” (Nascimento & Leite, 2021, p. 70). É potencialmente impossível apontar o momento exato da reintrodução destes termos,² encontrando-se em 1481 uma aproximação na *Oração de Garcia de Meneses perante o Papa Sixto VI* [“...ex maritimis lusytanie urbibus & ulixipo imprimis pestiletia laboraret”], que plenamente se concretizou três décadas depois.³ Segundo Américo da Costa Ramalho, é neste “discurso [de Garcia de Meneses que] aparece pela primeira vez [...] [os termos] Lusitanus para ‘Português’ e Lusitania para ‘Portugal’” (Ramalho, 1985, p. VII). Terá sido também nele inaugurada a aplicação de uma corruptela do termo *Olisipo* para designar a Lisboa cristã? Avançando para o reinado de D. João III, no seu *Oratis pro rostris pronuntiata in Olisiponensi Academia* (1534), André de Resende fez já um extenso uso de palavras com o radical olisi— (-po, -ponensi, -ponem), designando por *Olisipo*⁴ a Lisboa sua contemporânea e dissertando sobre a origem do seu nome. A partir da década seguinte, assistiu-se a uma rápida implantação destes termos, proliferando o uso do ablativo *Olissipone/Ulyssipone* para indicar o local de edição de significativo número de publicações. Ainda assim, e não obstante o claro predomínio do termo *olisiponensis*, ao longo dos séculos seguintes *ulixbonensis* manteve-se em uso.

O caminho tomado pela língua portuguesa revelou-se similar ao do latim. Adotado nos primórdios da cidade cristã, o termo *lixboa* (ou *lixbôa*) evoluiu definitivamente, já no século XVI, para *Lisboa* e *lisbonense*⁵ (e, posteriormente, para *lisboeta*⁶). Em contexto erudito, assistiu-se a um tímido aportuguesamento da

2 Dada a natureza do estudo e a impossibilidade de afirmar com rigor os momentos iniciais de usos de palavras, as datas e os exemplos apresentados ao longo do estudo reportam-se aos casos mais antigos que foi possível encontrar.

3 Em 1513, na *Epistola Potentissimi ac Inuictissimi Emanuelis Regis Portugaliae...*, em cujo colofon se pode ler “Dat. in Vrbe nostra Olisippone. 8.Idus Iunias. Anno Dñi. M.D.XIII”.

4 “Olisipo inquam, quae una nostro aevo Romanam gloriam et triumphos adaequavit” (Resende, 1534, s.p.).

5 Será nulo ou residual o uso de gentílico na idade medieval, sendo o uso mais corrente de *lixboa*.

6 Data de 1765 a aplicação mais antiga do termo que foi possível encontrar.

palavra latina *olissiponensis*, que refletiu um dos principais traços linguísticos da época: “os clássicos eruditos dos séculos XVI e XVII introduziram de novo palavras latinas [...] [, altura em que], os escritores começam a aportuguesar palavras latinas de uma maneira desenfreada, adoptando e adaptando tal cópia de vocábulos e até de construções frásicas tiradas do latim, que a língua tomou novo aspecto” (Fonseca, 1959, pp. 61-62). Desconhece-se quanto tempo passou até à aplicação do neologismo, mas, em 1643, D. Gregório de Almeida assinou já como *ulyssiponense* (Almeida, 1643),⁷ termo que se manteve aplicado sem particular ímpeto até ao século XX. Contrariamente ao latim, que preservou a sua forma original, ao longo dos dois séculos e meio seguintes foi maioritariamente aplicado na língua portuguesa na sua forma iniciada por u-, no que parece poder estar diretamente relacionado com o recrudescimento do mito da fundação de Lisboa por Ulisses, conforme atesta o oratoriano Raphael Bluteau (1638-1734), ao afirmar no seu *Vocabulario Portuguez e Latino* (1721) que “os que negaõ, que Ulysses seja fundador de Lisboa, escrevem Olisipo, fundados em letreiros antigos, mas não lhe sabem atinar com a origem” (Bluteau, 1721, p. 544). Bluteau foi, de resto, um dos primeiros autores a incluir num dicionário os gentílicos *olyssiponensis* (latino) e *lisbonense* (português) para definir o *natural de Lisboa*⁸ (Bluteau, 1721).

Nos séculos XVIII e XIX manteve-se reduzida a aplicação de *ulyssiponense* (e suas formas derivadas), mesmo em contextos eruditos,⁹ utilizando-se de forma muito mais restrita do que no latim e quase sempre para designar os habitantes da urbe romana ou as cátedras do bispado lisbonense. Contrariando o importante passo na difusão do termo dado por Alexandre Herculano ao aludir ao “clero olisiponense” no segundo volume da *História de Portugal* (1847), a sua aparente ausência nos quase 600 números do *Archivo Pittoresco* (1857-1868) e o facto de a primeira entrada num dicionário da língua portuguesa datar apenas supostamente

7 Admite-se que o uso deste termo possa ser significativamente anterior, estranhando-se a demora de mais de século e meio a fazer a transição do latim para o português.

8 Contrariamente ao uso da palavra olisiponense como forma erudita de gentílico lisbonense, pareceu sempre existir na língua portuguesa uma grande renitência em usar o termo Olisipo para designar a Lisboa do tempo corrente, aplicando-se maioritariamente à urbe romana.

9 Assinala-se a sua aplicação no seio das academias, nomeadamente no contexto da formação de um círculo *ulyssiponense* na Real Academia Medico-Portopolitana (1749) ou da criação da Arcadia Ulyssiponense (ou Lusitania) (1756).



FIGURA 1
Frostispício de Restauração de Portugal. Prodigiosa de D. Gregório de Almeida (1643)



FIGURA 2
Capa do Catálogo da Exposição Olissiponense (1914)

de 1881 (Saraiva, 1881)¹⁰ parecem cumprir melhor a função de barómetro à popularidade do seu uso. E, se dúvidas existirem, Júlio de Castilho (1840-1919) dissipá-las: ao longo dos 12 volumes da *Lisboa Antiga, olisiponense* é apenas usado 9 vezes e sempre nos contextos acima referidos.

Assim, a plena adoção do termo e a sua aplicação aos estudos de Lisboa coincidiram com os primeiros anos da República. Numa utilização mais corrente, *lisbonense* e *lisboeta* mantiveram-se aplicados. Porém, no domínio da História e da Literatura, a maior erudição e liberdade estilística desencadeou um processo de vulgarização de *olisiponense*, que simbolicamente permitia também vincar o processo evolutivo da história da cidade desde os tempos da Olisipo romana. Em 1914, o termo foi cunhado pela primeira vez em contexto de grande alcance, na muito elogiada e divulgada *Exposição Olisiponense*, organizada pela recém-criada secção de arqueologia lisbonense da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Num extraordinário artifício linguístico, revelador do quadro mental da época, a rápida aceitação do termo acabou por se refletir na própria nomenclatura da secção, que passou a ser oficialmente designada por secção de estudos olisiponenses em 1925.

Para um período sensivelmente anterior, acrescenta-se ainda o termo *olisiponiano*, aplicado com valor similar a *olisiponense* e vulgarizado por Júlio de Castilho ao denominar por *Colecção Olisiponiana* (ou simplesmente por *Olisiponiana*) o vasto conjunto de espécimes bibliográficos, iconográficos e cartográficos de temas lisbonenses que formou a partir de 1880. Trata-se de um termo incomum, aplicado maioritariamente entre finais do século XIX e princípios do século XX, em contextos similares ao de Castilho. No entanto, ressalva-se o facto de ter sido uma mera decisão administrativa (e de suposto purismo linguista) a impedir a sua mais ampla utilização e a condená-lo ao desaparecimento: nos meses que a antecederam, a aludida exposição de 1914 foi provisoriamente designada pelos seus organizadores por *Exposição Olisiponiana*, termo definitivamente substituído por *olisiponense*, “visto ser assim mais correctamente formada a palavra” (Pessanha, citado por Parro, 2000, p. 39).¹¹

10 Ainda com a definição de “habitante de Olisippo” (Saraiva, 1881, p. 816). Apenas em 1899 surgiu com o valor de “relativo a Lisboa” (Figueiredo, 1899, vol. II, p. 217).

11 Afirmção de D. José Pessanha na reunião da secção da arqueologia lisbonense de 28/11/1913.

Iniciados por Inácio de Vilhena Barbosa (1811-1890) e por Castilho no último terço de Oitocentos, os modernos estudos de Lisboa encontravam-se em franco desenvolvimento nos primeiros anos da República. À criação da aludida secção de arqueologia lisbonense (1912) e à crescente adoção e vínculo do termo olisiponense ao seu objeto de estudo (1914), seguiu-se a constituição de um campo lexical referente a Lisboa, aos seus estudos e aos cultores destes. Logo em 1916, começou a ser empregue *olisipógrafo*. O seu mais antigo uso encontrar-se-á no artigo *Gravura Popular Portuguesa* de Manuel Cardoso Marta, inserto no número 9 da revista *Terra Portuguesa*, no qual o autor agradece, em nota de rodapé, a partilha de um folheto ao seu “amigo o distinto olisipógrafo sr. G. Matos Sequeira” (Martha, 1916, p. 89). Voltou a surgir pouco depois, no *Relatório da gerência da Direcção* [da Associação dos Arqueólogos Portugueses] em 1916, redigido pelo seu vice-presidente Félix Alves Pereira, a propósito de uma breve menção à visita de um grupo de sócios à ermida de *Nossa Senhora dos Remédios* seguida por “um passeio pelo histórico e pitoresco bairro de Alfama, sob a direcção do Sr. Matos Sequeira, nosso erudito olisipógrafo, que assim pode chamar-se” (Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes, 1917, p. 267). Mais do que o uso da palavra, a conclusão da frase parece revestir-se de um significado especial pela forma como o seu autor parece sentir-se legitimado em aplicar a Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962) um neologismo com o valor de “o que escreve sobre Lisboa”. Aos 36 anos, era uma proeminente figura nos estudos históricos da cidade, membro fundador da aludida secção e promotor, com José de Queiroz (1856-1920), da *Exposição Olisiponense* de 1914. Nos estudos de Lisboa, fora inicialmente notado pela inclusão do seu estudo sobre a paróquia de São Mamede na segunda edição de *Lisboa Antiga: o Bairro Alto de Lisboa*, de Júlio de Castilho (1904), ao qual se seguiu a publicação de uma obra em nome próprio intitulada *A Velha Lisboa (memórias de um bairro)* na revista *O Occidente* (1906-1909) — posteriormente editada pela Academia das Ciências de Lisboa, em quatro volumes renomeados *Depois do Terremoto* (1916-1934). Com base nesta cronologia, parece admissível encontrar no lançamento deste estudo em livro o fator que desencadeou a qualificação de *olisipógrafo* a Matos Sequeira, o primeiro a merecê-lo. Ao longo da década seguinte, o termo manteve-se residualmente aplicado, passando também a estender-se a Augusto Vieira da Silva (1869-1951), seu colega de secção na Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Em 1933, e em complemento do anterior, foi cunhado o termo *Olisipografia*. Tal como Berberan e Santos apontou, terá inicialmente surgido no discurso proferido a 11 de maio desse ano por Luís Pastor de Macedo, na sua condição de vogal (vereador) da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa. Por ocasião da apresentação de uma proposta de criação de um novo pelouro dos Serviços Culturais, elencou as competências que este deveria ter, de entre as quais “formar um fundo especial de olisipografia na Biblioteca do Palácio Galveias” (*Boletim das Sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa*, 1933, p. 25). Até ao final da década, não sendo exclusivamente aplicado pelo seu criador, o termo manteve com este uma estreita ligação.

O conjunto de textos publicados nos mais de 150 números da 1ª série da revista *Olisipo*, editada pelo Grupo Amigos de Lisboa entre 1938 e 1989, pode ser tomado como caso de estudo para a compreensão da produção dos estudos de Lisboa neste período e para a forma como estas palavras foram nela sendo empreendidas. Apesar de se denotar uma cada vez mais comum aplicação a partir de 1944, foram raros os anos em que se encontram mais do que um par de vezes, número manifestamente reduzido atendendo à edição trimestral de uma revista com textos de diversos autores. O termo *olisipógrafo* continuou a ser maioritariamente aplicado a Matos Sequeira ou a Vieira da Silva, mas também a alguns dos seus mais ilustres pares [Júlio de Castilho, Gomes de Brito (1843-1923), Pinto de Carvalho (Tinop) (1858-1936), Rocha Martins (1879-1952) ou Pastor de Macedo].¹² É particularmente interessante observar que apenas em 1946, ao 33º número da revista, o termo foi finalmente aplicado a Castilho, em texto de Mário de Sampayo Ribeiro (1898-1966) (Ribeiro, 1946), no que parece revelar uma certa renitência em apelidá-lo de *olisipógrafo*, não obstante ser inequivocamente considerado o *mestre* desta geração de estudiosos. Até ao final da década de 1970, os termos continuaram a ser empreendidos de forma parcimoniosa, encontrando-se ausentes da maioria dos volumes. Porém, na edição conjunta dos números 142 e 143 (1979-1980) foram subitamente aplicados mais de duas dezenas de vezes, tendência que

12 Pinto de Carvalho (Tinop) e Rocha Martins são-no referido pela primeira vez em 1944 (número 27, respetivamente em textos de Pastor de Macedo e Norberto de Araújo); a referência a Pastor de Macedo é feita pela primeira vez em 1945 (número 32, em texto de Vieira da Silva) e a Gomes de Brito em 1946 (número 35, em texto de Pastor de Macedo e Mário Sampayo Ribeiro).

se manterá daí em diante. Paradoxalmente, é num momento de declarado declínio da Olisipografia que mais se difundiram, facto secundado e confirmado pelo seu pleno surgimento nos principais dicionários, ainda que estranhamente retornando, com algum ímpeto, ao dígrafo SS, forma escrita que desde cedo havia sido considerada a menos correta.

Reflexão sobre o seu uso e significado

Observando a forma como os termos têm sido empreendidos ao longo das décadas, constata-se que olisiponense parece ser o de aplicabilidade mais linear e genericamente imutável. No entanto, se o emprego da palavra em temas e objetos remete para “relativo a Lisboa”¹³ (*exposição olisiponense, cerâmica olisiponense...*), a questão ganha inesperada complexidade no caso de *escritor olisiponense*, durante largo tempo aplicado com um inopinado valor de “o que escreve sobre Lisboa” (sinónimo, portanto, do uso lato de olisipógrafo) e não de “escritor natural de Lisboa”, como seria expectável.¹⁴

Nos seus primórdios, o termo olisipógrafo era de tal modo indissociável de Gustavo de Matos Sequeira que a sua aplicação parece ter partido do particular para o geral, como se o seu trabalho constituísse o corpo do conceito. Talvez por isso, este neologismo revelou alguma dificuldade em se impor, aplicando-se durante cerca de duas décadas em exclusivo a si e a Augusto Vieira da Silva, o único escritor vivo que parecia então poder ombrear consigo nos estudos históricos da capital. Ainda que o tempo e os seus discípulos tivessem atribuído a Castilho a paternidade da Olisipografia, até à década de 1940 foi sobretudo entendido e

13 Excluindo-se naturalmente os casos em que o seu valor é o de *relativo à urbe romana*.

14 De entre os muitos exemplos encontrados, destacamos o do contrato da aquisição das obras literárias *A Cerca Moura de Lisboa* e de *As Muralhas da Ribeira de Lisboa* celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e Augusto Vieira da Silva (1939), no qual o autor surge mencionado como “oficial do exército e escritor olisiponense”. O conceito manteve-se estável durante décadas: em 1959, uma breve notícia da revista *Olisipo* dá conta de que Luís Pastor de Macedo “regressou à sua actividade de escritor olisiponense, por ter terminado com total aplauso da cidade a sua missão na vice-presidência da Câmara Municipal” (*Olisipo*, 1959, p.163).



FIGURA 3
Capa de *Teatro de Outro
Tempos*, de Gustavo de Matos
Sequeira (1933)

designado por *polígrafo*,¹⁵ lembrado pelas suas obras sobre Lisboa, mas também pela sua vertente literária, poética e biográfica que o tempo irremediavelmente secundarizou — é disso reflexo o facto de *olisipógrafo* se encontrar ausente da longa lista de mais de 30 atributos e ocupações que Xavier da Cunha (1840-1920) lhe atribuiu postumamente (Cunha, 1919). Assim, tão inequívoco como Matos Sequeira ter sido o primeiro *olisipógrafo* a ser considerado como tal, é o facto de “Castilho [tê-lo] sido [...] sem nunca o ter sabido” (Santos, 2012, p. 67).

A maior abrangência do seu uso verifica-se a partir do surgimento da palavra *Olisipografia*, que lhe deu o devido enquadramento. Daí em diante, aparecem quase sempre de forma indissociável: um *olisipógrafo* passou a ser quem produz *Olisipografia*. Mas o que era então *Olisipografia*? No contexto em que foi originalmente proferida por Pastor de Macedo em 1933, limitava-se a um singelo e rígido alinhamento com a sua raiz etimológica (*obras escritas sobre Lisboa*). Em 1938, retornou ao tema num texto dedicado à recém-publicada *Peregrinações de Lisboa*,

15 O que escreve sobre uma multiplicidade de assuntos.

de Norberto de Araújo (1889-1952), no qual parece ensaiar uma espécie de manifesto, ao afirmar que “não há dúvida que os estudos sôbre a história de Lisboa e que o gôsto pela sua leitura se têm desenvolvidos [sic] a ponto de se poder considerar a olisipografia como uma ciência” (Macedo, 1938b, p. 28). No entanto, não passou deste vislumbre, deixando por concretizar o sentido da frase, forte mas vaga, assinada no parágrafo inicial. Ao longo do restante texto, limitou-se a aplicar, indiscriminadamente e com semelhante valor, os termos *livros sôbre Lisboa e livros de olisipografia* e a colocar no mesmo lote de autores Damião de Góis (1502-1574), Castilho ou Vieira da Silva. Perdeu assim a oportunidade de concretizar um aparente ensejo de tornar a Olisipografia em algo maior do que um mero termo cunhado para definir a compilação das obras escritas sobre a cidade. Até ao final da década, continuou a ser essa a sua valoração, permitindo uma inclusão abrangente de toda a história da história de Lisboa, patente também num artigo em que Rodrigues Cavalheiro (1902-1984) incluiu o *Sumário e[m] que brevemente se contém algumas cousas assi ecclesiasticas como seculares que há cidade de Lisboa* de Cristovão Rodrigues de Oliveira entre “os clássicos da olisipografia” (Cavalheiro, 1938).

Mas rapidamente o panorama se alterou. No dealbar do Estado Novo, a Câmara Municipal de Lisboa reconheceu as vantagens de colocar o conhecimento da história da cidade ao serviço do discurso propagandístico e ideológico de engrandecimento da *Lisboa, capital do Império*, no qual entroncou a ativa estratégia do Pelouro dos Serviços Culturais de desenvolver e legitimar os estudos olisiponenses. Homem do seu tempo, desde cedo Pastor de Macedo o soube compreender. No cumprimento estrito da maioria das competências que idealizou para este serviços, encontram-se fortes ecos da *Política do Espírito* enunciada em 1932 por António Ferro (1895-1956),¹⁶ nomeadamente no que concerne à “divuga[ção], pelos meios ao seu alcance, [da] excelência da doutrina municipalista”, ao “[estímulo do] gosto pela Arte e pelas Letras, [auxílio dos] artistas [...], adquirindo por encomenda as suas produções, e distribui[ção de] prémios aos melhores trabalhos literários de caracter olissiponense”, à “forma[ção de] um fundo especial de olissipografia” e ao “fazer reviver as festas populares” (*Boletim das Sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de*

16 E desenvolvida maioritariamente pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN).

Lisboa, 1933, p. 25).¹⁷ Mas também das políticas municipalistas em desenvolvimento desde o século anterior e que haviam resultado num franco desenvolvimento de monografias de história local, um pouco por todo o país.

Anos antes, em 1930, esta estratégia havia já sido iniciada pelo vereador Quirino da Fonseca (1863-1939) e por Joaquim Leitão (1875-1956) com a criação de um museu, de um arquivo e de “uma biblioteca central [municipal], designadamente ulissiponense, com toda a bibliografia lisbonense que a pouco e pouco, [...] vá concentrando tudo quanto desde os mais remotos tempos se tenha escrito sobre Lisboa” (*Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais*, 1931, pp. 11-12). Compreendendo a necessidade de complementar as suas prateleiras com novos estudos, Pastor de Macedo fez assentar grande parte do trabalho do novo pelouro no desenvolvimento da produção e da divulgação de estudos olisiponenses. Os seus principais autores foram então envolvidos num programa que colocou à sua disposição o Gabinete de Estudos Olisiponenses (a criar)¹⁸ e as máquinas da imprensa municipal, nas quais os seus trabalhos foram vastamente editados sob a chancela da Câmara Municipal de Lisboa. O processo incluiu também a republicação de obras há muito esgotadas, a criação do Prémio Júlio de Castilho para premiar a melhor obra anual e de uma Cadeira de Estudos Olisiponenses (na Faculdade de Letras), através da qual se procuraria formar técnicos camarários e novos cultores da história da cidade.¹⁹ Um último, mas necessário, ponto desta estratégia envolvia o amplo reconhecimento dos olisipógrafos como figuras de proa do panorama cultural da cidade. Matos Sequeira e Vieira da Silva, mas não só, tornaram-se presenças assíduas em conferências e programas de rádio de amplo alcance, e foram nomeados membros das muitas

17 Cf. com o Decreto-Lei n.º 23054, de 1933, que regeu a criação do Secretariado Nacional de Propaganda, estabelecendo-lhe como competências “colabora[r] com os artistas e escritores portugueses e podendo estabelecer prémios que se destinem ao desenvolvimento de uma arte e de uma literatura acentuadamente nacionais”, “fomentar a edição de publicações que se destinem a fazer conhecer a actividade do Estado e da Nação Portuguesa” ou “organizar manifestações nacionais e festas públicas com o intuito educativo ou de propaganda”.

18 Cujá criação, aprovada em 1939, procurou concretizar a antiga aspiração de criar uma biblioteca municipal de temas olisiponenses.

19 “Os indivíduos habilitados com essa disciplina da Faculdade de Letras estariam naturalmente indicados para ocuparem cargos nos museus, arquivos e bibliotecas de Lisboa, para servirem no pelouro cultural do Município, e para realizarem essa obra nacional que se impõe, e longos anos levará a pôr de pé: a historia da cidade de Lisboa, coordenação de tudo quanto está feito e por fazer, desde o alvorecer da nacionalidade até á data.” (Araújo, 1934, p. 1).

comissões organizadoras de exposições históricas e das *Festas de Lisboa*, e das comissões municipais de Arte e Arqueologia e de Toponímia. Não tomando decisões, influenciaram e participaram nas políticas culturais lisboenses como poucos no decorrer do segundo terço do século XX. E nem sequer faltou, como corolário desta refundação dos estudos históricos de Lisboa, uma designação própria, Olisipografia. Cunhada casualmente, rapidamente ganhou identidade e abrangência inesperadas, por via da sua apropriação pelos agentes produtores e difusores.

Como em tantos outros aspetos da cultura portuguesa nos primeiros anos do Estado Novo, houve neste particular uma reapropriação de um velho modelo, ao qual foi dada uma nova roupagem e um novo ímpeto. No entanto, e contrariamente ao que se verificou com as políticas do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), o aproveitamento declarado do conhecimento destes homens não foi acompanhado por uma tentativa de o orientar ideologicamente, possivelmente porque os objetivos se foram cumprindo pelo modo inócuo como a história de Lisboa se ia fazendo, com algum grau de cientificidade, mas sem particular problematização teórica ou crítica que criasse qualquer tipo de fricção ou de leitura indesejada. Do mesmo modo, fica também a ideia que, por parte da maioria dos olisipógrafos, não houve preocupação em enquadrar os seus estudos em qualquer grelha ideológica ou mensagem política.

A partir de 1936, o trabalho dos serviços culturais foi acompanhado pela ação enérgica do Grupo Amigos de Lisboa. Criado para suprir o vazio deixado pela extinção da secção de estudos lisboenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1933), procurou afastar-se desta ao privilegiar a divulgação do conhecimento a um público mais alargado. Constituído pela maioria dos olisipógrafos em atividade, mas também por figuras eminentes e por membros anónimos das mais diversas áreas da sociedade, o Grupo tinha nos Serviços Culturais camarários o parceiro natural, chegando a tornar-se depositário geral das suas publicações. Pastor de Macedo, também aqui o grande impulsionador, definiu como “*principal razão da [sua] essência [...] esclarecer e educar a população, pôr em confronto a vida de outras cidades, fazer a propaganda dos princípios modernos da administração municipal, dos planos renovadores, preparar os interessados na defesa da sua colectividade contra o interesse descabido de cada um, fazer ressaltar as boas iniciativas para que sejam combatidas, em conclusão, transformar a 'Opinião Pública' em verdadeira 'Consciência Pública'*” (Macedo, 1938a, p. 9). Ainda hoje ativo, tem-se mantido como um agente fundamental na produção, discussão e divulgação da Olisipografia.



FIGURA 4
Capa do Boletim Olisipo
(n.º 31, julho 1945)



FIGURA 5
Artigo Júlio de Castilho e a Olisipografia,
de Rodrigues Cavalheiro (jornal D. Casmurro,
10 de abril de 1943)

Vimos já que esta intrincada estratégia dos Serviços Culturais teve no omnipresente Pastor de Macedo o seu criador, estratega e primeiro ideólogo. Não lhe foi difícil convencer os olisipógrafos a alinharem-se com ela, sobretudo por verem nele um reconhecido par que os acompanhava desde a década anterior. Mais do que confiar na visão de um técnico ou de um político, terão encontrado em Pastor de Macedo um entusiasta e nos Serviços Culturais um parceiro institucional que lhes garantia uma continuidade efetiva e visível do seu trabalho. Como vereador, e ainda com o novo pelouro em preparação, Pastor de Macedo recrutou um valoroso conjunto de técnicos, dentro e fora dos quadros autárquicos: Jaime Lopes Dias (1890-1977, diretor dos Serviços Centrais e Culturais), Joaquim da Silva Pinto (1905-1972, chefe de Repartição — Biblioteca e Museus) e António Rodrigues Cavalheiro (chefe de Secção / chefe de Repartição — Ação Cultural e Turismo) foram durante mais de três décadas os executores do plano traçado em 1933, engrandecendo-o sem dele se afastarem. Apesar de ter sido, de entre os três, o que ocupou cargos de menor hierarquia, Cavalheiro foi quem de mais perto acompanhou Pastor de Macedo na estratégia de pensar a Olisipografia, tornando-se, inclusivamente, no primeiro a dissertar detalhadamente sobre o

seu conceito, num artigo sugestivamente intitulado *Um novo gênero literário* (1941):

“A obra de Julio de Castilho [foi] o estuário magnífico em que desagua[ram] tresentos anos de estudos olisiponenses. E então, a pouco e pouco, o gênero libert[ou]-se do casulo erudito em que até aí vivera e aparece[u], triunfalmente, ao ar livre do gosto público. Os continuadores do Mestre da 'Lisboa Antiga' [...] ampliam as [suas] investigações [...] e criam uma corrente de simpatia que permite iniciativas que ultrapassam de muito a simples preocupação literária. A Olisipografia passa, então, a ser uma ciência e uma arte, um tema de meditação e um pretexto de atividade, um divertimento e uma lição, um espetáculo e um estilo.

[...] Os 'carolas' do passado citadino, os curiosos da história, do pitoresco, das belezas da capital são hoje legião. O gênero desdobrou-se, apresenta facetas várias, inclui tendências múltiplas, alberga arqueólogos e urbanistas, médicos e literatos, artistas e professores, comerciantes e engenheiros, é uma irmandade espiritual, um retiro de pacatos bairristas, quase uma maçonaria sem avental nem trolha. O lago intranquilo e acanhado em que Júlio de Castilho lançou as primeiras velas da sua poesia e do seu saber é agora um oceano vasto, sulcado de embarcações cómodas e empavezadas — e onde, como em todos os mares, não faltam também os seus aventureiros e os seus piratas...” (Cavalleiro, 1941, p. 7).

Longe da qualificação de *ciência* que Pastor de Macedo lhe tentara inconsequentemente imprimir, a Olisipografia começava a trilhar um caminho próprio sob a capa de *gênero literário*, desenvolvida por uma pequena *legião* apadrinhada pela Câmara Municipal de Lisboa, reunida no Grupo Amigos de Lisboa e enformada pelos trabalhos de Júlio de Castilho. A Castilho, emergido notória e quase misticamente no centro deste movimento em ebulição, foi em breve atribuído o oficioso “título de fundador dos estudos olisiponenses [...] [e de criador de] uma escola [...] a que no entanto nunca acorreram muitos a matricular-se, [e] que os poucos que a ela pertenceram ou pertencem, tal como o Mestre, lhe dedicaram ou dedicam, mais do que a sua inteligência e que as suas faculdades de trabalho, o seu coração” (Macedo, 1944, p. 145). Herdeira da *arqueologia lisbonense* de 1912, a *olisipografia* de 1933 ganhou uma paternidade e uma cronologia bem definida: era, afinal, uma linhagem de estudiosos iniciada em Castilho e por este germinada. É



FIGURA 6

Inauguração do busto de Júlio de Castilho, Jardim Júlio de Castilho, 1929. Da esquerda para a direita: Costa Mota (tio), Miguel Trancoso, Gustavo de Matos Sequeira, Possidónio Mateus Laranjo Coelho, Augusto Vieira da Silva, José Pessanha, Pinto de Carvalho (Tinop) e José Artur Leitão Bárcia. AML, FEC00110. Ferreira da Cunha.



FIGURA 7

Evocação dos cronistas de Lisboa, Jardim Júlio de Castilho, 1947. Da esquerda para a direita: Norberto de Araújo, Luís Pastor de Macedo, Gustavo de Matos Sequeira, Augusto Vieira da Silva e Luís Teixeira. AML, FEC00882. Ferreira da Cunha.

facto que Victor Ribeiro (1862-1930) havia já escrutinado a sua influência “no desenvolvimento dos estudos arqueológicos olisiponenses [e] na formação de uma verdadeira escola de investigadores que intentavam [...] ampliar, esclarecer, comprovar ou contraprovar” (Ribeiro, 1916, p. 40) a sua obra, mas foram Pastor de Macedo e Rodrigues Cavalheiro os primeiros a traçar nele um verdadeiro ponto de charneira. Três décadas depois do texto de Ribeiro, o tempo era outro e outra era a importância e a visibilidade dos estudos de Lisboa. Sob um maior peso ideológico, a Olisipografia ganhou um patrono, a quem os seus correligionários ergueram bustos, teceram loas e fizeram-se fotografar diante da respetiva sepultura.

Estes textos de Cavalheiro e de Pastor de Macedo definiram a direção pretendida para a abrangência do termo, fazendo cair a ideia de que *Olisipografia* poderia ser um grande chapéu debaixo do qual cabiam todos quantos, ao longo dos séculos, escreveram sobre Lisboa. Mas continuava a faltar uma definição e uma metodologia para concretizar o epíteto de *ciência* sugerido em 1938.

Assim, o conceito de *olisipógrafo* parece surgir no contexto da Associação dos Arqueólogos Portugueses (ou em torno da atividade desta), enquanto o de *Olisipografia* foi cunhado originalmente pelos serviços culturais da Câmara Municipal de Lisboa e engrandecido e concretizado pelo Grupo Amigos de Lisboa, do qual eram sócios os poucos que o pensavam, debatiam, aplicavam e dentro dele cabiam. No seio destes, os conceitos pareciam orgulhosamente fechados. Fora dele, urgia ainda uma clarificação, embora fossem cada vez menos aplicados de forma estrita, como no texto de 1961 em que Santos Simões (1907-1972) categoriza como *olisipógrafo* Frei Apolinário da Conceição, autor do setecentista *Claustro Franciscano* (Simões, 1961, p. 127).

Os anos passavam e continuava a faltar uma definição cabal e unívoca de *Olisipografia*, cujo conceito se limitava a uma manta de retalhos tecida por pistas ocasionalmente deixadas em textos e conferências. A primeira entrada em dicionários ocorreu finalmente em 1954: “*Neol.* Conjunto dos escritos eruditos ou simplesmente literários, com estreita ligação com a história, as belezas, as sugestões de Lisboa antiga (Olisipo) ou moderna. || *Obs.* É termo preferível a *ulissipografia*,

mais geralmente divulgado” (Silva, 1949-1959 [imp.1954], p. 475).²⁰ Dentro dos seus cultores, apenas em 1977 pareceu existir uma real preocupação em pensar numa definição: na conferência apresentada por Fernando Castelo Branco (1926-2025) no colóquio *A Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950*, posteriormente vertida em texto, o autor afirmou que “por olisipografia parece-nos dever-se considerar o estudo do passado de Lisboa, realizado de acordo com as regras da metodologia histórica. Se olisipografia é história, não pode ser realizada fora ou em desacordo com a metodologia desta ciência. O que não puder ser incluído na história, não pode obviamente incluir-se num dos seus ramos.” (Branco, 1978, p. 81). A Olisipografia ganhara finalmente o que há largas décadas lhe faltava: foro disciplinar com metodologia própria. Elevada a *ramo da História*, deverá com esta partilhar a cientificidade da sua metodologia.

Victor Ribeiro (1916), Pastor de Macedo (1938) e Orlando Ribeiro (1945) haviam procurado já construir um elenco dos principais autores que haviam escrito sobre Lisboa, mas, ao ser o primeiro a comprometer-se com uma definição de *Olisipografia*, Castelo Branco foi também o primeiro a poder justificar a categorização dos estudiosos (de uns e não de outros) como *olisipógrafos*. Apesar disso, não se distanciou dos seus antecessores na ideia de ter sido Castilho o primeiro da linhagem. Para o efeito, desmontou a possibilidade de enquadrar na sua definição de Olisipografia a obra de todos os que o precederam, nomeadamente Vilhena Barbosa, facto que justificou pela sua falta de sistematicidade no campo dos estudos de Lisboa e por não ser este “propriamente um investigador histórico, mas antes um divulgador cujo espírito não estava especialmente voltado para Lisboa” (Branco, 1978, p. 86). Aprofundado o estudo, Castelo Branco editou-o sob o título *Breve História da Olisipografia* (Branco, 1980), única publicação até ao momento inteiramente dedicada ao tema.

Este trabalho coincidiu com um momento de aparente não retorno no caminho da Olisipografia, que a colocou perante a perspectiva do seu próprio desaparecimento. Vimos o esforçado trabalho desenvolvido pelos serviços culturais da Câmara Municipal de Lisboa ao longo das décadas de 1930 e 1940 na construção

20 Na mesma ocasião surge também uma entrada para *olisipógrafo*: “Neol. O que escreve ou realiza publicações escritas sobre Lisboa (ou Olisipo – Lisboa antiga). É termo menos empregado mas mais correcto do que *ulissipógrafo*” (Silva, 1949-1959 [imp. 1954], pp. 475-476).



FIGURA 8
Capa de *Breve História da Olisipografia*, de Fernando Castelo Branco (1980)

da operatividade da Olisipografia, através de uma política de engrandecimento e de expansão do seu domínio para campos vizinhos. No entanto, a tentativa de a vincular aos estudos universitários surtiu o efeito contrário ao desejado e acabou por levar à sua progressiva menorização e acantonamento. Sabemos já que em agosto de 1934, na primeira página do *Diário de Lisboa*, Norberto de Araújo propôs a criação de uma cadeira de estudos olisiponenses na Faculdade de Letras para responder à sua perceção de que “a esta ansiedade de “saber Lisboa” [...] falta[va] um requisito: *orientação*” (Araújo, 1934, p. 1). Pastor de Macedo cavalgou habilmente a ideia e ao fim de poucas semanas reuniu com o reitor da Faculdade com vista à sua concretização.

No entanto, reconhece-se hoje o erro de cálculo desta estratégia, que ficou claro com o boicote dos professores da Faculdade de Letras à escolha de Matos Sequeira e de Vieira da Silva para tutores da cadeira, por suposta falta de cientificidade: “o Professor [Vitorino] Nemesio [(1901-1978)], prestando homenagem ao saber dêsses eruditos, diz que o curso deve ter um carácter estritamente científico, e que os estudos sôbre a cidade de Lisboa não ultrapassaram ainda a fase arqueológica, de curiosidade e de evocação, sendo necessário aplicar-lhes os métodos da

antropogeografia.”²¹ Ministrada por dois docentes da instituição, Orlando Ribeiro (1911-1999) e Mário de Albuquerque (1898-1975), a cadeira funcionou de 1945 a 1957, altura em que os serviços culturais lhe retiraram o patrocínio financeiro por reconhecerem, por fim, que os objetivos não tinham sido cumpridos devido à impossibilidade de ser lecionada da forma pretendida — por olisipógrafos.



FIGURA 9
Artigo *Estudos Olisiponenses*, de Norberto de Araújo (jornal *Diário de Lisboa*, 31 de agosto de 1934)



FIGURA 10
Orlando Ribeiro discursando nos Paços do Concelho, na inauguração da Cadeira de Estudos Olisiponenses (25 de outubro de 1945). AML, JBN004087. Judah Benoliel.



FIGURA 11
Capa da brochura de apresentação do programa da cadeira de Estudos Olisiponenses, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (ano letivo 1953-1954)

Não se julgue existir qualquer originalidade neste conflito. Logo em 1879, meras semanas depois do seu lançamento, a obra *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa* de Júlio de Castilho foi impetuosamente depreciada por Joaquim de Vasconcelos devido ao que considerava ser a predominância de uma feição anedótica, de deficiência de fontes e de ingénuas classificações — recorde-se que Vasconcelos

21 Arquivo Histórico da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. *Actas do Conselho*, Tomo 7º. Sessão de 16/03/1945, fs. 71-71v.

se posicionava no extremo oposto a Castilho, vindo a ser “justamente considerado [...] o real fundador da História da Arte em Portugal, entendida como ciência, com objecto e método próprios” (Rosas, 1997, p. 236).

Ainda assim, a já longa cisão entre estes dois mundos, que parecem inconciliáveis, ganhou um novo capítulo com a questão da cadeira na Faculdade de Letras. Terá sido, de resto, por esta altura que se forjou ao olisipógrafo um conjunto de características que desde então teimam em persistir, com poucas ou nenhuma atualizações. Olhando para a produção olisipográfica, percebe-se que nenhum objeto de estudo é tratado como peça isolada da engrenagem, mas como parte de um todo que o enquadra e o justifica — Lisboa é sempre o ponto de partida e de chegada para a produção de conhecimento sobre qualquer um dos seus elementos, que só vive porque a cidade lhe deu a vida. E, por isso, a riqueza da diversidade dos seus cultores e a paixão profunda que por ela nutrem constituem os alicerces que sustentam o complexo edifício que dá corpo à Olisipografia. No entanto, será, talvez, o critério da sistematicidade o que mais facilmente se reconhece num olisipógrafo. Sem naturalmente descuidar a qualidade da investigação, o número de estudos realizados e o seu peso no cômputo de uma carreira são as características que mais facilmente lhe garantem o reconhecimento generalizado, ainda que a subjetividade do critério (quantos trabalhos sobre Lisboa garantem a um investigador o epíteto de olisipógrafo?) possa gerar equívocos e uma abrangência demasiado limitada ou alargada — até porque, importa sublinhar, nem todas as obras de Olisipografia são escritas por olisipógrafos tal como nem todos os olisipógrafos escrevem exclusivamente sobre Lisboa.

A par destes, são também características atribuíveis a formação amadora e o caráter histórico-literário das suas obras, firmado numa escrita apurada mas informal, na abrangência multidisciplinar e no caráter *anedótico* focado na pequena história, “procedendo com paciência a miúdas averiguações, monografando bairros ou sítios” (Ribeiro, 1945, p. 7). E, não menos importante, o profundo apelo pela divulgação da história de Lisboa e a ativa militância na defesa da cidade, suas tradições e património, que os levam a estar entre os seus mais reconhecidos e determinados defensores.

Um olhar distanciado a esta questão permite compreender tratar-se de uma visão redutora e incoerente por não levar em consideração a heterogeneidade do trabalho e das características destes investigadores. Atente-se ao caso de Augusto Vieira da Silva, que ninguém duvida em categorizar como olisipógrafo, apesar do

amplo reconhecimento de que aplicou uma metodologia cientificamente alinhada com os ensinamentos colhidos durante a sua formação em engenharia militar e com a maioria dos trabalhos académicos coevos.

Esta clivagem agudizou-se a partir da década de 1960, com a morte dos olisipógrafos mais conceituados e com o surgimento de uma nova geração de estudiosos formada e sediada nas universidades, que terá tido simbólico arranque não em Lisboa, mas em Paris, em cuja Sorbonne Université, José-Augusto França (1922-2021) inaugurou uma nova era nos estudos de Lisboa com a sua tese de doutoramento (*Une Ville des Lumières: la Lisbonne de Pombal*, 1962).



FIGURA 12
Capa de *Une Ville de Lumières. La Lisbonne de Pombal* de José-Augusto França (1965)

“Os estudos históricos de Lisboa [desenvolveram-se] [...], cada vez mais, nas universidades, sob a capa do academismo e do rigor metodológico da área disciplinar da História. Mas seria isso Olisipografia? Os académicos tenderam a discordar [...] [e] cada vez mais se entend[eu] que o que se produzia nas universidades apenas na temática se ligava à Olisipografia, conceito que parecia condenado a ficar encerrado num passado simpático que se tinha finado com Matos Sequeira em 1962. [...] Notabilizados nas respetivas

áreas de especialização, rejeitam [desde então] a qualificação de olisipógrafo” (Lourenço & Seixas, 2024, pp. 264-265).

Sem a presença da maioria dos que se assumiam como tal e com o progressivo distanciamento e recusa de novos *membros* a integrar as suas fileiras, o olisipógrafo começou informalmente a ser entendido com uma espécie em vias de extinção. Ao longo do último meio século, muitos têm sido os que têm dado como consumado o fim da Olisipografia, entendendo que as investigações sobre Lisboa, entretanto realizadas, deverão ser enquadradas nas áreas de estudo em que foram desenvolvidas (História, História da Arte, História da Arquitetura, Urbanismo...). Disso mesmo deu conta José Pedro Martins Barata (n.1929) que, não sendo tão contundente na certeza da morte da Olisipografia, lhe tomou o pulso em 1981:

“Olissipógrafos há, ainda, dentro dos Serviços da CML. Há-os também fora [...]. Estarão ultrapassados? Será possível melhorar as suas investigações e deduções? É possível. [...] A olissipografia está numa viragem, [em] que se [lhe] desenham com nitidez três vias:

- uma via historiográfica, convencional, com rendimento decrescente, pois cada vez se circunscreve a factos e factóides menos significativos [...];
- uma via científica e técnica, em torno da Geografia Humana, das técnicas urbanísticas, das predições e quantificações teóricas, da economia e gestão urbana;
- uma via experiencial, jornalística ou poética” (Barata, 1981, p. 7).

Como em tantos outros casos, as notícias sobre a morte da Olisipografia revelaram-se manifestamente exageradas. Martins Barata estava correto ao afirmar a existência de olisipógrafos ativos dentro da Câmara Municipal de Lisboa, refletindo novos tempos e novas políticas. Ao longo dos quase 30 anos do consulado intermitente de Pastor de Macedo (3 de vereador e 12 de vice-presidente, com década e meia de permeio²²), a estratégia passara pelo apadrinhamento de um *corpus* de estudiosos, com percurso nos estudos de Lisboa iniciado no final da Monarquia ou já durante a I República. Com a morte

22 Vereador entre 1932 e 1935 e vice-presidente entre 1947 e 1959.

de Matos Sequeira, o último membro de peso do grupo, passou a ser outro o caminho a trilhar porque, ao contrário do que previra Norberto de Araújo, a cadeira de estudos olisiponenses não conseguiu formar olisipógrafos, salvo a honrosa exceção de Fernando Castelo Branco. A renovação fez-se então dentro dos próprios serviços, recorrendo a alguns dos seus mais qualificados técnicos, num alinhamento estratégico com o que se praticava no Porto desde a década de 1930. Não tendo abandonado por completo a estratégia de publicar estudos de autores externos, os Serviços Culturais passaram-se a focar na produção de conhecimento olisipográfico em contextos precisos. Nesse particular, é incontornável a atividade de Irisalva Moita (1924-2009) no desempenho das funções de conservadora-chefe dos Museus Municipais, a partir de 1971. A reorganização que operou nestes serviços foi acompanhada pela introdução de novos modelos científicos de catálogos expositivos com textos de contextualização histórica, para os quais realizou importante investigação bibliográfica e de arquivo. Em linha com o que se produzia nas universidades, o trabalho desenvolvido por Irisalva entre as décadas de 1970 e 1990 envergou uma roupagem de maior cientificidade do que a maioria dos trabalhos até então publicados pela autarquia, e, com isso, reposicionou os serviços culturais num lugar relevante dentro dos estudos de Lisboa, ainda que já não dominante. Teve também o mérito de formar uma escola, identificando-se atualmente uma geração ainda ativa de olisipógrafos dentro dos quadros camarários. Quanto ao seu posicionamento, Irisalva foi clara: “fui-me ligando à cidade de Lisboa profundamente, e também profundamente me interessou o seu estudo, o seu conhecimento. E agora quando me perguntam o que sou, eu digo que sou olisipógrafa” (Moita *apud* Bastos & Fragoso, 2019, p. 104).



FIGURA 13
Capa do catálogo da
exposição D. João V
e o Abastecimento de Água
em Lisboa (1990)

Em contracorrente a este domínio produtivo das universidades, dos técnicos da Câmara Municipal de Lisboa e da militância ativa e leal do Grupo Amigos de Lisboa, a Olisipografia ressurgiu com particular ímpeto por intermédio de José Sarmiento de Matos (1946-2018), tanto pela sua marcante presença no panorama cultural da cidade como pelos estudos que publicou entre as décadas de 1990 e de 2010. Sem se encontrar diretamente envolvido com nenhum dos três principais agentes produtores dos estudos históricos de Lisboa, constituiu-se como paradigma de ponte entre o trabalho dos investigadores ativos nos primeiros dois terços do século XX e o dos que se lhes seguiram, e recuperou a aplicação efetiva da qualificação *olisipógrafo*, com o qual assinava os seus textos. Ao fazê-lo, qual *statement*, num misto de orgulho e desafio aos padrões estabelecidos, mostrou ser possível fazer Olisipografia em pleno século XXI. Por paixão ao tema, mas também como forma de afirmar a sua relevância, manifestou por diversas vezes a sua visão sobre o conceito:

“Lisboa é uma cidade especial. Sem que se saiba ao certo como nem porquê, a sua história personalizada criou um género próprio para a contar, com bem vincada autonomia no seio da historiografia portuguesa.

[...] Coube ao Visconde Júlio de Castilho dar corpo a esse ramo historiográfico específico, através da originalidade da sua obra séria e imensa. Abria, mesmo, novas perspectivas sociológicas e culturais a uma História então ainda muito presa a uma visão meramente factual no estudo das eras antigas. [...] Os seus trabalhos [e os dos que o seguiram] dificilmente se encaixam em qualquer género histórico. Se usam métodos historiográficos e se se atêm à lição documental, a sua visão nunca deixa de ser pluridisciplinar. Há pedaços de história social, económica, institucional ou de arte, que ocorrem às páginas não por atitude previamente pensada, mas por imposição da dinâmica da realidade em apreço, que se tenta abarcar no seu conjunto. [...] Assim, sem grandes preocupações de índole teórica, se gerou um género próprio, que a necessidade

decorrente da diferença crismou de Olisipografia.²³ Como imagem de marca, resulta dos seus múltiplos estudos uma História feita como quem passeia, deambulando no labirinto das ruas um saber que não nasce só da poeira dos documentos. [...] Não há distância, há empenho. Não há frieza, há paixão” (Matos, 1994, pp. 9-10).

Encontra-se nesta definição um declarado aproximar à forma menos espartilhada do trabalho pluridisciplinar dos antigos olisipógrafos e um notório afastamento à hiperespecialização presente em substancial parte dos trabalhos académicos, olhar que concretiza ao afirmar que “o que distingue um olisipógrafo de outros historiadores é o sentido de conversa. Não se pode falar de uma cidade sem se falar um pouco de tudo: do urbanismo, da arquitectura, das pessoas, das histórias, dos mitos [...] É por isso que a história de Lisboa tem de ser conversada, o que é dificilmente encaixável nos parâmetros académicos” (Matos *apud* Ramalho, 2023, p. 178). Mas nem por isso deixou de assinar marcos relevantes no contexto destes últimos, exercícios de rigor de metodologia científica (*Uma Casa na Lapa*, 1994) que sabiamente soube entrecortar com ensaios de grande liberdade (*A Invenção de Lisboa*, 2 vols., 2008-2009).

Como sempre, os dicionários acompanharam a evolução dos conceitos. Mais de duas décadas depois das disruptivas conclusões de Fernando Castelo Branco, em 2001, a Academia das Ciências de Lisboa deixou cair a histórica correlação entre *Olisipografia* e a escrita da história de Lisboa, advinda da própria etimologia, ao defini-la como “estudo cientificamente orientado acerca da cidade de Lisboa, versando as vertentes histórica, artística e urbanística, com vista à compreensão e reconstrução da sua vivência ao longo das diversas épocas” (*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, 2001, p. 2662). Reconhecia-se, por fim, que a elevada complexidade da Olisipografia não se esgota somente na sua vertente escrita.

23 “A Olisipografia foi aos poucos definindo uma forma específica de percepção da cidade, já esboçada na Lisboa Antiga de mestre Castilho. Isto é, não basta recolher muitas informações, datas, nomes e documentos e a partir desses dados construir uma narrativa, mas é necessário intuir sensorialmente a cidade [...], numa palavra, passear sem itinerário predeterminado pela intimidade desse universo carregado de segredos ao dobrar de cada esquina.” (Matos, 2012).



FIGURA 14
Aspeto da Lisboa Antiga,
nas Festas de Lisboa
de 1935. Gabinete de
Estudos Olisiponenses.
MNL_14-G_107.

Em 2012, no I Colóquio de Olisipografia, Salete Salvado (n. 1936) proferiu a conferência *Olisipografia: Conteúdo e Fronteiras — uma reflexão*, da qual resultou um dos mais completos textos até hoje escritos a este respeito. Para entender a forma como foram surgindo e evoluindo os conceitos de *Olisipografia*, *olisipógrafo* e *olisiponense*, socorreu-se justamente das definições presentes em dicionários. Às que foi encontrando, acrescentou a sua própria de *olisipógrafo*: “[o que produz] estudo da Cidade [de Lisboa] de forma volitiva para produção de um trabalho intencionalmente científico e destinado a produção.” (Salvado, 2012, p. 11) No entanto, a principal linha de força parece ser a introdução de um novo conceito, *olisipologia*,²⁴ “significando a ciência do conhecimento de Lisboa e sendo os seus cultores *Olisipólogos*, cuja formação deveria ser assegurada pela CML” (Salvado, 2012, p. 11), pleno de pertinência, mas que até à atualidade não teve qualquer seguimento ou aplicação teórica ou prática.

24 “Nenhum dicionário regista a palavra [...], nem jamais a vi ser sugerida a não ser agora.” (Salvado, 2012, p. 11).

Mais recentemente, o projeto *Olisipógrafos. Os Cronistas de Lisboa* constituiu o mote para a realização do primeiro estudo alargado a propósito das suas vidas e obras. Tiago Borges Lourenço (n. 1984) e Raquel Seixas (n. 1983) propuseram o uso do conceito de *Olisipografia* para cobrir todos os estudos históricos sobre Lisboa produzidos por Castilho ou depois dele, dividindo-o em duas subcategorias de acordo com as suas características metodológicas, ao perfilar:

“duas Olisipografias [...]: uma *clássica*, vocacionada para a divulgação para um público mais abrangente, tomada maioritariamente por amadores e assente num estilo de escrita mais livre que mistura universos literários e académicos, transversais às diferentes áreas do conhecimento; e outra *científica*, mais rigorosa nos princípios e nas formulações, mas quase sempre contida nos fundamentos de uma única disciplina do conhecimento e dirigida aos seus pares” (Lourenço & Seixas, 2024, p. 266).

Esta perspetiva recupera e valida definições antigas, percecionando-se um enquadramento da *Olisipografia clássica* no campo do *género literário* (Rodrigues Cavalheiro, 1941) e da *Olisipografia científica* no do *ramo da História* (Fernando Castelo Branco, 1978). Porém, a sua maior originalidade reside na forma como corta com os parâmetros da via que há quase século e meio tem oposto a vertente empírica dos designados *olisipógrafos* ao rigor científico dos *académicos*, ao priorizar o que une uns e outros (a temática em estudo) antes de olhar para as suas diferenças: tudo se pode enquadrar na Olisipografia porque, primeiramente, tudo visa o estudo histórico de Lisboa. Ao fazê-lo, estes investigadores procuram retirar as muitas capas que ao longo do tempo têm sido sobrepostas ao conceito de *Olisipografia*, e com isso alargar a sua aplicabilidade e distanciá-lo da habitual colagem à *maçonaria sem avental nem trolha* a que Rodrigues Cavalheiro aludiu, da qual os académicos sempre se procuraram afastar.

Conclusão

A forma como, em 1933, os *estudos lisbonenses* passaram a *Olisipografia*, e os seus cultores a *olisipógrafos*, marcou uma profunda mudança de paradigma nos estudos históricos de Lisboa, acompanhada por um significativo incremento no número de trabalhos realizados. Como décadas mais tarde reconheceu Fernando Castelo Branco, “o conjunto da produção olisipográfica, gigantesco como é, representa talvez o sector mais vasto da moderna historiografia portuguesa. [...] Pelo número e valor dos autores que nesse campo labutaram e labutam, pelo volume e importância da obra realizada, a olisipografia deu à historiografia portuguesa um contributo dos mais vastos e valiosos, não apenas no aspecto de tanto ter produzido no campo da história local, da história de Lisboa, mas também pelo interesse que tem [...] para a história da nação” (Branco, 1978, p. 95).

Não obstante, quase um século depois de ter sido originalmente enunciado, o conceito de Olisipografia mantém ainda muita da sua opacidade inicial. Desde o seu início, foi esta um ponto de encontro onde confluíram investigadores de diferentes valências, metodologias e temáticas abordadas. Terá, de resto, sido a sua riquíssima heterogeneidade a impossibilitar a consolidação de um conceito universal e unívoco. Como enquadrar, sob um mesmo manto, o mestre Castilho [notado “pela singularidade de ter sentido a arqueologia como um poeta e de ter feito poesia com as predilecções dum arqueólogo” (*Diário do Senado*, 1919, p. 9)], o engenheiro Vieira da Silva (o primeiro a aplicar a metodologia dos estudos científicos à escrita da história de Lisboa), o multifacetado Matos Sequeira (que recriou cenograficamente a cidade de outrora), o jornalista Norberto de Araújo (que conhecia e amava cada palmo de Lisboa), o político Pastor de Macedo (que reinventou a Olisipografia), a arqueóloga e museóloga Irisalva Moita (que pugnou ativamente pela preservação, registo e divulgação do património histórico e arqueológico da cidade), o olisipógrafo fora de tempo Sarmiento de Matos (que o foi quando quase mais ninguém o queria ser) ou mesmo o historiador da arte José-Augusto França?

Desde sempre correndo a par com o de *estudos olisiponenses*, mais correto por ser etimologicamente mais abrangente, o conceito de Olisipografia foi sobretudo usado pelos agentes que o cunharam. Partindo da sua forma mais lata, que englobava todos quantos haviam escrito sobre a história de Lisboa, rapidamente foi capturado por uma pequena elite de produção novecentista, que o aplicou a si sem

que cabalmente fosse explicado o porquê dessa distinção, apesar de tacitamente justificar o enorme salto metodológico e de conteúdo entre Júlio de Castilho e os seus antecessores. No entanto, conforme o século XX foi avançando e os novos investigadores foram refletindo nos seus estudos a metodologia científica adquirida nas universidades, a relevância de Castilho e da sua obra foram sendo cada vez mais colocados em causa, ainda que nunca verdadeiramente a sua paternidade da Olisipografia. E, com isto, foram cada vez menos os novos autores de estudos de Lisboa que se reconheceram no conceito de *olisipógrafo*, facto que criou e alimentou a narrativa da existência de uma breve linhagem iniciada com a publicação de *Lisboa Antiga: o Bairro Alto de Lisboa* de Castilho (1879) e terminada com a morte de José Sarmiento de Matos (2018), que parece *não* ter deixado discípulos diretos. Disruptivo por potencialmente enquadrar na Olisipografia a globalidade das obras escritas a respeito da história de Lisboa sob a capa da metodologia científica, o recente conceito de *Olisipografia científica* procura alargar a discussão e trazer para o centro dela os novos agentes dos estudos de Lisboa. E, com isso, permitir a própria perpetuação da Olisipografia.

É hoje difícil dizer o que distingue os atuais estudos históricos de Lisboa dos das outras cidades portuguesas e estrangeiras. Fará ainda hoje sentido aplicar-lhes o conceito de Olisipografia? A resposta dependerá do modo como este for definido, daí a necessidade de o clarificar. Na verdade, embora cronicamente se atribuam características específicas aos *olisipógrafos* e ao seu trabalho, alimentando narrativas que os têm restringido a uma produção de cariz eminentemente amador, este acantonamento tem sido sucessivamente feito de forma mais empírica e ideológica do que propriamente formal, com o objetivo de sublevar determinadas metodologias de trabalho em detrimento de outras. Ao olhar para os poucos que escreveram a respeito da Olisipografia e do seu conceito, infere-se terem sido mais os que não o restringiram a quaisquer características formais específicas do que os que o fizeram, não obstante, uns e outros, reconhecerem a existência de diferentes modos de a fazer.

Refletindo em tudo o que foi aduzido ao longo do presente estudo, parece manter-se atual a definição enunciada por Fernando Castelo Branco há quase meio século, que apontou a um *estudo do passado de Lisboa, realizado de acordo com as regras*

da metodologia histórica, realizado ou não por olisipógrafos.²⁵ Nesse sentido, pouco parece obstar à aplicação formal do termo Olisipografia aos atuais estudos históricos de Lisboa, uma das poucas cidades (única?) a ter constituído um conceito próprio para o efeito. E dado o seu peso, etimologia erudita e já longa genealogia, poderá mesmo constituir a sua marca identitária e funcionar como elemento-chave para a sua afirmação como área disciplinar específica dentro da História.



FIGURA 15
Oito das principais obras de Olisipografia.

25 “Deve-se assinalar, a história de Lisboa, o esforço para a tornar conhecida, não tem sido apenas realizado pelos olisipógrafos [...], por isso mesmo justifica-se que um dia seja estudada a soma dos contributos que os autores não olisipógrafos têm dado para a história de Lisboa [e] para o conhecimento desta cidade” (Branco, 1980, pp. 86-87).

FONTES

- Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais* (1931), pp. 11-12. Câmara Municipal de Lisboa.
- Boletim da Associação dos Archeólogos Portuguezes* (1917), tomo XIII, n.º 6, p. 267. Biblioteca da Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Boletins das Sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa*, sessão de 11 de maio de 1933, p. 25. Câmara Municipal de Lisboa.
- Diário do Senado*, sessão n.º 21 (11 fev. 1919), p. 9.

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, N. (1934). Estudos Olissiponenses. *Diário de Lisboa*, 4236 (agosto), 1. Câmara Municipal de Lisboa.
- Barata, J. P. M. (1981). Olissipografia. *Diário de Lisboa*, 20458 (janeiro), 7. Câmara Municipal de Lisboa.
- Bluteau, R. (1721). *Vocabulario Portuguez & Latino...*, Vol. 8. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva.
- Bastos, M. A. & Almeida, R. F. (2019). *Irisalva Moita, um percurso fotobiográfico*. Lisboa: Museu de Lisboa: EGEAC.
- Branco, F. C. (1978). *A Olisipografia no Conspecto da Historiografia Portuguesa de 1850 a 1950*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Branco, F. C. (1980). *Breve História da Olisipografia*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Cavalheiro, R. (1938). Sob a Invocação de Clio, *Ocidente. Revista Portuguesa*, Vol. II, 4, 107-120. A. Pinto.
- Cavalheiro, R. (1941). Um Novo Gênero Literário, *Dom Casmurro*, 7. Civilização Brasileira.
- Cunha, X. (1919). *Homenagem Posthuma ao Visconde Julio de Castilho*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Figueiredo, C. (1899). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, tomo II. Lisboa: Livraria Tavares Cardoso & Irmão.
- Fonseca, F. V. P. (1959). *Noções de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica.
- Lourenço, T. B. & Seixas, R. (2024). *Júlio de Castilho. Mestre da Lisboa Antiga*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Macedo, L. P. (1938a). Amigos de Lisboa, *Olisipo*, 1 (janeiro), 9. Boletim do Grupo Amigos de Lisboa.
- Macedo, L. P. (1938b). Página de Crítica. Peregrinações em Lisboa de Norberto de Araújo, *Olisipo*, 4 (outubro), 28-29. Boletim do Grupo Amigos de Lisboa.
- Macedo, L. P. (1944). No descerramento de uma lápida na casa onde nasceu Tinop. *Olisipo*, 27 (julho), 145-150. Boletim do Grupo Amigos de Lisboa.
- Macedo, L. P. (1959). *Olisipo*, 88 (outubro), 163. Boletim do Grupo Amigos de Lisboa.
- Matos, J. S. (1994). *Uma Casa na Lapa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Matos, J. S. (2012). Peregrinar na cidade à memória de Norberto de Araújo. *Público* (9 de dezembro). Público, Comunicação Social SA.
- Nascimento, A. A. N. (2003). Os epónimos míticos de Lisboa: Ulisses, Hércules e outros — títulos de nobilitação. Em A. Ventura (Ed.), *Presença de Victor Jabouille* (pp. 31-53). Lisboa: Faculdade de Letras.
- Nascimento, D. F. & Leite, L. R. (2021). Renascimento e Humanismo nas Letras Portuguesas e Américo-Portuguesas: Como e Onde se Situa no Ensino e na Leitura Escolar? Em *Desassossego* (pp. 66-90), Vol. 13, 26. São Paulo: Crítica Literária.
- Parro, J. (2000). *As Actas das Secções de Estudos Olissiponenses da Associação dos Arqueólogos*. Lisboa: Universitária.
- Pimenta, A. (1948). *Fontes Medievais da História de Portugal, Vol. 1, Anais e Crónicas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Ramalho, A. C. (1985). *Latim Renascentista em Portugal*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Ramalho, M. M. (2023). *José Sarmiento de Matos. Um Abastecedor de Memórias*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Resende, A. (1534). *Oratio pro rostris pronuntiata in Olisiponensi Academia*. Lisboa: Germani Galliardi.
- Ribeiro, O. (1945). Evolução e perspectivas dos Estudos Olissiponenses, *Revista Municipal*, 27, 3-12. Câmara Municipal de Lisboa.
- Ribeiro, V. (1916). *A Velha Lisboa e os Estudos de Arqueologia da Capital*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Rosas, L. (1997). Joaquim de Vasconcelos e a Valorização das Artes Industriais. Em *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos: actas do Colóquio* (pp. 229-240). Porto: CLC-FLUP — Centro Leonardo Coimbra, de Investigação Científica de Apoio Técnico da Faculdade de Letras.
- Salvado, S. (2014). Olisipografia: conteúdo e fronteiras — uma reflexão. *Actas I Colóquio de Olisipografia* (pp. 11-18). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olissiponenses.
- Santos, M. B. (2012). Gustavo de Matos Sequeira: olisipógrafo olissiponense ou olissiponense olisipógrafo? *Actas I Colóquio de Olisipografia* (pp. 65-70). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olissiponenses.

- Saraiva, F. R. S. (1881). *Novissimo Dicionario Latino-Portuguez Etymologico, Prosodico, Historico...* Havre: Typ. do Comercio.
- Silva, A. M. (1949-1959 [imp. 1954]). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª edição... [s.l.]: Editorial Confluência.
- Silva, A. V. (1944). *Epigrafia de Olisipo: subsídios para a história da Lisboa Romana*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Silva, A. V. (1949). *Fantasia sobre a Origem do Nome de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Simões, J. M. S. (1961). Iconografia Olisiponense, *Olisipo*, 95 (julho), 115-134. Boletim do Grupo Amigos de Lisboa.
- Sousa, A. (1948). *O Nome Lisboa*. Lisboa: Casa Portuguesa.

Júlio de Castilho,
olisipógrafo
e *flâneur* da cidade
em transformação

Júlio de Castilho,
olysipographer (Lisbon
studies researcher)
and *flâneur* of the city
under transformation

RESUMO

Os passeios solitários de Júlio de Castilho, associados a memórias individuais e à fruição estética, permitem indicar pontos de contacto entre a *flânerie* e a sua obra sobre Lisboa, aproximando-se daquilo que Walter Benjamin definiu no arquétipo do *flâneur*, figura paradigmática da modernidade oitocentista da grande metrópole europeia.

Essa deambulação (o equivalente, em português, à *flânerie*), está presente no texto de *Lisboa Antiga: O Bairro Alto*, de Júlio de Castilho, pela sugestão de um percurso físico e mental na cidade, através da descrição de itinerários partilhados com o leitor, representando a cidade como espaço heterotópico.

Apesar do hiato cronológico entre *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Castilho* e *As Passagens de Paris* de Benjamin, as duas obras reúnem características particulares e olhares específicos sobre a grande metrópole oitocentista. Esse registo escrito, que assume características da crónica de uma *flânerie* quotidiana, errante e deambulatória permite a aproximação teórica da obra marcadamente histórica e literária de Castilho ao texto palimpséstico e crítico de Benjamin e do confronto dos textos, revela-se a modernidade da análise de Castilho à luz dos fragmentos textuais compilados por Walter Benjamin.

PALAVRAS - CHAVE

Júlio de Castilho; *Olisipografia*; *Lisboa Antiga*; Walter Benjamin; *Flâneur*.

ABSTRACT

Júlio de Castilho's solitary walks, associated with individual memories and aesthetic enjoyment, allow us to indicate points of contact between *flânerie* and his work on Lisbon, approaching what Walter Benjamin defined in the archetype of the *flâneur*, a paradigmatic figure of 19th century modernity of the great European metropolis.

The *flânerie* is present in the text of *Lisboa Antiga: O Bairro Alto*, by Júlio de Castilho, through the suggestion of a physical and mental journey through the city, through the description of itineraries shared with the reader, representing the city as a heterotopic space.

Despite the chronological gap between *Lisboa Antiga: O Bairro Alto* de Castilho and *As Passagens de Paris* by Benjamin, the two works bring together particular characteristics and specific perspectives on the great 19th century metropolis. Both written records, assuming characteristics of a *flânerie*, allows the theoretical approach of Castilho's markedly historical and literary work to Benjamin's palimpsestic and critical text and through the comparison of the texts, the modernity of Castilho's analysis is revealed in the light of the textual fragments compiled by Walter Benjamin.

KEYWORDS

Júlio de Castilho; *Olisipography* (Lisbon Studies); *Lisboa Antiga*; Walter Benjamin; *Flâneur*.

Júlio de Castilho, olisipógrafo e flâneur da cidade em transformação parte da reflexão sobre aspetos da modernidade urbana oitocentista, num período de grande transformação das cidades e tendo como referências o ensaio *As passagens de Paris* de Walter Benjamin, o *flâneur* e a sua relação com a cidade, procurando estabelecer pontos de contacto com Júlio de Castilho, Lisboa e a sua obra, nomeadamente através de *Lisboa Antiga: O Bairro Alto*, na derradeira versão do texto.¹

Estabelecida a evidência deste paralelismo, ganharam significados adicionais a perspetiva da modernidade literária em Castilho (cf. Rita, 2019) e consolidaram-se

1 A partir do último texto muito aumentado e editado em vida do autor, na edição póstuma publicada pela Câmara Municipal de Lisboa, revista e anotada por Gustavo Matos Sequeira – cf. a nota 1 de Joana Cunha Leal (2006, p.1).

pontos de contacto, inicialmente mais subjetivos, entre este autor e um texto fundamental para a definição do arquétipo do *flâneur* na dimensão voyeurística e efabulativa de *A janela de esquina do meu primo* (publicada por E. T. A. Hoffmann, em 1822, em que o narrador vê passar diante de si uma série de pessoas que se convertem em personagens de narrativas ficcionadas) de que é exemplo paralelístico consciente a passagem em que Castilho, através do seu espírito observador, reconhecia e classificava os transeuntes que observava a partir da sua casa de Sacavém, em categorias sociais e circunstâncias que já considerava específicas:

“há anos morava o autor deste livro na quinta da Vitória, em Sacavém de cima. Cada manhã, das suas sacadas, ou do um muro do seu jardim, via passar a caminho de Lisboa uns ribatejanos, da Póvoa, de Alhandra, de Vila Franca, talvez de mais longe, pequenos proprietários rurais, eclesiásticos, negociantes sertanejos, a quem a sua faina chamava à Capital” (Castilho, 1966, p. 276).

Contudo, o enquadramento da obra de Castilho na renovação dos estudos históricos verificada na segunda metade de Oitocentos e o carácter preparatório que *O Bairro Alto* teve no contexto da *Lisboa Antiga*, constituindo-se como a “versão primeira” do trabalho olisipográfico do autor (Santana, 1994, p. 244), foi fundamental para esta análise, ressaltando-se os aspetos que distinguem Júlio de Castilho e Walter Benjamin e as respetivas obras, nomeadamente na cronologia e na oposição da criação literária de Castilho à perspetiva essencialmente crítica da obra de Benjamin.

Apesar das diferenças já enunciadas e considerando-se a diferença formal na maior quantidade de aforismos que constituem a organização de *As passagens de Paris*, os dois autores estudaram a cidade (do século XIX,² como veremos adiante) e a natureza palimpséstica de compilação fragmentária benjaminiana revela-se, também em Castilho, pela ausência de títulos de capítulo e pela sucessão de textos de pequena dimensão no interior dos mesmos. Parafraseando Mike Featherstone e alargando o seu sentido a Castilho, é importante entender que organizando e

2 Mesmo considerando as muitas incursões a cronologias anteriores, mais frequentes em Castilho.

FIGURA 1

Júlio de Castilho, inícios do século XX

Fonte: Fotografia tirada por José Artur Leitão Bárcia. Coleção do Museu de Lisboa / EGEAC / Câmara Municipal de Lisboa
MC.FOT.1710

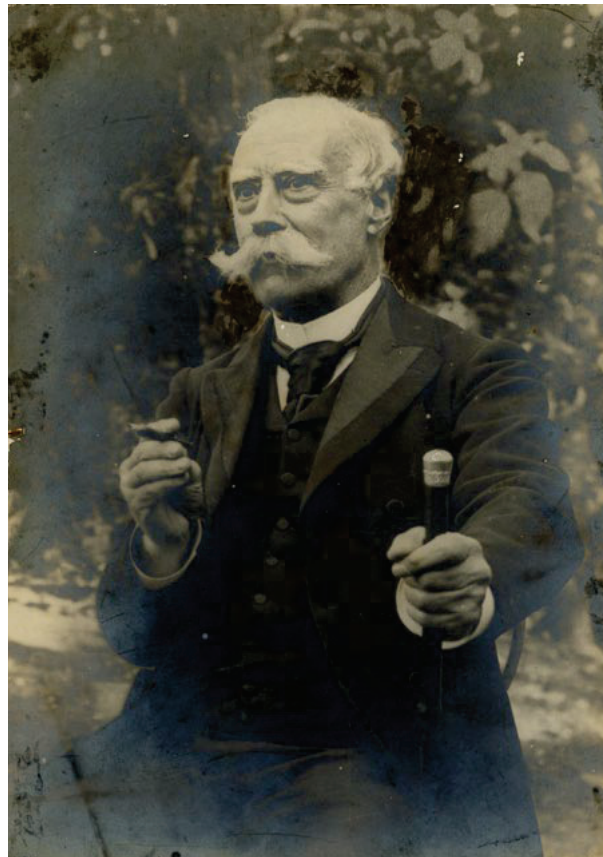


FIGURA 2

Casa de Júlio de Castilho, no Lumiar (s.d)

Fonte: Coleção do Museu de Lisboa / EGEAC / Câmara Municipal de Lisboa.
MC.PIN.0192

investigando sobre (e a partir) da cidade oitocentista, a urbe é também o princípio organizador deste material, salientando que “o texto é uma cidade”³ (Featherstone, 1998, pp. 909-910).

A urgência de registrar a cidade antiga

Em 1879, Júlio de Castilho publicou o texto inicial de um estudo dedicado ao Bairro Alto, que viria a rever e aumentar consideravelmente, em 1902, já integrado numa obra maior — inequivocamente divergente quanto ao entusiasmo inicial pelo modelo parisiense da modernização de Lisboa (Leal, 2006, pp. 5-7, 14) — intitulada *Lisboa Antiga: O Bairro Alto*.

A publicação da 1ª edição coincidiu com o do ano da inauguração dos trabalhos da demolição do Passeio Público e a construção da Avenida da Liberdade, hoje referências carregadas da aura simbólica de um paradigma urbanístico, mas também mental, da transformação da cidade antiga na cidade em modernização.

Assumira-se esse desejo desde a década de 1830 (cf. Silva, 1997, pp. 275-298), e o “projeto de puro aformoseamento da Capital” (*idem*, 1997, p. 290) ultrapassar-se-ia com um novo ciclo de modernidade, décadas depois. Contudo, importa referir duas circunstâncias transformadoras da cidade lisboeta, que tiveram início na década de 1830 e que complementaram, em possibilidades paralelas, a transformação urbana: a extinção das ordens religiosas e a consequente disponibilização de espaços e bens monásticos, em 1834, e a sua contraparte civil, o início do processo de extinção dos morgadios a partir de 1832 e que culminará, em 1863, com a abolição dos Vínculos.

Nesse ciclo de modernização da capital, a que não foram alheios os exemplos de cidades como a Paris *haussmanniana*, a demolição das muralhas de Viena e a construção da *Ring* ou o plano de Cerdá em Barcelona, a obra de Castilho assumiu a urgência de construir uma memória da cidade que antecipasse a sua alteração, num movimento partilhado com autores dessas outras cidades, sobretudo com Paris.

3 The text is a city, no original.



FIGURA 3
Torre de igreja (s.d)
Fonte: Coleção do Museu de Lisboa / EGEAC / Câmara Municipal de Lisboa.
MC.PIN.0198



FIGURA 4
Paço da Ribeira (s.d)
Fonte: Coleção do Museu de Lisboa / EGEAC / Câmara Municipal de Lisboa.
MC.PIN.0631



FIGURA 5
Júlio de Castilho com o retrato de António Feliciano de Castilho
Fonte: Fotografia tirada por José Artur Leitão Bárcia, 1904. Coleção do Museu de Lisboa / EGEAC / Câmara Municipal de Lisboa. MC.FOT.1721



FIGURA 6
Vale da Paiã (s.d)
Fonte: Coleção do Museu de Lisboa / EGEAC / Câmara Municipal de Lisboa.
MC.PIN.0194

É neste enquadramento que se afirma a distinção da cidade antiga por oposição à cidade em modernização. Uma cidade que, para Castilho, importa tanto a nível externo (fachadas, loteamentos, etc.) como a nível interno (genealogias ou complementos históricos), numa tomada de posição relativamente à modernidade,⁴ plasmada também em Benjamin, através da extensão desse “nível interior” que transporta para o universo teórico sobre os interiores domésticos⁵ no capítulo “o interior e o vestígio” (cf. Benjamin, 2019, pp. 327-343) e que conduz à politização do espaço público, quer na passagem em que se opõem estas duas urbes — a antiga e a moderna — e se apresentam como “Motivos para o declínio das passagens:⁶ passeios alargados, luz elétrica, proibição das prostitutas, cultura ao ar livre” (Benjamin, 2019, p.199), quer na declaração de uma atitude política do *flâneur* — considerada uma abreviatura política das classes médias na época do Segundo Império (Benjamin, 2019, p. 548) — e no entendimento da rua como espaço interior (*idem*, p. 550).

Essa valência da rua como motivo de evocação de um universo que a transcende é evidente em Castilho, quando se refere à “comédia das ruas de uma cidade”, reflexo de “todo o viver de um povo” (Castilho, 1966, p. 189), concluindo que a observação do quotidiano urbano é o portal bastante para “observar esse caleidoscópio multicolor, para deduzir num relance a índole, as usanças, as poses, a civilidade, a graça, a história, de uma cidade populosa” (*idem*).

Em Paris, consolida-se a ideia do *Vieux Paris* (a Paris Antiga), que culminará na construção de um *Vieux Paris*, “a atração da Exposição Universal de 1900, criada e realizada pelo desenhador Albert Robida, bem conhecido pelas suas

4 Importa ressaltar que, no caso do autor português, a tomada de posição face à modernização de Lisboa entre a primeira e a segunda edição em vida do autor variam substancialmente, como notou Joana Cunha Leal (2006, pp. 1-14). O Castilho que, aos 39 anos, fora seduzido com a modernização (importada) da cidade, gradualmente foi-se afastando e desiludido, conforme as alterações introduzidas no texto original (*idem*, pp. 5-7, 14).

5 A título de curiosidade, na Europa Central, na sequência das guerras napoleónicas e após o Congresso de Viena, popularizam-se os *zimmerbilder* – pinturas exclusivas dos interiores domésticos, por vezes com um carácter sentimental ou evocativo – de que fazem eco os registos de interiores e plantas desenhadas por Castilho.

6 Embora se dedique em particular às passagens, título da obra em questão, o texto de Benjamin aborda vários aspetos da cidade de Paris oitocentista.



FIGURA 7
Paisagem (s.d)
Fonte: Coleção do Museu de Lisboa / EGEAC / Câmara Municipal de Lisboa. MC.PIN.0195

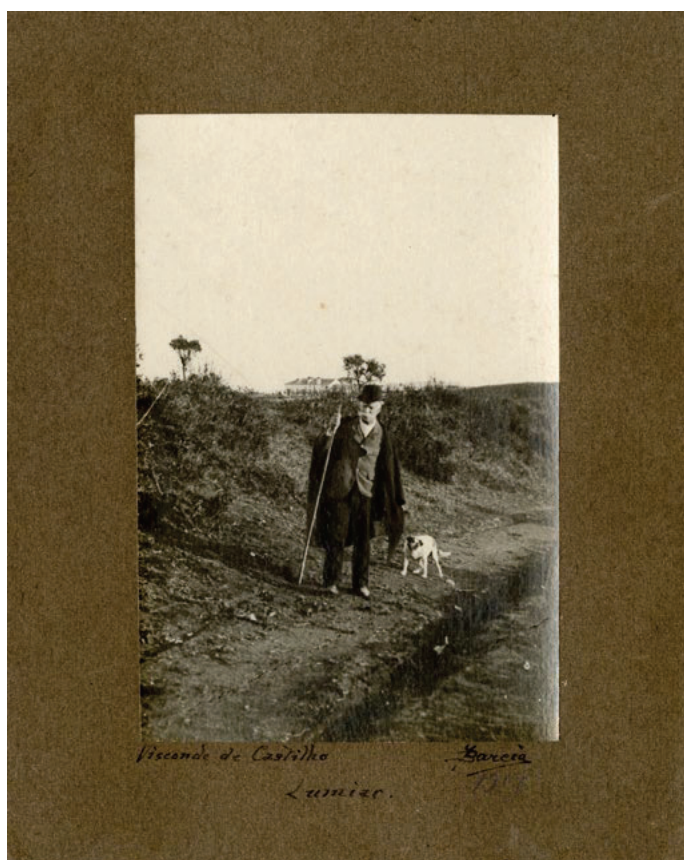


FIGURA 8
Júlio de Castilho com o seu cão Zéfiro
Fonte: Fotografia tirada por José Artur Leitão Bárcia, 1907. Coleção do Museu de Lisboa / EGEAC / Câmara Municipal de Lisboa. MC.FOT.1717

caricaturas (...) e que obteve o maior sucesso”⁷ (Fiori, 2012, p. 99), valorizando-se esse imaginário para o qual concorreram as fotografias documentais de Eugène Atget e o próprio percurso de Albert Robida, materializando-se a apresentação de um “Vieux Paris vivo e sedutor” contrastante com as casas insalubres que anos antes motivaram as demolições parisienses (cf. *idem*, 2012, pp. 88, 96). Esse lugar “fantasmé”⁸ caracteriza-se, independentemente do meio, como um local de fantasmagoria, idealização e ilusão, plena de pitoresco e assumindo uma entidade mais ou menos abstrata, apesar de ancorada numa cientificidade dos inventários ou na recolha documental.

À luz deste evento da Exposição de 1900, ganha um sentido particular a materialização da “Lisboa Antiga”, exposição concebida por Gustavo de Matos Sequeira e integrada nas festas da cidade de 1935 (na sequência da demolição do convento das Francesinhas), a que podemos associar outras iniciativas culturais municipais da mesma década, como o Cortejo Histórico de Viaturas de 28 de janeiro de 1934. Temas que mereceram, décadas antes, a atenção de Castilho, através, por exemplo, do capítulo sobre os antigos transportes — “Outra feição pitoresca das grandes cidades: veículos particulares e públicos” (Castilho, 1966, pp. 275-297).

Embora se refira como expoente principal o trabalho de Albert Robida, a ideia da cidade antiga é um conceito que se foi transformando ao longo do tempo. Por um lado, à medida que os trabalhos da Paris *hausmanniana* avançavam, e este *Vieux Paris* se reduzia em vestígios materiais, foi adquirindo um interesse histórico. Por outro lado, evoluiu de uma “psicologia” da alma da cidade, da ficção literária dos folhetins de Pierre Zacconne ou dos contos históricos de Eugénie Foa (de meados do século) para uma natureza “material”, numa evolução no sentido de “as ruas são a casa do coletivo” (Benjamin, 2019, p. 551), fundamentada pela veracidade histórica.

7 *L'attraction de l'exposition universelle de 1900. Créé et réalisé par le dessinateur Albert Robida, bien connu pour ses caricatures, le "Vieux-Paris" est l'une des attractions qui obtient le plus gros succès à l'Exposition, no original.*

8 Partindo do pensamento de Ruth Fiori e remetendo para os valores nostálgicos, o sentimento de perda do “Vieux Paris” e uma reprovação da cidade moderna (Fiori, 2012, pp. 33-50), mas também o apogeu dessa “Paris Antiga” com a construção de Albert Robida, o inventário de Eugène Atget (*idem*, pp. 88-92) e os fundamentos para o Museu Carnavalet (*idem*, pp. 79-81) possibilitam uma reflexão sobre o posicionamento do município de Lisboa relativamente à sua “Lisboa Antiga”.

É nesse contexto que se inserem obras como *Notre Capitale Paris* de Charles Delon (1839-1900), publicada em 1885, constituindo-se como uma síntese histórica da cidade entre as Lutécias gaulesa e romana e a contemporaneidade do seu autor, antecedida por uma introdução sobre os aspetos geográficos e físicos que, em grande parte, justificam a dimensão histórica da urbe. E é a essa dimensão que Delon retoricamente questiona quando coloca em aparente oposição “a grandiosidade material, a imensidão de uma grande capital”⁹ à soma cumulativa de trabalho e esforço representados nessa enormidade urbana¹⁰ (Delon, 1885, p. 14). Para este autor, a introdução contrapõe ainda as perspectivas (gloriosas) de um passado e o presente (cf. *idem*, p. 15), presentes quer em Castilho, quer em Benjamin, relativamente ao conceito da fantasmagoria como

“Um produto fantasmagórico é um produto ideológico que pode operar para a crítica da ideologia, pois, se a fantasmagoria faz a mediação enganosa do antigo e do novo” (Velloso, 2007, p. 63).

Em Castilho, a consciência da fantasmagoria concretizava-se, em tempo de vida do autor, quando o coche dourado de D. José, Marquês de Valada, saía para a abertura solene das cortes: “abriram-se os portões do pátio de par em par, e aquela visão arqueológica apresentou-se em plena rua moderna, como um anacronismo dominador.” (Castilho, 1966, p. 281). Na sua obra *Lisboa Antiga: O Bairro Alto*, as inúmeras possibilidades da fantasmagoria convergem, à laia de síntese sobre a natureza fantasmagórica e sobre a natureza intermediária ou de mediação da cidade do momento presente, numa das notas do último capítulo do derradeiro volume:

“Quem não quer ver, ou quem não sabe ver, nada enxerga de tudo o que estou a dizer sobre aquelas ruas e vielas; mas quem observa, quem liga, quem procura através do moderno” (Castilho, 1966, p. 328-329).

9 *la grandeur matérielle, l’immensité d’une grande capitale*, tradução do autor.

10 Do ponto de vista material (população e monumentos), Delon equipara Paris à segunda grande capital, mas destaca-a como primeira sob o critério subjetivo da capacidade de despoletar emoções. Em termos quantitativos, a primeira capital seria Londres. (Delon, 1885: 15).

Independentemente da autenticidade da narrativa e da permissão de apontamentos menos genuínos antevista na justificação de uma suposta “tradição histórica” na “tradição oral, que também colabora com os almocreves de petas e verdades” (Castilho, 1966, p. 319), nota-se esta possibilidade de filosofar a partir da grande cidade (passada e/ou presente), evocando aspetos aleatórios e dispersos, por vezes pontuais ou até anedóticos, particularmente relevadores da ausência de um sistema.¹¹ Neste grupo de narrativas insere-se o episódio do roubo e recuperação da capa de Miguel Teles de Moura às portas de Santa Catarina (Castilho, 1955, p. 9-10) imediatamente após a seguinte advertência quanto à natureza das evocações históricas: “Além de vários recontros em tempo de guerra, além de aparatosas entradas de Pessoas Reais, quantas cenas curiosas e engraçadas nos podia narrar esta porta se tivesse voz! Para abreviar, contarei o seguinte:” (*idem*, p. 9). Narrativas e ausências de sistema que merecem advertências de Rita Velloso:

“Os escritos sobre o cotidiano de uma cidade não são algo isolado no conjunto dos textos de Walter Benjamin. Ao contrário, são uma intensificação e desenvolvimento do seu conceito de que “o mundo dominado por suas fantasmagorias é modernidade” (BENJAMIN, W., 2006, p.77), pois, enquanto locus da experiência moderna, edifícios e situações urbanas — seja em Paris, Moscou ou Berlim; Marselha, Nápoles ou Ibiza — vão informar seus escritos filosóficos, críticos e estéticos (CAYGILL, 1998, p.118). A grande cidade realiza a possibilidade do filosofar benjaminiano, em que nada há que não possa ser transformado em objeto de observação minuciosa (GARBER, 1992) e, afinal, desenvolvido a partir do cotidiano.” (Velloso, 2007, p. 64).

Neste contexto de cidades em transformação, o confronto de Lisboa com Paris é inquestionável. Enquanto arauto da modernidade, a capital francesa é o mote para a passagem premonitória “As largas vias que se projetam, a Avenida

11 Ausência de sistema igualmente reconhecida em Benjamin: “A imagem dialética Benjaminiana é uma pausa, um momento de interrupção e iluminação, no qual passado e presente reconhecem-se mutuamente através do vazio que os separa, e a dialética transgride as fronteiras da representação tradicional: com a função de remontar o sentido das imagens, é como um relâmpago, nunca um sistema.” (Velloso, 2007, p. 63).

da Liberdade, e outras, cortarão, como raios de uma grande estrela, os arrabaldes em todas as direções” (Castilho, 1966, p. 341), tida como uma inevitabilidade em “Transformam-se as grandes cidades mais depressa do que julgamos” (Castilho, 1966, p. 350).¹²

No entanto, Castilho contesta pontualmente a supremacia de Paris. Quando aborda a introdução da iluminação a gás em Lisboa, referencia a folha volante “*Cassoada que fizeram os Lampiões antigos da Cidade aos novos Candeeiros do Gás, por se terem apagado de repente na noite de 29 de Outubro de 1848*” (Castilho, 1966, p. 267), aludindo ao fiasco dos candeeiros de gás, por oposição à permanência dos velhos candeeiros que se mantiveram acesos. Apesar desta referência anedótica e jocosa, reconhece o atraso comparativo com Paris, quando nota — apesar da ambiguidade da justificação para o atraso lisboeta — que “Paris cobria-se de borboletas de gás, e pululavam as Companhias exploradoras do grande inverno. Pois bem; Lisboa mexia-se também; muito devagar, conforme o seu bom costume, mas enfim, dando sinal de vida.” (Castilho, 1966, p. 248).

Por fim, do ponto de vista formal, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto* possui o mesmo carácter disperso e fragmentário, intercalado ou precedido por inúmeros parêntesis, considerações de índole histórica e genealógica. À semelhança de *As Passagens de Paris* de Walter Benjamin, está estruturalmente constituída por reflexões, embora esteja mais trabalhada como texto literário.¹³ Deste modo, *Lisboa Antiga* cumpriu as premissas benjaminianas, pretendendo

“Reconstruir topograficamente a cidade dez, cem vezes, a partir das suas passagens e portas, dos seus cemitérios e bordéis, das estações e das suas ..., tal como antes ela era definida pelas suas igrejas e os seus mercados.” (Benjamin, 2016, p. 194).

12 Ou o alvitre “De ora avante não será assim” (Castilho, 1966, p. 371) e a passagem “O que é também certo é que o passado vai sendo sacrificado ao presente, e que um utilitarismo burguês e tacanho absorve e desonra egoisticamente a Arte. Ulisses transforma-se no Barão Haussmann.” (Castilho, 1954, p. xxxv).

13 Porventura por *As passagens de Paris* não ter sido publicado em vida do seu autor, apesar de este ter trabalhado no projeto durante 13 anos.

Sem querer dispersar, as proposições estendem-se igualmente à frase seguinte:

“E há ainda as figuras mais secretas e mais profundas da cidade: crimes de morte e rebeliões, os nós sangrentos na rede das ruas, as alcovas do amor e dos grandes incêndios” (Benjamin, 2016, p. 194).

Assuntos analogicamente abordados ao longo dos volumes de *Lisboa Antiga: O Bairro Alto*. Veja-se o “Incêndio medonho na Trindade” (Castilho, 1954, pp. 391-392) ou na igreja do Loreto (Castilho, 1955, pp. 22-24),¹⁴ a prostituição em “Fogos suspeitos. Historia-se (da possível maneira) a sua invasão do Bairro Alto” (Castilho, 1966, pp. 150 -155), crimes de sangue, em “Sancho de Góis — Inácio — atentam contra a sua vida em 1694” (*idem*, pp. 135-138) e a execução de Pantaleão de Sá (*idem*, p. 143-144) ou furtos pitorescos como “Castiçais astuciosamente roubados a Manique por um gatuno” (*idem*, pp. 43-44).

Mantendo a natureza palimpséstica e fragmentada de pequenos textos organizados em capítulos temáticos, a cidade constitui-se como referência inequívoca, não apenas de percursos e proximidades, mas com temas e assuntos que são, também, motivo para incursões cronológicas de extensões variáveis. Curiosamente, também a perspectiva do leitor contemporâneo da 3.^a edição foi no sentido de evidenciar essa relação com a cidade, como é exemplo, a referência “Havia aí recuo de carruagens” (Castilho, 1962, pp. 21-24) repetida e distribuída toponimicamente, no Índice, pelo Aljube, igreja de S. Tomé e Rua dos Arcos (*idem*, p. 22); Beco do Bugio e Rua de Santo André (*idem*, p. 21), Rua dos Cavaleiros (*idem*, p. 24), etc.

Partindo das pontes estabelecidas entre a obra destes dois autores, os temas escolhidos e a reflexão urbana das duas cidades, apercebemo-nos da importância de três figuras benjaminianas,¹⁵ destacando o *flâneur* como explorador da cidade antiga.

14 A que se pode acrescentar a lista de entradas sobre incêndios, de Francisco Santana (1974, pp. 291-292).

15 As outras duas figuras são os arquétipos do *coleccionador* e do *chiffonnier* (o trapeiro ou recolector de trapos velhos e outros objetos deitados ao lixo, que venderá posteriormente). Comparativamente com o *flâneur*, os três tipos recolhem objetos-memória. Contudo, o *flâneur* e o *chiffonnier* têm outro ponto em comum, nomeadamente a liberdade decorrente da ausência de horários e hierarquias profissionais e as deambulações (mais ou menos ociosas) pela cidade.

O *flâneur*, a *flânerie* e o registo visual do instante

Se títulos de obras de referência da memória da cidade, como *Lisboa de lés-a-lés (...)* de Pastor de Macedo, *Peregrinações* de Norberto de Araújo ou *Livro de Bordo* de José Cardoso Pires, apontam diretamente para a caminhada urbana, o texto de *Lisboa Antiga: o Bairro Alto* incorpora formalmente um percurso físico e mental na cidade, através da descrição de itinerários partilhados com o leitor, representando a cidade como espaço heterotópico, uma deambulação que se reflete na escolha das palavras usadas por Castilho.

Do ponto de vista físico, esses passeios solitários, associados a memórias individuais e à fruição estética, são referidos no *In Memoriam* por Joana Trancoso (1920, p.26) e permitem indiciar pontos de contacto entre a *flânerie* e a sua obra olisipográfica, aproximando-se daquilo que Benjamin definiu no arquétipo do *flâneur*, essa figura ociosa, de pretensões literárias e artísticas, em deambulações solitárias e anónimas na multidão, paradigmática da modernidade oitocentista da grande metrópole europeia.

O *flâneur* é uma figura da obra de Charles Baudelaire que se transforma num arquétipo benjaminiano. Em Baudelaire e em Benjamin, é um fenómeno estritamente urbano porque a deambulação na multidão associa-se automaticamente à grande cidade e, desta forma, é o homem que deambula na cidade, relacionando-se com esta e não com as pessoas. Sintetiza, nessa perspetiva, o símbolo da experiência da modernidade urbana.

Encontramos nos passeios solitários de Castilho características do *flâneur* que se prolongam na sua obra: o périplo que o narrador de *Lisboa Antiga: O Bairro Alto* partilha com o seu leitor, convocando-o à “deambulação” através do livro, de que são exemplo as expressões de comunhão do olhar, em “olhemos pois” (Castilho, 1966, p. 9), na articulação de um trajeto, como na passagem “Saindo da igreja das Carmelitas Descalças, e subindo a rua *Formosa*, eis-nos a desembocar na linda Praça do *Príncipe Real*” (Castilho, 1966: 7); alusões à disponibilidade de tempo, um percurso que deve ser feito “sem pressas”, sentando-se “num desses bonitos bancos verdes” (Castilho, 1966, p. 7) ou a escolha de locais ou edifícios onde um passado consciente e inconsciente e o presente convergem a partir dessa cultura material da cidade de que falámos anteriormente (sendo que, para Júlio de Castilho e para o *flâneur*, interessa sobretudo uma narrativa que surge no hiato, no espaço livre entre a cidade do passado/ imaginada e a cidade presente).

No seu capítulo sobre o *flâneur*, Benjamin anotou que “A cidade é a concretização do velho sonho humano do labirinto. É esta realidade que, sem o saber, o *flâneur* persegue” (Benjamin, 2019, p. 558).

Nesta perspetiva, em *As Passagens de Paris* enaltece-se a obra *Le treizième arrondissement de Paris*, de Louis Lurine e publicado em 1850, como “um dos mais notáveis testemunhos da fisionomia própria dos bairros de Paris” (Benjamin, 2019, p. 559) destacando-se a personalização do bairro como sujeito,¹⁶ que encontramos também em expressões como “Lisboa, a sincera Lisboa” (Castilho, 1966, p. 311) ou “Lisboa tinha o seu capote; conquistara-o; apreciava-o muito, embrulhava-se nele com gosto” (*idem*, p. 312), “Lisboa (...) a quem muito convinha viver protegida nas muralhas guerreiras” (*idem*, p. 351), “Lisboa forçou essa prisão incómoda” (*idem*, p. 134).

Em *Lisboa Antiga: o Bairro Alto*, a natureza da narrativa opõe-se a uma narrativa linear do passado da cidade (uma “História de Lisboa” diacrónica) e constitui-se como a relação com a dimensão heterotópica da cidade.

Para o *flâneur* (e para Castilho), a cidade é um mundo interior que une várias épocas, acontecimentos, fenómenos, singularidades, aspetos e imagens — de que ele é, em certa forma, a testemunha e o colecionador.¹⁷

Ao registo escrito que assume características da crónica de uma *flânerie* quotidiana, juntam-se desenhos e pinturas executados com determinada ligeireza, de forma amadora, justificada por autorreconhecida lacuna de formação na arte do desenho. Estas obras revelam-se de extraordinária modernidade, na aproximação da definição baudelairiana do “instantâneo”, o registo visual rápido e quase fotográfico, preconizado por Constantin de Guys e objeto de ensaio em *Le peintre de la vie moderne*, que Baudelaire publicou, em 1863, estruturado em pequenos textos sobre o artista, homem da multidão; a maquilhagem (e a fantasmagoria); a arte mnemónica, e a modernidade, entre outras. Não admira, portanto, que tenha sido estudado por Walter Benjamin, seduzido pelos valores da estética do esquisso, da rápida fixação do instante e do recurso à memória.

16 Benjamin cita “Fórmulas como “o décimo terceiro *arrondissement* não se dedica ao amor de um homem a não ser quando lhe proporciona vícios para amar (p. 216)” (Benjamin, 2019, p. 559).

17 Veja-se a nota 11.

Tinop¹⁸ associou alguns destes valores a Castilho, quando comparava a sua escrita à criação de imagens, referindo que “o seu estylo evocador refletia todas as impressões com a viveza de um espelho e a justeza de um vidro albuminado” (1920, p. 138). Apesar dos conhecidos artifícios fotográficos contemporâneos da afirmação, como a manipulação da silhueta feminina nos negativos de fotógrafos nacionais e estrangeiros, incluindo Nadar, ou a fotomontagem de *Os Trinta Valérios* apresentada na Exposição Universal de Saint Louis (1904) por Valério Vieira, a referência à fotografia é duplamente interessante. Por um lado, pelas supostas qualidades de verosimilhança da arte fotográfica e os paralelismos estabelecidos com a acuidade textual. Por outro lado, pela relação de amizade e admiração pessoal entre Castilho e o fotógrafo José Artur Leitão Bárcia.

Excluíram-se desta pequena nota os diversos esboços, detalhes ou cópias de imagens incorporadas como ilustrações da obra escrita, frequentemente referenciados relativamente a fontes ou a autores, e não se incluíram as duas pinturas de género ao estilo da Escola Flamenga, como a cena de interior doada por Bárcia ao Museu da Cidade¹⁹ (MC.PIN.0197) e o autorretrato de 1906, do acervo do mesmo museu (MC.PIN.0171), por se tratar de uma incursão temática ancorada na especificidade de um gosto pessoal.

No entanto, são dignas de referência a existência de fotografias de desenhos de Castilho tiradas por Bárcia (por vezes, a pedido do autor) e o conjunto de registos de interiores que constituem um pequeno núcleo temático, iniciado com a biografia de seu pai, António Feliciano de Castilho, continuado como registo de domesticidade e que se podem agrupar na categoria de *zimmerbilder* ou “retratos de interiores” popularizados na Europa Central, a partir das guerras napoleónicas e do Congresso de Viena e acompanhando o período Biedermeier (Cf. Nascimento, 2019).

As pinturas seleccionadas do acervo do Museu de Lisboa não são datadas. Relativamente à eventual transposição de memória do Terreiro do Paço (MC.PIN.0631), assumida como “esboço” na inscrição feita por Bárcia, é impossível assegurar o ineditismo da sua execução ou as características funcionais, apenas especuláveis pela

18 Pseudónimo do jornalista e olisipógrafo João Ribeiro Pinto de Carvalho (1858-1936).

19 Antiga denominação do Museu de Lisboa.

graduação dos azuis e do branco e de uma outra composição com quadricula, possível estudo ou cópia de painel de azulejos (MC.PIN.0553). Reproduzem-se as pinturas com os motivos da torre (Figura 3), da casa de Júlio de Castilho (Figura 2) e de paisagens da zona do Lumiar (Figuras 6 e 7), em articulação com o retrato fotográfico de Castilho com o retrato de seu pai (Figura 5), ressaltando não se tratar de um interesse singular nas características da pintura, mas a evocação de uma identidade física da admirada figura paterna.

As duas pinturas de paisagens (de um conjunto de três, atualmente no acervo do Museu de Lisboa) permitem a associação aos passeios “solitários” de Castilho e do seu cão Zéfiro pelas bandas do Lumiar, hipoteticamente datadas de cerca de 1907, se associadas ao instantâneo de Bárcia (Figura 8). São pinturas feitas com relativa parcimónia do uso de tinta, esbatida sobre o suporte, mas sem ocultar o previsível movimento da pincelada e sem ligação cromática através da mistura de óleos ou terebentinas e diluentes. Nota-se a economia de recursos cromáticos e a simplificação da modelação evidente nos efeitos de luz e sombra dos detalhes (planificação/modelação da paisagem, sombras de folhas e árvores, etc.). Em nenhuma destas pinturas se cobriu o relevo da tela com uma aplicação densa de tinta, preservando a transparência e a sensação de luminosidade destas composições.

Apesar de relativamente esparsa no contexto da produção de Castilho, a referência à criação de imagens surge naturalmente associada à capacidade cocriadora do leitor, através da imaginação, como podemos constatar em “Pintei, como soube e pude, a banda ocidental da Lisboa de el-Rei D. Manuel e de el-Rei D. João III” (Castilho, 1966, p. 299) ou à evocação do carácter “impressionista” da narrativa, a partir da observação “Quem passar de lápis na mão, e com olhos de ver” (*idem*, p. 354).

Contudo, questionando-nos acerca das dimensões da modernidade da nostalgia e usando o enquadramento crítico e teórico da obra de Walter Benjamin, Júlio de Castilho afigura-se-nos como um homem “modernamente” no seu tempo, apesar de se ter dedicado à olisipografia, uma disciplina aparentemente circunscrita ao passado.

BIBLIOGRAFIA

- Benjamin, W. (2019). *As passagens de Paris*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Castilho, J. (1954). *Lisboa Antiga: o Bairro Alto — volume I*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Castilho, J. (1955). *Lisboa Antiga: o Bairro Alto — volume II*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Castilho, J. (1956). *Lisboa Antiga: o Bairro Alto — volume III*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Castilho, J. (1962). *Lisboa Antiga: o Bairro Alto — volume IV*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Castilho, J. (1966). *Lisboa Antiga: o Bairro Alto — volume V*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Delon, C. (1885). *Notre Capitale Paris*. Paris: E. Weill et G. Maurice. Bibliothèque Nationale de France. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1419744/f1.item>
- Featherstone, M. (1998). The “Flâneur”, the City and Virtual Public Life. *Urban Studies*, 35 (5/6), 909–925. Sage Publications. <http://www.jstor.org/stable/43084038>
- Fiori, R. (2012). *L'invention du vieux Paris. Naissance d'une conscience patrimoniale dans la capitale*. Belgique: Mardaga.
- Leal, J. (2006). A individualidade de Lisboa e o tipo da casa portuguesa em Júlio de Castilho. *Vinte e um por vinte e um. Revista da Escola Superior Artística do Porto*, 2, 73–85. Escola Superior Artística do Porto. https://www.academia.edu/185532/A_individualidade_de_Lisboa_e_o_tipo_de_casa_portuguesa_em_Júlio_de_Castilho
- Nascimento, M. (2019). Assoalhadas da memória: casos de registo visual de interiores de Lisboa no espólio de Júlio de Castilho. Em *Homenagem a Júlio de Castilho por ocasião do Centenário do seu falecimento/ Programa de Comemoração do Centenário do falecimento de Júlio de Castilho*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses.
- Rita, A. (2019). Da obra literária de Júlio de Castilho. Em *Júlio de Castilho, vida e obra- III Colóquio de Olisipografia/ Programa de Comemoração do Centenário do falecimento de Júlio de Castilho*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Santana, F. e Sucena, E. (Eds.) (1994). Castilho (Júlio de). Em *Dicionário da História de Lisboa*, 244. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Silva, R. (1997). *Lisboa romântica: urbanismo e arquitetura, 1777-1874*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/11507>
- Santana, F. (1974). *Índice da Lisboa Antiga e da Ribeira de Lisboa de Júlio de Castilho*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Trancoso, M. (ed.) (1920). *In Memoriam Júlio de Castilho*. Lisboa: Tipografia da Empresa Diário de Notícias.
- Velloso, R. (2007). *Distração e choque: A experiência da arquitetura na vida cotidiana*. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais]. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B9BFTP>

Gomes de Brito (1843-1923): Figura multifacetada na história de Lisboa

Gomes de Brito (1843-1923):
Multi-layered figure
in the history of Lisbon

MARGARIDA ELIAS

Instituto de História da Arte, IN2PAST, Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

RESUMO

José Joaquim Gomes de Brito (1843-1923) foi uma personalidade multifacetada da história de Lisboa, sobretudo ligado à olisipografia. Sócio fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa, tomou parte nos trabalhos preparatórios para a fundação da Sociedade dos Jornalistas e Escritores Portugueses, tendo sido diretor-gerente da Sociedade de Artistas, de que faziam parte vários atores, como Eduardo Brazão, João e Augusto Rosa. Foi ainda colaborador do jornal de Rafael Bordalo Pinheiro, *O Binóculo* (1870) — tendo conhecido o caricaturista através da paixão de ambos pelas artes dramáticas. Funcionário da Câmara Municipal de Lisboa, entre 1886 e 1916, desempenhou comissões de serviço e, em 1911, foi encarregue de dirigir interinamente o Arquivo Municipal. Publicou vários artigos em jornais, muitos deles dedicados à história de Lisboa, sendo esse o caso de um estudo sobre a Rua de São Tomé, na *Revolução de Setembro* (1880) e *Os Itinerários de Lisboa*, na *Revista de Educação e Ensino* (1900). O livro *Ruas de Lisboa* é uma obra póstuma, publicada em 1935.

PALAVRAS - CHAVE

Olisipografia; Jornalismo; Teatro; Arquivo Municipal; Câmara Municipal de Lisboa; Caricatura.

ABSTRACT

José Joaquim Gomes de Brito (1843-1923) was a multi-layered personality, largely linked to the study of Lisbon's history (*olisipography*). Founding member of the Lisbon Geography Society, he also took part in the preparatory work for the founding of the Society of Portuguese Journalists and Writers, having been managing director of the Society of Artists, which included several actors, such as Eduardo Brazão, João and Augusto Rosa. He was also a contributor to the caricaturist Rafael Bordalo Pinheiro's newspaper, *O Binóculo* (1870) — having met the artist through their shared passion for the dramatic arts. An employee of the Lisbon City Council between 1886 and 1916, he carried out important service assignments and, in 1911, was tasked with temporarily managing the Municipal Archive. He published several articles in newspapers, many of them dedicated to the history of Lisbon, such as a study on Rua de São Tomé, in the newspaper *Revolução de Setembro* (1880) and *Os Itinerários de Lisboa* (Lisbon Itineraries), in the magazine *Revista de Educação e Ensino* (1900). The book *Ruas de Lisboa* (Lisbon Streets) is a posthumous work, published in 1935.

KEYWORDS

Olisipography (Lisbon Studies); Journalism; Theatre; Municipal Archive; Lisbon City Council; Caricature.

1. Primeiros anos e formação

José Joaquim Gomes de Brito (Figura 1) nasceu a 12 de outubro de 1843¹ e, um dia após o seu nascimento, foi entregue aos cuidados da Santa Casa da Misericórdia, onde foi batizado com o nome de José Gomes, tendo como padrinho José Vítor Caldas. Foi depois entregue aos cuidados de uma ama, de nome Maria da Conceição, casada com Francisco Nunes,² moradores em Freiria (Azueira, Torres

1 Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia: *Entradas e Batismos de Expostos*, Liv. 118, fl. 34v.; *Criação de Leite, Meninos e Meninas*, Liv. 28, fl. 476; *Criação de Seco, Meninos e Meninas*, Liv. 33, fl. 44; *Termos de Entregas aos Pais*, Liv. 4, fl. 404v.; *Documentos de Entrega*, cx. 4, maço de março de 1846.

2 Casados a 12 de maio de 1834, na Igreja de São Lucas (Freiria). Em Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Paróquia de Freiria, Registos de Casamento, 1812-1839, fl. 72v.

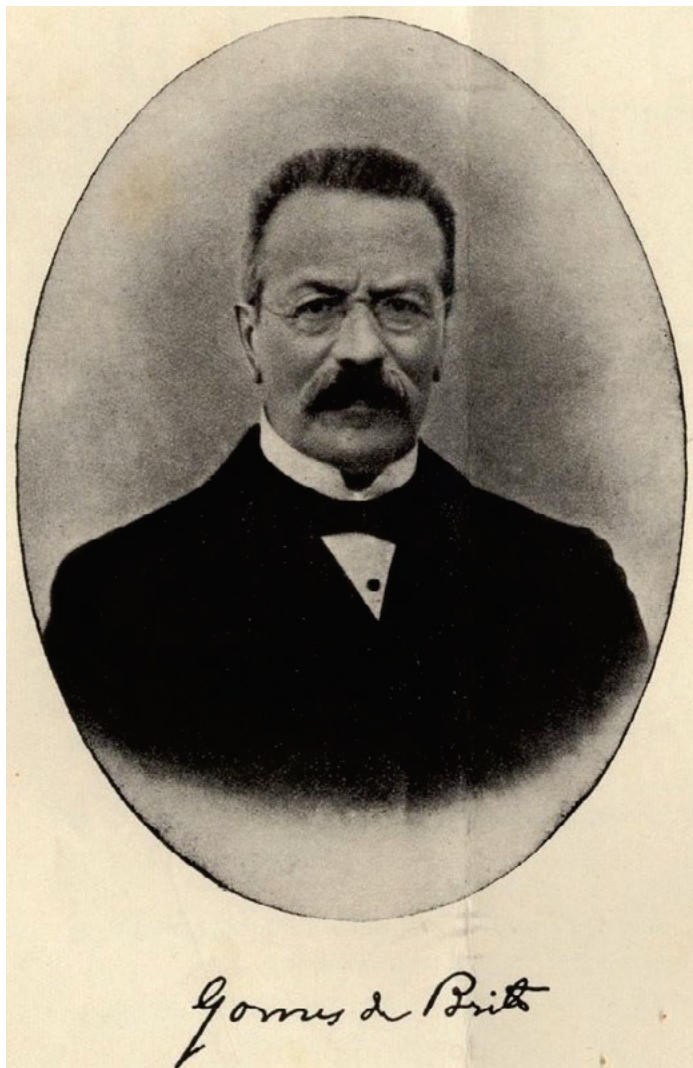


FIGURA 1

Gomes de Brito

Fonte: *Olisipo*, 24, outubro de 1943, © BLX-Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Vedras). A 30 de março de 1846, foi devolvido à sua mãe, Alexandrina Rosa da Conceição, moradora na Rua do Regedor, no (então) n.º 3 (freguesia de São Cristóvão). Estes dados, em parte coincidem com os que foram dados pelo bibliógrafo e jornalista Álvaro Neves (1883-1948), que assinou uma biografia sobre Gomes de Brito em 1943 (Neves, 1943),³ onde diz que ele era filho de Alexandrina Rosa da Conceição, muito embora afirme que o nome do pai era Francisco Nunes Gomes

3 Álvaro NEVES (1943). *Catálogo da exposição comemorativa do centenário do nascimento de José Joaquim Gomes de Brito*. Lisboa: Museu de Rafael Bordalo Pinheiro.

de Brito, o que coincide, em parte, ao nome do marido da ama de leite (cf. Neves, 1943, pp. 7-8).⁴

Estudou no Liceu das Merceeiras, ao Limoeiro e, cerca de 1853, com dez anos, ingressou na Colegiada de São Nicolau, do reverendo prior Francisco do Rosário e Melo, antigo frade de Xabregas (c. 1791-1856). Segundo Gomes de Brito, aos domingos à tarde, era costume os alunos fazerem um passeio, indo por vezes a Belém e “este não era, de todos os passeios, o menos estimado entre a juvenil companhia. O celebre pasteleiro da arcada tinha visita infalível. (...) O resto adivinha-se, os pastelinhos levavam cresta, e o dôce tinha a virtude de retemperar as forças para o regresso, como se fora sólida vianda” (Brito, 1893, pp. 11-12).

Em 1857, passou a frequentar o Liceu Nacional de Lisboa, em São João Nepomuceno, onde foi colega do futuro médico José Tomás de Sousa Martins (1843-1897) (Neves, 1943, p. 9). Mas, de acordo com as memórias de Gomes de Brito, ele fora um rapaz pobre, “De letras tão humilde”, que aprendera a ler na *Sentença*, tendo apenas concluído, em 1864, o exame da Instrução Primária (Brito, 1910, 5-6). Depois dos estudos, deu início à sua primeira atividade profissional, que era de empregado do comércio,⁵ o que exigia que transitasse “pela cidade em todas as direcções”, conseguindo assim “conhecer a maior parte das vias públicas e respectivas orientações” (Brito, 1910, p. 23).

Grande admirador do escritor Alexandre Herculano (1810-1877), decidiu procurar conhecê-lo. Segundo o seu relato (publicado no livro *No Primeiro Centenário*

4 O nome da mãe também é o que surge no registo do casamento de Gomes de Brito, onde se diz que tinha sido batizado na Misericórdia de Lisboa, sendo filho de Alexandrina Rosa da Conceição (solteira), em ANTT, Paróquia dos Anjos, *Livro de Registos de Casamento*, 1892, fls. 19-19v.

Contudo, houve depois alguma confusão com os nomes dos pais, pois no registo de óbito, lê-se que era filho de Francisco Nunes Gomes de Brito e de Maria da Conceição Almeida Gomes de Brito, o que corresponde (em parte) aos nomes da ama de leite e do seu marido, que o criaram entre 1844 e 1846. Para aumentar a dificuldade da genealogia de Gomes de Brito, acresce que no jornal *Comércio de Portugal*, dirigido por João Crisóstomo, amigo de Gomes de Brito, em 14 de novembro de 1891, diz-se que ele era filho de Bento José Gomes de Brito (c. 1803-1891), falecido em 11 de novembro desse ano, com 88 anos, sendo possível que fosse realmente o seu pai, embora este fosse casado com Felícia Rosa do Carmo, desde 1834 (s.a., 1891, p. 2).

5 No *Livro de Matriculas do Curso Superior de Lettras* ele surge inscrito em 1865 e 1866, dando esta profissão como ocupação. Cf. Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [AHFLUL], *Livro de Matriculas do Curso Superior de Lettras*.

de Alexandre Herculano), em março de 1864, sabendo que o historiador costumava frequentar a livraria Bertrand às quintas-feiras, esperou por ele, interpelando-o na rua, junto do Teatro de São Carlos. Herculano aconselhou-o a estudar Filosofia da História e convidou-o a ir a sua casa, na Ajuda. Desde então Gomes de Brito passou a frequentar a casa do historiador, sempre às terças-feiras, por vezes lá se encontrando com o Marquês de Sabugosa, António Maria de Melo César e Menezes (1825-1897), quando este ia ao Paço (Brito, 1910, pp. 13-16).

A partir de 1865, fez o Curso Superior de Letras, com o incentivo de Alexandre Herculano. O Curso funcionava no antigo Convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco, que, desde 1834, era a sede da Academia das Ciências de Lisboa. Segundo os registos dos *Livros de Matrículas* e *Termos de exames dos alumnos do Curso Superior de Lettras*, Gomes de Brito inscreveu-se por três vezes, em 1865, 1866 e em 1874, completando o curso em 1875.⁶ Nessa altura foi, por breve tempo, colega de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), tornando-se também amigo dos seus irmãos Feliciano (1847-1905) e Manuel (1850-1925) — o primeiro, afillhado de António Feliciano de Castilho (1800-1875), viria a ser coronel de artilharia e diretor de obras públicas em Macau; o segundo viria a ser médico-cirurgião. A esta questão regressaremos noutra capítulo, mas importa citar aqui as memórias do próprio Gomes de Brito (1920, p. 7), em que este fala das “brilhantíssimas lições do professor Jaime Moniz [1837-1917]”, que decorriam na Academia.

Segundo Álvaro Neves, Gomes de Brito esteve matriculado na Academia de Belas Artes,⁷ entre 1860 e 1864, “tomando lições de geometria e princípios de arquitectura do amável velhinho professor João Pires da Fonte [1796-1873]”.

6 AHFLUL, *Livro de Matrículas do Curso Superior de Lettras*, 26/11/1860-25/06/1873; *Livro de Matrículas do Curso Superior de Lettras*, Tomo 2.º, 01/10/1873-15/06/1881; *Termos de exames dos alumnos do Curso Superior de Lettras*, 12/07/1861-12/10/1883. Rafael Bordalo Pinheiro também surge inscrito em 1865 e 1866; Feliciano em 1865. Outro dado interessante é que, em 1874, Gomes de Brito tem a ocupação de estudante, o que poderá indicar que terá tirado o ano para finalizar o curso, talvez com o apoio de Alexandre Herculano. Os mesmos livros informam que em 1865-1866, morava no Largo da Rua dos Canos (n.º 10) e, em 1874, na Travessa do Poço da Cidade (n.º 11).

7 No Arquivo da Faculdade de Belas Artes não encontramos o seu nome no *Livro de Matrículas de 1860-1861*, mas é possível que a matrícula tenha sido entre 1862 e 1869, pois no mesmo arquivo faltam os livros de matrículas referentes a esses anos. Existe, no *Livro dos Discípulos de Arquitectura*, de 1845 a 1881, um aluno chamado Joaquim Gomes, no ano letivo de 1863-1864, que terá abandonado o curso em 1865.

Aprendeu também desenho com o pintor-restaurador João Maria Franco (Neves, 1943, 9-10; cf. Brito, 1910, 204). Desta época subsistem alguns desenhos como uma *Cabeça de homem* (1863) e uma *Cabeça de mulher* (1864), que, em 1943, pertenciam a Maria Emília da Conceição Borges.

Entretanto, com Luciano Cordeiro (1844-1900), tomou parte nos trabalhos preparatórios para a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, criada em 1875. Por volta de 1876, a sua atividade profissional estava ligada à indústria, sendo, nesse ano, o representante português da “Union des fabricants” (fundada em 1872), viajando até Paris, onde publicou *Le régime des marques de fabrique en Portugal* (Neves, 1943, p. 12). No ano anterior, em 1875, através de Herculano, conheceu António Augusto de Aguiar (1838-1887), e, em 1883, passou a ser o secretário deste, quando ele foi Ministro das Obras Públicas e Indústria. Antes disso, em 1878, entrara na redação do *Jornal do Comércio*, como colaborador efetivo e, mais tarde, participou nos trabalhos preparatórios para a fundação da Sociedade dos Jornalistas e Escritores Portugueses, fundada em 1880, por ocasião das comemorações do Tricentenário de Camões.

Anos depois, a 2 de abril de 1892, Gomes de Brito casou-se na Igreja dos Anjos, com Maria José Vasques Rego (n. c. 1843), sendo uma das testemunhas João Crisóstomo Melício, Visconde de Melício (1837-1899), que fora um dos fundadores da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, e fora, entre 1888 e 1890, presidente da Associação Industrial Portuguesa. Na altura, Gomes de Brito vivia na freguesia de São Pedro de Alcântara, sendo “empregado da camara municipal”⁸ — assunto ao qual voltaremos mais adiante.

2. O Teatro e Rafael Bordalo Pinheiro

Foi no âmbito do teatro, em 1863, que Gomes de Brito conheceu Rafael Bordalo Pinheiro, no Teatro Garrett, na Travessa do Forno (Anjos). Este teatro era propriedade de António Cândido da Cruz, “o Cruz do Guarda-roupa”, que era comerciante e seria empresário do Teatro do Ginásio (1870-1871). Ligado ao teatro

8 ANTT, Paróquia dos Anjos, *Livro de Registos de Casamento*, 1892.

amador, o Teatro Garrett abriu as suas portas em 1860, com a comédia *A paixão de André Gonçalves* de Luís de Araújo Júnior (1833-1906) (Filipe, 2017, p. 47).

Segundo as memórias de Gomes de Brito, referindo-se ao momento em que conheceu Rafael Bordalo: “Deu-se o caso na Garrett, aquela minúscula salinha de teatro particular, cuja galeria povoavam, em noites de espetáculo, gracios e enfeitadas, as Isabelinhas e as Júlias daquele tempo (...)”; acrescentando que fora conduzido a esse espaço por Francisco Avelar, tendo sido “eleito sócio, para traduzir a peça da futura récita” (Brito, 1920, pp. 3-4). Álvaro Neves adita que foi com essa tradução que Gomes de Brito entrou “na república das letras” (Neves, 1943, p. 10).

Lembremos que, pouco tempo depois (1865), Gomes de Brito fez o Curso Superior de Letras, sendo colega de Rafael Bordalo Pinheiro, tornando-se também amigo da restante família. Neste contexto, juntou-se ao grupo de jovens que se reunia em casa de Manuel Maria Bordalo Pinheiro (1815-1880), pai de Rafael, na Praça da Alegria:

“Entro a frequentar aquela desaparecida casa da Praça da Alegria (...), onde de tão boa sombra eram recebidos pelos sempre lembrados chefes desta privilegiada família os amigos de seus filhos, e sou admitido aos cavacos da *sala terrea*, a antiga oficina de Manuel Maria Bordalo Pinheiro (...)” (Brito, 1920, p. 7).

Entre os jovens que se reuniam assiduamente nesta casa, além dos irmãos Bordalo e de Gomes de Brito, estavam outros dois alunos do Curso Superior de Letras, nomeadamente Henrique Protes (1844-1891?) e António Ennes (1848-1901), e também Mariano Cordeiro Feio (1845-1883) e Gabriel Pereira (1847-1911). Das reuniões surgiu, em 1866, a iniciativa de se organizarem umas *Conferencias Cientificas, Literárias e Históricas*, “cuja celebridade não ultrapassou o ambiente familiar e amigo” (Neves, 1943, p. 50).⁹ Numa fotografia, feita nessa ocasião (Fig. 2), vemos, de pé, Henrique Protes, Gomes de Brito e Gabriel Pereira, sentados, Rafael Bordalo Pinheiro, Mariano Cordeiro Feio, Feliciano Bordalo Pinheiro e António Ennes.

9 Gomes de Brito desenvolve o assunto numa explicação inserida por Brito Aranha, num livro sobre Gabriel Pereira, publicado em 1913.



FIGURA 2

Retrato do grupo das “Conferencias de 1866”

Fonte: Fotografia tirada por Augusto Xavier Moreira, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, MRBP. FOT.0479, [http://coleccion.museubordalopinheiro.pt], © EGEAC/Museu Bordalo Pinheiro.

FIGURA 3

Rafael Bordalo Pinheiro, *Caricatura de Gomes de Brito*
 Fonte: *O António Maria*, 4 de novembro, 1880, © BLX-Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Segundo Álvaro Neves, foi Gomes de Brito o “instigador e colaborador do primeiro jornal de Rafael Bordalo Pinheiro” — *O Binóculo* (1870), que, segundo Júlio César Machado (1835-1890), foi “o primeiro jornal que se vendeu dentro dos teatros” (Neves, 1943, p. 5). Nesse mesmo ano de 1870, em novembro, foi caricaturado no estudo para a 3.^a gravura d’*O Calcanhar de Aquiles*, dedicada a Alexandre Herculano, entre Augusto Seromenho (1833-1878) e Rebelo da Silva (1822-1871), embora não tivesse figurado no desenho definitivo. O próprio Gomes de Brito contava que quando o “insigne caricaturista” empreendera a publicação do álbum *O Calcanhar de Aquiles*, desejou ter a prévia aprovação por escrito dos caricaturados. Foi Gomes de Brito que apresentou “o Bordalo a Herculano, tendo-lhe previamente pedido para tal a indispensável permissão, e pondo-o ao corrente do que o jovem artista desejava”. A apresentação deu-se na “loja de Bertrand”:

“Após palavras breves, surdiu da pasta dos desenhos de Rafael a audaciosa caricatura, e não me esquecerá nunca a vermelhidão que retingiu, por um instante, o rosto de Herculano, ao lançar-lhe os olhos... Mas também o que èle riu com a lembrança do endiabrado rapaz! (...) Prometeu logo a pedida autorização, declarando-a, porém escusada (...)” (Brito, 1920, pp. 7-8).

Ainda no mesmo âmbito da Academia, Gomes de Brito foi caricaturado numa reunião para apreciação dos relatórios de Latino Coelho (1825-1891) (este transfigurado num coelho), acerca de um *Dicionário de Língua Portuguesa*. Gomes de Brito foi figurado junto de Teixeira de Vasconcelos (1816-1878) (Neves, 1943, pp. 24-25).

Mais interessantes são outras duas caricaturas, a primeira das quais de 4 de novembro de 1880, n’*O António Maria*, em que Gomes de Brito foi representado como um personagem de grande cartola, descrita como “uma grande massa negra, tectrica e monumental” (Fig. 3). Vinha esta caricatura a propósito da sua atividade no mundo do teatro, pois, entre 1880 e 1882, foi diretor-gerente da Sociedade de Artistas, de que faziam parte “as actrizes Virgínia [1850-1922], Rosa Damasceno [1845-1904], Carolina Falco [1839-1906], e os actores Eduardo Brazão [1851-1925], João [1843-1910] e Augusto Rosa [1852-1918], Pinto de Campos, etc., sociedade arrendatária do teatro D. Maria II, nos anos de 1880-1882” (Neves, 1943, p. 13).

A outra caricatura que citamos, foi publicada em 10 de novembro de 1887, no jornal *Pontos nos ii*. Desta vez surgiu com uma figura alongada (terminada em

caracol), tão grande como o seu discurso sobre António Augusto de Aguiar, proferido na Sociedade de Geografia de Lisboa — a propósito da morte do antigo ministro, de quem fora secretário.

Rafael Bordalo Pinheiro morreu em 1905 e, em 1920, quando Álvaro Neves publicou o *Inventário da Obra Artística do Desenhador*, Gomes de Brito foi convidado a escrever a introdução da obra, onde declarava que “A obra imensa de Rafael Bordalo Pinheiro ha-de ser um dia objecto de estudiosa e mui proveitosa análise”. Nessa introdução relatava a maneira como ambos se tinham conhecido, dando testemunho da amizade que os uniu. Descrevia Bordalo como um “mancebo” “espontâneo em seus affectos” e “sinceramente entusiasta em suas ligações de amigo”. Finalizava dizendo que o texto que assinava era um “modesto preito de eterna saudade [d]o seu sempre amigo, sempre admirador” (Brito, 1920, pp. 7 e 13).

3. Funcionário da Câmara Municipal de Lisboa

Desde 1881 que Gomes de Brito trabalhava na Câmara Municipal de Lisboa, tomando posse do lugar camarário de Secretário da Intendência de Iluminação e Limpeza da Cidade (AML, Diploma de 24 de janeiro de 1881¹⁰). A partir de 1886, desempenhou várias comissões de serviço, começando pelo “Exame da escrituração e contabilidade municipais”, por proposta de Augusto Fuschini (1843-1911); cadastro dos comerciantes; matrizes dos contribuintes de licenças a estabelecimentos; e, desde 1898, organizou a repartição de estatística, “apresentando o ensaio de *Estatística mortuária*” (Neves, 1943, pp. 14-15; Ata n.º 72, 1943, pp. 3-4). No ano de 1910, foi nomeado 1.º Oficial do quadro de pessoal da 1.ª Repartição (deliberação de 27 de outubro¹¹) e, em 1911, foi encarregado de dirigir o Arquivo Municipal. Esta atividade terminou em 1913: “quando descia as escadas dos Paços do Concelho deu desastrosa queda, resultando a fractura duma perna. Era diabético, e a cura foi demorada. A 15 de Abril de 1916 resignou o cargo, tendo-o exercido com muita satisfação: êle o dizia: — ‘presto serviço à minha Lisboa’” (Neves, 1943, p. 16).

10 Informação cedida por Vasco Silva Brito.

11 Informação cedida por Vasco Silva Brito.

Referindo-se a esta faceta profissional de Gomes de Brito, o olisipógrafo Augusto Vieira da Silva (1869-1951), contava que “Tanto nos seus trabalhos oficiais como funcionário da Câmara Municipal, onde bastante [sic] serviços prestou à fazenda municipal, mediante a aplicação dos seus conhecimentos económicos, estatísticos e históricos, como nas obras em que versou assuntos vários, aproveitava sempre qualquer ensejo para uma pequena lição sobre a história, a toponímia ou a topografia da nossa velha cidade de Lisboa”. Entre outros exemplos, refere-se ao “relatório oficial sobre o *Património da Cidade de Lisboa*”, que foi apresentado à vice-presidência da Câmara a 20 de junho de 1909. Continha “notícias históricas tão interessantes, que eu, com receio de que todas ali ficassem sepultadas e desconhecidas do público curioso da história de Lisboa, extrai [sic] delas o assunto para um artigo sobre a *Muralha do Carmo*, que, com o seu nome, foi publicado em 1928 em *Arqueologia e História*, revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses”¹² (Brito, 1927-1928, pp. 184-208, citado por Silva, 1960, vol III, p. 165). Deste modo, vemos que o funcionário da Câmara e o olisipógrafo eram duas facetas que se interligavam estreitamente.

4. O olisipógrafo

Desde 1876 que Gomes de Brito publicou artigos em jornais, muitos dos quais dedicados à olisipografia. Segundo Álvaro Neves, “É de 1880, creio, o seu primeiro estudo de olisipógrafo, e versa sobre *A rua de São Thomé*, a-propósito do Infante D. Henrique, e da pretendida doação do seu palácio à Universidade, artigo publicado na *Revolução de Setembro*” (Neves, 1943). O mesmo biógrafo afirma que os artigos só “recomeçaram em 1884, com uma pública lembrança à Câmara Municipal de Lisboa referente ao Arquitecto Ludovice”. Em 1887, escreveu um memorial sobre a preservação da sacristia da Madre de Deus (1887). Desde essa altura publicou artigos sobre Lisboa no *Jornal da Noite*, *Comércio de Portugal* e *Revista Arqueológica*, destacando-se também, por exemplo, as publicações dos artigos

12 Publicado com o título «Lisboa Antiga, Apontamentos para a História das Vias Públicas Lisbonenses, Rua Nova do Carmo», in *Arqueologia e História*, Vol. VI, 1927-1928, pp. 184-208.

Tenças testamentárias da Infanta D. Maria (1907) e *Notícia de livreiros e impressores em Lisboa na segunda metade do século XVI* (1911) (Neves, 1943, pp. 13-15).

O livro *Lisboa do Passado, Lisboa dos Nossos Dias* (1911), reúne vários dos artigos que tinham sido publicados em jornais. Nas palavras do autor: “Vindo a lume em varios periodicos da capital, desde ha já trinta e três anos, pareceu ao seu auctor que, atendendo-se ás diferentes épocas em que foram redijidos, porventura poderiam taes escriptos, aspirar a ser, ainda agora, oferecidos á consideração de seus conterraneos (...)”. Acrescentava que desejava “(...) aferir, em face da Lisbôa de hoje, que é que foi a Lisbôa de outras eras, acaso por esta leitura se poderá ajuizar se quanto a nossa capital adiantou de então para agora, será comparavel ao progresso que poderia ter alcançado, e ainda hoje está lonje de atinjr” (Brito, 1911, pp. V-VI).

No prefácio, Gomes de Brito dizia também que “A florescencia, a policia e a nobreza de uma grande capital dependem do concurso de três poderosos factores; — a sua população, a sua administração municipal e o governo do Estado”. E acrescentava: “(...) Mostrar que nenhum deles correspondeu às respectivas obrigações, desde que, a partir da segunda metade do XIX seculo, foi um tanto mais possível pensar em ennobrecer e modernizar a fradesca, tristonha e pauperrima Lisbôa, ajudando-a (...) a satisfazer as suas naturaes aspirações, fundadas na sua excepcional situação geográfica (...)” (Brito, 1911, p. VI). Neste sentido, o texto traduz o desânimo de Gomes de Brito com a forma como a cidade de Lisboa era governada, o que também foi notado, anos depois, por Augusto Vieira da Silva: “O seu amor à cidade que lhe tinha sido berço era tão grande, que o desânimo por vezes o invadia, ao reconhecer que ela não conseguia corresponder ao ideal que por ela sentia. É o que se revela nas muitas e espirituosas, mas doudas crónicas sobre variados aspectos de Lisboa (...)” (Silva, 1960, pp. 163-164).

Não cabendo aqui uma análise detalhada sobre as suas observações, julgamos que será interessante fazer um apanhado sobre a maneira como este olisipógrafo encarava a história da cidade e o que desejava ver melhorado. Um tema recorrente é o da influência do clero regular no urbanismo de Lisboa. Na *Lisboa Insalubre* (*Jornal do Comércio*, 3 de novembro de 1878), Gomes de Brito reclamava contra o “(...) aspecto fradesco soturno, tristonho e desenxabido da Lisbôa, edificada sob o imperio dos frades e dos jesuítas (...)” (Brito, 1911, p. 28). Citamos ainda o artigo *Lisbôa Mystica*, publicado em 1911, onde dava conta dos conventos e do destino que tiveram depois de 1834, aludindo depois ao impacto que tiveram na toponímia.

Noutros textos, a sua posição era mais pragmática, dando conta das obras que desejava que se realizassem. No artigo *Lisboa Despresada*, originalmente publicado no *Comércio de Portugal*, a 8 de janeiro de 1886, afirma: “Quere isto dizer que Lisbôa está carecendo de muitas e muito dispendiosas obras” (Brito, 1911, p. 34). Entre as obras que desejava ver realizadas, contavam-se as relacionadas com as vias públicas. Assim, na *Lisboa Magnífica* (*Diário de Notícias*, 2 de novembro de 1890 e dias seguintes), falava sobre o Terramoto e as suas consequências. Depois de mencionar o desaparecimento do Paço da Ribeira e da Igreja da Misericórdia, dizia:

“O resto era, pouco mais ou menos, o que são hoje Alfama e a Mouraria. O terremoto o que fez? Deitou em terra o casario velho e relho, feito, na sua maior parte, de taipa? Derrubou, aqui, ali, um que outro convento? Abateu os zimbórios da Sé e de S. Vicente? Destruiu este ou aquelle palácio, já ferido em si mesmo de vetustez ou de ruina? Mas no lugar do casario, disposto em um inextricavel labyrintho de ruas tão apertadas, que havia algumas por onde não era possível que rodassem os côches da epoca, ergueu-se essa cidade que ahi vemos, a monotona e desconsolada *Cidade Baixa* de nossos peccados, grelha que já se mostra apertada para a vida e para o movimento actuaes”.

No artigo *Lisboa Contribuinte* (*Comércio de Portugal*, 18 e 23 de maio de 1888), apelava “para a obra urgentíssima do alargamento da rua Nova da Palma, chamando a atenção de outras obras que considerava necessárias, entre elas uma casa mortuária para os falecidos por acidente ou por crime [em nota refere que o Necrotério data de 1898]; e a criação, junto da repartição técnica da Câmara, de uma comissão permanente de engenheiros, arquitetos e higienistas que se ocupem das reformas a introduzir na planta geral da cidade, com o fim de lhe ir operando as transformações mediante regras e preceitos fixos, tirados não só da demonstração das deficiencias da viação, como do movimento deslocativo da população: — eis uma repartição bem precisa (...)” (Brito, 1911, pp. 45, 50-51). Note-se que o trabalho de Ressano Garcia (1847-1911), como engenheiro do departamento técnico da Câmara Municipal de Lisboa, desde 1874, iria em grande medida colmatar pelo menos algumas destas necessidades.

O livro *Ruas de Lisboa* é uma obra póstuma, publicada em 1935, revista e prefaciada por António Baião (1878-1961), que era, então, diretor da Torre do Tombo. Em testamento, Gomes de Brito (falecido em 1923) havia-lhe deixado o espólio literário,

e nele “quatro grossos pacotes devidamente alfabetados com o título que a esta obra serve de sub-título: *Notas para a história das vias públicas lisboenses*”. Foram essas anotações que Baião decidiu publicar em três volumes, afirmando, no prefácio: “Sem um entranhado e acrisolado amor à terra natal não se concebia e muito menos realizava o assombro de erudição, o colosso de trabalho metódico e persistente, que se vae ler e fica depois na estante, como uma sentinela vigilante, pronta sempre para consulta permanente”. O conjunto de informações contidas nestes livros eram resultado dos anos de trabalho no Arquivo Municipal de Lisboa:

“Passando anos no ambiente do arquivo da câmara municipal onde, como é natural, os elementos pululam para conhecimento das vias públicas, Gomes de Brito soube interroga-los. E não só esses como as vielas tortuosas de sabor arcaico, as ruas alinhadas geomètricamente, os largos espaçosos e arejados e os painéis de azulejos sobressaindo de entre as paredes enegrecidas e musgosas” (Baião, 1935, I, pp. V-VI).

António Baião juntou nestes livros outras publicações de Gomes de Brito, nomeadamente a *História das Paróquias de Lisboa* (publicada com o título de “Subsídios para a história das paróquias de Lisboa”, no *Correio Nacional*, em 1893) e os *Itinerários de Lisboa*, publicada pela primeira vez desde 1899, na *Revista de Educação e Ensino*. O capítulo da *História das Paróquias de Lisboa* corresponde a artigos que tinham por assunto a *Antiguidade e Orientação das Igrejas de Lisboa Anteriores ao Terramoto de 1755* (Silva, 1960, p. 166). Quanto aos *Intinerários*, de acordo com as observações de Vieira da Silva, ligavam-se a “um curioso estudo (...), em que não só trata dos antigos roteiros da cidade, mas contém substanciosas notícias sobre os edifícios religiosos, igrejas, capelas, casas conventuais que existiam na cidade, e sobre a nomenclatura das vias públicas que das mesmas resultou”. E acrescentava que esse “estudo da influência religiosa na toponímia de Lisboa é um aspecto da história da cidade que antes de Gomes de Brito nunca havia sido encarado na sua generalidade”. Embora não

tivesse sido concluído,¹³ “pode ser considerado magistral, e as notícias que contém são valiosíssimas” (Silva, 1960, p. 165).

Nos *Itinerários de Lisboa*, Gomes de Brito faz uma análise da topografia da cidade, ligando-a à toponímia e à história. Observa que “O *Roteiro dos Correios*, de 1801, regista para cima de *cem sítios* em toda a cidade e arrabaldes, formando categoria a par com as ruas, calçadas e travessas, largos, becos, pateos e praças, e toda a restante lista de categorias secundárias de *caracoes* e calçadinhas, terreirinhos, escadinhas, carreiras e altinhos que povoam as extensas listas das denominações da via pública de Lisboa, em 1800” (Brito, 1935, III, p. 213).

Existem outras importantes contribuições para a história de Lisboa, entre as quais nomeamos *Os Remolares* (1899), mas sobretudo a publicação em 1923, sob a direção de Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921), do manuscrito anónimo da Biblioteca Nacional intitulado *Estatística de Lisboa de 1552*. Pouco antes de falecer, Gomes de Brito terminou o comentário e as notas à edição desse manuscrito, ao qual atribuiu o novo título *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa, na 2ª metade do século XVI*, tendo descoberto que o seu autor era João Brandão (de Buarcos), escudeiro fidalgo da casa de el-rei D. João III. Luís Pastor de Macedo (1940, pp. 7-8), afirmou que este trabalho bastava para que fosse considerado “um investigador de alto merecimento, um consciencioso esquadrinhador de arquivos, um profundo conhecedor da história de Lisboa, numa palavra, um olisipógrafo dos mais brilhantes (...)”. Igualmente, segundo Vieira da Silva, este trabalho era da maior relevância: “Consideramos estas anotações o melhor trabalho de Gomes de Brito sobre Lisboa, porque nele se patenteia um cabedal de erudição não vulgar, um perfeito conhecimento da cidade e da sua vida social, comercial e industrial no final da Idade Média, a sua esplêndida memória, e uma paciência beneditina a par de uma incocussa probidade” (Silva, 1960, pp. 165-166).

Ainda acerca do seu trabalho de olisipógrafo, recordamos que em 1944, Luís Pastor de Macedo escreveu que entre os “três primeiros discípulos de [Júlio de] Castilho” estava “o grave e erudito Gomes de Brito, que na olisipografia foi o

13 Segundo Vieira da Silva, este trabalho poderá ter ficado incompleto “por desgosto ou pundonor, por Gomes de Brito ter nele contraditado Inocêncio a propósito duma edição dos *Itinerários Lisbonenses*, e depois reconhecido o seu engano” (Silva, 1960, p. 166).

criador dos estudos toponímicos” (Macedo, 1944, p. 146). De facto sabemos que Gomes de Brito admirava Castilho, pois no artigo *Lisboa Despresada*, apontava esse olisipógrafo como um exemplo a seguir:

“(…) testemunho da sua profunda admiração pela obra interessantíssima do sr. Visconde de Castilho — *Lisboa Antiga*. Que s. ex.^a o aceite como devido preito a trabalho de tanta valia, e aos patrióticos sentimentos de que é tão eloquente manifestação. O sr. visconde de Castilho conseguiu levar a feliz termo, com sua *Lisboa Antiga*, o que o mallogrado Adolpho Bertý começara a pôr em pratica a respeito da velha Paris, e o esclarecido Inspector principal do serviço histórico daquela capital, M. Tisserand, veio a completar. A *Lisboa Antiga* é uma verdadeira *Olysipo restituta!*” (Brito, 1911, p. 37).

5. Considerações finais

É vasta a lista da bibliografia assinada por Gomes de Brito, sobre diversos temas, não só de olisipografia, mas devemos ainda referir a colaboração no *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876) e Brito Aranha (1833-1914). Rememoremos que fez também parte da Sociedade de Bibliófilos, Barbosa Machado, tendo sido seu secretário (1910) e vice-presidente (1913). Em 1915, foi eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

Na fase final da vida, Gomes de Brito reunia em sua casa muitas personalidades com importância na cultura do tempo. Segundo Álvaro Neves: “Durante a sua vida de septuagenário era frequente, às tardes, encontrarmos no seu gabinete de trabalho, no alto da Costa do Castelo, os generais José Estêvão de Moraes Sarmiento [1843-1930], João Carlos Rodrigues da Costa [1843-1917], o arqueólogo Mena, o bibliognosta Dr. Xavier da Cunha [1840-1920], o olisipógrafo Pinto de Carvalho (Tinop) [1858-1956], e o Dr. Manuel Bordalo Pinheiro, em conversação amena (...)” (Neves, 1943, pp. 17-18).



FIGURA 4
Rua da Costa do Castelo, Lisboa, n.ºs 44 e 42, janeiro de 2024
Fonte: Margarida Elias, 2024.

Entre as pessoas que frequentavam a sua casa estava também Augusto Vieira da Silva, como este relatou em 1949.¹⁴ Conheceu Gomes de Brito, quando lhe foi “bater à porta, para lhe pedir o favor da sua opinião sobre um trabalho que acerca de Lisboa eu estava elaborando”. Sendo recebido de “forna afectuosa”, voltou posteriormente à sua casa, “para ouvir as suas prelecções e conselhos sobre assuntos lisboanios”. Conta também que Gomes de Brito não só lhe disponibilizava os livros da sua biblioteca, como os seus conhecimentos sobre edifícios, locais e vias públicas, que “ele recordava, tratava e amava como se fossem entes queridos de família”. Só lhe ocultara o nome do autor da *Estatística de Lisboa*, de 1552, que ele descobrira ser João Brandão, porque desejava realizar uma publicação sobre o tema: “São pequeninas vaidades a que os investigadores não sabem esquivar-se!” (Silva, 1960, pp. 163-164).

14 Publicado também no 3.º volume dos *Dispensos*, 1960.

Devemos ainda evidenciar a sua amizade com António Baião, que viria a ser o seu testamentário. Gomes de Brito faleceu, com 79 anos, a 15 de abril, na sua casa na Costa do Castelo, no 2.º andar do n.º 42 (Figura 4). Deixou testamento,¹⁵ feito a 4 de dezembro de 1922, onde afirmava ser viúvo, sem filhos ou parentes. Na leitura do testamento, podemos observar que ao longo da vida tinha conseguido adquirir algum património, como títulos (da Companhia das Águas, entre outros) e bens imobiliários, com prédios na Rua do Terreirinho, na Calçada do Desterro, no Largo do Socorro e na Rua do Socorro. Entre os seus beneficiários estava António Baião, que, além de outros itens, recebeu “a propriedade de todos os meus escritos, manuscritos e impressos”.

Em 1943, cem anos passados sobre o seu nascimento, fez-se, no Museu Bordalo Pinheiro, uma exposição sobre Gomes de Brito, acompanhada por um catálogo com a biografia realizada por Álvaro Neves. Na sessão de 30 de setembro desse ano, da Câmara Municipal de Lisboa, o vereador Luís Teixeira (1904-1979) dizia que Gomes de Brito fora um “dos mais representativos valores dessa época inicial do revigoramento das investigações lisiponenses” (Ata n.º 72, 1943, 2). Bastantes anos mais tarde, em 2009, o topónimo Rua Gomes de Brito foi atribuído por Edital de 16 de setembro a um arruamento da freguesia de Marvila. Data de 2023, o primeiro centenário da sua morte, sendo este artigo, em parte, uma homenagem a esta personalidade da história de Lisboa.

Por fim, é de destacar o facto de Gomes de Brito ter tido uma opinião positiva sobre a necessidade de modernização de cidade, desejando que houvesse um maior investimento em termos de vias de circulação de pessoas e bens, de melhor salubridade e de desligar a cidade do peso da história eclesiástica e conventual. Neste quadro, sublinhamos o seu posicionamento não saudosista, mas sim progressista. Note-se que o livro *Lisboa do Passado, Lisboa dos Nossos Dias* foi publicado em 1911, no alvor da República, denotando certamente uma esperança de que esta trouxesse a possibilidade de renovar a cidade.

15 Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Processo N.º 5030, 1922-1923, 2.º Bairro Fiscal de Lisboa, Autos de liquidação de contribuição de registo por título gratuito, José Joaquim Gomes de Brito, 15 de abril de 1923.

FONTES

ARQUIVO CONTEMPORÂNEO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Processo N.º 5030, 1922-1923, 2.º Bairro Fiscal de Lisboa, Autos de liquidação de contribuição de registo por título gratuito, José Joaquim Gomes de Brito, 15 de abril de 1923.

ARQUIVO DA FACULDADE DE BELAS ARTES

Livro de Discípulos da Aula de Arquitetura, 1845-1881.

ARQUIVO HISTÓRICO DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Livro de Matriculas do Curso Superior de Lettras, 26/11/1860-25/06/1873;

Livro de Matriculas do Curso Superior de Lettras, Tomo 2.º, 01/10/1873-15/06/1881; *Termos de exames dos alumnos do Curso Superior de Lettras*, 12/07/1861-12/10/1883.

ARQUIVO HISTÓRICO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

Entradas e Batismos de Expostos, Liv. 118, fl. 34v.;

Criação de Leite, Meninos e Meninas, Lv. 28, fl. 476;

Criação de Seco, Meninos e Meninas, Lv. 33, fl. 44;

Termos de Entregas aos Pais, Liv. 4, fl. 404v.;

Documentos de Entrega, cx. 4, maço de março de 1846.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

1.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, *Livro de registo de óbito*, 1923, fl. 31v.

Paróquia de Anjos, *Registos de casamento*, 2 de abril de 1892, fl. 19 e 19 v.

Paróquia de Freiria, *Registos de casamento*, 1812-1839, fl. 72 v.

BIBLIOGRAFIA

Câmara Municipal de Lisboa (1943). Ata n.º 72. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 1-11.

Aranha, B. (1913). *Gabriel Pereira: notas biográficas e bibliográficas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Brito, J. J. G. (1893). *O Prior de S. Nicolau Rosário de Mello e a Sacristia da Madre de Deus em 1879-1880: Memória e memorial* Lisboa: Typ. Do Commercio de Portugal.

Brito, J. J. G. de (1910). *No Primeiro Centenário de Alexandre Herculano: 28 de março de 1819 a 28 de março de 1910: Páginas Íntimas*. Lisboa: Livraria Ferin.

Brito, J. J. G. de (1927-1928). Lisboa Antiga, Apontamentos para a História das Vias Públicas Lisbonenses, Rua Nova do Carmo. *Arqueologia e História*, VI, 184-208. Museu Arqueológico do Carmo.

Brito, J. J. G. de. (1935). *Ruas de Lisboa: notas para a história das vias públicas lisboenses*. Lisboa: Sá da Costa.

Brito, J. J. G. de., Neves, A. (1920). *Rafael Bordalo Pinheiro, Inventário da Obra Artística do Desenhador*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Filipe, J. G. M. (2017). *O Gosto Público que sustenta o Teatro. Subsídios para o estudo da vulgarização do pensamento teatral oitocentista em Portugal*. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/28739>

Fonseca, M. (Dir.), Pessanha, J. (Dir.) (1910-1913). *Boletim da Sociedade de Bibliófilos Barbosa Machado*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Vol. XII. [1935-1957]. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.

Macedo, L. P. de (1944). No descerramento de uma lápida na casa onde nasceu Tinop. *Olisipo*, 27, 145-151. Câmara Municipal de Lisboa.

Macedo, L. P. de. (1940). *Lisboa de Lés-a-Lés*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Neves, A. (1943). *Catálogo da exposição comemorativa do centenário do nascimento de José Joaquim Gomes de Brito*. Lisboa: Museu de Rafael Bordalo Pinheiro.

Neves, A. José Joaquim Gomes de Brito. Em Martinho da Fonseca (1927), *Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português* (pp. 239-240). Coimbra: Imprensa da Universidade.

s. a. (1891, 14 de novembro). Secção Noticiosa, Sentidos pezames (Bento José Gomes de Brito). *Jornal do Comércio*, 3698, 2.

Silva, A. V. da. (1960). *Dispersos*. Vol. III. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

A importância da “Colecção Castilho” para a Olisipografia

The importance of “Colecção
Castilho” for *Olisipography*
(Lisbon Studies)

EUNICE RELVAS

Gabinete de Estudos Olisiponenses; HTC-História, Territórios
e Comunidades, pólo na NOVA FCSH do CEF-Centro de Ecologia Funcional,
da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

RESUMO

Este estudo analisa a relevância de dois manuscritos inéditos da *Colecção Castilho*, depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, para o estudo da cidade de Lisboa.

Júlio de Castilho nasceu em Lisboa em 1840 e aqui faleceu no ano de 1919. É grande a lista da sua obra; mas é, especialmente, conhecido como o “pai” da Olisipografia, temática que inaugurou com a publicação de *Lisboa Antiga. O Bairro Alto* (1879). O seu testamento, datado de 1913, determinava que o seu acervo documental seria doado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Nesta vasta coleção destacam-se, no prisma deste texto, a *Colecção Olisiponiana* ou de gravuras da cidade de Lisboa; a *Colecção Olisiponense*, que inclui monografias, periódicos, manuscritos e documentação diversa relativa a Lisboa; e, por último, as *Obras Inéditas*, constituídas por numerosos apontamentos e escritos sobre a temática olisiponense.

Este trabalho tem como fontes duas das *Obras Inéditas* depositadas na Casa Forte da Torre do Tombo, designadamente a *História das minhas relações com o Paço, e das minhas lições de História e Literatura a Sua Alteza O Príncipe Real* (1903-1910) e *Recordações. Memórias íntimas de Júlio de Castilho* (1910-1911) — com saliência para este último manuscrito — examinando a sua importância para o estudo de Lisboa, da segunda metade do século XIX à primeira década do século XX.

A alegria de Castilho era Lisboa, cidade que estudou e calcorreou, venerando-a e amando as suas gentes. Os manuscritos que analisaremos são um tesouro esquecido pelos olisipógrafos?

PALAVRAS-CHAVE

Júlio de Castilho; História de Lisboa; Olisipografia; Olisipógrafos; Memórias; Arquivo Nacional; Lisboa.

ABSTRACT

This study aims to analyse the relevance of two unpublished manuscripts from the *Colecção Castilho*, safely kept in the National Archives of Torre do Tombo and display their significance for Lisbon’s city studies. Born in Lisbon in 1840, Júlio de Castilho passed away in 1919, leaving behind an extensive literary work. He’s especially known as the “father” of *Olisipography* (Lisbon Studies) a theme he introduced with the publication of *Lisboa Antiga. Bairro Alto* (1879). His will, dated 1913, stated his entire document collection to be donated to the National Archives of Torre do Tombo. From this vast collection, we highlight and bring forth the *Colecção Olisiponiana*, or engraving collection from Lisbon’s city; These include monographs, periodicals, manuscripts, and various documentation relating to Lisbon; and, finally, the *Unpublished Works*, made up of numerous notes and writings on the *Olisipography* theme.

Two unpublished manuscripts were the source material for this study. Deposited in Torre do Tombo’s Casa Forte, they are *História das minhas relações com o Paço, e das minhas lições de História e Literatura a Sua Alteza O Príncipe Real* (1903-1910) and *Recordações. Memórias íntimas de Júlio de Castilho* (1910-1911) — emphasizing this last manuscript — we examined its importance for Lisbon, from the second half of the 19th century to the first decade of the 20th century.

Lisbon was Castilho’s joy. A city he studied, explored, worshiped, and loved its people. Is this collection a treasure forgotten by *Olisipography*?

KEYWORDS

Júlio de Castilho; History of Lisbon; *Olisipography* (Lisbon Studies); *Olisipographers* (Lisbon Studies Researcher); Memories; National Archives; Lisbon.

Introdução

Júlio de Castilho nasceu em Lisboa, em 30 de abril de 1840, e faleceu nesta cidade, a 8 de fevereiro de 1919. Herdeiro de um grande nome da cultura portuguesa, desde muito cedo mostrou interesse pela Literatura e pelas Artes. Foi escritor, poeta, dramaturgo, tradutor, memorialista e interessou-se pelo desenho e pintura. Desposou D. Cândida Possolo Picaluga, a 30 de dezembro de 1863, na igreja de Santos-o-Velho. Habilitado com o Curso Superior de Letras. Na sua atividade profissional, destacamos os cargos de governador civil da Horta, no Faial,

(1877-1878) e de cônsul-geral de Portugal junto ao Sultão de Zanzibar (1887); a sua carreira brilhante no funcionalismo público, desde amanuense da Direção-Geral da Instrução Pública a conservador adido da Biblioteca Nacional de Lisboa (atual Biblioteca Nacional de Portugal); e, já aposentado, a função de professor de História e Literatura do príncipe D. Luís Filipe.

É extensa a lista da sua obra; mas é, especialmente, conhecido como o “pai” da Olisipografia, temática que inaugurou com a publicação *Lisboa Antiga* (1879), uma obra de grande vulto a par com a *Ribeira de Lisboa* (1893). Devemos recordá-lo e homenageá-lo enquanto mestre de olisipógrafos e grande olisipófilo, adjetivo cuja etimologia provém do latim *Olisipo* e do grego *philo* (amizade, afeição), ou seja, pessoa “que tem grande admiração ou especial gosto por tudo o que é lisboeta” (*Dicionário*, 2001).

O seu testamento, datado de outubro de 1913, determinava que a sua Coleção seria doada ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), na época sediado no antigo mosteiro de São Bento, atual Assembleia da República. Neste vasto acervo documental destacamos, na perspetiva deste texto, a seguinte documentação: 1) *Colecção Olisiponiana* ou de gravuras da cidade de Lisboa; 2) *Colecção Olisiponense*, que inclui monografias, periódicos, manuscritos e documentação diversa relativa a Lisboa; 3) *Obras Inéditas*, constituídas por numerosos apontamentos e escritos sobre a temática olisiponense e não só.

Este texto tem como objeto de estudo duas *Obras Inéditas* depositadas na Casa Forte do ANTT, designadamente a *História das minhas relações com o Paço e das minhas lições de História e Literatura a Sua Alteza O Príncipe Real e minhas subsequentes relações com o Paço*; e *Recordações. Memórias íntimas de Júlio de Castilho* — com destaque para este último manuscrito — observando a sua importância para o estudo de Lisboa, da segunda metade do século XIX à primeira década do século XX.

Estado da arte

Na bibliografia respeitante a Júlio de Castilho e sua obra, cumpre-nos destacar os 29 textos publicados no *In Memoriam*, pelos seus amigos (Trancoso, 1920). São também dignos de nota os escritos do olisipógrafo Francisco Santana (1930-2023), que no boletim *Olisipo*, dedicou a Castilho uma subsecção, intitulada

“Castiliana”; apesar da origem desta palavra ser referente a seu pai (Santana, 1999a). Nesta aparecem, ocasionalmente, pequenos textos inéditos ou dispersos, e correspondência trocada entre Castilho e o olisipógrafo Vieira da Silva,¹ mas também com Freire de Oliveira² e Possidónio da Silva³ (documentação depositada no ANTT), num tributo de Santana.

Em 1940, no 1.º Centenário do nascimento de Castilho, o Município de Lisboa em colaboração com o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, realizou uma exposição iconográfica e bibliográfica, no Palácio das Galveias. Para assinalar o 150.º Aniversário do seu nascimento, em 1990, também editou um catálogo, a partir dos acervos municipais do Arquivo Fotográfico, Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO), Hemeroteca Municipal, Museu de Lisboa e Biblioteca Central, destinado à execução de uma exposição bibliográfica e iconográfica de obras do homenageado, assim como de outros autores sobre ele, num total de 403 documentos inventariados.

Já neste século, em 2002, no ANTT, esteve patente a exposição “À Redescoberta de Lisboa: A Coleção de Júlio de Castilho”, numa organização conjunta com o GEO. Esta mostra documental organizava-se em três núcleos, apresentando, sobretudo, alguns exemplares da *Coleção Olisiponiana* e também do seu valioso conjunto de registos de Santos. No final, figurava o manuscrito “História das minhas relações com o paço...”, já mencionado e nosso objeto de estudo.

No ano do centenário da morte de Castilho, no âmbito do Programa do Pelouro de Cultura e da Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (EGEAC), realizou-se uma exposição no Museu de Lisboa intitulada “Júlio de Castilho e o Acaso da Olisipografia” e várias outras iniciativas, como o III Colóquio de Olisipografia dedicado ao mestre, no Teatro Aberto, de 21 a 23 de novembro de 2019,

- 1 Augusto Vieira da Silva (1869-1951). Engenheiro Militar, na senda de Castilho estudou a história de Lisboa, inaugurando o rigor científico na Olisipografia, nomeadamente com os seus trabalhos de reconstituição das cercas e castelo de Lisboa. A sua vasta coleção constituiu o núcleo fundador (e principal) do GEO.
- 2 Eduardo Freire de Oliveira (1841-1916). Arquivista da Câmara Municipal de Lisboa (CML), a expensas desta instituição, compilou cronologicamente a documentação oficial na obra *Elementos para a História do Município de Lisboa* (17 vols.), publicados entre 1882 e 1911.
- 3 Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896). Arquiteto. Estudou em Paris e Roma. Foi o grande impulsionador da fundação da primeira Associação de Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, em 1863.

uma organização do GEO, onde apresentámos uma comunicação que era um convite para descobrir a Lisboa do nosso autor, através de documentos depositados no ANTT e da sua obra publicada. Partindo desta investigação publicou-se um tríptico *Muitas Lisboas de Júlio de Castilho*, dado à estampa no mesmo Colóquio.

Após a apresentação da nossa comunicação no Congresso, foi publicada (abril, 2024) uma monografia intitulada *Júlio de Castilho. Mestre da Lisboa Antiga*, com coautoria de Tiago Borges Lourenço e Raquel Seixas, dois jovens investigadores que se têm dedicado ao estudo de Castilho e pretendem reavivar o interesse pelo mestre e sua obra e encaminhar a Olisipografia, enquanto área científica do estudo de Lisboa, para o século XXI. Este livro oferece-nos a mais completa análise sobre o homem, sua época e obra, sendo de consulta obrigatória para todos os olisipófilos e, por esta razão, não poderia deixar de referenciá-lo.

O nosso objetivo ao escrever este texto, que é uma continuidade do citado tríptico, é reforçar a importância das memórias de Júlio de Castilho para a Olisipografia (e não só), pois se existem trabalhos sobre a sua bibliografia ativa, enquanto olisipógrafo e memorialista, continuam escondidos dos olhos dos estudiosos e demais interessados os manuscritos biográficos que Castilho escreveu para serem lidos na posteridade. Vejamos, então, dois desses importantes e inéditos documentos.

Dois inéditos de Júlio de Castilho no ANTT

Nos dois manuscritos estudados, escritos em folhas de papel de linhas ou brancas, a caligrafia do mestre olisipógrafo, a caneta de bico de pena, com cores tinta ferrugem e preta, é de leitura fácil e elegante, como seria de esperar de um homem de letras. A escrita requintada flui sem borrões de tinta ou grandes emendas. Porém, muitas vezes, existem acrescentos de variados tipos de papel (pautado, recortes de papéis usados, etc.) colados às folhas de papel, que indiciam uma leitura posterior. Estes acréscimos podem ser iguais ao tamanho da folha original ou mais pequenos; deste modo, o número total de folhas é notoriamente superior, em ambos os documentos. As diversas laudas renumeradas demonstram que houve uma retificação da redação pelo autor.

A primeira obra de que iremos falar está integrada no conjunto de documentos denominado *História das minhas relações com o Paço, e das minhas lições de*

História e Literatura a Sua Alteza O Príncipe Real e minhas subsequentes relações com o Paço, (1903-1910). Na realidade, são dois documentos encapados conjuntamente com numeração sequencial, num total de 100 folhas. O primeiro sobre as lições ao príncipe D. Luís Filipe, com 44 fls., inclui cópia de correspondência trocada entre Castilho e os reis e com alguns nobres e oficiais da corte; descrições pormenorizadas de conversas com a família real e membros da sua Casa; dois recortes de jornais, um do jornal vespertino da cidade da Horta — *O Telegrapho*, datado de 18 de novembro de 1903 — com a notícia de que foi escolhido por D. Carlos para ser professor de História e Geografia do príncipe herdeiro e fazendo o elogio da sua ação como governador civil, o outro é um pequeno recorte de um jornal [*O Século*], de 24 de fevereiro de 1904, da secção “Ecos da Sociedade”, referindo a presença do visconde de Castilho na receção semanal da rainha; inclui ainda dois desenhos do autor, entre outros elementos.

Este documento narra como a 3 de outubro de 1903, por intermédio de Mello Breyner,⁴ foi convidado pelo visconde de Asseca⁵ para instruir o príncipe em História, Literatura e tudo o mais que entendesse. Assim, durante cerca de seis meses, desde 14 de novembro de 1903 a 28 de maio de 1904, Castilho ensinou o príncipe, às quartas e sábados (fl. 18), na “sala dos Príncipes” (fl. 6), situada no piso térreo do Palácio das Necessidades. O exame de D. Luís Filipe ocorreu no dia 30 de abril de 1904. Castilho oferece-nos uma descrição pormenorizada (incorporando um desenho) da sala da prova (fls. 38-40), no citado Palácio, e do ambiente vivido neste ato, na presença dos reis; do infante D. Manuel — que Castilho chamava carinhosamente de “Infantino” (fl. 32) —; dos camaristas; ilustres convidados e dos seguintes professores: Franz Kerausch, preceptor do príncipe e professor de línguas e literatura alemãs; Alfred King, professor de língua e literatura inglesas; Marques Leitão⁶ professor de matemática; o professor de física e Castilho (fl. 39). Este inédito disponibiliza-nos descrições do Palácio das Necessidades, mas

4 Tomás de Mello Breyner (1866-1933). Médico da Real Câmara até à implantação da República.

5 António Maria Correia de Sá e Benevides Velasco da Camara, 8.º Visconde de Asseca (1846-1910). Fidalgo da Casa Real e par do reino. Camarista e preceptor de D. Luís Filipe.

6 Carlos Adolfo Marques Leitão (1855-1938). Oficial do Exército. Foi professor e pedagogo. Diretor da Escola Marquês de Pombal e do Colégio Militar (até 1910). Ver Gouveia, 2019.

igualmente descreve o ambiente da Corte, as ligações de Castilho com a família real e alguns palacianos.

O segundo manuscrito “subsequentes relações com o Paço”, continua a numeração do anterior, principiando na folha 45. Depois de terminada a tarefa de professor, Castilho continuou a ter relações com a Casa Real, sendo convidado para jantar com os reis e infantes; e “Em dias de anos d’el Rei, da Rainha, ou dos Príncipes, ou ia ao Paço, ou telegraphava, ou escrevia ao Camarista [de serviço] ou à Dama [de serviço], e logo recebia amáveis respostas” (fl. 45). Inicia-se com a transcrição de uma carta que lhe foi enviada do Palácio da Pena, em 1905, pelo Coronel A. F. da Costa.⁷ Existem cópias de diversas cartas (Castilho possuía um esboço das missivas que enviou/recebeu, transcrevendo-as e, em alguns casos, colou os originais, como por exemplo nas cartas enviadas pelo Marquês de Lavradio⁸); e esboços de telegramas, fotografias e dois desenhos (um já aludido) e outro da disposição da mesa de um jantar no Palácio das Necessidades, em março de 1906, no qual Castilho esteve como convidado, jantando à direita de D. Luís Filipe (então regente, devido à viagem régia de D. Carlos a Espanha) e que adorou: “O jantar foi animado, familiar, e alegre; umas vezes conversava cada um com o seu vizinho, outras a conversação tornava-se geral.” No final do jantar, numa “sala muito bonita, onde havia um piano”, D. Manuel⁹ tocou a marcha fúnebre de Chopin, satisfazendo um desejo de Castilho, que escreveu: “Tocou-a, e bem” (fl. 53).

Após o regicídio, que muito o amargurou, compareceu nas exéquias. E, posteriormente, a 13 de dezembro de 1909, a uma pergunta da rainha D. Amélia sobre os sentimentos dos habitantes do Lumiar, respondeu “haver aqui muita republicanagem”, mas acrescentou, gracejando: “Quanto ao meu lar, pode V. Me. ter a certeza de que está muito firme. Ali até a minha cadelinha, os gatos, e o pintassilgo, são tão monárquicos como eu; e a minha velha governanta ainda é mais realista do que eu” (fl. 87). Na última entrada deste documento, está transcrita uma carta que Castilho enviou a D. Manuel II, após a revolução do 5 de outubro, onde se lê:

7 Trata-se do Coronel António Francisco da Costa, aio dos Príncipes. Castilho, 1903-1910, fl. 24.

8 José Maria de Almeida Correia de Sá, 6º Marquês do Lavradio (1874-1945).

9 Desde 1902, o celebrado pianista e compositor Alexandre Rey Colaço (1854-1928) era seu professor e também de D. Luís Filipe. Ver Proença, 2008.

“O que se passou nestes últimos dias aniquilou-me. Sou monárquico por convicção; a derrocada do Trono do meu Rei foi portanto para mim uma desgraça sem nome. Sobre todos os motivos históricos e políticos há outro, que ainda aumenta a minha dor: é o afecto respeitoso e leal, que tributo a Vossa Magestade, desde o primeiro dia em que lhe fui apresentado há muitos anos. (...). Lumiar, 18 de Outubro de 1910.” (fl. 98).

Por escassez de espaço, não falarei mais sobre este documento; mas tenho de mencionar a sua pertinência para todos os que se interessam por este período da nossa história e, em especial, pelo quotidiano e interesses da classe alta e da família real.

A segunda obra, *Recordações. Memórias íntimas de Júlio de Castilho*, com o subtítulo: “livro que só poderá ser impresso, ou sequer ser lido, cinquenta anos, pelo menos, depois do falecimento do autor”, foi principiada a 13 de junho de 1910 (dia de Santo António), às 7 horas da manhã, na sua casa do Lumiar. É composto por 404 folhas, alguns recortes de periódicos, um desenho e quatro fotografias da sua querida amiga, Joana Trancoso.¹⁰ No verso da capa de cartão, observa-se uma pagela em francês de Nossa Senhora do Bom Conselho. A repaginação e até mudança de capítulos, que embora mantendo a numeração inicial foram inseridos noutra ordem no documento e suas folhas renumeradas (às vezes mais do que duas vezes), atestam uma atenta revisão do texto pelo autor.

Este valioso manuscrito onde o homem e a sua privacidade se descobrem, através de lembranças e omissões, desde a sua infância até ao dia 30 de abril de 1911, quando terminou a redação desta autobiografia, revela-nos o círculo social de Castilho, as suas relações familiares, sociais, costumes e quotidianos da época, assim como a sua atividade profissional, oferecendo ao leitor um excelente retrato dos lisbonenses e de diferentes locais da cidade de Lisboa e arredores, da segunda metade do século XIX à primeira década do século XX.

Abordemos a importância destas memórias para a Oisipografia. Logo na primeira lauda, Castilho enaltece a importância da escrita memorialista: “Toda a

10 Joana Amélia da Costa Trancoso era filha do seu vizinho e amigo António Trancoso, na Ameixoeira (fl. 399).

gente, ilustre ou obscura, devia ser obrigada a escrever, como soubesse e pudesse, as suas memórias pessoais; o conjunto de tantos depoimentos, quando sinceros, seria o retrato de um país e de um tempo.” Neste documento são inventariadas e descritas as 34 residências de Castilho em Lisboa (algumas já desaparecidas), incluindo algumas estadas em casas de hóspedes. A sua primeira memória do lar (tinha três anos) pertence à residência da Rua de S. Marçal, onde a família habitou desde o 2.º semestre de 1843 a abril de 1847. Este edifício era a antiga casa dos procuradores jesuítas da América e Ásia, depois Hospício de S. Francisco de Borja, localizando-se no antigo sítio da Cotovia (Monte Olivete). Após a expulsão dos Jesuítas, em 1759, ali funcionou uma aula régia e o Real Seminário da Patriarcal. Depois de passar a ser propriedade privada (1840) foi destinado à habitação. Seria totalmente demolido em 1884 (Lourenço, 2015). Este antigo hospício, marcante para a afeição de Castilho à natureza, é desta forma descrito: [Tinha um] “quintalão alegre, cheio de árvores, com retiros sombrios de folheto, e os perfumes e rumores confusos das hortas confinantes, hoje desaparecidas. Aquele quintal foi o meu primeiro educador.” (fl. 58).

Outro local onde a família residiu, de setembro de 1850 a janeiro de 1852, foi no Palácio do Machadinho, na rua do aludido, local ao qual olisipógrafo atribuiu a sua paixão por Lisboa. Citando-o:

“No meio do dédalo da casaria apinhada e multiforme do bairro do Mocambo,¹¹ desde o Mosteiro de Santa Brígida até ao da Esperança, poiso quási exclusivo de gente do mar, género de Alfama seiscentista alastrada aos pés de Buenos Aires,¹² o palácio surgia aos meus olhos de criança com um solar de vetustas aristocracias. (...). O meu curioso afecto à Lisboa velha começou talvez naquela casa. / Muitos dos quadros, tão verdadeiros, que pintei no meu livro *A Ribeira de Lisboa*, a fisionomia da praia de santos e seus arredores, por exemplo, nasceram das minhas nítidas recordações desse tempo. Aquele sítio todo,

11 Mocambo significa “aldeia de negros”, segundo o *Vocabulário Português e Latino* (1716), de Bluteau. Naquele tempo era um arrabalde habitado por negros forros e escravos que se dedicavam à pesca. Atualmente corresponde à Madragoa. Ver Henriques, 2019, pp. 56-58.

12 Local na zona da Lapa que incluía a Quinta do mesmo nome; ainda hoje persiste o topónimo Rua de Buenos Aires. Ver Sucena, 1994, pp. 188-189.

desde o Machadinho até ao mar, era muito diverso do que é, como região então exclusiva de pescadores; e lá em baixo os estaleiros dos navios mercantes, e as barracas de banhos,¹³ e as medas de pinho, com preciosas amostras da cidade quinhentista.” (fl. 58).

Durante 1853 e dezembro de 1860, a família habitou na Travessa do Norte à Lapa (antigo Beco do Norte),¹⁴ local onde Castilho nos revela uma curiosidade sobre a presença de negros em Lisboa:

“No beco do norte, junto ao nosso portão, numa casa pequenina morava a Rainha das pretas. Segundo parece, os pretos residentes em Lisboa, tudo gente humilde, boleiros, caiadores, cozinheiros, etc. Constituíram entre si uma espécie de nacionalidade à parte, encravada na Capital. Tinham, como as abelhas, uma Rainha a quem estimavam e veneravam, e que vivia da magra lista civil de uma subscrição agenciada entre os súbditos.” (fl. 97).

Poderíamos continuar a elencar narrativas das diversas habitações e locais habitados por Castilho, mas seria uma tarefa ciclópica. Além disso, nesta obra para além dos lugares da sua vivência quotidiana na capital, referencia povoações de veraneio, como por exemplo, quando já casado, alugava casas nos então arrabaldes da cidade, como Carnide, Ameixoeira, Olivais; e até na Trafaria e na Costa da Caparica, esta última descrita como uma “Aldeola de cabanas de pescadores num areal à borda do mar Oceano” (fl. 250). Após a separação definitiva da esposa amada (1879), Castilho residiu em 14 casas, arrendadas, admitindo que: “Confesso que vendo um prédio com escritos, sinto desejos de o ver e habitar. Aqueles papelinhos brancos, aos quais o contraditório Lisboeta chama escritos, têm em mim uma invencível influência; não sei bem porquê, mas fazem-me pular o pé” (fl. 395).

13 Era habitual os lisboetas tomarem banho nestas barcas estacionadas em frente ao Terreiro do Paço. Eram adaptações de velhos cascos de barcos, que tinham dois pavimentos: uma estrutura em madeira, ao nível do convés, com compartimentos destinados à mudança de roupa dos banhistas e outro submerso (aquático) constituído por um poço onde se tomava o banho. Ver Silva, 1950, 49, pp. 3-11.

14 “Ruas do Norte”. CML/DMC/DPC. Toponímia de Lisboa. <https://toponimialisboa.wordpress.com/2016/09/02/ruas-do-norte/>

Desde muito novo, como acompanhante predileto de seu pai, frequentou muitos locais de Lisboa e conviveu com a elite cultural, como comprovamos nesta explanação:

“Fomos muitas tardes ao célebre e elegante botequim do Marrare,¹⁵ no Chiado, ponto de reunião diária de toda a gente cultivada e culta. Aquele café, há anos desaparecido, parecia uma sala mundana, ou antes uma academia.... Ali vimos Garrett, António Pereira da Cunha, Silva Túlio, Júlio Caldas, Andrade Corvo, (...) e quantos mais! Tomávamos qualquer beberagem, e conversava-se. / (...). Lembro-me também de ter assistido no Grémio, que então era literário, a uma sessão oratória e poética, onde estavam todos os literatos e sábios.” (fl. 47).

Vejamos agora as suas lembranças relativas à educação. Perto dos quatro anos, cerca de 1844-1845, o pequeno Júlio (e seu irmão Augusto) ingressaram como discípulos no recém-inaugurado externato de sua avó materna, na sua residência da Calçada da Estrela. Os estudos progrediram, coadjuvado pelo facto de no lar da família Castilho falarem sempre em francês, lerem e pensarem nesta língua (fls. 17-18). Igualmente aprendeu inglês, matemática e história natural. O pai ensinou-lhe estudos clássicos, latim e literatura romana. Entre 1848 e 1849, cursou Desenho na Academia Real de Belas Artes, com Francisco Assis Rodrigues, então Diretor da referida instituição e teve aulas de Latim (fl. 39). Contudo, esta educação requintada, enquadrada nas práticas das famílias nobres na época, onde imperavam os professores particulares, não o preparou para as batalhas da vida:

“Ouvir mil vezes repetida a perigosa e dissolvente sentença de que os exames nas escolas públicas pouco significam, e o que é essencial é o saber, ia-me afastando (sem quási o perceber) do empenho de me prevenir com diplomas escolares e universitários, indispensáveis hoje.” (fl. 63).

15 Fundado em 1820 o café Marrare do Polimento, como era conhecido, situava-se nas Rua Portas de Santa Catarina, atual Rua Garrett. Local de encontro de literatos e boémios encerrou em 1866. Ver Sucena, 1994, p. 193.

Apesar disso, inscreveu-se na Escola Politécnica, instalada num casarão das dependências do incendiado Colégio dos Nobres,¹⁶ frequentando-a sem ânimo (1854-1858). Após reprovar em Química e Economia Política (fl. 56 e fls. 81-82), abandonou o sonho do pai de fazê-lo engenheiro. Era empregado da Direção-Geral da Instrução Pública, quando se inscreveu no 2.º Curso Superior de Letras, a funcionar no antigo Convento de Jesus,¹⁷ onde seria um excelente aluno (1862-1864), como o próprio escreveu: “Galgada essa ladeira vi mais desembaraçados horizontes, e animei-me” (fl. 124).

Além dos locais de ensino, também discorre sobre os seus sete locais de trabalho, como a Direção-Geral de Instrução Pública, onde foi amanuense, de fevereiro de 1860 a 8 de novembro de 1869, data em que, provisoriamente, foi trabalhar para a Biblioteca Nacional de Lisboa (atual Biblioteca Nacional de Portugal, BNP) até 18 de julho de 1870; no dia seguinte, ainda como amanuense, passou a servir na Secretaria do Ministério da Instrução Pública,¹⁸ onde permaneceu até 11 de outubro de 1872; no dia 12 do citado mês e ano, ingressou, por concurso, como 2.º Oficial da Repartição de História e Literatura¹⁹ na BNP, assim, regressando ao antigo convento de S. Francisco;²⁰ e, depois, esteve em comissão de serviço (1886-189?) no ANTT, tendo-se aposentado na citada Biblioteca.²¹

Castilho não se limita a listar todas estas instituições, escreve sobre o seu quotidiano, as casas e lojas que frequentava, seus colegas e amigos e como ocupavam os seus tempos livres; como neste exemplo:

16 O Real Colégio dos Nobres de Lisboa, foi instituído no reinado de D. José (1761), num edifício que pertencera à Companhia de Jesus, situado no sítio da Patriarcal, hoje Príncipe Real. Começou a funcionar em 1766 e ardeu em 1843. Ver Carvalho, 1994, pp. 291-292.

17 Nas dependências deste antigo convento, fundado em 1595, instalou-se a Academia das Ciências de Lisboa. As áreas conventuais ocupadas pelo Museu de História Natural (1839-1858) seriam cedidas para a instalação (1859) do Curso Superior de Letras (antecessor da Faculdade de Letras de Lisboa, assim denominado legalmente em 1911). Veja-se Carvalho, 2019.

18 *Diário do Governo*, 158, 1870, jul. 19, (970).

19 *Diário do Governo*, 207, 1872, set. 14, (1381).

20 Neste convento, fundado em 1217, seriam instaladas a Academia Nacional de Belas Artes, após a extinção das ordens religiosas em Portugal (1834); e, alguns anos depois, a Biblioteca Nacional de Lisboa. Ver Mégre, 2020.

21 Para mais informações ver nos Reservados da BNP: [Cadastro dos Funcionários da Biblioteca Nacional]. (s.d.). Manuscrito BN/GP/01/Lv05; [Cadastro dos Funcionários da Biblioteca Nacional]. 1796-1888. Manuscrito BN/GP/01/Lv01.

“Muita vez, ao sair da Secretaria [do Reino] com D. António [chefe da Repartição e amigo da família], tomávamos uma carruagem, ou dois lugares numas carriolas que faziam a carreira de Carnide, e íamos beber ar de campo. Jantávamos numa taberna da estrada da Luz, uns ovos mexidos, umas postas de peixe frito, um pouco de fiambre que levávamos, pão saloio, vinho do termo, chá, fruta, e regressávamos a pé.” (fl. 128).

Na verdade, o que mais nos cativou e encantou neste valioso texto foram as descrições de Castilho relativas à sociabilidade, não apenas com a classe alta e com a elite culta e ilustrada da época; mas igualmente as suas narrações sobre as classes mais baixas (criados, moços de recados, tipos populares, pescadores, etc.) e hábitos e festividades da época (banhos de mar, ida às hortas, botequins, serões, festas, teatro, procissões, etc.). Apresentarei, como exemplo, dois textos demonstrativos destes interesses. O primeiro sobre a jovem, Maria Emília, que Castilho namorou por carta. Via-a da janela do 3.º andar do prédio da Direção-Geral da Instrução Pública, na Rua da Alfândega. Nas suas palavras, esta era:

“a genuína burguesa da Baixa, pouco mundo, ou nenhum; Missa na Madalena ou em S. Nicolau; depois da Missa umas voltas na Passeio Público; de seis em seis meses uma noite no Ginásio²² ou no Taborda;²³ cama habitualmente às 10; no verão, casa alugada na Outra banda; Cacilhas completava a rua da Alfândega. Maria Emília e eu enchemos resmas de papel. (...). Encontrávamo-nos no Passeio, e nalgum teatro quando ela me podia prevenir; e nisso se cifraram as nossas relações que ainda assim duraram meses, sem nunca ouvirmos a voz um do outro. [Ela acabou o namoro; e, Castilho anotou:] fez bem.” (fls. 132-133).

22 Este teatro foi inaugurado em maio de 1846, após profundas obras do seu antecessor o Novo Ginásio Lisbonense, situava-se na antiga Travessa do Secretário da Guerra (atual Rua Nova da Trindade). Para a sua história ver Magalhães, 2008.

23 Inaugurado em 31 de dezembro de 1870, na Costa do Castelo. Uma iniciativa da Sociedade Taborda, que visava homenagear o admirado e reputado ator Taborda e fomentar a paixão pelo teatro. Este teatro de bolso foi palco de êxitos teatrais, mas também de récitas e festas. Ainda hoje existe. Ver Midões, 1996, pp.116-121.

Sendo mundano, o jovem Júlio gostava de bailes. Foi num grande baile do Club Lisbonense,²⁴ em 1861, que se apaixonou pela sua futura esposa. Ouçamo-lo: “Aquele baile fez-me profunda impressão. Toda a Lisboa elegante, opulenta, nobre, se achava ali; espectáculo deslumbrante...” No fim da noite viu duas senhoras, que habitualmente via na missa da Lapa, eram as filhas do Conselheiro Possidónio Augusto Rodolfo Picaluga, Diretor Geral da Secretaria da Câmara dos Deputados, com quem Castilho nunca tinha falado, “nem ele era nossa visita” (fl. 147). Porém, atreveu-se a convidar Cândida para dançar. O Conselheiro aproximou-se e declarou à filha que tinham de regressar a casa. Em seguida, o desassossego dos apaixonados: “Procurei vê-la; vi-a na Missa; vi-a no Passeio da Estrela [atual Jardim], passei pela sua casa mil vezes, e em poucos dias encontravam-se afectuosamente os nossos olhares” (fl. 149).

Mais tarde combinou encontrar-se com Cândida num baile do Conde de Farrobo, nas Laranjeiras. Sobre esta festa escreveu: “Não posso fazer descrições; os bailes do Conde de Farrobo não se descrevem. Toda a Lisboa ali estava; as salas deslumbravam; o teatro lindo, o baile um encanto” (fl. 167). Foi um amor atribulado e contrariado, que resultou numa ação de suprimento do consentimento paterno sendo a nubente arrancada pela justiça de sua casa e confiada a amigos e familiares até à cerimónia de casamento na igreja de Santos-o-Velho, em 1863. Viveram uma paixão ardente que terminaria, não por ausência de amor entre ambos.

Para além da sua paixão por Cândida e do seu grande amor filial, Castilho venerou e amou Lisboa: cada rua ou beco, casa ou palácio; o Chiado elegante e os arrabaldes campestres; a aristocrática Lapa e a popular Alfama; o Tejo e as suas colinas; o som dos sinos das igrejas e os dos pregões; os bailes palacianos e os arraiais de Santo António, e tudo o mais genuinamente alfacinha. As suas descrições da cidade são de relevância sublimar, oferecendo-nos um quadro da época. Vejamos a sua exposição sobre a capital de meados do século XIX:

“Lisboa era diversíssima do que é; ainda na maioria as ruas eram de uma inacreditável imundície. O que hoje é o lindíssimo jardim da Praça do Príncipe

24 Funcionou desde 1835 no antigo Palácio Valadares, no Largo do Carmo. Teve uma época esplendorosa, mas foi decaindo até encerrar em 1881. Vale, T., Ferreira, M. & Costa, S., 2001.

Real, era o largo das pedras, ou da Patriarcal queimada, obstruído de pedregulhos. A cada esquina uivavam os galegos aguadeiros. A viação urbana era servida pelas seges, com uns cavalinhos tísicos que papavam léguas; a população tomava banhos em Setembro e Outubro na barca dos toneis em frente do cais das colunas. O cais do Sodré era para muita gente uma diversão deliciosa. O Passeio da Estrela não existia; o do Rocio [Passeio Público], com os seus buxos pombalinos e o seu frondoso arvoredado, era o ponto de reunião de toda a gente nas tardes de verão, e o campo das revistas de tropa na procissão do Corpo de Deus. (...). Quando rebentava algures incêndio, os campanários tocavam, e pelo número das badaladas denunciavam pouco mais ou menos o sítio. (...). A célebre e tradicional procissão do Corpo de Deus era ainda uma das maiores e mais devotas solenidades lisbonenses. No verão as famílias mais ricas alastravam-se pelos próximos arredores da Capital; a Cruz das Almas,²⁵ Campolide, Arroios, a Penha de França, Alcântara, eram sabidos prazos-dados para os lisboetas que desejavam e podiam enriquecer os pulmões, com ar puro e novo. Quando muito, iam para Sintra, diploma de alta elegância. / Se pelas ruas da cidade passava a Rainha [D. Maria II] com el-Rei D. Fernando no seu (*sic*) caleche, precedido de batedores, seguido de outro (*sic*) caleche com as damas e os camaristas, toda a gente, grada ou miúda, parava e tirava o chapéu; a boa educação era bem mais geral do que hoje. Tal era a crente, a ordeira, a patriarcal Lisboa de 1848.” (fls. 42-43).

Nesta obra inédita, são narrados factos da vida do mestre olisipógrafo (alguns tristes outros felizes), numa escrita de leitura aprazível para estudiosos ou público em geral. Nas suas páginas sentimos que a alegria de Castilho era Lisboa, cidade que estudou e calcorreou, venerando-a e amando as suas gentes.

25 Segundo Matos Sequeira, o sítio da Cruz das Almas surge pela primeira vez num registo de óbito (1719) da antiga freguesia de S. José, à época um lugar campestre. Sequeira, 1967, vol. IV, p. 489. Outro olisipógrafo, referiu que o “lanço da Cruz das Almas” se situava próximo da Rua das Amoreiras e atual Rua Marquês de Fronteira. Cf. Araújo, 1939, vol. XI, p. 79.

Conclusão

Estas duas obras manuscritas de Júlio de Castilho, depositadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, constituem um património documental produzido pelo seu doador. Reconhecidas como de interesse público, são fontes para a história de Lisboa (arquitetónica, urbanística, social, cultural, toponímica, etc.) e dos lisbonenses. Porém, até agora, permanecem inéditas.

Este trabalho nasceu do desejo de alertar para o valor incomensurável desta documentação, em especial do manuscrito *Recordações. Memórias Íntimas...*, escrito por Castilho com o objetivo de ser dado à estampa, cinquenta anos após o seu falecimento e que, até hoje, permanece esquecido na Casa Forte do ANTT.

A escrita rica e envolvente de Castilho, às vezes melancólica, mas também capaz de nos levar ao riso, é o retrato da sua trajetória individual. Materializa as suas memórias seletivas, o seu legado para rememoração no futuro; mas mais do que isso, espelha a sociedade e o quotidiano de Lisboa na sua época, numa aproximação intencional aos factos.

Oferece-nos ainda uma nova visão sobre o autor (autobiográfica) e, igualmente, um novo olhar sobre a vida na capital. É uma fonte valiosa para novas formas de escrita da olisipografia, de meados do século XIX ao início do século XX, evidentemente sem abandonar o exame crítico de um documento produzido pelo seu autor para apresentá-lo e representá-lo na posteridade. Estas Memórias, analisadas e interpretadas pelos cientistas sociais, dando voz a esquecimentos ou silêncios propósitos do seu autor, constituem uma fonte documental que permanece ignorada.

Por tudo isto, defendemos que a sua publicação deveria constituir um projeto a desenvolver no futuro próximo. Esta edição seria anotada, desejavelmente, permitindo a identificação de antigos locais e indivíduos mencionados no documento. Se tal não for possível, este manuscrito poderia ser digitalizado e disponibilizado (em linha) à consulta pública de todos os interessados, quer sejam investigadores ou simples curiosos da história de Lisboa.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo é o garante da sua guarda, conservação e preservação para a construção do conhecimento, mas também são suas missões a divulgação, partilha e acesso à informação do seu acervo documental. A publicação destas memórias seria desejável. Assim o impõem a vontade expressa do autor, a sua importância para a preservação da memória local lisbonense e o progresso de novos olhares na olisipografia.

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Colecção Castilho

História das minhas relações com o paço, e das minhas lições de História e Literatura a Sua Alteza o Príncipe Real e minhas subsequentes relações com o Paço, 1903-1910, cx. 1, NT 550, doc. 3.

Recordações. Memórias íntimas de Júlio de Castilho, 1910-1911, cx. 3, NT 552, doc. 97.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

[Cadastro dos Funcionários da Biblioteca Nacional]. (S.d.). Manuscrito BN/GP/01/Lv05.

[Cadastro dos Funcionários da Biblioteca Nacional]. 1796-1888. Manuscrito BN/GP/01/Lv01.

PERIÓDICOS

Diário do Governo, n.º 158, 19 de jul, 1870.

Diário do Governo, n.º 207, 14 de set, 1872.

BIBLIOGRAFIA

Academia das Ciências de Lisboa. Olisipófilo. Em *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. II (p. 2662). Lisboa: Editorial Verbo.

Araújo, N. de (1939). *Peregrinações em Lisboa*. Vol. XI. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2002). À *Redescoberta de Lisboa: Colecção Júlio de Castilho*. Lisboa: ANTT.

Carvalho, S. (2019). Convento de Nossa Senhora de Jesus. Projecto LXConventos-Base de dados. Câmara Municipal de Lisboa. <https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=612&lang=pt>

Carvalho, R. de (1994). Colégio dos Nobres. Em F. Santana, & E. Sucena (Org.), *Dicionário da História de Lisboa* (pp. 291-292). Lisboa: Carlos Quintas & Associados.

Castilho (Júlio). (1994). Em F. Santana, & E. Sucena (Org.), *Dicionário da História de Lisboa* (p. 244). Lisboa: Carlos Quintas & Associados.

Catálogo bibliográfico e iconográfico comemorativo dos 150 anos do nascimento do olisipógrafo e escritor Júlio de Castilho (1840-1990). Lisboa: Câmara Municipal / Pelouro da Cultura.

Exposição comemorativa do primeiro centenário de Júlio de Castilho (1940). Lisboa: Câmara Municipal.

GENEALL. Portal de Genealogia. <https://geneall.net/pt/home/>

Gouveia, L. (2019). Desenho: II (Carlos Adolfo Marques Leitão). ProjetoCP2S. <https://sites.ipleiria.pt/projetocp2s/2019/03/11/desenho/>

Henriques, I. C. (2019). O bairro do Mocambo, invenção luso-africana, séculos XV-XXI (pp. 56-58). https://www.acm.gov.pt/documents/10181/27754/Roteiro_historico_pt.pdf/05f9c291-fb3d-42c7-be73-fdc9f556b1a3.

Lourenço, T. B. (2015). Hospício de São Francisco de Borja. Projecto LXConventos-Base de dados. Câmara Municipal de Lisboa. <https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=692&lang=pt>

Lourenço, T. B. & Seixas, Raquel (2024). *Júlio de Castilho. Mestre da Lisboa Antiga*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Magalhães, P. (2008). Teatro do Ginásio: uma fábrica de gargalhadas. *Sinais de Cena*, 9, 121-128. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/29278>

MELOTECA. Alexandre Rey Colaço. <https://www.meloteca.com/portfolio-item/alexandre-rey-colaco/>

Mégre, R. (2020). Convento de São Francisco da Cidade. Projecto LXConventos-Base de dados. Câmara Municipal de Lisboa. <https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=607&lang=pt>

Midões, F. (1996). Teatro Taborda. Em Câmara Municipal de Lisboa. Reabilitação Urbana, EBAHL, *Teatro Taborda* (pp. 116-121). Lisboa: Câmara Municipal.

Pedreirinho, J. M. (1994). Silva (Joaquim Possidónio Narciso da). Em F. Santana, & E. Sucena (Org.), *Dicionário da História de Lisboa* (p. 830). Lisboa: Carlos Quintas & Associados.

Proença, M. C. (2008). *D. Manuel II*. Lisboa: Temas & Debates.

Relvas, E. (2019). *Uma deambulação pelas «muitas Lisboas» de Júlio de Castilho*. [Triptico]. III Colóquio de Olisipografia. Júlio de Castilho. Centenário (1919-2019). Lisboa: CML/DMC/DPC/GEO.image.png

Ruas do Norte. CML/DMC/DPC. Toponímia de Lisboa. <https://toponimialisboa.wordpress.com/2016/09/02/ruas-do-norte/>

Santana, F. (1999a). Castiliana. *Olisipo*, S. II, 11, 111-112. Boletim Trimestral do Grupo Amigos de Lisboa.

- Santana, F. (1999b). Correspondência entre Júlio de Castilho e Possidónio da Silva. *Olisipo*, S. II, 9, 53-59; S. II, 10, 115-125. Boletim Trimestral do Grupo Amigos de Lisboa.
- Santana, F. (2002). Uma carta de Vieira da Silva. *Olisipo*, S. II, 16, 171. Boletim Trimestral do Grupo Amigos de Lisboa.
- Santana, F. (2004). Três cartas de Vieira da Silva. *Olisipo*. S. II, 20/21, 160-161. Boletim Trimestral do Grupo Amigos de Lisboa.
- Santana, F. (2007). Uma carta de Castilho e Freire de Oliveira. *Olisipo*, S. II, 27, 100. Boletim Trimestral do Grupo Amigos de Lisboa.
- Santana, F. (2010). Mais três cartas de Vieira da Silva. *Olisipo*, S. II, 31, 206-208. Boletim Trimestral do Grupo Amigos de Lisboa.
- Sequeira, G. de M. (1967). *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, Vol. IV. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Silva, A. V. da (1950). Barcas de banhos do Tejo. *Olisipo*, 49, 3-11. Boletim do Grupo Amigos de Lisboa.
- Sucena, E. (1994). Buenos Aires. Em F. Santana, & E. Sucena (Org.), *Dicionário da História de Lisboa* (pp. 188-189). Lisboa: Carlos Quintas & Associados.
- Sucena, E. (1994). Cafés. Em F. Santana, & E. Sucena (Org.), *Dicionário da História de Lisboa* (pp. 192-195). Lisboa: Carlos Quintas & Associados.
- Trancoso, M. (ed.). (1920). *In memoriam Júlio de Castilho (2.º visconde de Castilho)*. Lisboa: Typ. Diário de Notícias.
- Vale, T., Ferreira, M. & Costa, S. (2001). Palácio Valadares. Património Cultural. SIPA. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=22146
- Vieira da Silva (Augusto). (1994). Em F. Santana, & E. Sucena (Org.), *Dicionário da História de Lisboa* (pp. 959-960). Lisboa: Carlos Quintas & Associados.

Verbetes de Augusto
Vieira da Silva.
Um arquivo sobre
Iconografia de Lisboa
na coleção do GEO

Verbetes by Augusto Vieira
da Silva. A file on Lisbon
Iconography on the GEO
collection

ANA CRISTINA LEITE
Gabinete de Estudos Olisiponenses

ELISABETE GAMA
Gabinete de Estudos Olisiponenses

RESUMO

Augusto Vieira da Silva (1869-1951) foi precursor dos estudos sobre iconografia de Lisboa, tendo publicado sobre este tema diversos textos, desde 1925 até à primeira síntese na *Revista Municipal* de 1947.

A pesquisa sistemática sobre a matéria iconográfica e o entendimento da importância da representação da cidade como narrativa histórica e fonte documental, para além da necessidade de obter uma correta e completa identificação dessas mesmas representações, estiveram, possivelmente, na origem de um inventário minucioso da iconografia da cidade. Desenvolvido ao longo da vida, sem nunca ter conseguido dar por concluído, apresenta-se em formato de Ficheiro que designou de *Verbetes*: contém mais de 1600 fichas manuscritas, organizadas tematicamente, com referências a figurações de Lisboa entre os séculos XVI e XX. Este documento, adquirido pela Câmara Municipal, à sua viúva, em 1953, integra o Arquivo pessoal do olisipógrafo, preservado no Gabinete de Estudos Olisiponenses (Fundo Augusto Vieira da Silva).

Os *Verbetes*, que permanecem inéditos (que temos vindo a estudar visando a sua edição crítica), constituem uma fonte singular para a Olisipografia. Não obstante, as investigações mais recentes, podemos afirmar tratar-se de um documento indispensável para um conhecimento, ainda mais completo e detalhado, da iconografia de Lisboa e, por consequência, da historiografia da Cidade.

PALAVRAS - CHAVE

Verbetes; Iconografia de Lisboa; Augusto Vieira da Silva; Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO); Olisipografia; Projeto Atlas de Iconografia de Lisboa.

ABSTRACT

Augusto Vieira da Silva (1869-1951) was a pioneer in the studies of Lisbon iconography, having published several texts on the subject since 1925 until the first summary in the 1947 *Revista Municipal*.

Systematic research on the subject and the understanding of the importance of images and the representation of the city as a historical narrative and document for the historiography of Lisbon; in addition to the need to obtain a correct and complete identification of those, aiming the citation in their texts, they were at the origin of a detailed inventory of the city iconography. Developed throughout life, without ever having succeeded to complete it, it is presented in File format that he designated as *Verbetes*: it contains more than 1600 handwritten files, organised thematically, with references of figurations of Lisbon between the 16th and the 20th centuries. This File, acquired by the Câmara Municipal de Lisboa (Lisbon City Council), to his widow, in 1953, includes his personal Archive, preserved at the Gabinete de Estudos Olisiponenses (Augusto Vieira da Silva Fund) and it. The *Verbetes* that remain unpublished (that we've been studying aiming its critical edition), are a unique source for the *Olisipography* (Lisbon Studies). Despite the most recent investigations, we can say that this is an indispensable document, for an even more complete and detailed knowledge, of Lisbon's Iconography from the 16th to the 20th centuries, and consequently, of the City's Historiography.

KEYWORDS

Verbetes (Entry Card); Lisbon Iconography; *Olisipography* (Lisbon Studies); Augusto Vieira da Silva; Gabinete de Estudos Olisiponenses (Office of Lisbon Studies); Project Atlas of Lisbon Iconography.

Nota introdutória

Este texto tem por base um projeto de investigação, em desenvolvimento, sobre iconografia de Lisboa, alicerçado num documento inédito do Fundo Augusto

Vieira da Silva, do Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO).¹

Falamos de um Ficheiro da autoria de Augusto Vieira da Silva (AVS) que o próprio designou de *Verbetes*.² Trata-se de um documento composto, contendo 1668 fichas (incluindo separadores), de dimensões variadas,³ manuscritas a caneta de aparo de tinta de cor azul e preta, com apontamentos a lápis azul e encarnado, em suporte de cartão e papel (este na maioria reaproveitado), apresentando-se, ora agrupadas, ora separadas (Figura 1 e 2).



FIGURA 1

Ficheiro Verbetes. Documento manuscrito, caneta de aparo e lápis/papel e cartão. Augusto Vieira da Silva, 1.ª metade do século XX
Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses.



FIGURA 2

Retrato de Augusto Vieira da Silva. Fotografia (reprodução), Aurea, Circa década de 1940
Fonte: *Olisipo*, 54, 1951.

1 Augusto Vieira da Silva (1869-1951) foi Engenheiro, Historiador e Olisipógrafo. Foi autor de diversificados estudos de Olisipografia, entre os quais *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, *A Cerca Moura de Lisboa*, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, *Epigrafia de Lisboa*, *As Plantas Topográficas de Lisboa*, etc. Foi sócio membro de várias associações científicas e culturais e integrou comissões da Câmara Municipal de Lisboa nas áreas de arte, arqueologia e toponímia. Vide: Grupo Amigos de Lisboa, 1951, 54, pp. 2-17; Dias, 1951, 48, pp. 1-18; Gabinete de Estudos Olisiponenses, 1996; Gama, 2019.

O Fundo tem o seguinte Cód. Referência: PT/GEO/AVS

2 Cód. Referência do ficheiro *Verbetes*: PT/GEO/AVS/PROF/03-02. Em bom estado de conservação.

3 Por exemplo: 220×65 mm; 217×40 mm; 139×57 mm ou 220×70 mm etc.

Como outros olisipógrafos, foi colecionador de “coisas de Lisboa”, especialmente de elementos bibliográficos, cartográficos e iconográficos, focado na vertente de um colecionismo como prática para aquisição de conhecimentos. Recorreu ao Ficheiro como base para a sua investigação e suporte de uma metodologia científica; mas foi mais longe, tendo manifestado a pretensão de com ele criar um catálogo o mais completo possível da Iconografia da capital, que pretendia publicar.

Na história custodial deste documento ainda não foi possível preencher alguns hiatos. Em 1953, a Câmara Municipal de Lisboa⁴ comprou à viúva do olisipógrafo, Maria Virgínia Vieira da Silva, a Coleção “biblio-iconografica”, assim designada pelo seu avaliador Matos Sequeira,⁵ da qual fazia parte um conjunto de elementos do Arquivo pessoal de AVS. No documento de avaliação, estes não são discriminados por Matos Sequeira que, reportando-se ao inventário dos bens a adquirir, afirma “... neste computo não se compreende ..., pastas e outros papeis”.⁶ Mas o Ficheiro integraria, certamente, estes “outros papeis”.

Na sequência desta aquisição, a Coleção e o Arquivo AVS foram integrados no Gabinete de Estudos Olisiponenses, um Serviço que existia desde 1939 e estava instalado, à época, no Palácio Galveias.⁷ Posteriormente, em 1977, o GEO foi incorporado no Museu da Cidade (Palácio Pimenta) sob a direção de Irisalva Moita (1924-2009). Conhecendo bem a Coleção Vieira da Silva, a olisipógrafa e museóloga considerou, desde logo, no seu Programa Museológico (desenvolvido entre 1971/73), a inclusão, na exposição permanente de vários objetos, a par da disponibilização pública da “Biblioteca Olisiponense” e da criação de um “Gabinete de Estampas”, “destinado a gravuras, desenhos, manuscritos e espécies similares” para facilitar a consulta aos “especialistas”.⁸ Não havendo qualquer referência direta ao ficheiro de *Verbetes*, consideramos ser possível

4 Câmara Municipal de Lisboa, 1953. Cód. Referência PT/AMLSB/CMLSBAH/FNAJ/001/0637/017

5 Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962), foi contratado pelo Município para proceder à avaliação da Coleção, visando a sua aquisição (Sequeira, 1952. N.º de Inv. ML.ESP.DOC.5940.15).

6 *Idem*.

7 O GEO integrou a 4.ª Repartição dos Serviços Culturais. Vide: Cópia do Ofício n.º 71/39 (2ª via) da 4.ª Repartição da D.S.C.C., 13 de fevereiro de 1939 (*Proc-Priv.º n.º 246,1960 – Dossier Augusto Vieira da Silva*. Museu de Lisboa).

8 Moita, (s/d.). p.58. N.º de Inv.: ML.ESP.DOC.5935.

que estivesse destinado a ser complemento desse “Gabinete de Estampas”.⁹

Entretanto, na década de 1980, por decisão do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Nuno Krus Abecasis (1929-1999),¹⁰ o GEO foi transferido para o Palácio da Rosa (Largo da Rosa) e a Coleção dividida pelos dois equipamentos culturais, Museu da Cidade e o GEO, tendo ficado neste último o Arquivo pessoal de AVS e o ficheiro *Verbetes*.

Vieira da Silva e a Iconografia de Lisboa

O trabalho de AVS sobre iconografia lisiponense, centrado nos *Verbetes*, não terá passado despercebido às autoridades municipais, facto que se constata do convite de 1937 ao olisipógrafo, feito pelo Presidente da Comissão Administrativa da CML, Daniel Rodrigues de Sousa (1867-1958), onde se lê que “deseja esta Câmara Municipal iniciar a publicação da obra de V. Ex: sôbre a Iconografia de Lisboa”.¹¹ No rascunho de resposta, AVS, agradecendo a honra, declinou o convite por indisponibilidade momentânea e porque “O trabalho que não está ainda concluído, carece porém, de uma revisão cuidadosa”.¹² Não restam dúvidas que o objetivo do autor, nesta altura, era publicar o Ficheiro, ainda que com configuração diferente, até porque esclarece que o “trabalho de iconografia deverá ser acompanhado de várias estampas ~~que eu julgar necessário~~ [sic] prestando-me eu gostosamente a olhar pela sua publicação” (Figura 3).¹³

9 Este “Gabinete de Estampas” nunca chegaria a ser concretizado, sobretudo por dificuldades de espaço. Parte da Coleção Vieira da Silva passou a integrar a exposição permanente, mantendo-se o restante em reservas e a ser utilizado em exposições temporárias.

10 Câmara Municipal de Lisboa, 1984, 16 de abril. “Despacho n.º 70/P/84”.

11 Pedido feito no âmbito da ação editorial do Pelouro dos Serviços Culturais do Município. Vide: Ofício de Daniel Rodrigues de Sousa a Vieira da Silva (1937, 7 de dezembro). GEO, Cód. Referência -PT/GEO/AVS/PROF/03-01/11.

12 Silva, 1937, 11 de dezembro. Cód. Referência PT/GEO/AVS/PROF/03-01/11. Desconhecemos o original da resposta. Na época, AVS tinha a cargo a edição crítica da *Lisboa Antiga* de Júlio de Castilho para o Município; deixava, no entanto, a porta aberta para concretizar a publicação.

13 *Idem. Ibidem.* Cód. Referência PT/GEO/AVS/PROF/03-01/11.

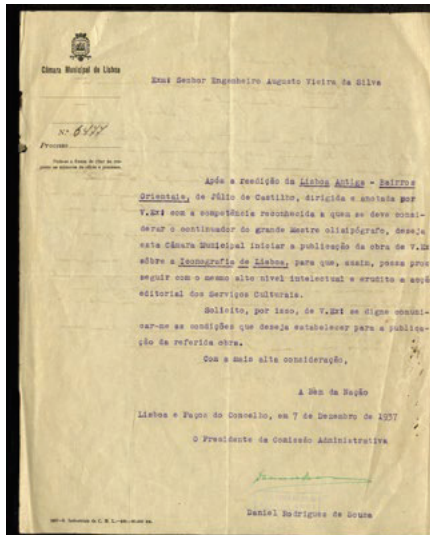
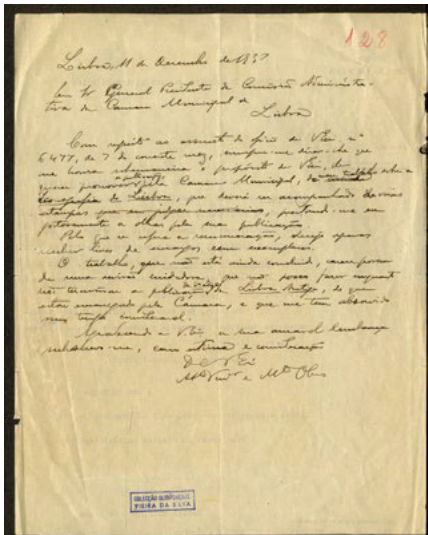


FIGURA 3
 Carta/Ofício dirigida a Vieira da Silva pelo Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, Daniel Rodrigues de Sousa. Dactiloescrito. No verso: rascunho de resposta de Vieira da Silva. Fonte: Gabinete de Estudos Oisiponenses.

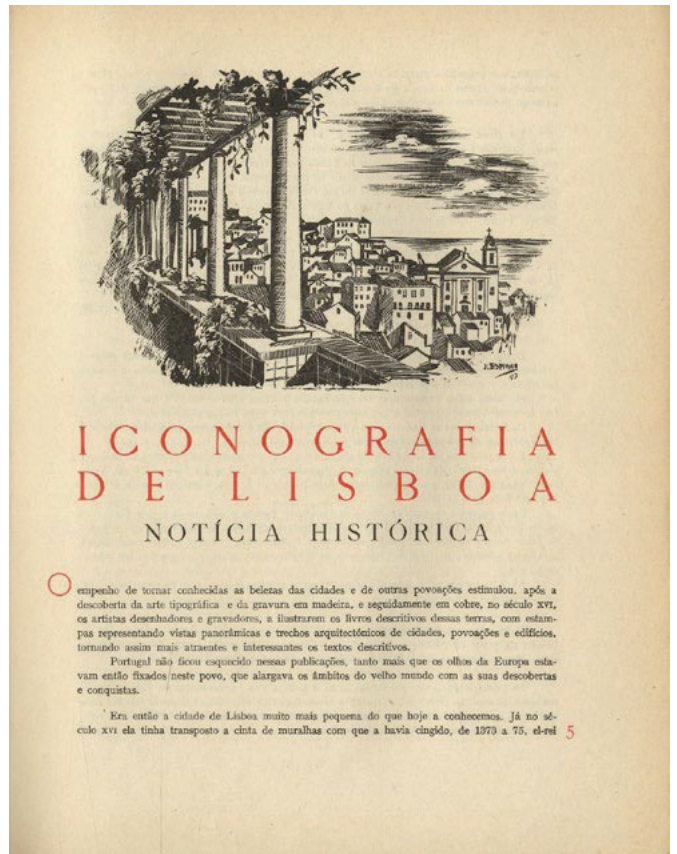


FIGURA 4
 Folha de rosto do artigo de Vieira da Silva
 Fonte: Revista Municipal, nº 32, 1947.

Talvez por isso, quando em 1942 a autarquia começou a organizar o programa para as Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros (1947), se tenha voltado a equacionar a edição de uma obra sobre Iconografia de Lisboa, reservada para Vieira da Silva¹⁴ que uma vez mais, não chegou a concretizar-se. Surgiu, apenas, um artigo de síntese, pioneiro sobre o tema, na *Revista Municipal* de 1947,¹⁵ mas já bastante denso de informação.

Neste (Figura 4), AVS nunca aludiu aos *Verbetes*, embora seja claro que o conteúdo teve por base o seu inventário que era, seguramente, a fonte relevante de trabalho, fruto de constante pesquisa para a tão desejada grande publicação sobre a imagem de Lisboa.

Sabemos que estava a trabalhar no Ficheiro quando faleceu. Disso nos deu conta Jaime Lopes Dias (1890-1977), em texto de homenagem, quando referiu que: “A sua preocupação nos últimos dias de vida era a Iconografia de Lisboa que ele já começara a organizar e desejaria poder concluir.”¹⁶ De igual forma, na revista *Olisipo*, Julieta Ferrão (1899-1974), ressaltou a importância do estudo: “É vastíssima a obra deixada por Vieira da Silva (...) pois grande serviço prestaria à bibliografia da cidade, a entidade que se dispusesse a reuni-la bem como a que deixou em projecto. Desta destaque os verbetes que algumas vezes pude ver referentes à iconografia de Lisboa e de que em 1947 o notável estudioso publicou uma breve resenha na “Revista Municipal” (...) Evidentemente, a colectânea já realizada embora abrangendo centenas de verbetes está incompleta mas tal como está a sua publicação impõem-se (...) o que nos deixou verbetado é tão vasto e duma tão essencial importância que não pode ficar vedado aos vindouros historiadores (...)”¹⁷

Ao analisarmos o ficheiro e a relação do autor com as imagens da cidade, foram surgindo algumas questões, entre elas: a data de início deste trabalho de inventário, a sistematização e o propósito.

14 Para avaliação das propostas de edições culturais no âmbito do VIII Centenário, foi criada a “Comissão para estudar o plano das publicações a editar pela Câmara Municipal” (Câmara Municipal de Lisboa, 1944, 22 de junho). Ata n.º 81,18-19 e subcomissões. AVS teria cedido os direitos de publicação da Iconografia de Lisboa, em 1937, à CML. Vide: Câmara Municipal de Lisboa, 1944.

15 Silva, 1947, pp. 5-18.

16 Diretor dos Serviços Centrais e Culturais da CML que trabalhou diretamente com AVS. Vide: Dias, 1951, p. 8.

17 Conservadora Chefe dos Museus Municipais (Ferrão, 1951, p.8).

Da continuidade do estudo resultaram algumas hipóteses que podemos enunciar. A origem deste ficheiro poderá ter estado relacionada com o início da sua coleção bibliográfica e iconográfica, por volta de 1900, como forma de inventariar as muitas espécies que ia adquirindo (Figura 5); ou como aprendizado ao longo da formação académica e da vida profissional, em particular por ocasião da sua passagem pelo Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (CSMN), que aplicou a metodologia do verbete como instrumento de trabalho.¹⁸ Mas, foi, certamente, com o objetivo de reunir informação minuciosa e exaustiva para os seus estudos e publicações de Lisboa.



FIGURA 5

Interior da casa de Vieira da Silva na Rua da Lapa, Lisboa. Pormenor da Sala Amarela.

Fotografia, s.d.

Fonte: Gabinete de Estudos Orlisiponenses.

- 18** Na qualidade de engenheiro militar, de adido a desempenhar funções no Ministério dos Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Augusto Vieira da Silva foi nomeado vogal do CSMN em 27 de dezembro de 1899. Numa das reuniões do Conselho em que esteve presente, a 21 de fevereiro de 1901, Ramalho Ortigão apresentou um esboço de classificação dos “Monumentos nacionais” e lançou, como modelo, a proposta de criação de uma série de verbetes, um para cada monumento ou lugar histórico, onde se coligissem todas as notícias que se fossem recolhendo (ANTT, Academia Nacional de Belas Artes. *Livro de Actas: 1900-01-10 a 1906-04-18*). A passagem de AVS pelos Monumentos Nacionais foi estudada, de forma inédita, na biografia “Augusto Vieira da Silva. Engenheiro Orlisipógrafo” (no prelo), por Elisabete Gama, no âmbito do projeto *Orlisipógrafos. Os cronistas de Lisboa*.

A preocupação com a ilustração dos textos começou, logo em 1898, quando tratou do estudo histórico e descritivo do Castelo de São Jorge,¹⁹ que fez acompanhar com fotografias da época, excertos de cartografia antiga e de uma vista panorâmica com a representação da fortificação. Daí em diante foi percebendo o papel da imagem para a melhor leitura e compreensão dos assuntos e, naturalmente, a importância de conhecer, de identificar e de localizar as muitas representações da cidade e dos seus quotidianos (em Portugal e no estrangeiro). Valorizou as fontes como documentos históricos e como uma das muitas vias para conhecer Lisboa detalhadamente, mas acima de tudo, como a única que permitia conferir aos seus estudos o desejado rigor científico.

Alguns dos seus primeiros trabalhos, na imprensa periódica, publicados nas décadas de 20 a 40, abordaram vistas panorâmicas de Lisboa dos séculos XVI ao XVIII. Fê-lo quando se começou a sentir confiante para avançar no tema; mas, sobretudo, quando dispunha de elementos suficientes que ia recolhendo e reunindo nos seus *Verbetes*, motivado, certamente, pela convicção que os seus estudos iriam contribuir para a divulgação das representações da cidade e para o melhor conhecimento da sua História.

Foi neste contexto que, em dezembro de 1924, AVS deu uma conferência na Associação dos Arqueólogos Portugueses²⁰ subordinada a antigas vistas panorâmicas de Lisboa. Em 1925 publicou a palestra no *Diário de Notícias*, acompanhada de uma vista panorâmica de Lisboa quinhentista.²¹ No ano seguinte, depois das necessárias revisões, correções e aditamentos, o artigo integrou a revista *Arqueologia e História*, sob o título *As mais antigas vistas panorâmicas de Lisboa*.²² Em 1929 regressou ao tema no *Elucidário Nobiliárquico*, com o artigo *Vistas panorâmicas* (Figura 6).²³

19 Silva, 1898.

20 *Idem*, 1926.

21 *Idem*, janeiro de 1925.

22 *Idem*, 1926, V, pp.101-108.

23 *Idem*, 1929, 2, 4 (4), pp.138-140.



FIGURA 6
 Folha de rosto do artigo
 de Vieira da Silva
 Fonte: *Elucidário*
Nobiliárquico, n.º 4, 1929.

Esta, segundo Afonso de Ornelas, tinha o intuito de deixar registados “os principais elementos iconográficos de Lisboa, não só com o fim de concorrer para o estudo da história de tão notável cidade, como ainda para facilitar aos colecionadores, conhecimentos da existência de espécies raras”.²⁴ Nesse sentido, Ornelas solicitou ao *Olisipógrafo* “para consentir na reprodução da sua monumental colecção de desenhos e pinturas originaes, gravuras, lithographias, fotografias, etc.”.²⁵ Em junho do mesmo ano, publicou novo texto para a referida rúbrica “Apontamentos Iconographicos de Lisboa”, intitulado *Embarque de S. Francisco Xavier para a India*, que fez acompanhar com reproduções da pintura a óleo do Museu Nacional de Arte Antiga.²⁶ Na década de 30 saíram mais dois artigos sobre iconografia: um em 1931 e outro em 1932, intitulados respetivamente, *Sobre uma gravura quinhentista de Lisboa* e *Panorama de Lisboa em azulejos existente no MNAA*.²⁷ A seguir, em 1942, publicou *Uma Vista Inédita de Lisboa do 3º Quartel do Século XVIII*.²⁸

24 Ornelas, 1929, p.138.

25 *Idem, ibidem.*

26 Silva, 1929.

27 *Idem, 1931; Idem, 1932.*

28 *Idem, 1942, 2, 7, pp. 111-117.*

Estes estudos surgiram num contexto de época, de crescente preocupação pelas abordagens à iconografia portuguesa em geral, com a representação de paisagens, monumentos antigos e tipos populares, focadas sobretudo na promoção e na divulgação para um público alargado, nem sempre especialista. São disso exemplo, entre outros, as publicações na imprensa periódica, de meados de Oitocentos às primeiras décadas de Novecentos, como: *Panorama*, *Archivo Pitoresco*, *O Occidente*, *Ilustração Portuguesa*, *Terra Portuguesa*, *Elucidário Nobiliárquico*, ou *Arqueologia e História*, obras que AVS tinha na sua biblioteca particular.

A abordagem aos temas de iconografia feita por AVS foi dirigida exclusivamente à análise, identificação e descrição das representações de Lisboa, embora outros autores contemporâneos já tivessem usado imagens da cidade para ilustrar os seus textos. Contudo, para o olisipógrafo a opção foi a iconografia como objeto de estudo de valor documental e suporte da narrativa histórica, e não apenas mera ilustração de textos. Podemos mesmo afirmar que Vieira da Silva foi precursor dos estudos de iconografia da cidade. Não admira que, em 1945, no seu programa para um “Curso de Estudos Olisiponenses”, tenha proposto uma disciplina que designou de “Iconografia da cidade”.²⁹

O ficheiro *Verbetes*

Este ficheiro, enquanto instrumento de trabalho, esteve sempre em contínua atualização, como já sublinhámos, o que se deduz da existência de várias fichas riscadas, dos acrescentos noutras, das notas a indicar “para verificação”, “para meter na sua altura” ou “livros para vêr”, ou pela listagem, inclusa no documento, com a referência “Inutilizados” (Figura 7).

29 *Idem*, 1945. Estudos Olisiponenses na Universidade de Lisboa.

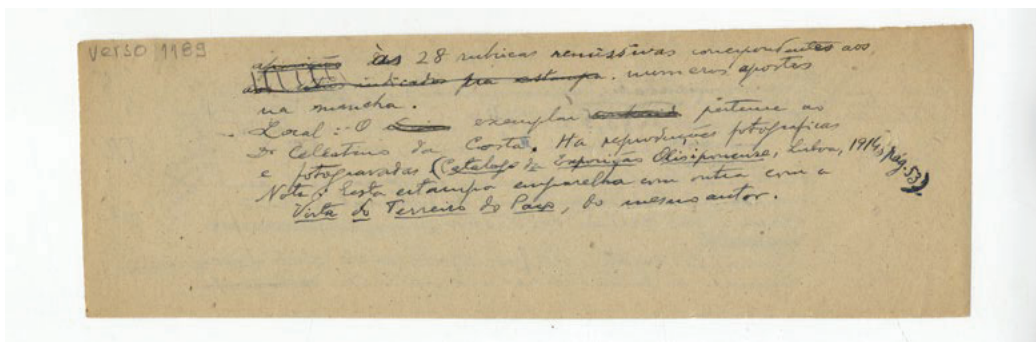
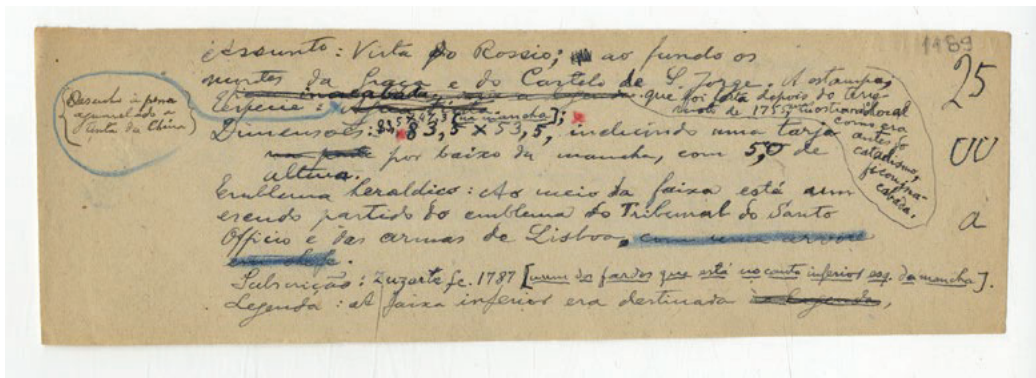


FIGURA 7
 Exemplo de Ficha com acrescentos e correções.
 Manuscrito Verbetes (fólio 1189-1189v.)
 Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses.

No tocante à metodologia e aos conteúdos, o Ficheiro abre com o Índice dos Verbetes, distribuído por várias fichas que elencam, em cada uma, os seguintes grandes temas que transcrevemos, seguindo a ordem do documento: *Porto de Lisboa; Teatros e outras casas de espetáculo; Terramoto de 1755; Terreiro do Paço e Paço da Ribeira; Tipos e cenas das ruas; Túmulos; Viação pública; Coches; Barcos do Tejo; Diversos assuntos; Abastecimento de água; Comemorações fúnebres; Festividades régias; Festividades populares; Acontecimentos; Congressos e exposições; Belas Artes; Caminhos de Ferro; Palácios de particulares; Edifícios de particulares; Colégios de particulares; Edifícios públicos; Asilos e creches; Estabelecimentos de instrução pertencentes ao Estado; Palácios reais; Hospitais e instituições de saúde; Igrejas não conventuais, ermidas e capelas; Conventos e suas igrejas excluindo o dos Jerónimos; Jerónimos; Fortificações excluindo a torre de Belém; Torre de Belém; Estabelecimentos comerciais; Estabelecimentos industriais; Jardins e Passeios públicos; Jardins e quintas de particulares; Jardins e quintas reais; Mercados e feiras; Monumentos; Padrões comemorativos; Vias públicas e viadutos; Vistas panorâmicas diversas do século XIX;*

Vistas gerais panorâmicas tiradas do Tejo, século XIX ; Vistas panorâmicas até ao fim do século XVIII; Vistas panorâmicas da cidade anteriores ao terremoto de 1755, feitas no século XIX; Vistas diversas panorâmicas no século XIX; Trechos panorâmicos. A maioria destes temas apresenta-se com subtemas, como por exemplo: *Palácios reais* subdividido em *Ajuda, Belém, Bemposta e Necessidades*.

Contudo, o *Índice dos Verbetes* não mostra nenhuma ordem alfabética, nem geográfica, nem cronológica, pontualmente temática. Mais, quando percorremos as restantes fichas, a ordem em que se encontram, não corresponde à estabelecida pelo índice. Eventualmente, poderá ter havido mexidas nos locais onde o ficheiro esteve arquivado, sendo mais provável ter sido o próprio autor que não chegou a concluir a reorganização das fichas em função do índice estabelecido (seria este o definitivo para a edição da *Iconografia de Lisboa*?).

O meticuloso inventário que abarca áreas como urbanismo e arquitetura, população, costumes, educação, saúde, comércio e indústrias, festas, acontecimentos históricos etc., está particularmente orientado para a identificação da imagem em pintura, desenho, gravura, litografia, fotografia e para a imagem já publicada. Não estão registadas representações iconográficas em objetos cerâmicos (e havia muitos na coleção de AVS), com exceção para painéis de azulejos, nem medalhas; contudo, encontramos exemplos da ilustração histórica, muito em voga nos inícios do século XX, constituída por desenhos de reconstituição conjectural, inclusos em publicações.

Cronologicamente, as representações catalogadas datam do século XVI ao início do século XX. No entanto, não foram contemplados os registos de diário gráfico, feitos em passeios pela cidade por Jaime Martins Barata (1899-1970), para a obra *Peregrinações em Lisboa* de Norberto Araújo (1938-39) que fixam a imagem de Lisboa nos finais da década de 1930.

Conhecer e identificar tudo o que havia sobre a capital era, de facto, muito difícil; as palavras de AVS inscritas no texto de 1947 corroboram esta situação: “a abundância de estampas de Lisboa, revistas, jornais e folhas soltas, assim como em quadros a óleo, a aguarela e a pastel, é tão grande que a sua inventariação e classificação desafia a paciência mais beneditina, podendo sem receio de desmentido afirmar-se que seria trabalho para uma vida inteira, e a lista que se organizasse ficaria necessariamente imperfeita (...)”, nem mesmo “recorrendo a

pedidos de informação no estrangeiro”.³⁰ Pedidos nem sempre bem sucedidos, como esclarece Julieta Ferrão.³¹

Ainda em relação aos campos das fichas, não há uma uniformidade de conteúdos, estando umas mais completas do que outras, revelando, uma vez mais, que estamos perante um trabalho de recolha e catalogação em curso. As fichas apresentam a indicação de título e/ou assunto, coleção ou publicação. Mas, em quase todas, há referência à matéria e à técnica; à data; ao autor; ao local onde se encontra a imagem, (ou seja, qual o proprietário e/ou local onde foi publicada); às dimensões; e até pequenas descrições, comentários e notas sobre a história da peça (Figura 8). Ocasionalmente, surgem pequenos apontamentos biográficos dos autores. Da presença destes conteúdos se intui o rigor que AVS imprimia nos seus trabalhos, mostrando-nos também o seu nível de conhecimento multidisciplinar.

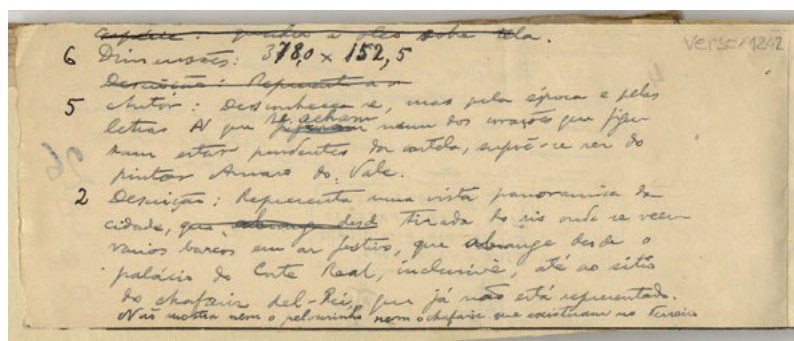


FIGURA 8
Exemplo de Ficha com referências a conteúdos diversos. Manuscrito Verbetes (fólio 1242-1242v.)
Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses.

30 Silva, 1947, p.18.

31 Ferrão, 1951, p. 8.

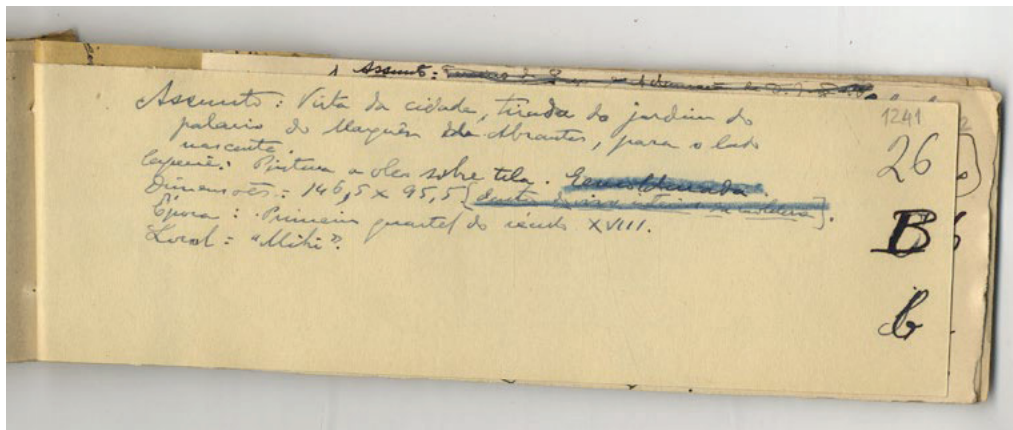


FIGURA 9

Exemplo de ficha de uma obra que integrava a Coleção de Vieira da Silva. Manuscrito Verbetes (fólio 1241)

Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses.

Nota: Vemos esta pintura na fotografia da Sala Amarela de sua casa (Figura 5).

A consulta deste ficheiro possibilita-nos a identificação imediata de muitos elementos iconográficos (para não dizermos a quase totalidade), inseridos em publicações nacionais e estrangeiras; assim como localizar representações da cidade guardadas em instituições, *in situ*, ou até na posse de particulares, sendo que muitas destas já estão hoje integradas em instituições, ou estão na posse dos descendentes (Figura 9).

Considerações finais

A vastidão de informação não nos permite, neste estudo, aprofundar mais o tema que ficará para futuras abordagens.³² No entanto, convém ressaltar que não identificámos referências a iconografia ainda inédita de Lisboa, uma vez que hoje dispomos já de alguma pesquisa atualizada sobre o assunto. Contudo, em nenhum estudo, encontramos tantos dados reunidos. O valor da investigação do

32 Foi opção neste artigo não serem referenciados exemplos concretos de iconografia de Lisboa, considerando as mais de 1600 fichas e a variabilidade de conteúdos destas. Nesta fase da investigação, estamos a associar imagem a cada um dos verbetes, como foi ambição de AVS.

olisipógrafo é ainda mais significativo, pelo facto de não existir, à época, qualquer inventário sobre esta matéria.

Com efeito, o grande interesse deste trabalho sobre iconografia olisiponense, prende-se com o facto de nos apresentar uma síntese muito completa, mesmo quando analisamos o documento à luz da época em que foi elaborado. Uma síntese que resulta numa ímpar sistematização, uma base indispensável para um trabalho de atualização que se impõe.

Neste sentido, a informação contida no documento *Verbetes*, deverá constituir a base do futuro Atlas de Iconografia de Lisboa (o projeto em curso, que estamos a desenvolver) que encaramos como um trabalho imprescindível para a Oligrafia. Afinal, uma publicação tão almejada, há várias décadas, pela Câmara Municipal de Lisboa, que inclusivamente vem ao encontro de uma das linhas programáticas, definidas aquando da criação do GEO, em 1939, que enunciava como missão a elaboração de inventários bibliográficos e iconográficos sobre Lisboa, recolhidos em acervos de bibliotecas, arquivos e museus municipais e nacionais.³³

33 É disso exemplo o *Inventário Geral Olisiponense* feito pelo GEO em 1939 com recolha de iconografia da cidade do acervo do Museu Nacional de Arte Antiga (GEO. Cód. Referência: PT/GEO/AH/0021).

FONTES

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA [AML]

Câmara Municipal de Lisboa (1944). *Repartição dos Serviços Culturais: Ofícios Expedidos*, Dactiloescrito não publicado.

Câmara Municipal de Lisboa (25 nov. 1953). *Escritura de Compra*. Manuscrito não publicado. Código de Referência PT/AMLSB/CMLSBAH/FNAJ/001/0637/017.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT]

Academia Nacional de Belas Artes (1900-1906). *Livro de Actas: 1900-01-10 a 1906-04-18*. Manuscrito não publicado. ANTT.

GABINETE DE ESTUDOS OLISIPONENSES [GEO]

Fundo Augusto Vieira da Silva. Datas extremas: [1869-1951]. Cód. Referência: PT/GEO/AVS.

Inventário Geral Olisiponense (1939). Dactiloescrito não publicado. Cod. Referência: PT/GEO/AH/0021.

Ofício de Daniel Rodrigues de Sousa a Vieira da Silva (7 dez. 1937). Dactiloescrito não publicado. Cód. Referência: PT/GEO/AVS/PROF/03-01/11.

Silva, A. V. da (s/d.). *Verbetes*. Manuscrito não publicado. Cód. Referência: PT/GEO/AVS/PROF/03-02.

Silva, A. V. da (11 dez. 1937). *Rascunho de carta*. Manuscrito não publicado. Cód. Referência PT/GEO/AVS/PROF/03-01/11.

MUSEU DE LISBOA [ML]

Moita, I. (s/d.). *Museu da Cidade. Fundamentos. Programas. Instalações. Coleções*. Dactiloescrito. N.º Inv. ML.ESP. DOC.5935.

Proc-Privº n.º 246,1960 — Dossier Augusto Vieira da Silva [em tratamento].

Sequeira, G. M. (21 jul. 1952). *Relatório de Avaliação e Inventário das Coleções Vieira da Silva*. Dactiloescrito. N.º Inv. ML.ESP.DOC.5940.15.

BIBLIOGRAFIA

Câmara Municipal de Lisboa (22 jun. 1944). Ata nº 81. *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 18-19.

Câmara Municipal de Lisboa (1954). *Exposição das principais peças da Coleção Vieira da Silva*. Lisboa: CML.

Câmara Municipal de Lisboa (16 abr. 1984). “Despacho nº70/P/84”. *Diário Municipal*.

Dias, J. L. (1951). Engenheiro Augusto Vieira da Silva. *Revista Municipal*, 48, 1-18. Câmara Municipal de Lisboa. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N48/N48_master/N48.pdf.

Dias, J. L. (1940). Relatório do Diretor dos Serviços Centrais. *Anais do Município de Lisboa: ano de 1939*, 16-28. Câmara Municipal de Lisboa. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/AnaisMunicipio/1939/1939_master/AnaisdoMunicipiodeLisboa1939.PDF

Ferrão, J. (1951). Recordando... *Olisipo*, 54, 7-10. Boletim Trimestral do Grupo Amigos de Lisboa. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1951/N54/N54_master/Olisipo_N54_Abr1951.PDF.

Gabinete de Estudos Olisiponenses (1996). *Nos 60 anos dos Amigos de Lisboa: Recordar Vieira da Silva*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Vários (1951). Mestre Vieira da Silva. *Olisipo*, 54, 2-17. Boletim Trimestral do Grupo Amigos de Lisboa. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1951/N54/N54_master/Olisipo_N54_Abr1951.PDF

Gama, E. (2019). *Augusto Vieira da Silva. Percurso académico: 1869-2019: 150 Anos do nascimento*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses.

Ornelas, A. (1929). Apontamentos Iconographicos de Lisboa. *Elucidário Nobiliárquico*, 2, 4 (4), 138. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ElucidarioNobiliarchico/V2/NO4/NO4_master/ElucidarioNobiliarchico_Vol2_NO4_Abr1929.pdf

Silva, A. V. da (1898). *O Castelo de S. Jorge em Lisboa: estudo histórico-descriptivo*. Lisboa: Typ. Commercio.

Silva, A. V. da (1925, 1 janeiro). As mais antigas vistas panorâmicas de Lisboa. *Diário de Notícias*.

Silva, A. V. da (1926). As mais antigas vistas panorâmicas de Lisboa. *Arqueologia e História*, V, 101-108. Associação dos Arqueólogos Portugueses. https://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/arqueologia_historia/serie_6/AH_serie6_Vol_V.pdf

- Silva, A. V. da (1929). Sobre uma gravura quinhentista de Lisboa. *Elucidário Nobiliárquico*, 2, 6 (6), 191-196. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ElucidarioNobiliarchico/V2/No6/No6_master/ElucidarioNobiliarchico_Vol2_NO6_Jun1929.pdf
- Silva, A. V. da (1929). Vistas panorâmicas. *Elucidário Nobiliárquico*, 2, 4 (4), 138-140. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ElucidarioNobiliarchico/V2/No4/No4_master/ElucidarioNobiliarchico_Vol2_No4_Abr1929.pdf
- Silva, A. V. da (1931). Sôbre uma gravura quinhentista de Lisboa. *A Feira da Ladra*, 3, 184-186. Câmara Municipal de Lisboa. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/FeiradaLadra/TomoIII/TomoIII_master/FL1931.pdf
- Silva, A. V. da (1932). Panorama de Lisboa em azulejos existente no MNAA. *Armas e Troféus*, 1, 80-91. Instituto Português de Heráldica. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArmaseTrofeus/ArmaseTrofeus_master/ArmaseTrofeus.pdf
- Silva, A. V. da (1942). Uma Vista Inédita de Lisboa do 3.º Quartel do Século XVIII. *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, 2, 7 (1-6), 111-117. Museu Nacional de Arte Antiga. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/BoletimdosMuseusNacionaisdeArteAntiga/V2/Fasco7/Fasco7_master/BoletimdosMuseusNacionaisdeArteAntiga_V2_Fasco7_Jan-Jun1942.PDF
- Silva, A. V. da (1945). Estudos Olisiponenses na Universidade de Lisboa. *Olisipo*, 32 (10), 179-187. Boletim do Grupo Amigos de Lisboa. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1945/N32/N32_master/Olisipo_N32_Out1945.PDF
- Silva, A. V. da (1947). Iconografia de Lisboa. Notícia Histórica. *Revista Municipal*, 32, 5-18. Câmara Municipal de Lisboa. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N32/N32_master/N32.pdf

Pensar a cidade

Thinking the city

A Olisipografia e o estereótipo de palácio urbano “seiscentista”

Olisipography (Lisbon Studies) and the stereotype of the 17th century urban palace

ANA RITA GONÇALVES*

Centre for Innovation in Territory, Urbanism and Architecture (CiTUA),
Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

JOÃO VIEIRA CALDAS**

Centre for Innovation in Territory, Urbanism and Architecture (CiTUA),
Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

* Este trabalho foi realizado com o apoio da Bolsa de Investigação para Doutoramento 2020.06346.BD (<https://doi.org/10.54499/2020.06346.BD>) da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do doutoramento de Ana Rita Gonçalves intitulado *A Casa Nobre Pré-Joanina em Lisboa*.

** Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/05703/2020 da unidade de investigação CiTUA.

RESUMO

Na cidade de Lisboa podem ainda encontrar-se vários exemplares de palácios urbanos tradicionalmente chamados “seiscentistas”, que, apesar de perfazerem um conjunto estilisticamente uniforme com peso na paisagem urbana, são praticamente desconhecidos. O seu aspeto exterior despojado, de carácter “chão”, levou a que fossem minorizados pela olisipografia e pela historiografia da arte, o que condicionou o seu estudo e, conseqüentemente, a sua valorização.

Na primeira edição da *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa* (1879), Júlio de Castilho começou por difundir a ideia de que os palácios portugueses eram, em geral, inferiores aos palácios estrangeiros por serem pouco ornamentados, considerando-os meros “casarões”. Nas suas obras, para caracterizar alguns palácios de aparência dita seiscentista, utilizou mesmo a expressão “casarão enorme”. Essa tendência foi seguida por outros olisipógrafos e historiadores de arte, no decurso do século XX, e Fernando Castelo-Branco adotou-a na *Lisboa Seiscentista* (1956), associando inevitavelmente o termo “casarão” aos palácios da época. A utilização repetida desta designação determinou um estereótipo de palácio urbano “seiscentista” plasmado num edifício sem particular valor arquitetónico e que apenas se destacaria pelas suas dimensões — uma visão que só já próximo do final do século começou a abrir espaço para outras interpretações.

PALAVRAS - CHAVE

Olisipografia; Historiografia da Arte; Estereótipo; Palácio Urbano “Seiscentista”; Casarão.

ABSTRACT

In the city of Lisbon, it is still possible to find several urban palaces traditionally said to be from the seventeenth century. Although they form a stylistically uniform set, with relevance in the urban landscape, they are practically unknown. Their stripped appearance and “plain style” led them to be overlooked by *olisipography* (Lisbon Studies) and the historiography of art, limiting their study and appreciation.

In the first edition of *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa* (1879), Júlio de Castilho began spreading the idea that Portuguese palaces were generally inferior to foreign ones because they were poorly ornate. He considered them merely “large houses”. To characterize some so-called 17th century palaces he even used the expression “huge house”. During the 20th century, this trend was followed by other *olisipographers* (Lisbon Studies Researchers) and art historians. Fernando Castelo-Branco adopted it in *Lisboa Seiscentista* (1956), inevitably associating the term “large house” with the palaces of the 17th century. The repeated use of this designation determined a stereotype of a 17th century urban palace as a building without special architectural value, that would just stand out for its dimensions — a vision that only began to make room for other interpretations near the end of the century.

KEYWORDS

Olisipography (Lisbon Studies); Historiography of Art; Stereotype; 17th Century Urban Palace; Large House.

De Belém ao Beato, de Alfama a S. Sebastião da Pedreira, Lisboa está repleta de palácios urbanos (e periurbanos) tradicionalmente chamados “seiscentistas” que constituem um património de notável uniformidade em termos da imagem arquitetónica, mas que a olisipografia começou por estigmatizar, tornando-os frequentemente “invisíveis”. A maneira como foram vistos condicionou o seu estudo, levando a que, ainda hoje, exista um desconhecimento generalizado sobre este conjunto de edifícios, com conseqüências negativas para a sua preservação e valorização.

São palácios com um carácter marcadamente “chão”. Aliás, a própria designação “estilo chão”, que Kubler (1972, p. 3) foi buscar a Júlio de Castilho (1879, p. 56), aparece na *Lisboa Antiga* associada à expressão “casarões a que se chamava



FIGURA 1

Palácio dos Senhores da Trofa
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa,
Machado & Souza, 1907, FAN000908.

palacios” (Castilho, 1879, p. 56). Pode deduzir-se que representam o tipo de casa nobre de construção anterior à difusão do barroco joanino, que tem uma imagem exterior baseada em elementos clássicos simplificados e que, pela sua aparente austeridade, foi considerada de menor qualidade arquitetónica. Caracterizam-se pelas fachadas enquadradas por cunhais *apilastrados* em cantaria e rematadas por uma cornija sob beiral. Os vãos, de dimensão regular, distribuem-se ordenadamente na fachada, em particular no andar nobre que é realçado por uma fiada de janelas de sacada, cujas molduras, também em cantaria, são quase sempre encimadas por um entablamento simplificado. As sacadas são unidas por uma faixa horizontal da mesma espessura, que ora as deixa salientes, ora se transforma numa consola contínua que suporta as guardas de ferro.

Uma das consequências de terem sido pouco estudados é precisamente a circunstância de ainda haver alguma indefinição na delimitação cronológica da construção destes edifícios, problema que será desenvolvido em trabalho posterior. Por isso é que se optou por utilizar o termo “seiscentistas” entre aspas e por designá-los como “tradicionalmente chamados seiscentistas” ou “ditos seiscentistas”.

Com este artigo pretende-se aprofundar o conhecimento da perspetiva dos

olisipógrafos sobre estes palácios e analisar o modo como olisipógrafos e historiadores de arte ficaram mais ou menos presos a um estereótipo de edifício, perpetuado pela utilização da palavra “casarão”, do qual se foram gradual mas insuficientemente libertando.

Júlio de Castilho, que usualmente é considerado o “pai da olisipografia”, foi uma das pessoas que mais contribuíram para a menorização destes palácios, pois tinha uma opinião bastante negativa sobre as casas nobres portuguesas em geral, opinião que expressa três vezes na obra *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*.

A primeira é aquela a que já se fez alusão. Aparece na 1.^a edição do livro, em 1879, a pretexto de uma “visita” à efabulada habitação quinhentista de Nicolau de Altero, herdeiro da propriedade dos Andrade cujo loteamento esteve na origem do Bairro Alto. Júlio de Castilho, imaginando a sobriedade dessa construção, compara o “estilo chão” da arquitetura portuguesa com a exuberância do gótico internacional, para dizer que as habitações nobres em Portugal sempre foram contidas na ornamentação, e usa pela primeira vez a palavra “casarões” para classificar os palácios portugueses:

“(…) penso que na vivenda de Nicolau de Altero (...) predominasse certa feição meio sobria (...) [que] casava com o estylo chão da architectura, que não era certamente d’aquelle opulento gothico do seculo XV, que no genero de habitações particulares tantas maravilhas produziu lá fóra.

Em Portugal nunca a architectura de taes edificios se estremou por grandes bellezas nem riquezas; essas monopolizavam-nas as casas religiosas (...). Nem mesmo os paços eram obras de grande aparato exterior; quanto mais as moradas singelas dos nobres! (...)

Um luxo que os proprietarios se permittiam com larga mão era o azulejo; esse sim (...) enfeitava por dentro as salas e escadarias dos casarões a que se chamava palacios.” (Castilho, 1879, p. 56).

A segunda vez é também na 1.^a edição do livro, mas no contexto das obras de reconstrução da mesma casa, muitos anos mais tarde, no início do século XVIII. Este edifício é atualmente conhecido pela designação de Palácio Lumiares e localiza-se na Rua de São Pedro de Alcântara, ocupando todo um quarteirão, no enfiamento da Calçada da Glória.



FIGURA 2
Palácio Lumiares
Fonte: Arquivo Municipal
de Lisboa, Armando Serôdio,
1968, SER009057.

Júlio de Castilho considera-o “uma vasta mole, imponente pela sua arrogante extensão”, mas reconhece que “pela nobreza das linhas, [é um] espécimen bem conservado da architectura particular lisbonense do seculo XVIII no seu principio” (Castilho, 1879, pp. 157-158), ainda que isso lhe sirva de deixa para comparar a pobreza estética dos palácios portugueses perante os palácios estrangeiros, nomeadamente os italianos:

“Os nossos palacios não teem, por via de regra, o porte garboso de muitos lá de fóra, os dos nobres da Italia, por exemplo (...). Falta-lhes a linha, a ousadia, o imprevisto, a harmoniosa consonancia da dessymetria, o calculo das massas equilibradas com o pormenor, todo aquelle conjuncto sabio, que faz de muitos palacios de Roma, de Florença, e de Milão obras de verdadeiro cunho. Nunca se deu grande apreço por cá aos primores da ornamentação da habitação particular; (...) somos pouco artistas em geral, e depois não temos a educação, que suppre a indole.” (Castilho, 1879, p. 158).

A terceira ocasião em que critica os palácios portugueses, e, desta vez, especificamente os de Lisboa, surge na 2.^a edição, de 1902. O mote é o Palácio do Barão de Quintela, na Rua do Alecrim, um edifício já do final do século XVIII que Júlio de Castilho descreve como tendo “um bellissimo risco, respirando elegancia moderna e opulencia” (Castilho, 1902, vol. 2, p. 109), traços que o destacam face ao panorama geral, pois insiste:

“Todos sabemos que os palacios das classes altas em Lisboa nunca brilharam pelos primores architectonicos.” (Castilho, 1902, vol. 2, p. 109).

“Apontam-se a dedo as pouquissimas residencias senhoris que mereçam, ou merecessem admiradas [sic], ainda assim com restricções.” (Castilho, 1902, vol. 2, p. 110).

“Mas note-se: não são, (alguns d’elles) obras acabadas de engenho e execução; recommendam-se em relação aos mais, e pela grandeza aristocratica da sua figura; apenas isso.” (Castilho, 1902, vol. 2, p. 112).



FIGURA 3
Palácio do Barão de Quintela
Fonte: Arquivo Municipal
de Lisboa, Joshua Benoliel,
[191-], JBN001529.

Nesta 2.^a edição, Júlio de Castilho mantém as considerações que fazia na 1.^a edição e reforça-as, acabando por revelar a fonte que o terá influenciado, através de uma citação, aparentemente traduzida por si, da obra *Voyage en Portugal, et particulièrement à Lisbonne en 1796*, atribuída ao viajante francês Joseph-François Carrère:

“Todos os Grandes possuem palacio. Parece pois que deveriam encontrar-se em Lisboa muitos d’elles imponentes pelas suas dimensões, notaveis pela regularidade da architectura, agradaveis pelo variado da ornamentação. (...) Os casarões aqui chamados palacios não passam de ordinarissimos edificios, de apparencia muito mediocre, levantados sem regularidade, sem elegancia, sem adornos, e proprios, quando muito, de qualquer particular medianamente endinheirado.” (Castilho, 1902, vol. 2, p. 110).

Note-se que, significativamente, na versão original, que Júlio de Castilho reproduz em nota de rodapé, não consta a palavra “casarões”:

“Tous les grands ont des palais. On croirait d’après celà trouver à Lisbonne beaucoup de ces édifices, imposants par leur masse, frappants par la régularité de leur architecture, agréables par la variété de leurs ornements (...) Les édifices qu’on décore du nom de palais sont des maisons très ordinaires, d’une apparence fort médiocre, construites sans régularité, sans élégance, sans ornements, à peine dignes d’être habités par un particulier médiocrement riche.” (Castilho, 1902, vol. 2, p. 110, nota 1).

Portanto, os “edifícios” passaram a “casarões”, naquilo que se pode considerar uma tradução bastante livre. De qualquer modo, é este autor estrangeiro que, noutra citação feita por Júlio de Castilho (mas ressalve-se que, neste caso, sem a reprodução da versão original), afirma que os palácios dos “Grandes de Portugal” “apenas são notaveis pelo tamanho” (Castilho, 1902, vol. 2, p. 116).

Júlio de Castilho não tem uma abordagem propriamente científica na sua descrição da cidade de Lisboa e muitas vezes não é coerente, mas podemos detetar uma tendência para considerar belos ou opulentos os edifícios mais “modernos” e ornamentados, enquanto aqueles que são mais simples e apresentam o tal aspeto mais “chão” são apelidados de “casarões” e até de “casarões enormes”. Como acontece, por exemplo, na segunda parte da *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, no caso do

Palácio do Lavra, situado na esquina da Rua de São José com a Calçada do Lavra:

“(…) o prédio nobre que foi de André Lopes fica do outro lado da calçada do Lavra (…). É um casarão enorme, com sua ermida sôbre a dita calçada (…)” (Castilho, 1936, vol. 4, p. 267).



FIGURA 4
Palácio do Lavra
Fonte: Arquivo Municipal
de Lisboa, Armando Serôdio,
1968, SER009224.

Os outros olisipógrafos não vão divergir do “mestre” Júlio de Castilho, embora os seus trabalhos procurem ser mais focados por área temática ou geográfica. A palavra “casarão” continua a ser usada para descrever alguns palácios e, por vezes, também outras edificações.

Ainda assim, importa relevar uma pequena obra de divulgação para o grande público inteiramente dedicada às casas nobres portuguesas. O volume “Palacios e Solares Portuguezes” [s.d.], pertencente à coleção *Encyclopédia pela Imagem*, em que Gustavo de Matos Sequeira vai praticamente decalcar as afirmações de Júlio de Castilho. Primeiro na introdução, para caracterizar os palácios urbanos em geral, e, depois, no capítulo sobre os palácios de Lisboa:

“O solar da cidade (…) não apresenta características tão salientes. Os que hoje existem são, na maioria dos casos, vastos casarões sem bellezas architectonicas (…).” (Sequeira, [s.d.], p. 6).

“Muitas residencias nobres de Lisboa perderam o antigo character, pelas obras effectuadas pelos modernos proprietarios; outras, como ficou dito, nunca o tiveram. Eram simplesmente grandes casarões.” (Sequeira, [s.d.], p. 20).

Vários olisipógrafos (Júlio de Castilho, Augusto Vieira da Silva, Gustavo de Matos Sequeira, Norberto de Araújo) referem o facto de alguns destes edifícios terem chegado aos séculos XIX e XX em considerável mau estado de conservação, na sequência do terramoto de 1755 e das reconstruções posteriores, tendo sido subdivididos e arrendados a várias famílias e estabelecimentos comerciais. Tal devia resultar numa utilização que distorcia completamente a sua espacialidade e funções iniciais e que, certamente, também terá contribuído para esta imagem de grandes edifícios desadequados e, portanto, “casarões”. É revelador que, nas *Peregrinações em Lisboa* [1938-1939], Norberto de Araújo utilize o termo “casarão” para se referir a dois palácios que se encontravam muito degradados. O Palácio Azurara, que teve obras de remodelação no final dos anos 40 do século XX, e o Palácio dos Marqueses de Alegrete, que acabou por ser demolido em 1946:

“O Palácio da esquina — enorme casarão que se estende até à Travessa de Santa Luzia (...) — foi pertença dos Viscondes de Azurara. O portal oferece certa nobreza (...). Esta propriedade está hoje sub-dividida por inúmeros inquilinos, famílias pobríssimas na sua maioria — verdadeira “ilha” (...).” (Araújo, [1938-1939], livro 2, p. 71).

“O velho Palácio do Alegrete, que teve certa aura na Lisboa de setecentos, é hoje uma ruína, pouco mais que um pardieiro (...).” (Araújo, [1938-1939], livro 3, p. 78).

“(...) entremos no Largo Silva e Albuquerque onde avulta a face poente do casarão Alegrete — condenado à demolição, e muito bem.” (Araújo, [1938-1939], livro 3, pp. 78-79).¹

¹ Anos mais tarde, no *Inventário de Lisboa* (1944-1956), Norberto de Araújo volta a tratar alguns destes palácios individualmente e de forma mais aprofundada, sendo mais comedido na utilização do termo “casarão”.



FIGURA 5
Palácio Azurara
 Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Eduardo Portugal, [193-], EDP001372.

FIGURA 6
Palácio dos Marqueses de Alegrete
 Fonte: FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos, Col. Estúdio Mário Novais [anterior a 1946], CFT003.38878.

Apesar de tudo, há alguém que tem uma visão coeva alternativa. O arquiteto Raul Lino, que teve intervenção nas obras de remodelação do Palácio Azurara, acima referidas, e também nas do Palácio dos Condes de Almada ao Rossio. Em 1943 publicou um artigo na *Revista Municipal*, intitulado “O *Estilo* na casa portuguesa do século XVII”, em que, numa crítica à arquitetura eclética, elogia este tipo de arquitetura — “clara, sóbria, conseqüente e tão uniforme que se diria obrigatória” (Lino,

1943, p. 4) — que considera como verdadeiro modelo da arquitetura portuguesa. Independentemente da sua agenda, a realidade é que Raul Lino reconheceu e caracterizou sumariamente, mas com propriedade, os palácios ditos seiscentistas:

“Nos palácios, abundantes nas cidades maiores, as fachadas são sempre majestosas na sua singeleza: série de janelões de sacada no andar nobre, todos com sua sobrevêrga moldurada, e robustas grades de forja; por vezes sobreloja ou entressolo; (...) cunhais apilastrados e, a coroar o todo, o incomparável beiral de telha à portuguesa (...).” (Lino, 1943, p. 5).

Quem vai seguir a linha de pensamento de Júlio de Castilho, mas passando de uma crítica generalista aos palácios de qualquer época para uma delimitação cronológica, é Fernando Castelo-Branco na obra *Lisboa Seiscentista*, de 1956: “A Lisboa seiscentista não devia possuir grandes palácios que se impusessem pela grandiosidade arquitectónica e pela variedade e riqueza do seu recheio” (Castelo-Branco, 1956, p. 81).

Para além do Paço da Ribeira, que considera “o mais importante e rico da cidade” (Castelo-Branco, 1956, p. 82), mas mesmo assim “(...) um vastíssimo edifício, pesado, monótono, que se distinguia não só pela ausência de decoração, mas ainda pela reduzida elegância das suas linhas” (Castelo-Branco, 1956, p. 84), entre as casas da nobreza analisa apenas um pequeno conjunto de exemplares, muito diferentes entre si e todos já desaparecidos: o Palácio Corte Real; o Palácio dos Duques de Bragança; o Palácio dos Condes de Vila Franca; o Palácio da Anunciada. Lamenta a pouca informação disponível e recorre sobretudo a documentação iconográfica e a dois inventários de bens mobiliários — um dos quais relativo ao palácio de D. Catarina de Bragança à Bemposta — o que não o impede de extrapolar que os palácios da época eram “grandes casarões contendo um recheio reduzidíssimo, circunscrito a um pequeno número de salas” (Castelo-Branco, 1956, p. 95).

A partir daqui a ideia de “casarão” fica inevitavelmente associada ao que se chamou palácio “seiscentista”. E é este estereótipo de edifício sem particular valor arquitetónico, que só se destaca pelas suas dimensões, que vai marcar a olisipografia e a historiografia da arquitetura portuguesa até quase ao final do século XX.

Nomeadamente o historiador José-Augusto França que, na introdução à *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* (1965), declara: “O século XVII, sob o domínio dos Espanhóis ou depois de a independência nacional ter sido readquirida em 1640, viu

erguerem-se numerosos palácios em Lisboa, de arquitectura medíocre, pertencendo todos a famílias nobres bem colocadas na corte” (França, 1977, p. 31).

Elegendo depois, na *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, “o casarão dos Tancos na Costa do Castelo” (França, 1980, p. 26) como paradigma, entre os vários palácios que enumera como tendo sido construídos naquele período.



FIGURA 7
Palácio do Marquês de Tancos
Fonte: FCG – Biblioteca de
Arte e Arquivos, Col. Estúdio
Mário Novais [anterior a
1985], CFT003.121361.

Até mesmo José Eduardo Horta Correia, que, no volume dedicado ao Maneirismo da *História da Arte em Portugal* das Publicações Alfa (1986), enquadra a arquitectura chã num contexto especificamente nacional, reconhecendo o seu valor próprio, e não tem uma visão depreciativa sobre estes edifícios, vai persistir na utilização da expressão “grande casarão”. Embora isso suceda apenas na legenda de uma imagem — novamente o Palácio do Marquês de Tancos, escolhido para ilustrar esta tipologia: “O Palácio Tancos (...) é dos possíveis exemplos de arquitectura urbana portuguesa do século XVII: grande casarão de expressão predominantemente horizontal, com absoluto domínio do andar nobre e regular espaçamento dos vãos de molduras lisas e cornijas salientes” (Correia, 1986, p. 134, legenda da imagem).

É só já próximo do final do século XX que começa a notar-se um interesse, entre olisipógrafos e historiadores de arte, em procurar outras interpretações para o aparecimento destas casas nobres.

Na comunicação “O Palácio e a Cidade” proferida em 1994 (publicada em 1997), o olisipógrafo José Sarmiento de Matos desenvolve o tema do palácio urbano que já tinha abordado nas entradas “Arquitectura Civil” e “Urbano, palácio” do *Dicionário da Arte Barroca em Portugal* (1989). Apesar de se manter na linha dos seus antecessores — sobretudo no que respeita aos palácios contruídos durante o século XVII, que vê como “corpos estranhos” (Matos, 1997, p. 35) e “grandes casarões fechados” (Matos, 1997, p. 39) — Sarmiento de Matos encara estes edifícios numa perspetiva de conjunto e como um objeto de estudo com valor em si mesmo, procurando traçar a sua evolução. Numa interpretação mais baseada na forma, aponta o Palácio Corte Real como modelo para a expressão arquitetónica das fachadas, sugerindo, desse modo, que a difusão desta linguagem tem continuidade ao longo do século XVII:

“(…) para a cidade, estas fortalezas viram uma fachada que se limita a deixar transparecer a orgânica interna, pela marcação muito nítida do andar nobre e do portal armoriado, sem outras preocupações de carácter decorativo ou de relacionamento íntimo com a urbe, explanando um gosto que Júlio de Castilho apelidou de «chão», pelo seu carácter linear e seco, hirto e desadornado.

O modelo terá sido o palácio chamado do Corte-Real (...) erguido ainda em finais do século XVI (...).” (Matos, 1997, p. 36).

“A postura distante e arrogante que o Corte-Real transmitia foi incessantemente imitada no correr do século, mesmo que o esquema arquitectónico tipo — o torreão —, se tenha adaptado a uma complexa malha urbana, determinando a frequente adopção do rectângulo e a incerta colocação do pátio. Mantêm-se, contudo, a sobriedade, vagamente lembrada de afinidades maneiristas, e a exaltação do andar nobre, destacado nas alturas em que o proprietário se entendia colocado.” (Matos, 1989, p. 39).

A diferenciação social está também na base da interpretação de Leonor Ferrão. No capítulo sobre a “Lisboa Barroca” d’ *O Livro de Lisboa* (1994) apresenta uma visão geral do ambiente urbano que se vivia na capital naquela época, expondo as suas particularidades, tanto em termos do espaço público como da arquitetura dos edifícios mais emblemáticos. Relativamente aos palácios, entende que a opção pelo classicismo simplificado não terá origem na falta de recursos financeiros ou de gosto, mas antes numa vontade de afirmação de classe, enquadrada num contexto de pós-Guerra da Restauração em que a nobreza pretendia demonstrar a antiguidade da sua linhagem:

“As motivações para as escolhas ou preferências arquitectónicas da nobreza portuguesa de corte devem buscar-se nas suas próprias idiossincrasias. Uma certa uniformidade tornava lisível o facto de se pertencer a um determinado grupo social enquanto que uma certa diferenciação, expressa, por exemplo, na escala de um edifício ou na escolha criteriosa dos escassos detalhes decorativos — mostrava o posicionamento relativo do proprietário no grupo social a que pertencia. (...) nada melhor do que um gosto conservador e austero para exhibir a *antiguidade*, a *qualidade* e a *gravidade* de uma determinada estirpe, o que pode explicar, entre outras razões, uma certa indiferença por um «aggiornamento» segundo padrões europeus (...).” (Ferrão, 1994, p. 244).

Mesmo assim, esta visão mais favorável não tem sido suficiente para ultrapassar a “invisibilidade” a que estes palácios foram votados. Entre exemplares razoavelmente bem conservados e outros de que já só restam alguns elementos construtivos, podem ainda identificar-se em Lisboa cerca de uma centena de casas nobres urbanas tradicionalmente chamadas seiscentistas. Localizam-se sobretudo nas zonas mais antigas — Alfama, Graça, Santa Catarina e Bairro Alto — e ao longo dos principais caminhos que conduziam aos arredores, sendo quase impercetível a forma como se integram na própria imagem da cidade.



FIGURA 8
*Localização de casas nobres ditas seiscentistas
na vista aérea de Lisboa*
Fonte: Marcação nossa sobre imagem editada
do Google Earth, Google 2019.

Trata-se de um enorme parque edificado que foi minorizado pela olisipografia e pela historiografia da arte. A utilização prolongada da palavra “casarão”, com a conotação pejorativa que lhe está associada, reflete o descrédito dado numa fase inicial aos palácios portugueses em geral, que sucessivamente se foi particularizando nos palácios urbanos e, especificamente, naqueles de aspeto mais “chão”. Tudo isso contribuiu para que se perpetuasse o desconhecimento das existências e a indiferença pela qualidade arquitetónica destes edifícios, com consequências prejudiciais para a sua conservação, pois muitos têm sido objeto de intervenções de remodelação e mudança de uso sem que seja devidamente acautelado o seu valor patrimonial. Tanto mais que por trás destas fachadas estilisticamente uniformes se escondem interiores ainda mais desconhecidos.

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, N. (1938-1939). *Peregrinações em Lisboa* (15 livros). Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- Araújo, N. (1944-1956). *Inventário de Lisboa* (12 fascículos). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Caldas, J. V. (2012). *João Antunes e a casa nobre do seu tempo* [Comunicação]. Comunicação apresentada no simpósio João Antunes (1643-1712) e a arte do seu tempo, Lisboa, Panteão Nacional, outubro de 2012.
- Castelo-Branco, F. (1956). *Lisboa Seiscentista*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Castilho, J. (1879). *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira.
- Castilho, J. (1902-1904). *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa* (2.^a ed., 5 vols.). Lisboa: Antiga Casa Bertrand — José Bastos.
- Castilho, J. (1934-1938). *Lisboa Antiga: Bairros Orientais* (2.^a ed., 12 vols.). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Correia, J. E. H. (1986). A arquitectura — maneirismo e «estilo chão». Em *História da Arte em Portugal: O maneirismo*, vol. 7 (pp. 93-135). Lisboa: Publicações Alfa.
- Ferrão, L. (1994). Lisboa Barroca — Da Restauração ao Terramoto de 1755 — Desenvolvimento urbanístico — Os palácios e os conventos. Em I. Moita (Coord.) *O Livro de Lisboa* (pp. 239-282). Lisboa: Livros Horizonte.
- França, J.-A. (1977). *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* (2.^a ed.). Lisboa: Livraria Bertrand.
- França, J.-A. (1980). *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Kubler, G. (1972). *Portuguese Plain Architecture between Spices and Diamonds, 1521-1706*. Middletown: Wesleyan University Press.
- Lino, R. (1943). O *Estilo* na casa portuguesa do século XVII. *Revista Municipal*, 16, 3-6. Câmara Municipal de Lisboa.
- Matos, J. S. (1989). Arquitectura Civil. Em *Dicionário da Arte Barroca em Portugal* (pp. 38-42). Lisboa: Editorial Presença.
- Matos, J. S. (1989). Urbano, palácio. Em *Dicionário da Arte Barroca em Portugal* (pp. 513-514). Lisboa: Editorial Presença.
- Matos, J. S. (1997). O Palácio e a Cidade. Em *Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o Seu Tempo* (pp. 33-49). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Sequeira, G. M. (s.d.). *Palacios e Solares Portuguezes*. Porto: Livraria Lello.
- Sequeira, G. M. (1955). A História de um Palácio. *Olisipo*, 71, 101-105. Grupo Amigos de Lisboa.
- Silva, A. V. (1899). *A Cerca Moura de Lisboa: Estudo Historico-Descriptivo*. Lisboa: Typographia do Commercio.
- Silva, A. V. (1946). Sítio e Palácio do Marquês de Alegrete. *Revista Municipal*, 30 e 31, 3-15. Câmara Municipal de Lisboa.

The awakening of a city: reuse and citation in architecture

O despertar de uma cidade:
reutilização e citação
na arquitetura

ABSTRACT

Using the examples of an Italian medieval basilica, Haussmann's Paris, 19th century utopian architecture, innovative contemporary companies and the restoration of a religious building, this text aims to introduce two paradigms for reading urban architecture: reuse and citation. Unlike reuse, which retains the form of an old object but uses it for a completely different purpose, citation is inspired by an earlier form but uses contemporary materials. These two concepts lead to different ways of awakening the available pasts. It is as much the effects and functions as the uses of architectural details and old buildings that are observed here. Thus, while the analysis of conscious architectural strategies and their effects does not exhaust the experience of a city, the diversion through the long history of reuse and quotation makes the *flânerie* a critical instrument of the relations of production, the effects of power and the powers of change that are embodied in urban architecture.

KEYWORDS

Architecture; Reuse; Citation; History; Awakening; *Flânerie*.

RESUMO

Utilizando como exemplos uma basílica medieval italiana, Paris de Haussmann, a arquitetura utópica do século XIX, empresas contemporâneas inovadoras e o restauro de um edifício religioso, este texto pretende introduzir dois paradigmas de leitura da arquitetura urbana: a reutilização e a citação. Ao contrário da reutilização, que conserva a forma de um objeto antigo, mas que o utiliza para um fim completamente diferente, a citação inspira-se numa forma anterior, mas utiliza materiais contemporâneos. Estes dois conceitos conduzem a formas diferentes de despertar os passados disponíveis. São tanto os efeitos e funções como as utilizações de pormenores arquitetónicos e edifícios antigos que são aqui observados. Assim, embora a análise das estratégias arquitetónicas conscientes e dos seus efeitos não esgote a experiência de uma cidade, o desvio através da longa história de reutilização e citação faz da *flânerie* um instrumento crítico das relações de produção, dos efeitos de poder e dos poderes de mudança que se materializam na arquitetura urbana.

PALAVRAS - CHAVE

Arquitetura; Reutilização; Citação; História; Despertar; *Flânerie*.

There are many ways of being awakened by images as one strolls through a city. In Venice, for example, leaning against the cabin of the vaporetto, the film reel water bus, the city's quays become a long travelling shot. Or, standing in front of a Neapolitan church, meeting a bearded old man resembling Saint Jerome in a Ribera painting seen the day before in a museum.

To be awakened by images, in other words, by times other than the one in which one is walking. It is often in images that cities were first dreamt of. It is often in images that one first discovers a city. Some have likened the city to an "urban sentence" (Bailly, 2013) or a "palimpsest" (Corboz, 2001), but it also reveals itself as a painting gallery or a travelling shot. Its imaginative density undoubtedly makes it the best place for all these involuntary short-circuits. To feel at home even where one does not live, despite, or rather thanks to, the uncanny that shrouds cities.

Modernity may well have made the city a central figure in its imagination, but this feeling, this heuristic of being involuntarily awakened by images, is nothing new.

Reuse to turn back time and dream of it

In May 1447, a group of young Milanese humanists gathered in front of the Basilica of Sant’Ambrogio, built at the end of the 4th century by Ambrose, Bishop of Milan, and were astonished to discover a bas-relief depicting a Bacchic scene. Historian Patrick Boucheron explains what happened next: “Why does a pagan celebration turn up in a Christian shrine? It isn’t Bacchus, the narrator explains learnedly, but Hercules, and he launches into a scholarly lecture on mythology. All the feasts in the Ambrosian liturgy, he explains, [...] have pagan origins. This was Ambrose’s genius. He did with time the very thing that others [...] would do with stones: replace, reuse, and convert — to distinguish what stays from what is lost, what lasts from what passes away, what is transmitted from what is transformed.” (Boucheron, 2022, p.38).



FIGURE 1
Basilica Sant’Ambrogio,
ca. 1895
Source: Library of Congress
Prints and Photographs
Division Washington, D.C.

We're pinpointing one of the main construction techniques of the Middle Ages: reuse. Using an old object for another purpose. Moving it but keeping its shape. Sometimes turning it upside down, but for a different purpose. "In my day, no one was surprised that the boys' jackets had buttons on the right-hand side because it was a reuse of their father's jacket" (Eco, 2016, p. 1042), the Italian essayist Umberto Eco wrote, distinguishing reuse from recycling, which only reuses the material (a metal object is melted down to make a new one), or from reutilisation, which makes no change in form or use. The Basilica of Sant'Ambrogio in Milan is a case in point where antique gems were reused but set upside down on a mediaeval altar. The text originally carved on them is still visible but no longer legible in reverse, to avoid any misunderstanding after the change of use. Ancient marble, inscriptions, another bas-relief, a Hellenistic sculpture perched on a column, and even a porphyry sarcophagus from Imperial Rome were also reused in the Milanese Basilica to honour and impose Bishop Ambrose, four centuries after his death.

Neither patching up, nor tinkering, nor restoring, nor recasting (Eco, 2016, p. 1042), the reuse is conspicuous and original. It may be a material necessity, but it also serves to establish continuity. It is no coincidence that Angelo Decembrio and his friends gathered in front of the Basilica of Sant'Ambrogio to talk: his father is buried there. Reclaiming the authority of the past for oneself. "There, into this cleft, the identity of the person using the practice may insert itself" (Boucheron, 2022, p. 40). This is also what the young Umberto must have been looking for when he turned his father's jacket inside out before putting it on. "To root oneself in a continuous tradition with perfect orthodoxy and to avoid being constrained, these are the two goals that authors seek to achieve with reuse" (Lobrichon, 1999, p. 257). And this, in the Middle Ages, when "succeeding in demonstrating that a thought [or, in this case, an object, a place] was ancient was a sign of reliability" (Eco, 2016, p. 1051). The reinterpretation of the ancient was, then, much more valued than modern novelty.

Later, the reuse may be ironic, as in this painting by Valentin de Boulogne in the Louvre (1624-1626) depicting seven figures eating, drinking, playing music, or reading the lines leaning against an antique bas-relief serving as a table and a lectern.



FIGURE 2
Le Concert au bas-relief,
oil on canvas
Source: Valentin de Boulogne
(1624-1626). Musée du
Louvre.

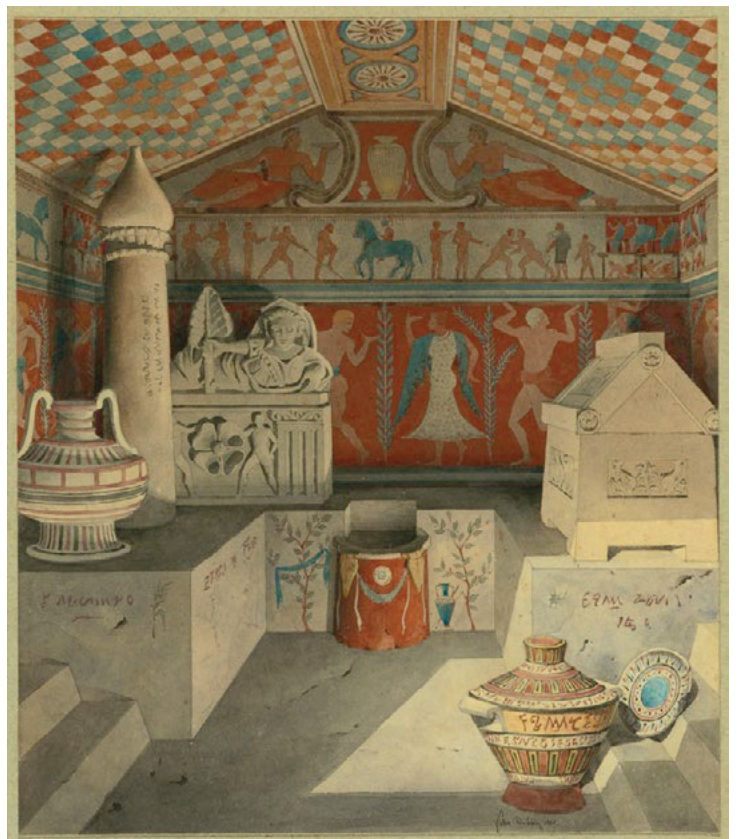


FIGURE 3
Composition d'antiques: intérieur
d'un tombeau étrusque, Pen and
ink, watercolor on paper
Source: Félix Duban, 1829. Musée
d'Orsay.

Reuse can also be educational, as with the construction of the *École des Beaux-Arts* in Paris by Félix Duban. After winning the Grand Prix for Architecture in 1823, Duban stayed at the Villa Medici the following year. For five years, he conducted surveys of ancient monuments. His eclecticism was reflected in the “fantasies” he came up with, for example, drawing an Etruscan tomb of his own invention, a montage of two separate pieces of tomb, one seen in situ, the other copied from a colleague’s survey. Each resident of the Villa concluded his stay by sending the Académie des Beaux-Arts a “restoration” in which he imagined, based on a survey of the ruins of a monument, the restitution of its original state. Duban chose the Porticus Octaviae, which, under Augustus, was part of an urban complex that included two temples, a school, the curia, and a library, all compiled by the emperor with older parts, already offering an example of composition and reuse. Describing Duban’s drawings not only provides an insight into the training of an architect under the Bourbon Restoration (Pinon, 1996), but also highlights the fundamental role played by dreams and imagination, correspondences and montage, displacements, and reversals in the apprenticeship of this profession and the relationship, sometimes faithful, sometimes fanciful, but always pervasive, to the classical tradition.

When he returned to Paris in 1832, Duban was commissioned to build the *École des Beaux-Arts*. The project, begun with another architect in 1819, was to be built on the site of the former Petits-Augustins convent, “used as a repository for sculptures at the beginning of the Revolution, then as the Museum of French Monuments from 1795 to 1816” (Garleff, 1999, p.47), which already offered the public, through fragments of architecture, a journey through five centuries of French history. Duban’s desire to transform the new school into a museum revived one of the site’s former vocations. The arch from the Château de Gaillon enthroned in the middle of the courtyard and the frontispiece from the Château d’Anet against the façade of the chapel, both taken over from the old museum, were integrated by Duban amidst fragments of Gothic art replaced and set into the arcades to form “an admirable summary of our national architecture” (Duban, quoted in Van Zanten, 1999, p.42). To complete the tour, Duban wanted a Gothic counterpart to the Anet portal. Also in charge of the restoration of the Sainte-Chapelle, he had planned to demolish a portal, which would have fitted in perfectly with the courtyard of the *École des Beaux-Arts*. But the demolition was refused, and Duban never found the Gothic fragment that would have opened the architectural promenade (only

FIGURE 4
Frontispiece of the château
d'Anet in the courtyard of
the Ecole des Beaux-Arts,
Paris
Source: Hermann Wendler,
2010.



FIGURE 5
Inner courtyard of the
Palais des Études, Ecole
des Beaux-Arts, Paris
Source: Jean-Pierre
Dalbéra, 2011.

the site reserved for it, still empty today, is visible). Duban's School thus became, as were his Etruscan "fantasies" and his restoration of the Porticus Octaviae, an immense montage of disparate fragments of architecture, whose heterogeneity and multitude left their mark on his contemporaries.

Alongside these reuses, the other aspect of Duban's project was the construction of the Palais des études. Still committed to his didactic aims, this time he used another construction technique: citation. Unlike reuse, which retains the form of an old object but uses it for a completely different purpose, citation is inspired by an earlier form but uses contemporary material. Duban's Palais des études, for example, evokes the motifs of Italian Quattrocento architecture (rusticity, exposed stonework, large arched windows, and columns punctuated by classical architecture orders), but it is a building from the 19th century. Similarly, in the entrance hall, Duban had a metal beam ceiling built with Antique decoration, remaining "faithful to his technique of compilation [of citations] for the decoration and using drawings from his trips to Italy".

In 1861, on the quay, Duban completed a new building, resolutely modern, with an industrial look and large bay windows to light up the exhibition spaces, a reference to the Louvre opposite on the other side of the Seine. The literary critic Gustave Planche criticised the project for its lack of unity and Duban for never having created anything: "Since Duban has been wielding the compass and the square, he has never distinguished between imagination and memory; for him, *inventing and remembering are one and the same thing.*" (Planche, 1853, p. 272).

The distinction between reuse and citation becomes clearer in a paragraph from Patrick Boucheron's book on the posterity of Ambrose of Milan. "The quotation is the opposite of reuse, in the sense that quotation separates, whereas reuse integrates" (Boucheron, 2022, p. 244). This distinction can be seen by walking around Duban's École des Beaux-Arts. Looking at the frontispiece of the Château d'Anet, perfectly integrated into the architecture, it is clear that "reuse integrates". Wandering around the Palais des Études, where the columns in the glass courtyard cite the aesthetics of Pompeii, but in a modern material, cast iron, it is easier to understand the gap created by the citation. Duban dreamt up a history of architecture. He conceived a "dreamtime" (Benjamin, 2002, p. 389). He used what he already had as original fragments to illustrate an era. He cited what he could not obtain (Pompeian decorations, for example). Duban's Ecole des Beaux-Arts thus combines the two attitudes of the architect, reusing or citing, as Patrick

Boucheron has discerned the tipping point throughout the fifteenth century: “Alberti was always respectful of previous buildings [in his designs], including, for example, mediaeval motifs. Bramante had no such respect for his predecessors, shamelessly erasing the traces of Rome’s old San Pietro to build something new. At the end of the century, the architect was reluctant to be a continuator, so much so that he assumed the princely pose of the inventor” (Boucheron, 2001, p. 548), adding that citation “consists in the appropriation, often for ideological reasons, of the *auctoritas* of a building and is part of the same logic that drives mediaeval reuse.” (Boucheron, 2001, p. 550).

Citations from a “mythological” Paris

This point about citation can be easily observed in a city like Paris, still largely shaped by the nineteenth century (almost two-thirds of the capital’s buildings date from the time of Baudelaire and Haussmann), in particular by following in the footsteps of Walter Benjamin, the German philosopher who, during the inter-war years, compiled hundreds of citations from books, newspapers, thoughts, and images of thoughts in some thirty carefully themed bundles to write a portrait of *Paris, the Capital of the Nineteenth Century*. Benjamin (2002), following in Baudelaire’s footsteps, tried to define the *flâneur* (stroller) he was and that he sometimes compared to a detective,¹ sometimes to a journalist,² whose “idleness is a demonstration against the division of labour” (p. 427) and who, unlike the person who waits or gambles to spend the time, “stores time as a battery stores energy” (p. 107). Some would like to see this as a nonchalant means of knowledge. Benjamin replies that “most men of genius were great *flâneurs* — but industrious, productive *flâneurs*” (p. 453). Undoubtedly, the *flâneur*’s leisurely, dreamy, slightly buoyant walk enables him to “think poetically” (Arendt, 1968).

Therefore, Paris is an ideal place to store time. In the second half of the nineteenth century, the “archaic Paris of *flânerie*” (Benjamin, 2002, p. 903) was turned

1 “Preformed in the figure of the *flâneur* is that of the detective.” (Benjamin, 2002, p. 442).

2 “The social base of *flânerie* is journalism.” (Benjamin, 2002, p. 446).

upside down by Baron Haussmann's major works. These "200 kilometres of new streets, lined by 34,000 new buildings containing 215,000 new apartments" (Higonnet, 2005, p. 186) and whose primary concern was "to improve the mechanics of city life, to regulate both its positive energy (by improving the flow of traffic) and its negative energy (by limiting prostitution, reducing crime, and restricting the movements of the lowlifes of the slums...)" (Higonnet, 2005, p. 177) turned the capital's architecture upside down against a backdrop of financial speculation. So much so that in 1867, a journalist of the time, faced with this upheaval in the city, wrote that "with Haussmann, Paris has no time for the past" (Higonnet, 2005, p. 180).

This desire to turn up the past, to turn up time that can be stored "as a battery", is undoubtedly best expressed on the façades. Once the urban transformation begun under the reign of Louis-Philippe underwent a complete change of scale with Napoleon III, the "mass effect" (Loyer, 1987, p. 131) and the serial uniformity of the Haussmann project led to "a search for individualisation in the detail" (Loyer, 1987, p. 250): "the success of the ornate building marks the definitive break with half a century of neo-classicism." (Loyer, 1987, p. 144).³ Ornaments were available in catalogues, moulded in clay, cardboard, stone, mastic, cement, cast iron, white terracotta, artificial stone made from bleached clay, etc.; often inspired by ancient friezes, columns, or capitals, but simplified, transformed, and stripped of the original meaning that these allegorical, mythological, or historical motifs might have had, providing information about the purpose of the ornate building.

Until then, the rules of decorum used architectural ornamentation to ensure the legibility of a city. Each façade was a distinctive sign of the function, social rank, and public or private nature of its occupant. By transforming the housing into a monument, the building of the nineteenth century disrupted this understanding of the city. Indeed, public buildings were still distinguished by their use of natural and precious materials, but advances in mass-produced decorations using cheap and artificial materials made the distinction increasingly indistinguishable (Nègre, 2014). This is what a journalist criticised as early as 1845: "Evermore

3 Haussmann here becomes the name of an era and, if not of a century, at least of a paradigm of architecture and urban planning, of which Paris is the metonym. He illustrates it but does not sum it up, amplifying a trend that preceded him and that would be continued by others.



FIGURE 6
Caryatids on the façade of 4,
rue Bernard Palissy, Paris
Source: Celette, 2019.

monuments, evermore palaces. On all sides rise up great square blocks, and everything tends towards the solid, the heavy, the vulgar [...] The imagination is exhausted in figuring... the tiered orders on façades and in decorating friezes and the borders of window frames” (Benjamin, 2002, p. 139).

Haussmann’s Paris becomes mythological,⁴ a treasure trove of references, a reservoir of citations, a recapitulation of all styles, and a condensation of all eras. Observers were not mistaken: “At the end of his wide avenues, Haussmann constructs — for the sake of perspective — various monuments: a Tribunal of Commerce at the end of the Boulevard Sebastopol, and bastard⁵ churches in all styles, such as Saint-Augustin (where Baltard copies Byzantine structures). [...] At the end of the Chaussée d’Antin, the Church of La Trinité imitates the Renaissance style. Sainte-Clotilde imitates the Gothic style, while Saint-Jean de Belleville, Saint-Marcel, Saint-Bernard, and Saint-Eugene are all products of iron construction and the hideous embrasures of false Gothic...” (Benjamin, 2002, p.

⁴ “With the Haussmannization of Paris, the phantasmagoria was rendered in stone.” (Benjamin, 2002, p. 24).

⁵ In his 1871 novel *The Kill* (*La Curée*), Émile Zola also criticised in similar terms the “Napoleon III style, that opulent bastard of so many styles” (p. 17).

132). Benjamin criticised this “masquerade of styles” (p. 218), Haussmann’s taste, which “always results in kitsch” (p. 126) and, in a more political vein, that “such an ideal corresponds to the tendency to ennoble technological necessities through artistic ends” (p. 11).

If Parisian architecture is “the most important testimony to the latent mythology” that monumentalises the city, ennobles bourgeois housing, and domesticates the city, then its artistic medium is architectural citation. It pinpoints a feature of the past and reconstructs it on the ornamented surface of a new object. Rather than reusing what had been destroyed, Haussmann preferred to build a new city whose plan, structure, and physiognomy resolutely turned their backs on the old. Citing the great styles of the past became a respectable form of decor as well as a mode of argument. The structural foundations of ancient architecture (columns and entablatures, for example) are transformed into ornamental and decorative motifs. This can be seen as a renewed setting in motion, or as a pure surface effect.⁶

But we can agree with Benjamin (2002) that “an intoxication comes over the man who walks long and aimlessly through the streets” (p. 880) of Paris. Intoxication can be sad, but it can also be exhilarating. Who hasn’t had the sensation, walking through a city, of suddenly being projected into another? In Lyon, for example, the corner of a building on rue Chavanne, rebuilt in place of another in the 1840s, one day evoked in us the *déjà-vu* of a Neapolitan square. Walking along the Saône at the end of the day, opposite the neo-classical Palais de Justice built under the July Monarchy, we were reminded in a flash of the banks of the Tiber, opposite the Palais de Justice in Rome, built sixty years later. Some other day, at the end of the Bassin de la Villette, impounded in 1808, the skyline of Paris opened to images of the great harbours of northern Europe.⁷ In Toulouse, the Maison Lamothé, a simple apartment building completed in 1830, suddenly evoked an Italian

6 These two propositions about literary citation come from Derrida, 1972, p. 390 and 395.

7 In his 2021 lecture at the Collège de France, “Urban forms on the move: the architecture of inter urbanity”, the historian of architecture Jean-Louis Cohen drew a distinction between “source cities” (Rome, Paris, Venice, Amsterdam, London), whose urban and architectural forms are said to have shaped “recipient cities” (St Petersburg, Washington, Berlin, Moscow, New York, Buenos Aires), but on the basis of an overly one-sided model of exchange.

Renaissance palace, with its Venetian windows, pilasters, and reproductions of antique terracotta sculptures (Nègre, 2014). Similarly, the caryatids, the female columns of a building in the Rue des Marchands, drew us to the Louvre, since they are a simplified reproduction in terracotta of the figures that Jean Goujon sculpted in stone for the Paris palace in the mid-16th century, already inspired by Roman copies of an ancient Greek temple. In other words, the historicism of the nineteenth century and its exaltation of architectural citation, at the heart of often regular urban layouts and homogeneous buildings, connotes other cities and brushes history against the grain.⁸ Contrary to popular belief, the fact that a city evokes another one in no way detracts from its identity; on the contrary, it enriches it. One often imagines that the image of a city is powerful when it is authentically itself, somewhat like a postcard. But, as we can see from reuses and citations, a city is shimmering in the density of its connotations.

The psychiatrist and psychoanalyst Jean Oury (1980), who often conversed with architects, explained that the ethical character of a public space was measured by its diversity. “It is in this kind of dispersion [...] that we should be able to obtain something that is of the order of a recollection of the body” (Oury, 1980, p. 213). This dispersion resembles Benjaminian intoxication of the *flâneur*, which is even more satisfying because it is caught up in a tight mesh of floating connotations, *i.e.* links. Historical links, such as those of reuse, which reuse older materials in which the stratigraphy of a building or a territory can be read. Geographical links, like those of citation, constantly evoke the shapes of distant places and cities.

From the basilica to the school, from the imperial city to the courthouse, it is first and foremost the authority of various pasts that is reused or cited.

This is true of the socialist utopias of the nineteenth century, which surprisingly did not always have the architecture to match their audacity, and often cited the forms of a past they promised to abolish. Writing about his master Charles Fourier’s Phalanstery in 1848, Victor Considérant described it as “a splendid palace rising out of gardens, flowerbeds, and shady lawns with a vast carousel stretching out in front of it”, “a royal stay” with a main courtyard flanked by two wings like the Château

8 As Walter Benjamin urged in the seventh of his *Theses on the Philosophy of History*, which form his intellectual testament.

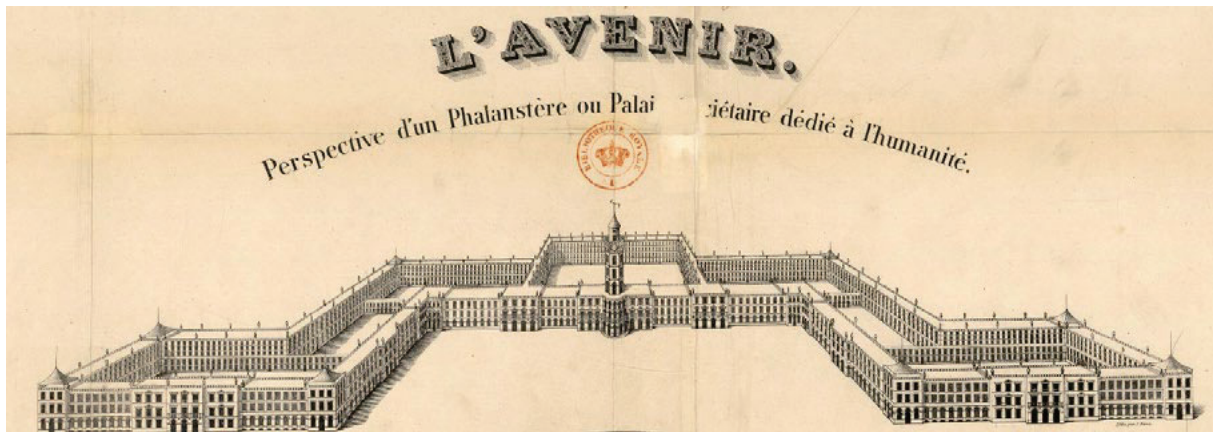


FIGURE 7

Perspective of Charles Fourier's Phalanstère

Source: Victor Considérant (1808-1893), *L'avenir: perspective d'un phalanstère ou palais sociétaire dédié à l'humanité* (d'après le plan de Charles Fourier). Gallica - BnF.

de Versailles. The industrialist Jean-Baptiste André Godin, whose social project was inspired by Fourier, also nicknamed his Familistère de Guise for the workers in his factory the “Social Palace”. Built on the same plan as a central pavilion and two side wings, the left wing, which burned down at the start of the First World War, was even rebuilt ten years later in the spirit of a *château*, with corner pavilions and a rotunda. Why do new visions often take the form of latecomers?

Architecture as a dream: displacement, condensation, and representation

Walter Benjamin (2002) quite understandably likens his working method in its *Arcades Project* to montage. “Literary montage”,⁹ of course, but also image montage, “photomontage” as the “most primitive perceptual tendency” (p. 231).

⁹ “Method of this project: literary montage. I needn’t say anything. Merely show. I shall purloin no valuables, appropriate no ingenious formulations. But the rags, the refuse – these I will not inventory but allow, in the only way possible, to come into their own: by making use of them” (Benjamin, 2002, p. 460). This quote inspires in every way my own method of working and writing.

From Duban to Haussmann, via the utopians of the past, there has been much talk of visions, visions of cities, and therefore visions of the world. Images, because in order to get out of the sinister, jolting opposition between, on the one hand, “the eternal return of the same” (Benjamin, 2002, p. 854), where architectural historicism might be placed, and, on the other, “the sensation of the newest and most modern” (propagated in particular by the discourse on innovation), it is a question of creating “images in the collective consciousness in which the new is permeated with the old” (Benjamin, 2002, p. 4). When past experiences and their waste images penetrate the New, “they engender the utopia”. But a utopia that is not confined to the heights of books or ideas: a utopia “that has left its trace in a thousand configurations of life, from enduring edifices to passing fashions” (Benjamin, 2002, p. 5). “All collective architecture constitutes the house of the dreaming collective” (Benjamin, 2002, p. 844). So, rather than a “mythological” architecture, as Benjamin described Haussmann’s Paris, dream could be a building principle for architecture, far from phantasmagoria or futility, and a powerful means of knowledge.

Dream images: a Freudian notion — of which Benjamin was a rigorous reader. If, as Freud often repeated, “the dream is the fulfilment of a wish”,¹⁰ then there is a real kinship between the psychoanalyst’s “dream images” and the philosopher’s “wish images”, which might better be translated as “images of desire”.¹¹ As we have seen time and again, architecture is often driven by a desire, which is first fulfilled in dream images. And dreams move; they work. The three operations that Freud distinguishes in this process often evoke places and therefore architecture, as if the work of the one included the work of the other.

The first operation in dream-work is condensation. A person appearing in a dream is often a mixture of the features of several real people. The place dreamt of is a composite: “The place in which I found myself was called Rome, but I was astonished at the quantity of German posters at a street corner” (Freud, 2010, p. 339), says Freud about one of his dreams mixing Prague and the Eternal City. Dreams are memories. Dreams are montages.

10 It is even the title of the third chapter of his *Interpretation of Dreams* (Freud, 2010).

11 *Wunschbilder* in Deutsch.

The second operation of the dream-work is displacement. The psychic intensity moves. Between the images one has dreamt and the account one provides of the dream, “the dream is differently centred” (Freud, 2010, p. 322). What was at the forefront of the dream, what seemed essential, takes a back seat in the narrative in favour of other images and other meanings. A bit like the columns, pilasters, and other caryatids, “elements which have a high psychical value of their intensity” (Freud, 2010, p. 324), because they were load-bearing elements in ancient architecture and which, on the façades of the Haussmann buildings, are now no more than peripheral ornaments.

Finally, the last operation of the dream-work is its representation, or how to make it appear in images. By assembling composite elements and shifting their intensity, dreams finally “reproduce *logical connection by simultaneity in time*” (Freud, 2010, p. 330). The image of the dream stops its movement and brings the whole together. Using an architectural metaphor, we could say that the dream turns to stone, that it becomes petrified. However, the movement never ceases completely, and, just as on the surface of buildings, Freud notices “cracks and fissures” (Freud, 2010, p. 376) in the arrangement of the dream.

How does one wake up from a dream? Remembering and awakening

Montage of the composite, shifts in intensity, structural shaping of a palimpsest of images,¹² the dream-work is very similar to that of architecture. Benjamin (2002) wrote: “Nowhere, unless perhaps in dreams, can the phenomenon of the boundary be experienced in a more originary way than in cities.” (p. 88). The boundary is the threshold between dreaming and waking. A city can be entered as if it were a dream,

12 We return to the architectural historian André Corboz, who read the territory as a palimpsest and to the definition given by Baudelaire in his *Paradis artificiels*, strangely close to Freud, “the simultaneity of so many elements that were successive” (p. 137). From the Basilica of Sant’Ambrogio to the incubators, from Duban’s École des Beaux-Arts to Haussmann’s architecture, all the examples in this text, whether they reuse or cite elements that were chronologically successive, follow this definition.

and vice versa. But how to wake up from a dream? How to ensure that the most intense content of such a finely crafted vision remains in reality? Having dreamt so many composite elements assembled and moved around during the night, when one wakes up, one is faced with a problem of sharpness, blurriness, or confusion (Freud, 2010) — as we might say of certain architectural citations.

Walter Benjamin made awakening a crucial moment in his theory. Awakening takes one away from the dream. The awakening rejects “the myth that threatened utopia” (Abensour, 2000, p. 156). It wakes one up. One rubs his eyes. One sees more clearly. All that remains is the image of desire. The whole point of awakening, then, is to know what to keep and what to forget from the dream. Awakening is the mobile synthesis between the dream and the waking consciousness. “It is one of the tacit suppositions of psychoanalysis that a clear-cut distinction between sleeping and waking has no value for the human being”, wrote Benjamin (2002, p. 844). There is indeed a breach — awakening — a threshold, necessarily shifting, labile, open to “an unending variety of conscious states”. The philosopher calls for “this thoroughly fluctuating situation of a consciousness [...] to be transferred from the individual to the collective”. Could this transfer crystallise in architecture? Of course. Benjamin had already written that “all collective architecture constitutes the house of the dreaming collective”, but he would add that “construction plays the role of the subconscious” (2002, p. 16), that borderline zone of consciousness, similar to awakening.

But what does an awaking architecture look like? “Remembering and awakening are most intimately related” (Benjamin, 2002, p. 884). Architecture is therefore first and foremost about memories. As we have seen, there are many ways of awakening these memories. Architectural citation is one of them, but it sometimes tends to freeze the motif, to dry up its vitality. So how do we build collective architecture in motion?

“Innovative companies”: a deafening or a utopian awakening?

Now that faith in innovation has replaced nineteenth century faith in progress, many so-called “innovative” places are reclaiming the vocabulary and imagination of the age of the Industrial Revolution. On the outskirts of Paris, for

example, *Seed-up*, a community of engineers, designers, and developers, may sell “disruptive inventions” to major companies, but it calls itself a “workshop-house” and a “21st century phalanstery”. Paul Poupet (2016), its founder, explains that the digital revolution is, first and foremost, a technical revolution marking a break with the past. Philosopher Thierry Ménéssier provides an illustration of this type of discourse, which “substitutes innovation for progress” (2016, pp. 50-51). In contrast to progress, which is fuelled by fundamental science, innovation is based on applied technology and rests on a dual belief in the “neutrality of the use of technology” and in “continuous and perennial technological improvement”.

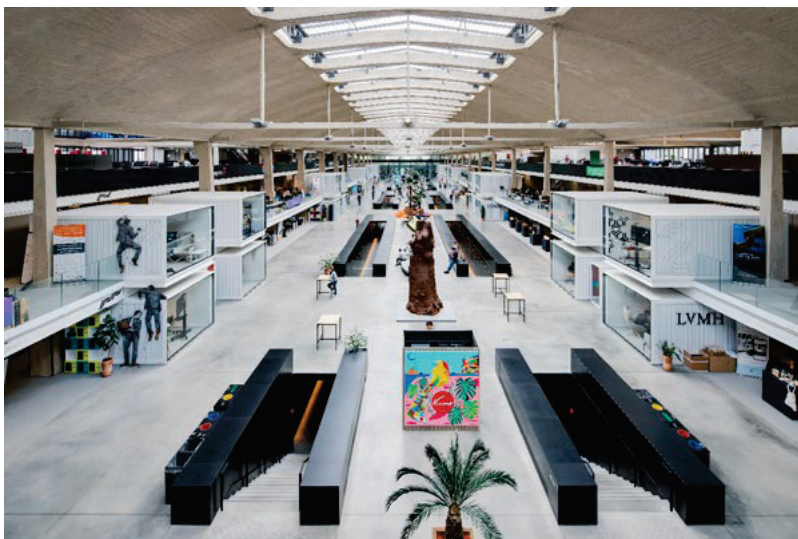


FIGURE 8
Inner view of Station F, Paris
Source: Benoît Florençon, 2019.

In Paris, *Station F* incubates a thousand companies and four and a half thousand people in a former freight hall built in the 1920s by Eugène Freyssinet, a magnificent nave of cloud-light concrete. In the side bays, the meeting rooms are shaped like containers. The row of lockers follows the line of the old rails. A railway carriage has been placed in the restaurant, which is open to the public. The name of the site alone refers to the building’s former use as a railway station. And the internal communications network is named HAL, after the robot in *2001: A Space Odyssey*, which, it should be remembered, almost takes total control of the spaceship by killing an astronaut.

Finally, several incubators have named themselves *La ruche* (the Beehive). Whether the reference is claimed or not, it was the emblem of the Familistère de Guise, whose white brick joints are reminiscent of honeycombs, and Fourier compared the “social effects” of his Phalanstery to a beehive whose members were swarms of bees.

As Walter Benjamin wrote: “The utopian images which accompany the emergence of the new always, at the same time, reach back to the primal past” (2002, p. 893). So would the latest examples cite these images of the past, rather in the manner of Haussmann, as ornaments, taken up as they are without translation, without displacement, in other words, frozen, superimposed, emptied of their original political power, and glorifying a pasteboard past?

The convent of the Poor Clares in Roubaix: an architecture of awakening

We were astonished earlier that, in a nineteenth century that was irrigated by the idea of progress, the utopian question (imagining a place for the common good) was so often resolved in the forms of ancient buildings. Perhaps we need to wake up from this dream of progress. And rather than taking the risk of building forms that are behind the times, occupying the old forms that already exist.¹³

That is what a group of architects in Roubaix is proposing. In the 1870s, industrialist Henri-Philippe Desclée decided to build a convent to house a community of Poor Clare nuns and a municipal school. In 2008, the neo-Gothic convent was deserted by the last of the nuns who had been living there in seclusion. It was then bought by the municipality, which launched a call for projects for the temporary occupation of the site, which was won by the Zerm collective, an association of architects from Roubaix working on the rehabilitation of sites and the reuse of materials. They have four years to reactivate the convent. But how to reopen to the neighbourhood and its residents a building built in a spirit of strict enclosure

13 After all, didn't Benjamin write that “the utopia has left its trace in a thousand configurations of life”, particularly in “enduring edifices”? (2002, pp. 4-5).



FIGURE 9
 Exterior view of the Convent of the Poor Clares amidst the neighbourhood's housing and facilities
 Source: Roubaix, 2021, Collectif Zerm.



FIGURE 10
 Four-poster bed in a room of the Convent of the Poor Clares
 Source: Roubaix, 2021, Saisons Zéro, Zerm.

(the nuns only left the place to vote or see a doctor)? How to reactivate and occupy a historical monument whose restoration is estimated to cost twenty million euros with a budget twelve times smaller?

The architects of Zerm have proposed to settle permanently in the convent to adapt the place as quickly as possible to a wider opening.

So, according to the existing typology, the former cells were transformed into temporary accommodation; the former places of work and meditation (dispensary, workroom, infirmary, small chapel, etc.) were redesigned for new tasks (offices, workshops, seminars, etc.); and the former spiritual or collective places (chapel, school, singing room, etc.) were used for the community (community room, music room, etc.). This attention to the existing is, in essence, somewhat of a reuse.

They created reception areas by reusing materials: the wooden slabs levelling the refectory floor, for example, had previously been used at the Lille Opera. They also transformed the convent into a laboratory for seasonal housing. While the thermal inertia provided by the thick brick walls is pleasant in summer, keeping the

temperature inside cool, living in the convent in winter has required the installation of seasonal devices, which, as a historical monument, must all be reversible.

In the former cells converted into bedrooms, the beds are four-poster, enclosed, insulated with lorry tarpaulins — a depreciated material whose geometric colours are surprisingly reminiscent of mediaeval coats of arms — and with a double layer of linen, fabric scraps supplied by the cooperative that restored King Francis I's bed at the castle of Chambord. Meanwhile, the walls are covered in thermal textiles like the tapestries of yesteryear. These methods are mediaeval survivals using contemporary materials. So many patchwork solutions forsaken with the invention of central heating, which would be so costly for such a building.

The survival of mediaeval techniques avoids the pitfall of folkloric or decorative reconstitution by using contemporary materials, some noble, others common, whose history is thus revived. For if, to quote Benjamin, utopian images (and this way of building is certainly so today) “reach back to the primal past”, these gestures, utopian and ancient, incessantly reworked, always reversible, do not freeze movement.

As soon as they moved in, the architects reopened the convent, forging links with residents and associations. Memories of the school and the convent are sparking dialogue in a neighbourhood that will soon be emptied of part of its population, who will be rehoused elsewhere after their homes are demolished. By the end of the year, the architects will be giving the convent back to the people of the town after working with them over time to find out what new uses could be made of it. It is, to some degree, an example of contemporary utopia.

But utopia does not sound right for such a deeply rooted, embodied approach. We can consider the word experimentation instead, because “what experimentation interrogates is the question of the current field of possibilities. It is very different from utopia — which does not work from within the already present — and it attempts to simultaneously analyse what is *and* radically transform it. It is not a question of accepting the necessities of an existing world or of dreaming of another world, but of changing the world in which we find ourselves. A policy of experimentation is therefore the antithesis of acceptance; but it is just as much the antithesis of the sterile dream of a return to the lost Eden or the constantly readjusted dream of a better future.” (Revel, 2023, pp. 99-100).

The *flâneur* and the architect: awakening images

The *flâneur* and the experimental architect are both in this latent state of awakening. The architect, first, in the sense that experimentation is open programming, concrete but groping, attentive to improvisation, never petrified in a single state or in a single use (Martin, 2023). Experimentation often imagines and works on existing buildings, or, in other words, on what remains of the past after, sometimes, years of dormancy.

The *flâneur*, finally, because Walter Benjamin (2002, p. 106) likens stroll to a slumber to which walking confers its rhythmic. If we have taken a diversion via dreams, and therefore via the unconscious, and if awakening seems to us to be a useful paradigm for thinking about architecture and the city, it is because the latter are never totally transparent to themselves and never offer themselves up to us in an unequivocal way. A city cannot be read like an open book. The textual metaphor used by some authors has its limits here — which is why that of the image is more akin to it. A city is not received as an unambiguous message. The *flâneur* becomes part of it, caught up in a mixture of collective and individual times, heterogeneous and changeable. His memories and dreams are displaced. Certain architectural elements, reused or cited, appear more or less active, others more or less dormant.¹⁴ And sometimes it is the most insignificant detail, the least consciously thought of form that wakes him up.

The contemporary city itself seems to be in this latent state of awakening, where reuses and citations are mixed and even hybridised. In Paris, the ephemeral Grand Palais, for example, cites the steel nave of its prototype in sustainable and reusable materials — the wood of the structure and the mineral-based polymer of the fabric. The meeting rooms at the *Station F* business incubator take the shape of containers — a symbolic object for both freight and... reuse. Elsewhere, in Roubaix, the architects of the Zerm collective are taking up mediaeval methods but with reused materials. The journalist who criticised Duban's *École des Beaux-Arts* was quite wrong: "inventing and remembering are one and the same thing." (Planche, 1853, p. 272).

14 "A city is a fabric made up not of equal elements whose functions can be inventoried, but of strong elements and neutral elements or, as the linguists say, marked elements and unmarked elements." (Barthes, 1970, p. 12).

In our ancient cities — the examples of renovation in Paris and Roubaix were intended to illustrate that — it is as much the effects and functions as the uses of ancient architectural details and buildings that should be observed. Hence, although the analysis of conscious architectural strategies and their effects does not exhaust the experience of a city, the diversion through the long history of reuse and citation, of their distinct uses of available pasts, make the *flânerie* a critical instrument of the relations of production, the effects of power, and the powers of change that are embodied in urban architecture. It transforms the strolling consumer and the architect into producers of the city, capable of captioning the images of its façades and spaces.

BIBLIOGRAPHY

- Abensour, M. (2000). *L'utopie de Thomas More à Walter Benjamin*. Paris: Sens&Tonka.
- Arendt, H. (1968). Walter Benjamin. In H. Arendt (Ed.), *Men in Dark Times* (p.153). San Diego: Harvest Book.
- Bailly, J-C. (2013). *La phrase urbaine*. Paris: Le Seuil.
- Barthes, R. (1970). Sémiologie et urbanisme. *L'architecture d'aujourd'hui*, 153, 11-24. L'Architecture d'Aujourd'hui.
- Baudelaire (1900). *Paradis artificiels*. Paris: Éditions Baudinière.
- Benjamin, W. (2002). *The Arcades Project*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Boucheron, B. (2001). L'architecte comme auteur. Théorie et pratiques de la création architecturale dans l'Italie de la Renaissance. In M. Zimmermann (1999), *Auctor et auctoritas. Invention et conformisme dans l'écriture médiévale. Actes du colloque de Saint-Quentin-en-Yvelines* (pp.531-552). Paris: Mémoires et Documents de l'École Nationale des Chartes.
- Boucheron, B. (2022). *Trace & Aura, The Recurring lives of St. Ambrose of Milan*. New York: Other Press.
- Considérant, V. (1848). *Description du Phalanstère et considérations sociales sur l'architectonique*. Paris: Libraire Sociétaire.
- Corboz, A. (2001). *Le territoire comme palimpseste et autres essais*. Besançon: Éditions de l'Imprimeur.
- Derrida, J. (1972). *La dissémination*. Paris: Le Seuil.
- Eco, U. (2016). Réflexions sur les techniques de la citation au Moyen-Âge. In *Écrits sur la pensée au Moyen-Âge* (pp.1040-1059). Paris: Grasset.
- Freud, S. (2010). *The interpretation of dreams*. New York: Basic Books.
- Garleff, J. (1999). L'école des Beaux-Arts de Duban. La sublimation de l'Antiquité à l'aube de l'historicisme. In S. Bellanger & F. Hamon (Eds.), *Duban, les couleurs de l'architecte* (pp.47-61). Paris: Gallimard/Electa.
- Higonnet, P. (2005). *Paris, Capital of the World*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Lobrichon, G. (1999). La relecture des Pères chez les commentateurs de la Bible dans l'Occident latin (IXe-XIIe siècle). In *Ideologie e pratische nel riempiego nell'alto Medioevo*. Umbria: Centro italiano di studi sull'alto Medioevo.
- Loyer, F. (1987). *Paris XIX^{ème} siècle. L'immeuble et la rue*. Paris: Hazan.
- Martin, H. (2023). L'architecture comme expérience, habiter autrement avec la philosophie de John Dewey. *Soins*, 880, 60-63. Elsevier Masson. <https://chaire-philosophie.fr/wp-content/uploads/2023/10/article-soins-hugo-martin.pdf>
- Martin, H. (2023). La même attention en égal suspens, du transfert en architecture. *VST-Vie sociale et traitements*, 159, 5-10. Éditions érès. <https://www.cairn.info/revue-vie-sociale-et-traitements-2023-3-page-5.htm>
- Ménissier, T. (2016). Innovation et Histoire. Une critique philosophique. *Quaderni*, 91, 47-59. Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- Nègre, V. (2014). *L'ornement à l'époque de sa reproduction mécanisée*. Conference delivered at the Cité de l'architecture, Paris, France, February 2014. <https://www.citedelarchitecture.fr/fr/video/lornement-lepoque-de-sa-reproduction-mecanisee-1770-1851>
- Oury, J. (1980). L'homme et sa folie. In *Onze heures du soir à La Borde* (pp.199-215). Paris: Galilée.
- Pinon, P. (1996). Le séjour en Italie: les dessins et les envois. In S. Bellanger & F. Hamon (Eds.), *Félix Duban. 1798-1870. Les couleurs de l'architecte* (pp.31-37). Paris: Gallimard/Electa.
- Planche, G. (1853). *Portraits d'artistes : peintres et sculpteurs, T.2*. Paris: Michel Lévy frères.
- Poupet, P. (2016, September 13). *Des Hacker house pour repenser l'innovation*. [Video]. <https://www.youtube.com/watch?v=XDevJNMqJF4>
- Revel, J. (2023). L'expérience du divers. *Critique*, 908-909, 86-102. Les Éditions de Minuit.
- Van Zanten, D. (1999). Félix Duban et les bâtiments de l'École des Beaux-Arts. In S. Bellanger & F. Hamon (Eds.), *Duban, les couleurs de l'architecte* (pp.40-46). Paris: Gallimard/Electa.
- Zola, É. (2004). *The Kill (La Curée)*. Oxford: Oxford University Press.

Tratando
de arquitetura:
Fortaleza de José

Treating architecture:
Fortaleza of José

RESUMO

A cidade é Fortaleza. O arquiteto José Liberal de Castro é o “cronista”. Além de arquiteto, Liberal de Castro foi professor emérito e investigador. Formado no Rio de Janeiro em 1955, volta à sua terra alencarina em 1957. Trabalhou voluntariamente como representante honorário do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) por 25 anos, época em que elaborou vários pareceres para classificação do Patrimônio edificado cearense, em interlocução constante com pares como Lúcio Costa. Foi membro do conselho consultivo desta mesma instituição no início dos anos 2000. É membro honorário do CBHA (Comitê Brasileiro de História da Arte). Bolseiro da Gulbenkian em 1976, veio a Portugal à procura de raízes lusitanas da arquitetura cearense. Fê-lo com visitas a arquivos e obras. Criou forte vínculo com arquitetos portugueses, nomeadamente participantes do Inquérito à Arquitectura Popular de Portugal realizado no final da década de 50. Seus estudos culminam em tese de Livre Docência defendida em 1981 na Universidade Federal do Ceará, onde é um dos fundadores da escola de arquitetura em 1965. Ativo intelectualmente até sua morte em 2022 aos 96 anos, registou suas investigações e suas vivências ininterruptamente na revista anual do Instituto do Ceará desde que se tornou membro efetivo em 1991. É um pioneiro da modernidade no Ceará. Liberal de Castro é um autor incontornável para compreensão de um outro Brasil que é sua terra. O presente artigo apresenta breve trajetória biográfica do arquiteto com sua obra arquitetônica e textual. Concentra-se na análise de alguns de seus textos que têm Fortaleza e seu território como objeto de destaque. A referida análise é parte da tese de doutoramento em desenvolvimento na FAUP — Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto que investiga a ideia de Brasil a partir do Ceará, através da obra do arquiteto. O gerúndio do título é um recurso inspirado em Eça de Queiroz, escritor favorito de Liberal de Castro.

PALAVRAS - CHAVE

José Liberal de Castro; Fortaleza; Ceará; Brasil; História da Arquitetura; Arquitetura.

ABSTRACT

The city is Fortaleza. The architect José Liberal de Castro is the “chronicler”. In addition to being an architect, Liberal de Castro was an emeritus professor and a researcher. Graduated in Rio de Janeiro in 1955 and returned to his homeland in 1957. He worked voluntarily as an honorary representative of IPHAN (National Institute of Historical and Artistic Heritage) for 25 years, during which time he prepared several works for the classification of the built heritage of Ceará, in constant dialogue with peers such as Lúcio Costa. He was a member of the advisory board of the same institution in the early 2000s. He is also an honorary member of the CBHA (Brazilian Committee of Art History). With a Calouste Gulbenkian scholarship in 1976, he came to Portugal in search of the Lusitanian roots of Ceará’s architecture. He did so with visits to archives and buildings. He created a strong bond with Portuguese architects, namely participants in the Survey of Popular Architecture of Portugal held in the late 1950s. His studies culminated in a thesis defended in 1981 at the Federal University of Ceará, where he was one of the founders of the School of Architecture in 1965. Intellectually active until his death in 2022 at the age of 96, he recorded his investigations and experiences uninterruptedly in the annual magazine of the Institute of Ceará since he became a full member in 1991. He is a pioneer of modernity in Ceará. Liberal de Castro is an unavoidable author for understanding another Brazil that is his land.

This article presents a brief biographical trajectory of the architect with his architectural and textual work. It focuses on the analysis of some of his texts that have Fortaleza and its territory as a prominent object. This analysis is part of a doctoral thesis under development at FAUP — Faculty of Architecture of the University of Porto that investigates the idea of Brazil from Ceará, through the work of the architect.

The gerund of the title is a feature inspired by Eça de Queiroz, Liberal de Castro’s favorite writer.

KEYWORDS

José Liberal de Castro; Fortaleza; Ceará; Brazil; History of Architecture; Architecture.

Peço licença a Euclides da Cunha para estruturar estas palavras usando os mesmos grandes temas de *Os Sertões: A Terra, O Homem e As Lutas*.

1. A Terra

A Terra em questão é o pedaço do Brasil onde José Liberal de Castro faz a “Documentação Necessária”. São Luís e Alcântara no Maranhão e, especialmente, o Ceará, que parece ser o seu grande objeto de estudo. A Terra é o seu chão, seu bairro, sua pátria. De seus trabalhos retiro alguns dados e os exponho abaixo a título de apresentação de seu objeto.

O Ceará é um território com cerca de 148 mil km². Está inserido no bioma único no mundo chamado de caatinga, nome de origem tupi, que significa mata branca. Assim fica a flora em boa parte do ano em função de períodos de seca que lhe são característicos. É pequeno e irregular a pluviosidade. O clima é desértico com grande amplitude térmica, quente durante o dia e as temperaturas podem cair até 20 graus à noite. A fisiografia pode ser resumida em três tipos: litoral, sertão e serras.

Há registro de presença europeia no litoral já no final do século XV, espanhóis de passagem das Antilhas, e bem no início do XVI. O primeiro donatário do Ceará António Cardoso de Barros, irmão do historiador de Viseu, João de Barros, o grande, nunca se interessou pelo Ceará. O povoamento europeu acontece por portugueses e por pernambucanos. O açoriano Pero Coelho de Sousa estabelece-se em 1603. Martim Soares Moreno, que permanece entre 1611 e 1631, é tido como uma espécie de “fundador do Ceará”. No livro *Iracema* de 1865, o escritor romântico José de Alencar mitifica esta fundação quando cria o casal protagonista formado pelo “guerreiro branco” chamado Martim e pela índia nativa Iracema, a “virgem dos lábios de mel”. Seria o início da integração racial. Com a expulsão dos holandeses de Recife em 1654, especula-se que muitos cristãos novos tenham migrado do litoral para o interior (inclusive o Ceará) dada a hostilidade do processo de “restauração” cristã. Em 1680 são criadas as primeiras sesmarias, grandes latifúndios destinados à pecuária extensiva. O povoamento dos sertões passa a acontecer de fato apenas no século XVIII, é a “civilização do couro”, como a designou o historiador cearense Capistrano de Abreu, uma das principais referências de Liberal de Castro. A economia da pecuária é subsidiária à agroindústria de exportação

do açúcar no litoral. A casa de fazenda é o edifício símbolo deste período. Ela é a sede destas grandes propriedades, onde seu proprietário tinha grande poder neste ambiente belicoso, ora contra os índios nativos, ora contra os seus vizinhos na definição dos limites de cada. Ao contrário da economia da cana-de-açúcar que era apoiada na mão de obra escrava, a pecuária foi praticada por homens livres, que por vezes não tinham trabalho e colocavam-se a serviço destes senhores para resolução de litígios. O cangaço tem sua origem neste contexto de ausência do estado e de construção de autonomia social. A criação de vilas (em povoados com 50 ou mais fogos) por carta régia foi uma estratégia usada por Portugal para assentar e controlar estes “vagabundos” que perambulavam por todos os lados, junto com as cidades, câmaras e cadeias, a vida urbana e a civilização. Muitos desobedientes eram enviados à Angola. Liberal compara a lógica do povoamento e o latifúndio no Ceará com o acontecido no Alentejo e no Algarve na Reconquista cristã, as “herdades”, sendo as propriedades no Ceará bem maiores que as equivalentes em Portugal. Latifúndio este, que Liberal diz estar nas bases dos grandes problemas sociais, ainda hoje vividos no Estado. Somente depois da abertura dos portos, seguida pela independência de Portugal, no século XIX, com a construção de estradas e ferrovias ligando o interior e o litoral, é que o protagonismo da vida política, económica e social deixa de ter o sertão como cenário e passa a acontecer a capital Fortaleza que cresce rapidamente na segunda metade dos oitocentos às custas da economia do algodão. Fortaleza é construída com arquitetura eclética e tem no Theatro José de Alencar (1910) sua principal joia. Um edifício com estrutura de ferro fundido importada de Glasgow na Escócia, documentada por Liberal e classificado como Património Nacional.

As ideias da arquitetura moderna chegam ao Brasil na década de 20 do século passado. O arquiteto Lúcio Costa (1902-1998) é o principal intérprete e difusor destas no país. Suas reflexões incorporam a tradição à modernidade necessária à jovem nação carente por afirmação de uma identidade. Lúcio é um dos idealizadores da criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937. Em seu texto *Documentação Necessária*, de 1938, alerta para a necessidade de conhecimento da nossa arquitetura antiga. O próprio Lúcio começa esta busca pelas raízes arquitetónicas brasileiras já na década de 20, com viagens às cidades de Minas Gerais, ainda no contexto das ideias do Neocolonial, depois abandonado. Era natural que este atravessasse o Atlântico e fosse a Portugal, o que faz em 1948, depois em 1952 e 1953.

O professor José Liberal de Castro, na década de 50, entra em contacto com estes ideais no Rio de Janeiro, então capital nacional política e culturalmente. Isto acontece principalmente em dois ambientes: a Faculdade Nacional de Arquitetura e o SPHAN (atual IPHAN). Na faculdade, o professor Paulo Santos talvez tenha sido a principal influência, através da sua cátedra *Arquitetura no Brasil*. Paulo Santos foi pesquisador da arquitetura brasileira, também viajou a Portugal e era ativo colaborador dos *Colóquios Internacionais de Estudos Luso-brasileiros*. Ao SPHAN, Liberal aproximou-se inicialmente para o desenvolvimento de um artigo sobre arquitetura jesuíta para o diretório estudantil.

Segundo Liberal nos relata em entrevistas concedidas na biblioteca do curso de arquitetura da UFC em junho de 2019 e em janeiro de 2020, o artigo foi como uma porta de entrada para as “rodas do SPHAN”, grupo pequeno composto por nomes como Rodrigo de Mello Franco, Renato Soeiro, Augusto da Silva Teles, Alcides da Rocha Miranda, Edgar Jacinto, José de Souza Reis, Carlos Drummond de Andrade e, claro, Lúcio Costa. Além do escritório central na capital federal, havia apenas mais quatro repartições estaduais em Pernambuco, Bahia, São Paulo e Minas Gerais, onde atuavam respetivamente Ayrton Carvalho, Godofredo Filho, Luís Saia e Sylvio de Vasconcellos. Aqueles de outros estados onde o SPHAN não estava oficialmente instalado, como era o caso de Günter Weimer no Rio Grande do Sul, e Liberal de Castro no Ceará, agiam voluntariamente e eram considerados como representantes honorários do SPHAN. Eram os “amigos do património”, quase todos também vinculados aos ideais do movimento moderno, que pesquisaram e iniciaram a “documentação necessária” da arquitetura de suas regiões.

O arquiteto e professor Alexandre Alves Costa comenta:

“Mas o Brasil tinha inventado a sua história. É verdade que se habituaram a respeitar o — passado colonial como património herdado, em muitos casos sem lhe buscar as origens, para encontrar, com rigor, os próprios processos de transformação e poder passar o considera-lo como legitimamente seu.

Só mais tarde o fizeram, quando recuperaram a curiosidade pelo país colonizador — alguns arquitetos ou historiadores, viajantes pela Europa, pesquisadores de bisavós na nossa província, leitores do Inquérito à Arquitectura Popular, bolseiros da Gulbenkian, quer dizer cinco ou seis.” (Costa, 2019, p. 27).

Segawa (2014) designa um grupo da geração de arquitetos da qual Liberal faz parte de “nômades e peregrinos”. Deixaram suas regiões para o estudo nas poucas escolas de arquitetura que existiam no país, depois regressam ou se destinam a outras cidades onde implantam novos cursos até 1970. Liberal é um dos fundadores da escola do Ceará em 1965. Este peregrino e nômade viaja em pesquisa para o interior do Ceará e para o Maranhão. E, como afirmou Alves Costa, é um dos poucos que viaja a Portugal para aprofundar suas pesquisas sobre sua terra.

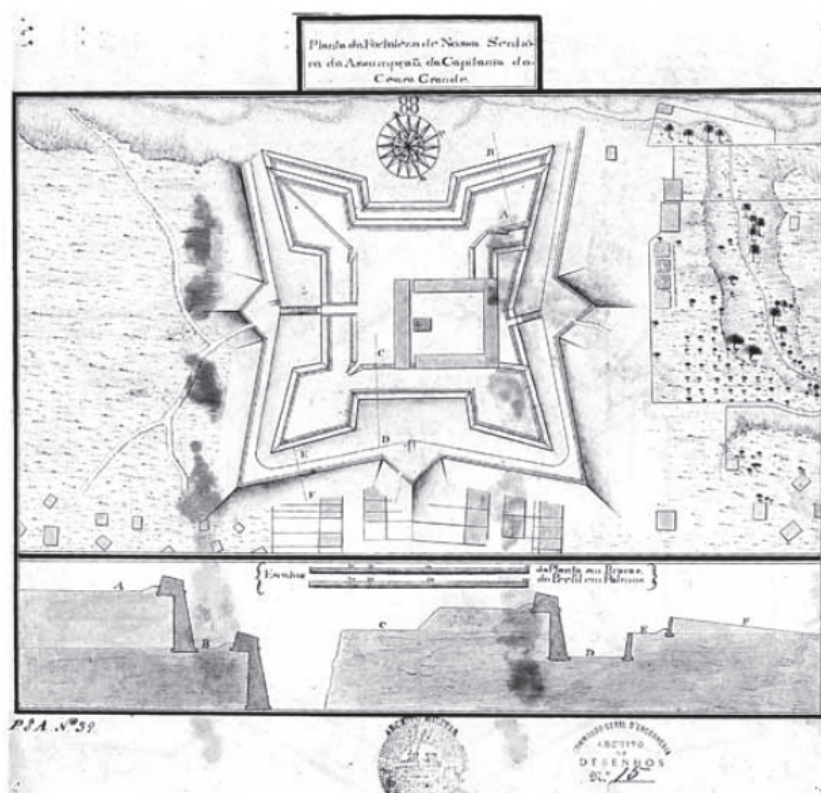


FIGURA 1
Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção
Projeto de António José da Silva Paulet.
Desenho (1825)
Fonte: Artigo de Liberal de Castro sobre o bicentenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Lisboa.

2. O Homem

O Homem é o arquiteto moderno brasileiro, com destaque para a personagem José Liberal de Castro. Liberal, nascido em Fortaleza no ano de 1926, é filho de comerciante e de funcionária pública. Fica órfão cedo com a morte de seu pai.

Emigra para o Rio de Janeiro em 1944 em busca de horizontes pessoais e profissionais. A casa de Humberto Teixeira funcionava como uma espécie de república de cearenses recém-chegados ao Rio. Teixeira, cearense de Iguatu, 11 anos mais velho que Liberal, foi advogado de destaque, deputado e um dos principais parceiros musicais de Luiz Gonzaga, “o rei do baião”. Teixeira costumava aconselhar a malta mais nova sobre como funcionava a capital.

Liberal firma que suas habilidades com cartografia e sua memória visual devem ter sido os motivos que o fizeram aproximar-se de um curso de urbanismo. Em 1951 inicia sua formação na FNA — Faculdade Nacional de Arquitetura.

As décadas de 30, 40 e 50 são muito intensas no Brasil, que tinha no Rio de Janeiro sua principal cidade. O fim da década de 50, com a inauguração de Brasília, coroa um eufórico período de ouro da história recente do país.

Além do ambiente culto do Rio de Janeiro à época, a Faculdade e o SPHAN, o INT — Instituto Nacional de Tecnologia, teve grande influência em sua formação, o que talvez explique o rigor de suas preocupações com as questões relacionadas às técnicas da construção e ao conforto no ambiente construído. Época de contacto com mentes destacadas como Roberto Burle Marx, Sérgio Bernardes, Afonso Eduardo Reidy, Paulo Thedim Barreto, Aderson Moreira da Rocha, Rodrigo de Melo Franco, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, e outros “Amigos do Património”.

Na poesia *Asa Branca*, de 1947, Teixeira e Gonzaga cantam o drama dos que precisam deixar o sertão por causa da seca e falta de oportunidades. Nos últimos versos lemos “...quando o verde dos teus olhos se espalhar na plantação, eu te asseguro, não chore não, viu, que eu voltarei, viu, meu coração”. Em 1957, Liberal volta para Fortaleza.

A criação da Universidade Federal do Ceará pouco antes disto e do Banco do Nordeste do Brasil pintaram de verde o cenário e foram dois dos principais fomentadores do grande surto de crescimento de Fortaleza e região.

O reitor da UFC era o senhor Martins Filho, mais um nome que marca bastante a trajetória de Liberal, como este mesmo registra no texto *Martins Filho, o edificador*, de 2004.

Liberal de Castro foi intelectualmente ativo até sua morte em 2022 aos 96 anos. Foi atuante e influente “conselheiro” de muitas gerações. Sua longevidade e seus múltiplos papéis tornam a tarefa de sua interpretação mais complexa, pois tudo que está dito e escrito por ele esteve constantemente em revisão pelo rigor de sua autocrítica. Sua postura neste aspecto em muito lembra a fama de perfeccionista que tinha o escritor Eça de Queiroz, seu escritor português favorito. Eles sempre alteram algo em uma nova edição de suas obras. Seja por uma revisão conceitual, ou mero aprimoramento estilístico.



FIGURA 2

José Liberal de Castro
Fonte: Diário do Nordeste,
2017.¹

3. As Lutas

A Lutas referem-se ao esforço de consolidação disciplinar da Arquitetura no Brasil, especialmente no Ceará, como forma de afirmação de uma brasilidade que necessariamente passa pelo entendimento dos sertões do Brasil. Elas serão aqui

1 Publicada quando o professor José Liberal de Castro foi agraciado com o troféu Sereia de Ouro.

analisadas em quatro “frentes de batalha” de Liberal de Castro: como arquiteto em seu estirador, investigador, fomentador do associativismo cultural, e como professor.

O **Arquiteto** iniciou suas atividades no departamento de obras da UFC, quando trabalhou com Fernando Mota, Marcos Vinícius Braga Studart, Hugo Alcântara Mota, José Valdir de Medeiros Campelo, Raimundo Lima, José Neudson Braga, Ivan da Silva Brito e Luís Carvalho Aragão.

Do seu estirador, destacam-se o Departamento de Cultura da UFC, em parceria com José Neudson Braga, que talvez seja a primeira experiência onde os fundamentos modernos e sua adaptação ao meio são postos em pé, o Hotel Colonial (demolido), o estádio Castelão, o Hemoce, o campus da UECE- Universidade Estadual do Ceará, algumas sucursais bancárias do BNB, a casa Carlos d’Alge, e a torre comercial “Palácio Progresso”. Uma amostra de uma produção que teve sua maior intensidade nas décadas de 60 e 70. O início do arrefecimento desta produção coincide com sua viagem para Portugal, momento em que sua atuação como Investigador é intensificada.

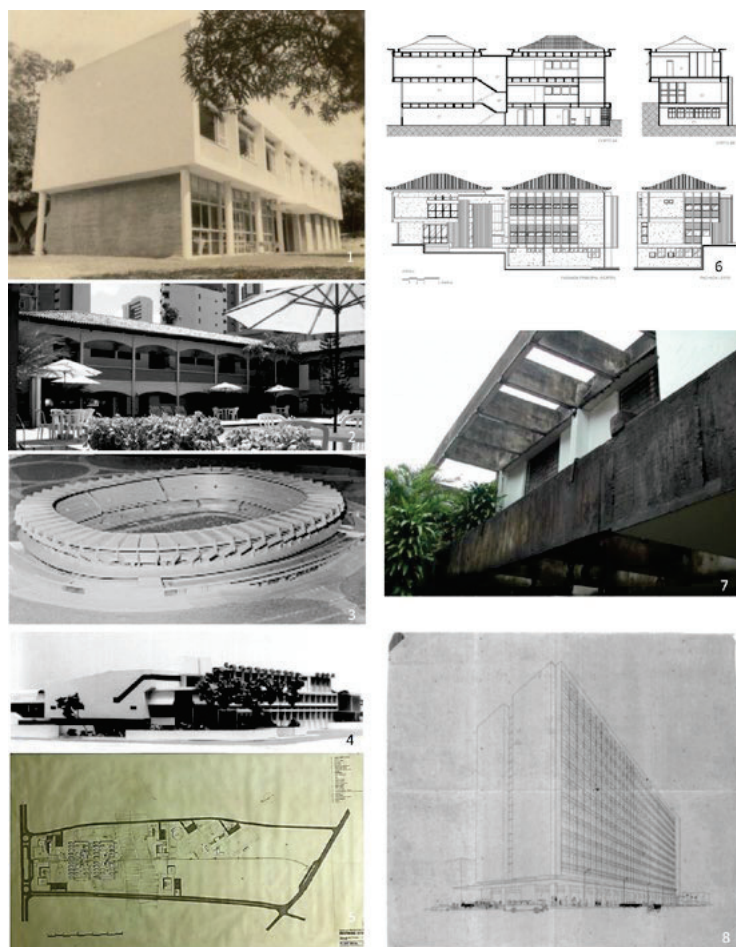


FIGURA 3
Painel de projetos do arquiteto José Liberal de Castro
1-Departamento de Cultura da UFC
2-Hotel Colonial
3-Estádio Castelão
4-Hemoce
5-Campus da UECE
6-Sucursal BNB em Penedo, AL
7-Casa Carlos d’Alge
8-Palácio Progresso
Fonte: Neudson Braga e o modernismo arquitetônico em Fortaleza (Siqueira, 2018). *Arquitetura moderna bancária pelo nordeste* (Nogueira, 2018).

O **Investigador** inicia sua atuação já em 1957 quando volta do Rio de Janeiro ao Ceará. Seu convívio nas “rodas do IPHAN” (como ele menciona), na capital nacional, gerou um convite do seu diretor Rodrigo Mello Franco de Andrade para um trabalho de resolução de um litígio na igreja matriz de Aracati. Começa aí seu trabalho de investigação e compreensão do património construído do Ceará. Em 1973 publica *Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará*, resultado de estudos, visitas e levantamentos nas cidades de Aquirás, Aracati, Icó, Quixeramobim, Sobral, testemunhos materiais da primeira fase da história do Ceará, e Fortaleza onde abre destaque para a chegada do concreto armado como técnica construtiva e para o ecletismo arquitetónico tão combatido pelas primeiras gerações modernas no Rio de Janeiro. Sua *Pequena informação* evolui para *Notas relativas à arquitetura antiga no Ceará*, sua tese de Livre-docência defendida em 1980. Na sua tese ele aprofunda sua reflexão e expõe as raízes do Ceará. Passeia nas escalas do tempo e do espaço com igual propriedade. Discute o pormenor do caibro de carnaúba de um telhado, assim como o território e história que o gerou. Preocupa-se com os processos de povoamento e ocupação do território assim como se preocupa com a evolução da casa de fazenda e sua adaptação ao clima hostil do sertão. Da casa de fazenda, reflete sobre o fazer destas obras que é popular, sem autor, e depois reflete a evolução do morar urbano ao longo do século XIX, quando então aparece algum aroma inicial de erudição no seu fazer. A história é uma ferramenta da qual se apropria, mas faz questão de dizer que não é historiador, é arquiteto. Finaliza levantando as preocupações referentes à documentação e preservação do património construído.

No início do desenvolvimento de sua tese ele viaja a Portugal no ano de 1976, quando foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian. Assim como outros pesquisadores brasileiros, estava interessado também pelo Inquérito à Arquitectura Popular de Portugal. Atravessaram o Atlântico para conhecer possíveis matrizes arquitetónicas dos seus objetos de estudo.

Os objetivos específicos de Liberal eram três: matriz para a arquitetura rural da casa de fazenda do Ceará; matriz da casa urbana de São Luís e Alcântara no Maranhão, e a experiência portuguesa em intervenção em edifícios e conjuntos urbanos históricos.

Uma vez em Portugal, sob orientação de Jorge Henrique Pais da Silva e do arquiteto Fernando Peres Guimarães, percorreu o país e, em muitas situações, contou com apoio das equipas da Direção Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais.

A Viagem a Portugal em 1976

No dia 1 de julho de 1976, Liberal de Castro chega em Lisboa com sua esposa Iva para uma viagem que dura 3 meses. A bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian foi obtida graças a contacto do colega Benedito Lima de Toledo, bolseiro na mesma instituição alguns anos antes. Augusto da Silva Teles, do IPHAN, o aproxima de Augusto Fernando Peres Guimarães, da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em Portugal, que junto com Jorge Henrique Pais da Silva, orientaram Liberal e abriram as portas de Portugal através da rede de profissionais dos Monumentos Nacionais.

Em Lisboa reencontra-se com arquiteto Otávio Lixa Filgueiras, que tinha conhecido em congresso na Bahia alguns anos antes. Lixa Filgueiras o convence a se estabelecer no Porto, onde o apresenta a equipe dos Monumentos Nacionais, ficando Liberal sob os cuidados do chefe dos serviços do Norte, arquiteto Alberto Bessa. Lixa Filgueiras também o introduz a “colegas ligados à realização do notável Inquérito sobre a arquitetura popular” (Castro, 1978, p. 49). Em 12 de julho, Liberal se instala na Albergaria São Jorge, no Porto.

Em 1978, a título de prestação de contas, Liberal deposita na Fundação Calouste Gulbenkian o relatório *Influências recíprocas na arquitetura luso-brasileira*.

Era sua intenção aproveitar a permanência em Portugal para coletar dados para a investigação da tese de Livre-docência na Universidade Federal do Ceará, bem como encontrar possíveis influências da arquitetura popular portuguesa na arquitetura rural do estado do Ceará e na arquitetura urbana de São Luís e de Alcântara, no Maranhão. Também era seu objetivo “a observação de processos de preservação ambiental e restauro de edifícios empreendidos pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais” (Castro, 1978, p. 47).

Em suas primeiras reuniões, após explanação verbal diante de fotos de exemplares brasileiros, ouviu de Peres Guimarães, Pais da Silva e Lixa Filgueiras que ele não encontraria as casas que desejava investigar.

“Sem dúvida, foi grande a decepção ao ouvir tal informação proferida por pessoas de conhecimento abalizado, ainda que decepção maior tenha sido a de ver, depois, quase praticamente comprovadas aquelas afirmações de meus orientadores. Pensei naquela ocasião em desistir da bolsa...” (Castro, 1978, p. 50).

Refeito da surpresa negativa inicial, reestrutura o trabalho a partir do contacto com a cidade do Porto e com arquitetos locais. Desenvolve novas formas de estudo dos seus temas iniciais e descobre novos temas:

— Arquitetura de Nicolau Nasoni e André Soares — Dois nomes associados ao barroco, são contemporâneos do barroco mineiro. Liberal especula sobre possíveis influências diretas ou indiretas destes em Minas Gerais. Apoia-se nos trabalhos de Robert Smith e Germain Bazin. Conclui que não encontra ligação direta nem indireta entre estes e Minas Gerais. A ligação das realizações brasileiras seria diretamente com os modelos italianos.

— Arquitetura dos Jesuítas — oportunidade de conhecer diretamente obras de significativa repercussão no Brasil, com as quais teve seus primeiros contactos ainda como estudante, através dos estudos de Lúcio Costa. Apresenta os exemplares em dois grupos: um primeiro com desenho renascentista e um segundo já mais maneirista. Reflete sobre a presença da Companhia de Jesus no Ceará, como nas vilas de Viçosa do Ceará, Aquirás, Caucaia, Messejana e Parangaba. Com a expulsão da ordem religiosa do reino em 1759 pelo Marquês de Pombal, as edificações foram fortemente alteradas, quando não foram demolidas, como no caso do colégio de Aquirás, onde hoje só se pode visitar a ruína de pedra da parede do altar que se encontra incorporada a um complexo turístico de um parque temático. Viçosa do Ceará (Vila Viçosa Real d'América) transformou-se em “vila de índios” depois da decisão pombalina. A igreja matriz de Nossa Senhora da Assunção recebeu atenção especial de Liberal em seus estudos posteriores, e hoje é classificada como Património Nacional.

— Arquitetura solarenga e popular rural — com foco na região do Minho, e preocupação com as varandas. Este talvez seja o principal capítulo do trabalho em Portugal. Aqui Liberal apresenta suas pesquisas e inquietações no Ceará e no Maranhão. Abandona as estratégias iniciais de abordagem ao problema e se dispõe a visitá-los sob outra ótica. Partindo do pressuposto que a arquitetura erudita pode influenciar a popular, cria hipóteses genealógicas da casa de fazenda rural do Ceará. Mesmo sem poder comprovar as hipóteses, apresenta um rico quadro de referências, chegando ao detalhe de sugerir paralelos entre os gradis dos casarões no Brasil documentados por José Wash Rodrigues e os gradis da Casa dos Biscainhos em Braga. Na região do vale do rio Lima é onde ele se concentra. A Casa de Pomarchão é destacada em sua análise. E no casario de Penafiel teria encontrado alguma semelhança com o casario maranhense, seu segundo tema. O

enfrentamento é ancorado na obra *Solares portuguesas* de Carlos de Azevedo, do ano de 1969. Nela Azevedo reflete sobre a origem dos alpendres e varandas nos solares em Portugal. A Quinta da Bacalhoa, obra quinhentista em Setúbal, registra a introdução de uma *loggia*, componente espacial de origem italiana. Liberal comenta existir poucos títulos dedicados à arquitetura popular à época, usa como referência o Inquérito em Portugal, e cita os trabalhos de seus colegas brasileiros Luís Saia, Ivo Porto Meneses, Eduardo Corona, Carlos Lemos e Joaquim Cardoso como o apoio às suas reflexões no Brasil.

— “Casas de brasileiros” — tema novo para Liberal, que sugere a dedicação de mais atenção a ele por futuros pesquisadores. Como base de análise, restringe-se ao Porto, onde teve quase sempre a companhia do amigo arquiteto António Menéres, ele próprio neto de “brasileiro”. Liberal aproxima-se do tema pelo estudo dos processos migratórios, passa pelo delicado aspeto social do preconceito fazendo uso da literatura romântica do século XIX, e o enquadra no contexto da evolução da moradia deste século. A passagem dos sobrados estreitos para os chales, chácaras e palacetes isolados em grandes lotes ajardinados. Apesar de ter sido um tema com aproximação ligeira neste relatório, vê-se que é um assunto sobre o qual detém-se em profundidade em sua trajetória. É um fenómeno que caracteriza Fortaleza e que, historicamente, é onde está uma das géneses da criação do SPHAN como reação à rutura que esta arquitetura promove. “...e surgiu a jovem arquitetura brasileira, com a geração de 1930, a procurar manter o espírito, e não a forma, da arquitetura tradicional.” (Castro, 1978, p. 145).

A decisão de se estabelecer no Norte, entre outros motivos, passa pelo entendimento de que o maior fluxo de imigrantes para suas regiões de estudo no Brasil partiu desta região em Portugal. Liberal defende a ideia de que o mapeamento destes fluxos pode ser uma pista para decifrar conexões e redes económicas e técnicas. Nesta sua viagem em 1976 com foco na região norte e beiras, apenas o Algarve não foi visitado.

A viagem de Liberal de Castro inaugura mais uma ponte sobre o Atlântico. Uma ponte da pesquisa e da arquitetura conectada diretamente ao Ceará. Após sua construção, tem havido fluxo de mão dupla entre as margens. A título de exemplo, em 1993, o professor António Menéres ministra curso de extensão em Fortaleza, em 1994 e em 2014, aconteceram dois CBA— Congresso Brasileiro de Arquitetos promovidos pelo IAB — Instituto de Arquitetos do Brasil. Nestas oportunidades a organização local convidou os arquitetos Fernando Távora e Gonçalo

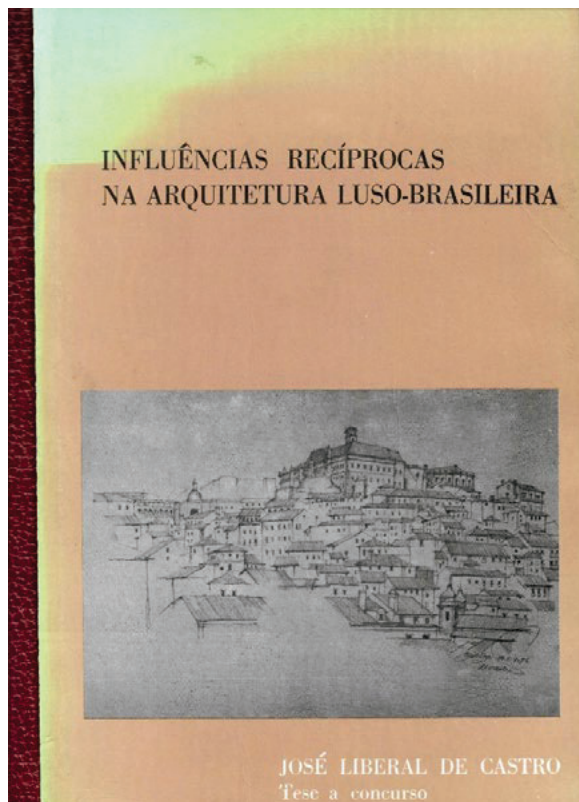


FIGURA 4
*Capa do relatório entregue
à Fundação Gulbenkian*
Fonte: Acervo arquiteto António
Sérgio Menéres, 1978.

Byrne. No lado europeu já desembarcaram vários pesquisadores cearenses, como Romeu Duarte Júnior, Clóvis Jucá, Beatriz Diógenes, Ricardo Paiva e Daniela Alcântara. O título do relatório de Liberal é muito feliz pois apresenta, ao mesmo tempo, Portugal para o Brasil, e o Brasil para Portugal.

Nota-se em Liberal um grande domínio dos seus objetos de estudo, sem que este foco signifique uma visão estreita dos temas. Ao contrário, podemos confirmar que o que ele mesmo diz parte do geral para o particular (método dedutivo). Quando não conhece um assunto, não tem constrangimento de começar a dominá-lo através de um livro de liceu para depois aprofundar a análise.

Sobre método, percebemos estratégias como partir do concreto que tem em mãos, espacialização das informações das mais diversas naturezas como genealogia ou literatura, por exemplo. Espacializa com a análise visual dos objetos concretos e documenta com fotos e desenhos.

2 Exemplar presenteado pelo arquiteto José Liberal de Castro.

Liberal lista cada um dos mais de cem lugares visitados. Em cada um deles, identifica os edifícios que foram objetos de seu interesse. Provavelmente tinha conhecimento prévio dos caminhos percorridos por Lúcio, Paulo Santos e outros colegas das rodas do IPHAN, assim como afirmou que se apoiou nos caminhos do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal emprestado por seu amigo Menéres, pois não conseguiu encontrar o mesmo para compra naquela oportunidade. A espacialização da lista dos lugares visitados por Liberal é um objetivo desta investigação, pois permite a visualização de um roteiro ricos para novos pesquisadores brasileiros em seus *grand tours* de conexão com as “constantes sensíveis” da cultura ocidental.

Até 1982 ocupa função de representante honorário do IPHAN, no Ceará. Durante este período Liberal envolve-se diretamente no processo de salvaguarda de exemplares da arquitetura antiga que ele documenta. Época em que sua interlocução no IPHAN era diretamente com Lúcio Costa. Como exemplo, o Mercado da Carne de Aquiraz, um exemplar da arquitetura popular tão valorizada nas primeiras décadas do SPHAN.

“Uma das obras mais importantes da arquitetura popular do país. Tem planta quadrada, constante de núcleo central contornado por alpendres. O telhado é piramidal, com vértice apoiado numa coluna central de alvenaria de tijolos. Todo madeiramento é de carnaúba e o traçado das peças estruturais se desenvolve no espírito de pesquisa das linhas internas do quadrado. A impressão sensorial do espaço pede experiência pessoal, já que não pode ser transmitida por descrições verbais e nem mesmo por fotografias.” (Castro, 1973, p. 6).

Destes encontros com Lúcio destaque o Teatro José de Alencar, um exemplar eclético com estrutura metálica importada da Escócia, sobre o qual Liberal comenta:

“O Teatro se inscreve como uma das obras de maior valor nos quadros do ecletismo brasileiro. Ecletismo, no caso confirmando a própria etimologia, subentende significar *mélange* vocabular estilístico, mistura formal que no Teatro atinge até as soluções construtivas, quer nos elementos de sustentação (alvenaria de tijolos e ferro fundido) ou de travejamento (madeira e aço), quer nas cobertas (telhas de zinco, telhas cerâmicas “francesas” e telhas canudo).” (Castro, 1992, p.79).

Entendo que a classificação de um indivíduo arquitetônico como este em 1964 reflete a evolução e maturidade das ações do IPHAN, assim como do moderno.

O **Professor** atua inicialmente no curso de engenharia da UFC, em aulas de “Desenho de Observação”. Por um decreto presidencial, a universidade vê-se na incumbência de criar o seu curso de Arquitetura em 1965.

“Pela primeira vez, no ensino em Arquitetura, um grupo de arquitetos tinha isoladamente a oportunidade e a responsabilidade de montar um curso destinado ao ensino da sua profissão.

(...) a Escola tornou-se quase que imediatamente um grande centro de atividades culturais da Universidade e da Cidade, envolvida numa aventura pedagógica apaixonante.” (Castro, 1982, p. 14).

Liberal faz parte do grupo de professores da casa junto com Neudson Braga, Ivan Brito e Armando Farias que resolve aceitar o desafio. Martins Filho, reitor de então, é uma personagem importante na trajetória de Liberal. Já em 1969, um grupo de alunos conquista medalha de ouro na Bienal Internacional de São Paulo. Um indicativo da sintonia entre os debates internacionais e o cotidiano da escola em Fortaleza.

Junto com Neudson Braga participou de comissão encarregada de reestruturar e reabrir a escola de arquitetura da UNB em Brasília no fim dos anos 60, fechada pela ditadura militar.

Como professor de história, um destaque para as atividades de extensão universitária dos Levantamentos Gráficos da arquitetura antiga do Ceará e do Maranhão, cujos desenhos foram organizados em um livro lançado em 2019. Esta obra talvez seja a melhor síntese de sua trajetória pessoal.

“Os levantamentos constituíam, pois, comprovantes gráficos de uma materialidade arquitetônica antiga, que favorecia o contato com o real (e não com o imaginado ou virtual). Mais que tudo, e por tal razão, constituíam trabalhos acessíveis aos alunos iniciantes, cuja natural curiosidade se aguçava, ao perceberem, com olhos do presente, um Ceará antigo, vivo e documentável.” (Castro in IAB-CE, 2019, p. 9)

Um trabalho que funde a pesquisa, o ensino e a extensão numa materialização coletiva com a participação de mais de 200 alunos de várias gerações, ao longo de 15 anos. Trabalhos voluntários desenvolvidos dentro de uma ambiência de colaboração e afeto que marcou profundamente cada indivíduo desta geração, a escola do Ceará.



FIGURA 5
Capa do livro Arquitetura, memória, registro: levantamentos gráficos de arquitetura antiga no Ceará e no maranhão
Fonte: IAB-CE – Instituto de Arquitetos Brasil, Departamento do Ceará.

Liberal, com seu espírito gregário, também é pioneiro e fomentador do associativismo cultural da Arquitetura no Ceará. É um dos fundadores do Departamento do Ceará do IAB, Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB-CE. A Instituição é um departamento estadual da estrutura nacional que nasce junto com os primeiros modernos, assim como o IPHAN. Três cearenses, alunos de Liberal de Castro, já assumiram a presidência nacional da instituição: Campelo Costa, Romeu Duarte Júnior e Odilo Almeida. Esta instituição é a promotora do CBA — Congresso Brasileiro de Arquitetos, principal evento político da categoria no Brasil. As edições de 1994 e 2014 aconteceram em Fortaleza e contaram com a presença de Fernando Távora e Gonçalo Byrne, respectivamente.

Liberal também foi membro do Conselho consultivo do IPHAN nacional, como representante do Conselho Superior do IAB entre 2006 e 2015. É membro do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Ceará — COEPA, que é a instância estadual com papel equivalente ao do IPHAN na esfera nacional.

É membro do Instituto do Ceará, instituição fundada em 1887, que congrega intelectuais de várias áreas, destacadamente antropólogos, geógrafos e historiadores. Liberal reforma-se em 1995, mas continuou ativo como consultor, e com sua produção intelectual, que tem na Revista do Instituto do Ceará um de seus principais canais de publicação. Em seu discurso de posse como sócio efetivo Liberal comentou:

“...todavia, o novo título que ora me conferis adquire particular importância, tendo em vista o entrelaçamento mais íntimo com a instituição e suas atividades-fim, alçando este simples profissional de arquitetura à condição especial de estudioso, que não sou, da História, da Geografia e da Antropologia do Ceará...” (Castro in IAB-CE, 1991, p. 217).

Afirmção singela, mas que se reveste de significado fundacional para a arquitetura. Apesar de transitar por estas disciplinas todas, Liberal inaugura oficialmente no Ceará o *status* da arquitetura como disciplina autónoma, uma forma de conhecimento.

4. À guisa de conclusão

Em terra que cultiva esquecimento, seja por negação de um passado pobre, seja por estratégia de sobrevivência frente à perseguições de toda ordem, o arquiteto José Liberal de Castro cumpre um papel estruturante. Permite ao Ceará e aos cearenses a compreensão do fio condutor de sua história. Conecta-nos ao fio da história da humanidade.

Quando Liberal analisa a construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, projeto do Engenheiro Militar António José da Silva Paulet, no início do século XIX, obra financiada pelos próprios munícipes, conclui que o papel simbólico que esta cumpre é maior do que a função prática de defesa. Obra que materializa sonhos e projetos, e que inspira sua evolução nos últimos dois séculos. Fortaleza eleva-se a vila na oportunidade e hoje constitui-se uma das principais metrópoles regionais do Brasil com mais de 3 milhões de habitantes.

Como ex-aluno de Liberal de Castro, permito-me compará-lo à Fortaleza que ele tão bem estudou. Suas lições reforçam nossa ligação com o chão e o lugar. Fundamentos para melhor se relacionar com o mundo para além do mar. Obrigado, professor!

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, M. J. S., & Jucá Neto, C. R. (2016). Construção, tradição e modernismo: notas sobre a atividade profissional do arquiteto José Liberal de Castro. Em R. B. Teixeira & G. A. F. Dantas (Orgs.), *Arquitetura em cidades “sempre novas”: modernismo, projeto e patrimônio* (pp. 19-52). Natal: EDUFRN. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21143>
- Castro, J. L. de (1973). *Pequena Informação Relativa à Arquitetura Antiga no Ceará*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno.
- Castro, J. L. de (1978). *Influências Recíprocas na Arquitetura Luso-brasileira*. Relatório apresentado à Fundação Calouste Gulbenkian. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará.
- Castro, J. L. de (1982). Ceará, sua Arquitetura e seus Arquitetos. Em *Panorama da Arquitetura Cearense — Volume I. Cadernos Brasileiros de Arquitetura*. São Paulo: Projeto Editores Associados.
- Castro, J. L. de (1992). Arquitetura do Ferro no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 106, 64-94. Instituto do Ceará.
- Castro, J. L. de (2004). *Martins Filho, o edificador*. Em M. Neto (Org.), *Martins Filho de corpo inteiro*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará.
- Castro, J. L. de (2012). Bicentenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção: o caso singular de uma obra de arquitetura militar com função simbólica. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 126, 9-72. Instituto do Ceará.
- Castro, J. L. de (2019). Levantamentos Gráficos de Arquitetura e alguns comentários. Em IAB-CE (Org.), *Arquitetura, memória e registro: levantamentos gráficos de arquitetura antiga no Ceará e no Maranhão*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- Costa, A. A. (2019). *Centralidade do real: onze arquitetos, onze textos, onze projectos improváveis*. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Duarte Jr., R. (2018). *Breve História da Arquitetura Cearense*. Fortaleza: Demócrito Rocha.
- Nogueira, A. B. (2018). *Arquitetura moderna bancária pelo nordeste (1968-1986)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará] <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36790>
- Paiva, R. A., & Diógenes, B. H. B. N. (2011). *A contribuição do arquiteto José Liberal de Castro à escrita da história da arquitetura e do urbanismo no Ceará*. 2º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: UFMG.
- Segawa, H. (2014). *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: EDUSP — Editora da Universidade de São Paulo.
- Siqueira, C. de A. A. (2018). *Neudson Braga e o modernismo arquitetônico em Fortaleza*. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: PPGAU+D, Universidade Federal do Ceará.

ANEXO 1

TEXTOS DE JOSÉ LIBERAL DE CASTRO

1977. *Fatores de localização e de expansão da cidade de Fortaleza*. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará.
1980. *Notas relativas à arquitetura antiga no Ceará*. [Tese Concurso de Livre-Docência, Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará].
1982. A Cartografia fortalezense na Colônia e no Império e outros comentários. Em *A administração Lúcio Alcântara 1979-1982*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza.
1987. Arquitetura eclética no Ceará. Em F. Annateresa (Org.), *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel; Editora USP.
1989. Estado atual das pesquisas em artes plásticas no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 103, 251-277. Instituto do Ceará.
1990. O centenário de Emílio Baumgart. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 104, 121-140. Instituto do Ceará.
1991. Discurso de posse. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 105, 217-236. Instituto do Ceará.
1993. Hipótese de uma semiologia arquitetônica. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 107, 137-172. Instituto do Ceará.
1994. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 108, 43-90. Instituto do Ceará.
1995. Saudação — Posse de sócio efetivo Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 109, 87-95. Instituto do Ceará.
1996. Quadros de uma exposição. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 110, 211-215. Instituto do Ceará.

1997. Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 111, 9-79. Instituto do Ceará.
1998. Sylvio Jaguaribe Ekman e a arquitetura da sede do Ideal Clube. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 112, 27-72. Instituto do Ceará.
1999. Urbanização pombalina no Ceará: a paisagem da vila de Montemor-o-Novo d'América. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 113, 35-81. Instituto do Ceará.
2000. Arquitetura em Portugal na época das Grandes Navegações. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 114. Instituto do Ceará.
2001. O 2.º Centenário de nascimento do Ferreira Boticário. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 115, 128-148. Instituto do Ceará.
2002. Viçosa do Ceará: parecer sobre tombamento federal de trecho urbano. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 116, 45-67. Instituto do Ceará.
2003. Tombamento do sobrado do Dr. José Lourenço. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 117, 103-133. Instituto do Ceará.
2004. A localização da chácara Villa Izabel, propriedade do livreiro Gualter da Silva. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 118, 83-114. Instituto do Ceará.
2005. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 119, 94-126. Instituto do Ceará.
2007. O tombamento da estação ferroviária do Crato. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 121, 41-68. Instituto do Ceará.
2008. Preservação do Patrimônio Cultural. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo CXXII, n.º 2, 99-148. Instituto do Ceará.
2009. Passeio Público: espaços, estatutária e lazer. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 123, 41-114. Instituto do Ceará.
2010. O centenário do Teatro José de Alencar 1910-2010: arquitetura e consagração. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 124, 73-150. Instituto do Ceará.
2011. Planos para Fortaleza esquecidos ou descaminho de desenhos da Cidade. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 125, 65-136. Instituto do Ceará.
2012. Bicentenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção: o caso singular de uma obra de arquitetura militar com função simbólica. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 126, 9-72. Instituto do Ceará.
2013. O palacete Carvalho Motta, um dos poucos exemplares de casas de “porão alto” na cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 127, 47-130. Instituto do Ceará.
2014. Arquitetura no Ceará. O século XIX e algumas antecedências. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 128, 9-68. Instituto do Ceará.
2015. Transformações no Centro de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 129, 27-81. Instituto do Ceará.
2016. Cartografia cearense antiga na Biblioteca Nacional. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 130, 47-99. Instituto do Ceará.
2017. Igreja do Pequeno Grande: origens, arquitetura e obras integradas. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 131, 9-63. Instituto do Ceará.
2018. Cartografia cearense antiga no Arquivo Nacional. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 132, 7-45. Instituto do Ceará.
2019. *Portugal: cidades e arquitetura*. Fotocópia s/ref. Texto aberto e em constante atualização.

Coord.
Hélia Silva
Tiago Borges Lourenço
Raquel Seixas



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL



INSTITUTO
DE HISTÓRIA
DA ARTE



NOVA FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



IN2PAST
PATRIMÓNIO | ARTE | SUSTENTABILIDADE | TERRITÓRIO